

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social

SUZANA ALVES ESCOBAR

**Os projetos sociais do povo
indígena xakriabá e a
participação dos sujeitos: entre o
“*desenho da mente*”, a “*tinta no
papel*” e a “*mão na massa*”.**

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
Fevereiro de 2012

SUZANA ALVES ESCOBAR

Os projetos sociais do povo indígena xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “*desenho da mente*”, a “*tinta no papel*” e a “*mão na massa*”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes. Co-orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Fevereiro de 2012

Suzana Alves Escobar
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação

Título da tese: Os projetos sociais do povo indígena xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “*desenho da mente*”, a “*tinta no papel*” e a “*mão na massa*”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes. Co-orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão

Tese Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo
Nogueira - FUP/UNB

Prof. Dr. Luis Roberto de Paula
FAE/UFMG

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano
UFAM

Profa. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes
FAE/UFMG

Prof. Dr. Luis Alberto Oliveira Gonçalves
FAE/UFMG

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão
FAE/UFMG

“Rale um queijo bem redondim, misture com um polvilho bem finim, faça bolinhas e asse em forno bem quente, depois sirva a gosto com cafezim e uma boa prosa”.

Esta é receita do pão de queijo mineiro com a qual Marildes Marinho inicia a história do livro “Cultura Escrita e Letramento” do qual foi uma das organizadoras; e é essa a principal lição que me deixou como co-orientadora desta pesquisa, cuja morte trágica impediu de concluir o trabalho: a simplicidade, a relação carinhosa e o gosto pela vida.

Presto uma homenagem especial pelo carinho que conseguiu me transmitir no breve período de convívio.

Dedico este trabalho ao povo Xakriabá.
Dedico também à minha mãe, Lali Escobar, nonagenária que é um exemplo de força, lucidez e gosto pela vida; a toda minha família que torce pelo sucesso dos meus empreendimentos e ao meu pai (*in memoriam*), João Escobar, cujo exemplo de vida me inspira.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à orientadora Profa. Dra. Ana Gomes pela valiosa contribuição na trajetória no doutorado.

Profa. Dra. Ana Galvão que aceitou o convite para ser co-orientadora cumprindo a difícil missão de substituir de última hora a lacuna deixada com a morte da Marildes Marinho. A dedicação, o empenho e a competência, além da valiosa contribuição acadêmica, conseguiram amenizar as preocupações que se misturaram ao choque e à tristeza do ocorrido.

Aos meus colegas de mesma orientadora: Samy, Renata, Rogério, Rosely e Eliene; tivemos em comum, além da orientadora, a confiança mútua e a partilha no processo de cada um. Estendo o agradecimento aos membros do GEDUC com os quais, em diversas ocasiões, compartilhamos a discussão a respeito das temáticas que envolvem diversidade cultural.

Professores: Dra. Mônica Nogueira, Dr. Luis Alberto, Dr. Luis Roberto, Dra. Ana Galvão pelas valiosas contribuições na banca de qualificação com as análises cuidadosas do meu trabalho.

Professores do Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG que enriqueceram minha proposta de pesquisa e minha carreira docente: Dr. Juarez Dayrell, Dra. Nilma Lino Gomes, Dra. Maria Alice Nogueira, Dr. Luis Alberto, Dr. Bernardo Jefferson, Dra. Maria Isabel Antunes

Minhas irmãs, Gisele, Gislene, Elzina, Magaly, Maria Helena; cumplicidade nos cuidados com nossa mãe me permitiu os afastamentos para as atividades do doutorado.

Meus irmãos João Gilson, Geraldo Jorge, Gilberto e Oldaque pelo amor e pela confiança que depositam em meus empreendimentos.

Minhas cunhadas, cunhados, sobrinhos – grandes e pequenos (numerosos!) – pela demonstração de afeto.

Meus amigos, gente “*feito parente*”, conforme aprendi a classificar com os Xakriabá: Rita, Filó, Rege, Serginho, Maristela, Ledinha, Silvani, Miltão, Luciano, Maris pela história que construímos juntos e que tem me levado longe nas minhas aspirações.

Agradeço os meus colegas e alunos do IFNMG – Campus Januária pela torcida.

A Prefeitura e a Câmara Municipal de São João das Missões meu reconhecimento e agradecimento pela contribuição, em especial na comunicação com a T.I.Xakriabá.

Resta esse sentimento de infância subitamente desentranhado
De pequenos absurdos, essa capacidade
De rir à toa, esse ridículo desejo de ser útil
E essa coragem para comprometer-se sem necessidade.

Resta essa distração, essa disponibilidade, essa vagueza
De quem sabe que tudo já foi como será no vir-a-ser
E ao mesmo tempo essa vontade de servir, essa
Contemporaneidade com o amanhã dos que não tiveram ontem nem hoje.

(O Haver – Vinícius de Moraes)

RESUMO

O objetivo desta tese é descrever e analisar as práticas de associativismo do Povo Indígena Xacriabá, focalizando a participação dos sujeitos na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais, processo mediado também pelas práticas da oralidade e da linguagem escrita. Foram consideradas como categorias de análise as “reuniões” (enquanto espaços locais de condução das atividades), as relações de poder, as mediações exteriores às comunidades nos contatos com os agentes externos e a presença da escrita. A opção teórico-metodológica foi a pesquisa etnográfica, através da qual se buscou “revelar”, durante a prática social, as formas de participação dos sujeitos envolvidos nos projetos sociais. Foram contempladas discussões sobre cultura e identidade, e analisadas questões envolvendo o letramento, a oralidade e a língua escrita. Durante as investigações com as associações, em especial com a associação da aldeia Barreiro Preto e com a Organização dos Grupos de Roça, foi possível verificar e analisar a experiência com o associativismo e com os projetos sociais e chegou-se à conclusão de que tais experiências se constituem como marcas relevantes para o povo Xakriabá. Constatou-se que a forma de participação dos sujeitos é delineada e vivenciada, dentre outros fatores, a partir das concepções engendradas nas relações de poder local, sendo que elas mesmas fazem parte do movimento provocado pelo associativismo e pelos projetos sociais. Outra constatação é a maneira Xakriabá de utilizar a cultura escrita nas atividades relacionadas aos projetos sociais que inspiraram o subtítulo desta tese: a demanda que se transforma em um projeto é desenhada na mente e discutida na aldeia em pauta, através da mobilização de participantes locais ou de parceiros que dominam a escrita como notação alfabética, para transformá-la no documento formatado, com a “tinta no papel” para, finalmente, ser materializado com a participação efetiva do maior número possível de pessoas.

Palavras-chave: Associativismo indígena, projetos sociais, povo Xakriabá, participação, escrita.

ABSTRACT

The scope of this thesis is to describe and analyze the practices of associativism of the Xacriabá people focusing on the subjects' participation in the elaboration, implementation and administration of social projects, process also mediated by both oral and written languages. Have been considered as categories of analysis: "meetings", as places where activities are developed, relations of power, mediations external to the communities - that of the contact with external agents -, and the written language. Methodology includes ethnographic research, which attempted to "reveal", during social practices, the forms of participation of the subjects involved in social projects. Culture and identity were discussed and issues involving literacy, oral and written languages were analyzed. During the investigation with the associations, specifically with the 'Barreiro Preto' village and the organization of the 'Grupos de Roça', it was possible to study and analyze the experience with associativism and social projects. The conclusion is that associativism marked local history substantially. It became patent as well that the subjects' forms of participation is defined from the conceptions engendered in the relations of local power, among others, and that such concepts themselves are part of the movement provoked by associativism and social projects. Another important aspect of the investigation is the way the Xacriabá make use of the written culture during activities related to the social projects, which ended up by inspiring the subtitle of this thesis, i. e.: the demand transformed into a project is firstly designed in the minds and then discussed in the groups selected through the mobilization of the local participants or/and partners who are able to make use of the written language as an alphabetical notation to, later, make it result in a formatted document, "ink on paper", so to speak, to be finally materialized as such with the effective overall participation of the people involved in the process.

Keywords: indigenous associations, social projects, people Xacriabá, participation, written.

LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS

CAA/NM: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODEVASF: Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba

FAE: Faculdade de Educação da UFMG

FACE: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

FIEI: Formação Intercultural de Professores Indígenas

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GEDUC: Grupo de Educação Indígena da UFMG

IFNMG: Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Norte de Minas Gerais

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISCOS: Istituto Sindacale Per la Cooperazione e lo Sviluppo

ISPN: Instituto Sociedade, População e Natureza

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

PCPR: Programa de Combate à Pobreza Rural

PD/A: Programa Demonstrativo / Tipo A

PIEI: Programa de Implantação das Escolas Indígenas

PPP ECOS: Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

RURALMINAS: Fundação Rural Mineira

T.I. Xakriabá: Terra Indígena Xakriabá

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ: Universidade Federal de São João Del Rei

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1: Figura ilustrativa da Terra Indígena Xakriabá	15
Quadro 1: Reuniões relacionadas aos projetos sociais	32
Figura 2: Figura localizando as articulações que se ligaram ao associativismo	58
Quadro 2: Associações da Terra Indígena Xakriabá: abrangência e desempenho nos projetos nas aldeias	89
Figura 3: Figura localizando as associações e as respectivas áreas de abrangência	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da matrícula escolar na Terra Indígena Xakriabá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	40
O Povo Xakriabá: a história e os projetos.....	40
1.1 A memória coletiva sobre o território: o documento contado e escrito	41
1.2 Os desdobramentos em outro documento: assinar como índio ou posseiro?.....	44
1.3 O Cenário após a Luta Pela Terra	51
1.4 Os caminhos percorridos na história e a organização local para o desenvolvimento dos projetos sociais.....	56
Associativismo Xakriabá e os projetos sociais	69
2.1 Discussões Preliminares:	69
2.2 Associativismo Indígena e os Projetos Sociais.....	72
2.3 As Associações Xakriabá.....	77
2.4 Os Projetos dos Xakriabá.....	84
2.5 Destaque em alguns projetos:	93
2.5.1 O pioneiro: Xacriabá de mãos dadas na recuperação da natureza – água é vida.....	93
2.5.2 A casa de farinha da aldeia Vargens: o projeto que “puxa outros”	95
2.5.3 A gestão da atividade sem a gestão do recurso: a piscicultura da OGR:.....	97
2.5.4 Qualificação escolar que não garante a preparação para a gestão de projetos – as experiências da Organização da Educação Indígena Xakriabá.	99
2.5.5 Cultura é isso, é projeto!	100
2.6 Projetos Sociais e o “ <i>Bem Viver</i> ” dos Xakriabá.....	103
CAPÍTULO 3	109
Os sujeitos e a participação.....	109
3.2 Relações de poder, lideranças e projetos sociais: novos atores?	115
3.3 A reunião – o formato, o arranjo do local e a definição da meta.....	128
3.3.1 Descrições de momentos e passagens das reuniões.....	134
3.3.2 (Re)Definindo a “meta”: a reunião em andamento.....	138
3.4 Participação, aprendizagem, consenso e conflitos.....	143
CAPÍTULO 4.....	154
A escrita e a participação dos sujeitos	154
4.1 Panorama geral sobre a escrita na Terra Indígena Xakriabá.....	157

4.2 A presença da escrita nas situações relacionadas aos projetos sociais	166
4.3 Usos e funções da escrita pelos sujeitos	176
4.3.1 Uso Simbólico.....	177
4.3.2 Uso Político.....	180
4.3.2 Uso Técnico	184
4.4 Duas situações diferentes com os mesmos ingredientes da escrita nas situações relacionadas aos projetos sociais	189
4.4.1 A mistura dos ingredientes num resultado “satisfatório”	191
4.4.2 Quando a mistura dos ingredientes é problemática	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

Esse papel aí só... [o projeto escrito] não se torna uma construção, né? (...) Ele é um documento que... a gente tem toda garantia que tem o recurso pra a compra disso e disso, né? Mas só que, se a própria comunidade num executar mesmo, ele num vira um projeto. (...) Às vezes a gente fala assim: - eu quero uma construção aqui nas Vargens, uma farinheira... às vezes a gente desenha ele na mente, assim, como vai ter aquela coisa, né? Mas, pra conseguir a gente tem que ir passo a passo, até chegar naquele ponto ali. Passou pro papel, o papel foi aprovado, seguiu o rumo dele... aprovou... aí agora nós já tem que começar organizar a comunidade. (Nicolau, 08/06/10. Relatório de Campo)

A presente tese é fruto do trabalho de pesquisa desenvolvido na Terra Indígena Xakriabá, durante o período de 2009 a 2011. Estão aqui reunidas, portanto, as experiências de campo relativas à pesquisa intitulada “Os projetos sociais do Povo Indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos entre o *desenho da mente*, a *tinta no papel* e a *mão na massa*”¹. O objeto da pesquisa foi a participação nos projetos sociais dos sujeitos Xakriabá, nas suas diversas formas, e mediada pela oralidade e escrita. A participação dos indígenas, entretanto não tem o mesmo sentido que assume para os órgãos governamentais ou não governamentais como institucionalização do diálogo, considerado insuficiente e, em alguns casos, com indícios de manipulação das lideranças indígenas. Trata-se da participação nos projetos elaborados e geridos pelas associações Xakriabá e não a participação indígena em política indigenista da sociedade nacional; essa é outra discussão que merece mais e outras reflexões.

A investigação da prática social de implantação dos projetos sociais propostos pelas associações das aldeias foi feita, a partir dos seguintes questionamentos:

- Em que instâncias ocorrem o processo de concepção e gestão dos Projetos Sociais?
- Qual o papel de cada um dos atores envolvidos?
- Qual o papel da escrita e da oralidade nos diferentes momentos que envolvem os Projetos Sociais?
- De quem é a voz e quem controla a produção escrita para os projetos?

¹ A antropologia propõe uma discussão a respeito da noção de pessoa como categoria; sem entrar nessa discussão esclareço que a escolha da categoria “sujeito Xakriabá” aqui na tese não trata o indivíduo polarizado com a sociedade e sim tomado como “instrumento de organização da experiência social, como construção coletiva que dá significado ao vivido” (Seerger, Da Matta e Vivieiros de Castro, 1979, p.06)

- Qual o impacto da presença da escrita nos projetos sociais?

Os elementos da investigação referiam-se à predominância da oralidade na definição dos Projetos Sociais, aos usos da escrita, à diversidade da participação nos espaços sociais – organizações internas, PROEJA Indígena², FIEI - e outros processos de escolarização.

Os projetos sociais investigados na pesquisa foram os contemplados com recursos de financiadores, como os órgãos públicos e as ONGs. Além desses, o povo Xakriabá conta com outros projetos desenvolvidos, como o da política pública indigenista que inclui educação escolar diferenciada, saneamento e saúde indígena e outras experiências de ações locais desenvolvidas com recurso conseguido através de concursos, com a contribuição dos sócios, ou através de campanhas de arrecadação, sendo este último recurso não privilegiado nesta pesquisa.

A implantação dos projetos sociais desencadeia um conjunto de ações coletivas, que envolvem as comunidades das aldeias em diferentes níveis, em processos que possuem também uma dimensão formativa, e cuja análise pode contribuir para a compreensão de outros processos semelhantes que ocorrem em contextos empíricos diferentes, dentre eles a educação escolar

A tese discorre a situação dos Xakriabá que ajuda a compreender como os sujeitos sociais se inserem em um processo complexo, realizam mudanças sociais, apropriando-se de tecnologias e ferramentas construídos no contato com outros, mas que sofrem intervenções de modo a assumirem características próprias.

A área da Terra Indígena Xakriabá demarcada em 53.074,92ha (530,74km²), representa 78,28% da extensão territorial do município de São João das Missões, que é de 678km². A informação em relação ao número da/à população Xakriabá é bastante controversa, porque o censo do IBGE de 2010 contabilizou 7.936 indígenas, o que corresponde a cerca de 67,7% da população de São João das Missões, que é de 11.715 pessoas. No discurso local, e em outras fontes, consta um número maior de Xakriabá³. Na aldeia sede, denominada Brejo Mata-Fome, e que fica na parte central do Brejo Mata-Fome, e

² Tratava-se de uma versão para os indígenas do programa implantado pela instituição em cumprimento ao Decreto 5.840/2006 que determinou porcentagem das vagas das instituições federais de educação profissional do Brasil para o atendimento a jovens e adultos com escolarização básica e profissionalização.

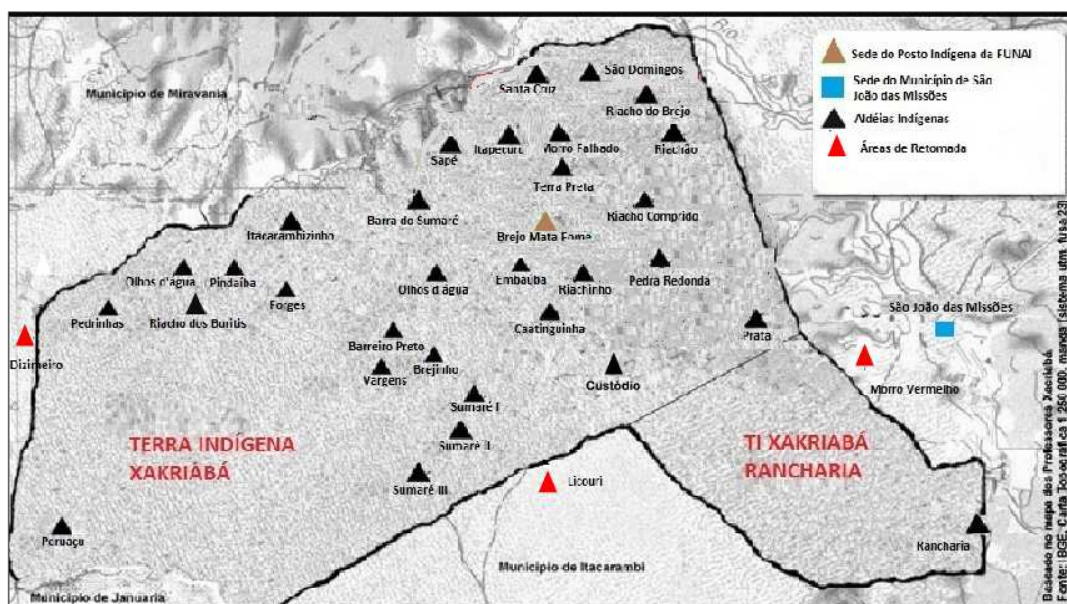
³ Sobre a população Xakriabá ver Campos e outros (2006)

que tem a aparência de uma pequena vila⁴, funciona o escritório da FUNAI, onde também se localizam a casa do cacique, o hospital, armazém, telefone público,

A ocupação dos moradores nas aldeias depende do acesso à água, o que limita as possibilidades e torna a porção do território delimitada cada vez menor e mais insuficiente.

A área onde se localiza a T.I. Xakriabá possui uma paisagem geográfica característica da região norte de Minas Gerais: a vegetação é a que caracteriza a transição entre o cerrado e a caatinga. Nos longos períodos de estiagem, tem-se a impressão de que predomina a "porção caatinga", característica do nordeste do Brasil. Como destaque, existem as "barrigudas" que, apesar de altas e majestosas, não conseguem minimizar a aridez da paisagem, com os capoeirões predominantes. Uma dificuldade de exploração dos recursos naturais pela população local refere-se ao clima, com uma longa estação de estiagem que vai de abril a setembro, dificultando o trabalho com a agricultura. Ainda é possível encontrar algumas aldeias em estado de lastimável pobreza.

Figura 1: Figura Ilustrativa da Terra Indígena Xakriabá



Fonte: Adaptado de Oliveira (2008)

A definição geográfica da Terra Indígena Xakriabá⁵ gira em torno de aldeias e subaldeias que são identificados somente a partir das conversas locais; ligados às aldeias

⁴ Esse formato de vila com calçamento de paralelepípedo, telefone público, comércio e uma espécie de pracinha está ficando muito comum nas aldeias mais antigas, sendo o Sumaré I outro exemplo típico.

indicadas na Figura 1, existem sub-aldeias e vários outros lugares onde vivem moradores que sabem identificar a que região da T.I. Xakriabá pertencem. A pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá” (2005) apontou a existência de 27 aldeias, mas as últimas informações prestadas pelo cacique deram conta de 31 definidas politicamente, ou seja, com a presença de um representante⁶.

A situação dos Xakriabá, analisada ao longo desta tese, no que se refere ao movimento causado pelos projetos sociais, é caracterizada por configurar um quadro de mudanças, definições e redefinições que ainda merece outros estudos antropológicos. O que pude perceber foi a existência de uma dinâmica local na qual nem tudo é definido pelos influxos externos, pelo dinheiro, ou seja, as dinâmicas internas são potentes e possuem uma lógica própria.

Fica claro, diante das informações e dados apresentados, que o processo de transformação da sociedade, do território e da economia Xakriabá é já expressivo e vem se acelerando nos últimos anos e pode-se esperar que, diante dos processos de modernização ora em curso, novas alternativas de organização sócio-espacial da produção se desenvolvam entre eles. O grande avanço da escolarização, o aumento da renda familiar devido a uma presença maior do Estado em serviços de educação, saúde, previdência social e programas de transferência de renda; a melhoria das condições de infraestrutura sanitária, além da melhoria das estradas pela prefeitura municipal e o aumento dos meios de transportes individuais e coletivos intensificam a integração sócio-territorial e aceleram o processo de modernização e de urbanização extensiva (no sentido mais amplo do termo) na Terra Indígena Xakriabá. (GOMES; MONTE-MÓR, 2006, p. 14)

Existem hoje na T.I. Xakriabá doze associações indígenas, sendo que duas delas foram registradas e são conhecidas como Organização da Educação Indígena Xakriabá – OEIX e a Organização dos Grupos de Roça Xakriabá da Aldeia Itapecuru – OGR. A partir das primeiras informações sistematizadas em 1997 no curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas (FIEI) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), envolveram-se com pelo menos vinte e oito projetos de segurança alimentar, cultura, saúde, gerenciando um montante aproximado de R\$1.658.048,00, sem contar os projetos desenvolvidos para os quais não houve aplicação direta do recurso financeiro pela associação. Cada uma das associações possui um nome registrado que faz referência à aldeia articuladora na qual está situada ou, no caso de duas aldeias, aos nomes correspondentes. Na

⁵ A região destacada e nomeada como T.I Xakriaba Rancharia foi incorporada após processo de reivindicação alguns anos depois da homologação da T.I.Xakriabá.

⁶ Santos (2010, p44ss) faz uma análise sobre a política e constituição das aldeias na T.I. Xakriabá e informa a respeito das relações familiares, ambientais e políticas.

tese, fiz referência à associação somente pelo nome da aldeia articuladora e às siglas OEIX para tratar da associação relacionada à educação, e OGR para fazer referência à Organização dos Grupos de Roça.

Uma rede de atores sociais compõe o cenário: as diretorias das instituições são compostas por sujeitos que assumem função relevante e nova, no movimento interno das aldeias. O espaço da *reunião* tem se tornado uma espécie de assembléia local. Os professores, desafiados durante o FIEI, iniciaram, em 2007, um processo de sistematização das experiências locais com os projetos e, em seguida, estimulados pelo processo, conseguiram encaminhar o processo de elaboração de alguns projetos que se encontravam parados. Nesta rede de atores, alguns sujeitos ligados às associações foram acompanhados: presidentes, responsáveis diretos pelo desenvolvimento dos projetos e professores que cumpriam alguma função de escrita relacionada aos projetos.

Outros atores sociais que compõem a situação Xakriabá são os agentes externos. Como parte do cenário favorável ao desenvolvimento das associações e dos projetos destaca-se a Prefeitura Municipal de São João das Missões e a Câmara de Vereadores do município que contam, desde 2004, com a influência dos Xakriabá – o prefeito e cinco dos sete vereadores são indígenas. Os financiadores entram na rede, não somente como provedores dos recursos, mas também participam do movimento interno, seja com a eventual presença física de agentes, seja por comunicação telefônica ou virtual; os nomes dos técnicos são constantemente citados nas reuniões, por causa do contato com as diretorias.

Muitos dos recursos metodológicos utilizados nesta tese são inspirados no livro da antropóloga Alba Zaluar intitulado “A máquina e a revolta”, – as organizações populares e o significado da pobreza”. Em uma escrita, ao mesmo tempo lúcida e carinhosa, a autora escreveu: “o antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva”, na qual fez um relato bastante explicativo a quem se aventura nos meandros da etnografia. Ao tomar contato com o conteúdo desse livro, consegui rever a postura que eu assumira diante de algumas posições que a objetividade da academia impunha e que são incompatíveis com a emoção. Imbuída de tal inspiração, deixei escapular da pesquisadora a menina barranqueira que se sensibiliza com os povos do Rio São Francisco. Alba Zaluar mostrou-me como “cultivar o envolvimento compreensivo, isto é, a participação afetuosa e emocionada nos seus dramas diários, sem [se] deixar levar pela piedade que desemboca no paternalismo e na recusa da dignidade deles” (2000, p.11). Essa introdução contém as informações metodológicas

necessárias para a compreensão do percurso que percorri durante minha investigação e a das próprias análises, através das quais deixei extravasar a sensibilidade com que sempre tratei a experiência com aquelas pessoas.

Zaluar mostra o processo que percorreu para se sentir aceita pelo grupo como pesquisadora e, seguindo essa trajetória, para as definições da metodologia de minha pesquisa, fiz uma reflexão sobre as relações a serem estabelecidas com os sujeitos. Apesar de eu estar trabalhando com a cultura indígena há pouco tempo, o povo Xakriabá já se fazia muito próximo a mim, conforme esclarecerei a seguir. Vi-me, então, na contingência de, nas palavras de Velho (1978), “observar o familiar”, ou aquilo que eu considerava como familiar, ou referindo-se à discussão proposta por Damatta, Velho (1978):

O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (p.39)

Partindo de tal princípio, encaminhei-me ao trabalho de campo para observar o que eu desconhecia no familiar e para relativizar o que eu supostamente conhecia da minha experiência com o povo Xakriabá. Comecei a observar tudo a partir de novos ângulos proporcionados pelo estudo do referencial teórico selecionado. Os sujeitos da pesquisa a partir daquele momento, seriam os “outros”, ou seja, de outra natureza.

O meu contato mais efetivo – e afetivo – com os índios Xakriabá se deu, através da minha participação na coordenação pedagógica de um projeto pedagógico de extensão rural denominado "Projeto Pé na Caminhada", desenvolvido no período de 1993 a 1998, pela Escola Agrotécnica Federal de Januária/MG⁷, com comunidades excluídas da dinâmica social, política e econômica e com peculiaridades culturais; dentre elas, constavam algumas aldeias da Reserva Indígena Xakriabá. Tratava-se de uma experiência pedagógica pautada em uma prática diferenciada de extensão rural que buscava o desenvolvimento comunitário, a partir da valorização humana e do respeito à cultura daquele povo.

O Projeto Pé na Caminhada visava ao repensar da prática pedagógica da instituição, concretizada em ações de extensão rural, em comunidades excluídas da dinâmica sócio-econômica e política. Como ação comunitária, ele buscava contribuir para a melhoria das

⁷ A instituição transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica em dezembro de 2002 e em IFNM – Instituto Federal de Educação Tecnológica do Norte de Minas Gerais-Campus Januária, IFET-Campus Januária, em dezembro de 2009. A referência à instituição será feita de acordo com sua denominação em cada época.

condições de vida das comunidades, respeitando suas culturas e, como proposta pedagógica, tencionava despertar no estudante do Curso Técnico em Agropecuária uma consciência social, desenvolvendo a prática de uma agropecuária sustentável, de baixo custo, alta qualidade e com o mínimo impacto ambiental (ESCOBAR, 1999, 2004).

Nos primeiros contatos com as comunidades, a metodologia de intervenção se restringiu à transmissão de conhecimentos tecnológicos. Os técnicos da Escola planejaram e implantaram projetos agropecuários nos locais selecionados e às comunidades cabia seguir as orientações dadas, para garantir o resultado satisfatório, que nem sempre se efetivava. Naquela oportunidade, não havia, nem da minha parte, nem de qualquer outro membro do grupo⁸, uma leitura que estabelecesse a interface entre educação e antropologia, mas, após, alguns insucessos nas atividades desenvolvidas, chegou-se à conclusão de que os projetos deveriam partir do interior das comunidades e que, somente em uma interlocução entre elas e a Escola, os projetos adquiririam reais chances de êxito. Com efeito, as comunidades passaram a ser consideradas, a partir dos seus sujeitos - seus costumes, valores, sentimentos, expectativas.

Com o desenvolvimento do Projeto Pé na Caminhada, todas as comunidades que participavam do projeto se sentiram mais envolvidas com a dinâmica da sociedade, encorajadas a sair dos seus limites e reivindicar seus direitos na sociedade. Na T.I. Xakriabá, àquela época, observei a temática da organização nas aldeias que deu origem ao cenário atual, marcado por um grande número de associações que, além de discutirem o movimento interno das aldeias, disputam na sociedade nacional os recursos para desenvolver vários projetos sociais, foco das investigações que originaram esta tese. Como será analisado posteriormente, na ocasião das atividades do projeto, havia somente a recém criada Associação Indígena Xakriabá, criada com a influência do então Cacique Rodrigão e sob a aquiescência da FUNAI cuja atuação já vinha sendo questionada em diversas partes da Terra Indígena.

Os índios das aldeias que participavam do projeto – Itapecuru, Santa Cruz e São Domingos –, insatisfeitos com o atendimento da FUNAI – Fundação Nacional do Índio -, órgão ligado ao Governo Federal e da referida associação, criaram o que denominaram “grupos de roça”, isto é, famílias que se reuniam em função da produção agrícola e que ali estabeleciam uma relação de interesse e de solidariedade, partindo de um conceito próprio de

⁸ Na escola o grupo era composto por mim e pelo professor de história na coordenação dos trabalhos e professores da área de agropecuária. Havia, ainda, o envolvimento dos missionários do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, nenhum deles com formação em antropologia.

desenvolvimento, ou seja, definindo coletivamente a forma de organizar os trabalhos, consoante uma lógica própria de distribuição da produção, bem como a destinação do excedente daquilo que havia sido produzido para a subsistência.

Por convicção pessoal, e não necessariamente compartilhada por todos os membros do grupo, como ponto de partida, eu tinha em mente que as propostas de trabalho deveriam ser apresentadas pelos próprios Xakriabá e a lógica norteadora das ações do projeto seguiria a da sociedade na qual se inseriam. Isso quer dizer que o olhar para realizar o trabalho deveria ser o de dentro das aldeias, e não a partir de conceitos definidos externamente. Entendo hoje, como consequência das leituras que me faltavam na época, que o projeto não deveria mesmo ter tido como pressuposto a preparação dos índios ou sua instrumentalização para a relação externa. Assim, mesmo que o projeto tivesse como objetivo contribuir para minimizar a pobreza das comunidades envolvidas, isso deveria ser consequência direta dos arranjos, nas discussões internas realizadas de maneira autônoma e sem a total dependência dos agentes externos.

Percebo que meu envolvimento com um projeto pedagógico do curso de formação técnica em agropecuária, e praticando intervenção com os Xakriabá, tem, hoje, eco em Viveiros de Castro, quando afirma sua opção pela prática de “uma etnologia a partir de sociedades indígenas (acidentalmente) brasileiras” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p.05) e que “as relações das sociedades indígenas com a sociedade nacional só me dizem respeito, porque são parte da circunstância das primeiras” (p. 02). Por isso, essa não foi uma tarefa sem conflitos.

Recordo-me de quando, dentro das ações do projeto, os Xakriabá conseguiram produzir uma quantidade excedente da cultura do feijão, e muito mais que a habitual, ou que a necessidade de consumo dos próprios envolvidos demandava, poderia implicar problemas de escoamento. Houve uma discussão dos agentes externos envolvidos – CIMI e alguns técnicos da Escola – a respeito da possível falha na condução dos projetos, por não incluírem a discussão e as soluções sobre estratégias de mercado, que incluiriam a figura do mencionado escoamento do excedente da produção de subsistência, o que resultaria na venda da produção fora da Terra Indígena. Entretanto, pela minha observação, não havia ocorrido nem desperdício e nem prejuízo com a experiência da colheita abundante do feijão. Pelo contrário, tive notícias de que o consumo do feijão que fora plantado por parentes nas aldeias Itapecuru, Santa Cruz e São Domingos - no extremo norte da Terra Indígena -, na aldeia Peruaçu - extremo oeste e muito distante daqueles - constituiu-se em oportunidade para a implantação

do sistema de troca, próprio da tradição daquela sociedade indígena. Percebi, àquela ocasião, que faltava discutir com os próprios indígenas a questão da destinação do resultado da produção. As experiências vividas nas comunidades e, em especial, nas aldeias, despertaram-me a compreensão sobre o universo desse povo, e dar continuidade aos meus estudos.

A partir do processo seletivo para o Mestrado do Programa de Pós Graduação, em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, realizei uma pesquisa em 2002 e 2003 da qual originou a dissertação intitulada “Educação Indígena Xakriabá: Saberes e Lutas na Vida e na Voz do seu Povo” (ESCOBAR, 2004). O trabalho teve como tema de estudo a Educação Indígena como processo de formação do sujeito Xakriabá - o processo educativo de transmissão da cultura, considerando a realidade local e as influências externas. Os objetivos da pesquisa de mestrado foram: registrar, compreender e analisar processos, saberes, práticas culturais e educativas que se (re)produzem no processo de construção das identidades na e da comunidade indígena Xakriabá.

Como primeira experiência propriamente acadêmica, por ocasião do mestrado, onde as discussões teóricas deveriam ser feitas de forma consistente, o referencial teórico metodológico foi mais denso para a possibilidade de registrar e transmitir o universo da comunidade Xakriabá, por meio das histórias vividas e narradas pelos sujeitos índios sendo, portanto, mais direcionado às abordagens da investigação narrativa e história oral. Não houve a exploração de elementos da pesquisa com uma contribuição mais efetiva da interface entre educação e antropologia; essa nova ocasião de investigação – agora no doutorado – permitiu retomar alguns dos temas que intuía, mas que não puderam ser trabalhados no mestrado.

Outra experiência com o povo Xakriabá foi a implantação do PROEJA Indígena do qual participo como docente. O grupo de roça da aldeia Itapecuru, criado no início dos anos de 1990, por ocasião do desenvolvimento do Projeto Pé na Caminhada, solicitou do então CEFET Januária, no segundo semestre de 2006, a contribuição para resolver problemas detectados com um projeto de avicultura implantado com recurso do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Juntamente com as ações diretas no projeto produtivo surgiu a discussão sobre a necessidade da escolarização, já que as lideranças que estavam encaminhando as ações do projeto não tinham tido acesso à educação escolar, devido à própria dinâmica do trabalho para a sobrevivência.

Na oportunidade, a instituição estava realizando as discussões internas para implantação do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em cumprimento ao Decreto

5.840/2006, e aceitou o desafio de incluir a demanda de escolarização dos Xacriabá, dentro do atendimento exigido pelo dispositivo legal. Combinando a trajetória das intervenções do CEFET- Januária, no Grupo de Roça, com as discussões iniciais para definição da turma de PROEJA com os indígenas, o direcionamento proposto foi a construção de um Projeto Pedagógico para a implantação do Curso de Formação em Agropecuária integrado à Educação Escola Indígena. O curso encontra-se em funcionamento com sua segunda turma.

A experiência com o PROEJA Indígena estimulou-me ao doutorado. Fazendo as devidas reflexões, por ocasião da definição do projeto de pesquisa em 2007, inquietou-me eu ser da mesma região que os Xacriabá, o norte de Minas Gerais e às margens do Rio São Francisco, fato que, acrescido de experiências profissionais referidas anteriormente e outras pessoais em movimentos culturais e ecológicos, fizeram desenvolver um profundo envolvimento afetivo com o povo Xacriabá. Para iniciar o contato nas aldeias como pesquisadora, foi necessário um exercício de estranhamento, sempre vigilante; tratava-se, naquele momento, de analisar a presença dos Xacriabá em minha biografia, o prazer dos reencontros que seriam proporcionados, mas com vigilância epistemológica capaz de revisar as relações e renová-las, à luz das novas reflexões teóricas e metodológicas.

O que despertou minha atenção e provocou o desassossego, que me levou à pesquisa, foram os sentidos de coletividade e de comunidade compartilhados pelo Povo Xacriabá, a partir dos projetos sociais: a negociação entre os diversos sujeitos e as formas de participação de cada um deles. Minha inserção junto ao povo Xacriabá possibilitou-me uma leitura do contexto de tais projetos: ele se constituía em uma rede de relações construída nas conversas informais nas aldeias, durante reuniões de associações, nos contatos com a Prefeitura Municipal de São João das Missões e com entidades e órgãos governamentais e não governamentais, no desenvolvimento dos Cursos de Formação dos Professores Indígenas e no PROEJA Indígena. Percebi, na tessitura dos fios dessa rede, que as associações passaram a ser o *locus* dos projetos sociais. As dificuldades e fragilidades das aldeias, seja no campo da segurança alimentar, no do meio ambiente, saúde, seja no da valorização cultural, passaram a ser objetos de interesse para a participação em editais abertos, em especial pelos ministérios.

Meu processo de entrada no Programa de Pós Graduação da FAE/UFMG, no primeiro semestre de 2008, foi acompanhado, de alguma forma, pelos alunos do PROEJA Indígena para os quais lecionava no IFNMG – Campus Januária; comentei com eles minha pretensão, até como forma de sondagem a respeito da pertinência do meu projeto de pesquisa. Esse contato anterior com eles fez com que, antes de estar com um planejamento consistente para

realizar o trabalho de campo, fosse convidada como representante do IFNMG – Campus Januária por alguns dos alunos, lideranças da Associação do Barreiro Preto, para uma reunião em conjunto com a Organização dos Grupos de Roça em abril de 2009. O objetivo da reunião era discutir a ampliação do Grupo de Roça (ou a criação de um novo, fato que eu ainda desconhecia, com novos membros relacionados à Associação do Barreiro Preto, para aumentar a produção de peixes, atividade desenvolvida por esta organização, com apoio técnico e material da CODEVASF.

Na verdade, eles desejavam o apoio para o encaminhamento de um projeto de Emenda Parlamentar a um deputado estadual com quem eu mantinha algum contato, fato do qual eles tinham conhecimento. O tal projeto tratava da construção de uma estrutura física, próxima à barragem para possibilitar o manejo e a diversificação da produção em artesanato, a ser feito pelas famílias que ali iriam permanecer para lidar com os peixes. Atenta, para evitar que minhas experiências anteriores de militância não interferissem no reinício das visitas que faria às aldeias, percebi que, embora existisse uma relação pragmática⁹, as lideranças tinham, antecipadamente, aceitado minha proposta de investigação e pareciam ter compreendido, antes que eu o fizesse, por quais caminhos deveriam trilhar e, “sem nunca me considerar uma igual, fui “aceita” finalmente, [nesse caso, novamente]”. (ZALUAR, 2000, p.20)

Especificamente para mim, naquele momento, o projeto de piscicultura parecia bem adequado ao meu projeto de pesquisa: o meu foco eram os projetos sociais e a participação deles no processo de concepção e gestão dos mesmos. Imaginei que participaria de um encontro interessante: o projeto de piscicultura do grupo de roça que me remeteria a experiências anteriores nas ações do Projeto Pé na Caminhada, e a perspectiva “nova”, a partir de experiências recentes dos índios, dentre elas, o PROEJA Indígena.

Atendendo à minha proposta de investigação, eu teria a oportunidade de ouvir relatos sobre a gestão de um projeto em andamento e, ao mesmo tempo, conhecer a concepção de um novo projeto, como desdobramento do primeiro: mesmo sem ter definido claramente o campo empírico no qual desenvolveria a pesquisa, meu primeiro contato foi com as duas entidades posteriormente privilegiadas no capítulo 4, já que o discurso de alguns de seus membros seria foco de minhas análises: a Associação do Barreiro Preto e a Organização dos Grupos de Roça.

Nesta mesma situação de campo, ou seja, na reunião realizada às margens da barragem para tratar da piscicultura, tendo comparecido à reunião o prefeito indígena do município de

⁹ Zaluar (2000, p.17ss) conta como lidou com as “armadilhas clientelísticas” no início do trabalho de campo até ser, finalmente, aceita sem ser considerada “uma igual”.

São João das Missões, fui convidada também como representante do IFNMG - Campus Januária, para participar do Seminário Municipal de Gestão e Planejamento Estratégico, a ser realizado na semana posterior. Minha expectativa para o seminário era observar discussões a respeito dos projetos sociais. Pude constatar, novamente, que os índios se utilizavam dos momentos coletivos para colocar a questão da definição dos rumos das aldeias; o conteúdo básico às vezes desdobrado em temas específicos, era sempre o mesmo: a busca por melhorias das condições de vida nas aldeias, passíveis de serem traduzidas em um projeto.

Criei, a partir dos convites não planejados, uma expectativa acadêmica de pesquisa exploratória que pudesse confirmar ou alterar as definições do projeto, no que se refere, efetivamente, ao campo empírico do estudo proposto. A idéia inicial era descrever e analisar o desenvolvimento dos projetos em suas várias etapas: o início, a partir da mobilização das aldeias em torno de uma demanda identificada; segundo, a sistematização da proposta e estruturação (produção escrita) e, finalmente, a implementação do projeto. Para construir essa descrição e proceder à análise, seria necessário registrar dados de projetos, acompanhando-os em varias situações: projetos que estivessem em fase de discussão, os em andamento e os já concluídos

Voltei a campo em julho de 2009 para realizar a atualização de um mapeamento dos projetos sociais que haviam sido trabalhados no Curso de Licenciatura Intercultural na FAE/UFMG e no PROEJA Indígena. Visitei os presidentes das associações com sede nas aldeias Barreiro Preto, Brejo Mata Fome, Rancharia, Sumaré, Santa Cruz, Barra do Sumaré, além do da Organização dos Grupos de Roça na aldeia Itapecuru e o da Organização da Educação Indígena Xakriabá, que morava na aldeia Barreiro Preto. Além de prestar as informações a respeito dos projetos, os presidentes me falaram a respeito do andamento das associações em geral. O resultado dessas visitas foi que me vi sufocada com a grande quantidade de convites para reuniões e eventos ligados a elas.

Na sistematização dos dados, comecei a priorizar os eventos das associações que discutiriam os projetos que poderiam ser contemplados nos critérios estabelecidos.

Na associação do Barreiro Preto, encontrei projetos sociais que se encontravam em todas as fases de execução e com muitas especificidades que movimentavam a participação dos sujeitos em várias aldeias diferentes; ali percebi que teria dificuldade para selecionar os projetos a acompanhar. Na associação da Rancharia, havia um único projeto sistematizado e em financiamento, mas que estava movimentando, efetivamente, toda a comunidade. Na associação do Brejo Mata Fome, apesar de já ter tido experiências anteriores com projetos

financiados, o único projeto que movimentava a associação era a construção e instalação de uma despoldadeira de frutas do cerrado, que se encontrava bastante adiantado, entretanto, por questões técnicas da associação, um projeto de reforma do telhado danificado por um forte vendaval estava sendo implantado pela associação do Barreiro Preto. Os projetos da associação da aldeia do Brejo Mata Fome, portanto, foram descartados como foco de acompanhamento do trabalho de campo. Na Organização dos Grupos de Roça, existiam dois projetos que sugeriam contar com elementos interessantes: um com um financiamento que implicava a gestão dos recursos e que se encontrava em situação complicada; outro, no qual não havia gestão de recurso, mas que obtivera um resultado satisfatório e era o projeto que mais movimentava os sujeitos, no que se refere à participação. Portanto, mantinha-se ainda indefinido um quadro inicial para a pesquisa.

Nas visitas que se seguiram, por mais que eu tentasse focar apenas os (possíveis) projetos a serem descritos, as notas de campo traziam-me dados que ultrapassavam seus limites; certas características eram aplicáveis a muitas situações, as perguntas que eu fazia a respeito do início de um projeto remetiam-me a informações sobre muitos outros projetos ou a outras situações. Enfim, eu estava prevendo que faria um profundo esforço para fazer descrições e análises propostas de projetos selecionados, a partir do acompanhamento do projeto nas associações, aliás, na associação do Barreiro Preto, ainda que a seleção, em meio a nada menos que dezoito projetos que movimentavam a comunidade, naquele momento, ainda não tivesse sido feita.

Um acontecimento em junho de 2010 veio a modificar ou reorganizar os rumos da pesquisa: trata-se da visita de dois técnicos representando a Carteira Indígena¹⁰, para acompanhar os projetos que contavam com seu financiamento. Os impactos causados nas três aldeias que visitaram me fizeram repensar o caminho proposto; cada aldeia passou por um tipo de situação específica. Não houve uma reviravolta na pesquisa, somente demandou-me recolocar o foco estabelecido. Foram momentos de hesitações a respeito da relevância ou não das minhas observações, embaraços e renúncias a algumas pretensões iniciais o que pode ser considerado comum em se tratando de etnografia.

(...) a experiência etnográfica se impõe aos apriorismos do pesquisador, que é obrigado a render-se àquilo que é importante para os membros da comunidade pesquisada, deixando de estudar o que inicialmente tencionava. (GÓRDON, 2004 p.47)

¹⁰ Carteira Indígena - é uma ação do governo federal sobre a qual será esclarecida no capítulo II

Na aldeia de Rancharia, onde houve a construção e instalação de uma casa de farinha, a visita ocorreu em um dia de intenso trabalho, com a movimentação de homens, mulheres e crianças na produção de farinha. Foi uma visita proveitosa para ambos os lados: a associação recebeu as instruções para finalizar a prestação de contas e ainda orientações para utilizar o recurso que havia *sobrado do projeto*¹¹, para desenvolver um trabalho nas proximidades da casa de farinha e os técnicos puderam constatar os efeitos positivos do programa que ali representavam. Na associação do Barreiro Preto, a visita foi tranquila, sendo que o presidente, já muito habituado ao trabalho burocrático, não só apresentou os documentos exigidos e mostrou o resultado dos projetos, como também cumpriu uma função de cicerone, organizando cronogramas e fazendo contatos agilizando o trabalho dos técnicos. Na Organização dos Grupos de Roça, entretanto, a visita foi bastante tumultuada para todos os envolvidos e será analisada com maiores detalhes em outros capítulos da tese. Nos primeiros contatos, os técnicos não conseguiam sequer coletar os documentos necessários para a verificação dos gastos. A diretoria da entidade, por sua vez, além de não possuir os documentos referentes ao projeto de forma organizada, não dispunha dos resultados materiais para demonstrar, após quatro anos de trabalho, ou seja, não havia produção de ovos, nem de hortaliças num projeto financiado exatamente para a implantação de avicultura de postura e horta comunitária.

A comparação entre as visitas feitas às associações do Barreiro Preto e à Organização dos Grupos de Roça suscitou-me algumas reflexões. Na associação do Barreiro Preto, a visita da Carteira Indígena coincidiu com um período em que acompanhei sistematicamente os projetos que me revelava a existência de uma associação sólida e eficiente nas suas atividades. Na Organização dos Grupos de Roça, pouco antes da referida visita, eu havia acompanhado, também sistematicamente, o projeto da piscicultura, motivada pela preparação das lideranças, para atender ao convite feito para apresentar a experiência exitosa no Encontro da Rede Franco Lusofônica de Ergologia. A desenvoltura do presidente da associação do Barreiro Preto para mostrar aos técnicos os resultados dos projetos financiados pela carteira indígena foi um processo plenamente natural, dentro do trabalho da associação. No entanto, chocou-me o constrangimento que a Organização dos Grupos de Roça sentiu, ao apresentar os resultados “negativos” do projeto do ponto de vista dos técnicos. As lideranças da aldeia do Itapecuru, sede da organização, bem como a diretoria da mesma viram-se às voltas com entraves resultantes do contato precário com o mundo burocrático, engessado na escrita, seguindo uma

¹¹ As expressões extraídas das narrativas dos colaboradores estarão escritas em itálico e entre aspas. As citações dos teóricos no meio dos parágrafos estarão somente entre aspas

rotina absolutamente normal do órgão financiador e numa situação muito distante da competência que haviam relatado e demonstrado com a piscicultura.

Minha pesquisa, a partir desse episódio, tomou um novo rumo. Pude perceber que as questões propostas, inicialmente, não seriam respondidas com o foco restrito nos projetos sociais. Novas inquietações surgiram da experiência.

Analisando o mapeamento pude constatar que muitas eram as associações que também malograram em projetos desenvolvidos; aliás, a maioria delas apresenta fragilidades no trato com a burocracia¹², que faz com que consigam somente proceder a algumas ações de organização local e pouco ou nenhum contato com os ditos projetos sociais. Todavia, eu estava diante de uma situação inusitada: como analisar o sucesso dos grupos de roça no empreendimento da piscicultura numa organização local consolidada na aldeia durante mais de 15 anos e o constrangimento diante do projeto da carteira indígena? Investigar os projetos, informar-me-ia o processo vivenciado nas aldeias envolvidas e não apenas o resultado da execução do recurso financeiro.

O redirecionamento da minha pesquisa referiu-se ao reposicionamento do seu foco. Primeiro que os projetos sociais não poderiam ser analisados isoladamente; segundo que as associações e os grupos de roça não são simplesmente *locus*, onde encontramos os projetos sociais, e sim novos espaços de vivência do povo Xakriabá e, não sendo estes o foco da pesquisa, deveriam ser tratados como meio imprescindível de compreensão da dinâmica local, na qual se inserem os projetos sociais. Daí em diante, com mais apuro, atentei-me, para a configuração, inclusive a histórica da experiência com associações, o que me conduziu a privilegiar duas experiências com especificidades históricas e de prática: a associação do Barreiro Preto¹³ e a Organização dos Grupos de Roça.

A idéia inicial de escolher projetos que estivessem em várias fases: desde a elaboração até os desdobramentos, após sua implantação, revelou-se insuficiente ou improdutivo, pois, eu poderia incorrer em uma descrição detalhada, sem o “recheio” das implicações políticas. Mesmo porque, captar o início de um projeto, partindo do critério objetivo da sua elaboração escrita ou a liberação do recurso para iniciar a execução, omitiria a rica articulação interna na qual se insere, inclusive, o próprio conceito de projeto. O foco da pesquisa passou a ser, então,

¹² Não trato “burocracia” como categoria teórica; baseado na utilização local o termo será usado para tratar dos documentos e procedimentos formais no trato com o Estado Nacional.

¹³ A sede da primeira experiência com associação foi a aldeia Brejo Mata Fome, onde se existe o posto da FUNAI. As informações prestadas na análise do próximo capítulo irão esclarecer o trato com a associação do Barreiro Preto.

a participação dos sujeitos, principalmente nas duas entidades privilegiadas, enquanto categoria conceitual baseada em Duranti (1994, 200, 2003), Lave e Wenger (1991), embora o lugar onde, ou através do qual investigar, tivessem sido mantidos: os projetos sociais das associações. Em resumo, o foco de atenção na investigação, deslocou-se dos projetos em si, para a participação dos sujeitos nas situações a eles relacionadas.

Minhas dificuldades de ordem pessoal e familiar e de docência no IFNMG – Campus Januária não permitiram que o trabalho de campo fosse desenvolvido em períodos prolongados, tornando as visitas descontínuas. Entre 2009 e 2011, fiz quarenta viagens, com estadias que iam de um a cinco dias cada uma, mas que obedeceram a um cronograma que respeitava a sequência e continuidade de conteúdo. Minha atenção esteve sempre voltada para as formas de participação dos sujeitos e para a mediação operada pela oralidade e escrita nos Projetos Sociais. Em que pesem pois as circunstâncias por vezes adversas de pesquisa de campo, acreditamos ter desenvolvido um trabalho a contento e, por isso, corroboramos Wolcott (2005), quando afirma que “Los periodos “óptimos” em el trabajo de campo pueden variar tanto como las circunstancias que lo demandan (WOLCOTT, 2005, p.129).

Os períodos selecionados para o trabalho de campo foram estabelecidos prioritariamente, a partir da movimentação interna das aldeias, no que se refere às atividades ligadas às associações. Informadas a respeito do foco da investigação, as principais lideranças ligadas aos projetos sociais colocavam-me a par dos eventos que julgavam interessar-me: reuniões, assembléias, oficinas, cursos, liberação de recursos e reuniões ordinárias das associações. Os contatos eram feitos através de recados intermediados, com boa vontade, por funcionários da prefeitura ou da câmara municipal de São João das Missões, pelos alunos do PROEJA Indígena, nos períodos de aulas presenciais no IFNMG – Campus Januária. Outras importantes ferramentas foram o telefone celular e o público. As lideranças que costumam fazer contatos externos são o cacique, os gestores municipais, alguns presidentes de associação e vereadores, que possuíam antena de telefone celular, o que me garantia uma boa proximidade com o povo indígena¹⁴.

Apesar de desenvolver uma etnografia com foco definido, com objeto bastante específico – a participação nos projetos sociais –, não realizei o trabalho de campo a partir de

¹⁴ As pessoas que têm acesso a esse meio de comunicação desempenham prontamente a tarefa de serem mensageiros nas aldeias.

definições prévias e fechadas. Uma combinação acertada e inspiradora para o trabalho de campo foi a noção de “imponderáveis da vida real”:

(...) há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*. (MALINOWSKI, 1984, p.29) (grifos do autor)

Sob a inspiração do discurso de Malinowski (1984), que adverte não existir “qualquer atalho maravilhoso que conduz ao resultado desejado, sem esforço e sem problema” (p.20), desenvolvi o trabalho de campo, partindo da valorização do cotidiano, apesar de terem sido focalizados em relação aos projetos sociais, que me possibilitaram uma imersão no cotidiano das aldeias. A casa que me acolheu na maioria das visitas era da família de uma liderança da aldeia Barreiro Preto; ali viviam os pais e quatro filhos, três moças e um rapaz, todos com idade acima dos vinte anos, todos com escolarização de nível superior: uma com formação em pedagogia, adquirida em uma instituição particular em Januária, dois acadêmicos do Curso de Licenciatura Intercultural da FAE/UFMG e outra acadêmica do curso de Ciências Biológicas, com o ingresso pelo Vestibular para Indígenas da UFMG. O pai teve escolarização de nível fundamental no PROEJA Indígena do IFNMG – Campus Januária, onde a mãe faz o mesmo curso.

A casa conta com uma boa estrutura para estadia e para fornecer alimentação a um número maior de pessoas, além do fato de que, pela necessidade e disponibilidade da família, havia um constante remanejamento no alojamento dos filhos para o acolhimento de visitantes. Durante o trabalho de campo, constatei, ainda, que além da minha presença, havia o trânsito de vários outros hóspedes: pessoas de instituições externas como professores do inter-módulo do Curso de Licenciatura da UFMG, políticos, outros pesquisadores e prestadores de serviço de outras aldeias. O pedreiro que fazia a construção da casa de uma das filhas, que estava prestes a se casar, era da aldeia Rancharia e mantinha moradia na casa, durante o período de prestação do serviço, e, também, alguns funcionários municipais que efetivavam o trabalho de recuperação das estradas da aldeia encontravam naquela casa um ponto de apoio.

Outro aspecto relevante diz respeito à utilização das casas para o preparo de comidas destinadas a eventos coletivos. As estruturas das escolas são utilizadas, normalmente, para a realização de almoços para os eventos maiores. Para o preparo de quitutes, como bolos, biscoitos, pães, cuscuz, as famílias assumiam as tarefas.

O trabalho doméstico é solidário entre todos da casa e revelam aspectos importantes para a compreensão da vida social daquele lugar, razão pela qual procurei participar tão intensamente quanto possível, seja da arrumação da cozinha, ralação da mandioca para a confecção de bolo, o regar de plantas, arrumação do pátio da festa e outras pequenas tarefas.

No que tange aos eventos durante o trabalho de campo, esses também tiveram o caráter de imersão. Procurando chegar sempre antecipadamente ao local, eu procurava ajudar na arrumação do ambiente, na organização dos equipamentos e disponibilizava-me como motorista para desempenhar tarefas em locais mais distantes. Também, participei das atividades cotidianas junto às lideranças das associações: acompanhei o presidente em visitas, preparação de reuniões e redação de trabalhos burocráticos relacionados aos projetos sociais, como projetos, documentos de prestação de contas e relatórios. Tais atividades deram-me a dimensão do cotidiano das aldeias e do trabalho das lideranças das associações que se envolvem com os projetos sociais.

Muitos encontros e conversas com os informantes aconteceram nas casas, sempre procurando não alterar o cotidiano das famílias; por este motivo, nas conversas com os homens, as mulheres participaram de algumas discussões, demonstrando o lugar que ocupam na vida social. Também tive oportunidade de observar as relações com as crianças e os mais jovens das casas; era comum eu retornar das viagens com pinturas corporais feitas, caprichosamente, com tinta de jenipapo, arte de jovens simpáticas e habilidosas, filhas dos donos das casas que me acolhiam.

O caderno de campo, instrumento importante para posterior análise dos dados, não apresentava linearidade, pois, no momento em que eu realizava anotações de uma visita, dados de visitas anteriores vinham-me à lembrança. Durante as visitas, foram realizadas gravações das conversas e entrevistas com os sujeitos, gravações das reuniões e das minhas próprias impressões, registradas nos momentos de solidão de minhas inúmeras viagens. Eu cheguei a pensar que fazia investigação na estrada, pois várias análises que me vieram à mente, durante o trajeto, eram gravadas para uso posterior. Muitas informações e impressões ocorreram-me, quando dava caronas a indígenas e a não-indígenas, nos diversos trajetos que percorri.

As fotografias tiradas nas visitas e os registros nas minhas aulas no PROEJA Indígena também compunham um *corpus* que faziam de mim, de meu corpo e de minhas emoções, elementos componentes de uma anotação de campo. A complexidade dos fenômenos obriga o etnógrafo a ter atenção desdobrada aos muitos níveis e dimensões do que está em curso, e a

fazer um grande esforço para registrar tudo que sente e vê, visto que percebe, primeiramente, "por inteiro" e, posteriormente, vai fragmentando e desdobrando esse inteiro nos vários momentos do registro.

No momento de analisar os dados para compor o relatório parcial, a não-linearidade foi aspecto muito importante para compor uma rede, e possibilitando a compreensão da temática. O trabalho das associações, em especial da associação do Barreiro Preto, estabeleceu-se num intrincado jogo de relações internas e externas. A metáfora utilizada pelo presidente da associação, a do “*desenho na ment*” e, como meio de se perceber a realidade local, e em relação ao projeto escrito, ofereceu elementos para a construção da análise a ser *passada* para o “*papel e a tinta*” da escrita acadêmica. A inspiração do presidente ajudou-me a organizar a grande quantidade de informações que coletei em campo.

As anotações de campo e as gravações foram inúmeras vezes revistas, momentos durante os quais eu conseguia ampliar a visão dos elementos da pesquisa; percebia dados que não estavam evidentes naquele momento, mas que criavam novos sentidos, quando confrontados com outras situações de campo. As notas de campo que se encontravam organizadas em arquivos do computador foram ganhando escritos com letras de cores diferentes para acompanhar o movimento da percepção no percurso do trabalho de campo.

No contato em campo, tive oportunidade de acompanhar o trabalho desenvolvido principalmente na associação do Barreiro Preto e na Organização dos Grupos de Roça. Realizei entrevistas semi-estruturadas e tive longas conversas com lideranças ligadas aos projetos, entretanto, as situações de *reunião* foram as que mais contribuíram com dados para as análises desenvolvidas. Durante o período de campo, tive oportunidade de participar de vinte e oito reuniões; dezenove relacionadas diretamente aos projetos sociais e nove sobre outros assuntos: território, educação, segurança.

No decorrer da tese, sempre que eu fizer referência às reuniões, haverá a indicação ao quadro abaixo, composto pelos termos data, local e observações, informações básicas sobre as mesmas.

Quadro 1: Reuniões relacionadas aos projetos sociais:

	Data	Local	Observações
1.	22/04/09	Aldeia Itapecuru Manhã: Casa do Vereador	Reunião convocada pela Prefeitura Municipal, para tratar da saúde indígena. Presença: lideranças da aldeia Itapecuru, presidentes dos pólos do Conselho

			de Saúde Indígena, lideranças indígenas ligadas aos poderes executivo e legislativo, e agentes externos ligados à saúde.
2.		Tarde: Barragem	Reunião convocada por liderança da aldeia Itapecuru e da associação do Barreiro Preto, para propor a ampliação do projeto da piscicultura da OGR. Presentes: Lideranças da aldeia Itapecuru, ligadas à prefeitura e de outras aldeias convidadas.
3.	27 e 28/04/09	Aldeia Barreiro Preto – Casa da Comunidade	Seminário para tratar das políticas públicas municipais, convocado pela Prefeitura Municipal de São João das Missões. Presença de lideranças de todas as aldeias, de todas as áreas e membros das aldeias próximas. Participação de 300 pessoas aproximadamente.
4.	17/06/09	São João das Missões	Audiência Pública da ALMG para tratar da questão do território. Presença de lideranças de todas as aldeias e de todas as áreas.
5.	22/07/09	Aldeia Itapecuru - Barragem	Encontro do Grupo de Roça com o pessoal da CODEVASF. Presença de lideranças das aldeias interessadas na ampliação da piscicultura; agentes externos: CODEVASF, EMATER, prefeitura, Na ocasião eu e outra pesquisadora da FAE/UFMG fizemos o contato tendo em vista o Encontro da Rede Franco Lusofônica de Ergologia, onde foi apresentada a experiência da piscicultura.
6.	25/07/09	Aldeia Barra do Sumaré – Prédio da escola que ainda estava em construção	Assembléia comunitária convocada para a reorganização da Associação. Presença do Cacique, lideranças indígenas ligadas à prefeitura, presidentes de outras associações e membros da comunidade
7.	31/07/09	Aldeia Vargens – Casa de Farinha	Encontro proposto pela associação do Barreiro Preto com a ajuda da nutricionista da FUNASA para degustação e discussão dos produtos culinários feitos a partir do ensaio do milho. Presença de lideranças da aldeia Vargens e da associação; agentes externos: FUNASA, EMATER, prefeitura, IEF, pesquisadores da FAE/UFMG.
8.	10/10/09	Aldeia Barreiro Preto – Casa da Comunidade	Encontro das associações convocada pela associação do Barreiro Preto para discutir os projetos desenvolvidos. Presença de lideranças da aldeia anfitriã, de membros da associação do Barreiro e de poucas das associações convidadas e de moradores da aldeia Barreiro Preto.
9.	09/01/10	Sumaré – Capela	Encontro da Coop Grande Sertão. O evento virou uma assembléia – participação do cacique, prefeito, vereadores, CAA, lideranças das aldeias Sumaré, Barreiro Preto, moradores das aldeias próximas.
10.	23/01/10	Aldeia Vargens – Casa de Farinha	Evento da associação do Barreiro Preto sobre banco de sementes organizado pela nutricionista da FUNASA e CAA. Presença de lideranças da aldeia Vargens, da associação da aldeia Barreiro Preto e seus membros.
11.	10/06/10	Itapecuru – Casa do Representante	Reunião das lideranças com técnicos da Carteira Indígena. Presença de lideranças da aldeia

			Itapecuru e da OGR.
12.	13/06/10	Aldeia Barreiro Preto – Casa da Comunidade	Reunião da associação – preparação para a sucessão na diretoria. Presença dos membros da diretoria e dos associados das várias aldeias de abrangência.
13.	10/07/10	Aldeia Itapecuru – Prédio da escola	Reunião convocada pela OGR, para tratar da dinamização do projeto da Carteira Indígena. Presença de lideranças da aldeia Itapecuru, da Organização dos Grupos de Roça e dos moradores da aldeia. Tratou-se de um esforço do presidente após a visita e as cobranças da CI para dar uma destinação às aquisições com o recurso da CI.
14.	29/08/10	Aldeia Sumaré - Casa de Cultura	Assembléia geral da associação 1ª reunião após a eleição da nova diretoria. Presença da diretoria e membros da associação.
15.	22/09/10	Aldeia Custódio – prédio da escola	Oficina sobre manejo para a cultura da mandioca. 1ª ação do projeto Casa de Farinha com a assistência técnica do CAA. Presença de lideranças da associação do Barreiro Preto e de moradores da aldeia Custódio.
16.	05/02/11	Aldeia Custódio – Casa de Farinha que estava sendo inaugurada	Encerramento do projeto – prestação de contas. Presença da diretoria da associação do Barreiro Preto, de lideranças da aldeia Custódio, Caatinguinha, Prata, Brejo Mata-Fome, Sumaré e de várias outras aldeias e dos moradores da aldeia Custódio. Agentes externos: prefeitura,
17.	07/04/11	Aldeia Barreiro Preto – Casa da Medicina	Socialização das experiências com plantas medicinais. Presença de lideranças com conhecimento sobre a mata e de indígenas interessados
18.	24/09/2011	Aldeia Dizimeiro	III Encontro das mulheres Indígenas do Regional Leste. Presença de lideranças e moradores da aldeia Dizimeiro e Peruaçu, mulheres indígenas do povo Pataxó de Minas Gerais, Pataxó BA, Tupinambá da Serra do Padeiro e de Olivença, Pataxó Hã-Hã-Hãe da Bahia. Agentes externos: CIMI, quilombola da cidade de São Francisco
19.	01/10/2011	Aldeia Caatinguinha – Prédio de Engenho de Rapadura que estava sendo inaugurado	Prestação de contas da 1ª parcela do projeto do engenho de rapadura. Presença da diretoria da associação do Barreiro Preto, de lideranças da aldeia Caatinguinha, Custódio, Vargens, moradores da aldeia Caatinguinha e Barreiro Preto.

Vale destacar que todas as reuniões ocorreram em função de situações próprias das associações; minha presença jamais interferiu diretamente na pauta programada, ou redefinida. Em apenas quatro situações, participei como representante do IFNMG – Campus Januária; nas outras reuniões tive a oportunidade de permanecer na condição de observadora. Um exemplo marcante foi a reunião que ocorreu na Casa de Medicina da aldeia Barreiro Preto (07/04/2011 – reunião 17 do Quadro 1). Um grupo iria realizar um estudo sobre as plantas

medicinais, embrenhando-se na mata com os mais experientes; a reunião interna foi preparatória para a atividade. As falas dos mais experientes foram explicativas, no que tange à tradição do uso das plantas medicinais, com invocação aos ancestrais, em ma situação de absoluto interesse interno. Quando o mateiro mais velho discorreu a importância da mata e do tabuleiro para os presentes como membros do povo Xakriabá, fez uma referência a mim, comunicando que eu já estava “*cadastrada no caderno como Xakriabá*”, e demonstrando que minha presença ali não alteraria a preparação a ser feita. Em nenhuma das reuniões, eu tive papel de destaque e em algumas minha presença passou despercebida.

O cenário local é composto pelos sujeitos sociais, que são as associações e por pessoas a elas relacionadas. Existe uma presença marcante desses sujeitos no movimento das aldeias, porquanto conseguem mobilizar seus membros, internamente, e criam os mecanismos para a ação de outros sujeitos – seus parceiros externos.

Das doze associações existentes, as que mais contribuíram com elementos para a minha pesquisa foram a associação da aldeia Barreiro Preto e a Organização dos Grupos de Roça, sobre os quais discorrerei detalhadamente no capítulo I.

Estabeleci com alguns sujeitos, devido a experiências anteriores, uma interlocução de tal relevância, que, para mim, eles se tornaram narradores. A impressão eu que tinha era de que, pelo fato dos Xakriabá reconhecerem, e imaginarem, que eu tinha um conhecimento e uma empatia com seus projetos e suas lutas, poderiam se romper as barreiras do tempo e do espaço; era como se tudo o que estava sendo dito e ouvido fosse comum a eles e a mim.

Os sujeitos com uma atuação mais relacionada ao movimento das aldeias são os seguintes:

- ✓ Sr. Valdim: representante de aldeia, desde o final da *Luta pela Terra*, um dos pioneiros no trabalho com a associação da T.I. Xakriabá; possui grande conhecimento sobre o movimento interno das aldeias.
- ✓ Sr. Estácio: representante de aldeia, também desde a *Luta pela Terra*, assim como o Sr. Valdim, figura que suscita grande respeito de todo o povo Xakriabá pela lucidez e paciência com que conduz as questões internas. Apesar de limitado por problemas de saúde, nos últimos seis anos, tem tido grande importância nos projetos Xakriabá.

- ✓ João de Nana: um dos mobilizadores dos grupos de roça. Não possui cargo de poder definido na hierarquia local, mas exerce uma grande influência sobre o grupo no qual atua.
- ✓ Vicente: benzedor procurado por Xakriabá de várias aldeias; tem atuação nos projetos realizados por iniciativa própria, na localidade onde mora, com o apoio do Sr. Estácio, independentemente de qual seja a associação. Foi aluno da primeira turma do PROEJA Indígena do IFNMG-Januária, escola na qual apresentou muita dificuldade para lidar com a leitura e escrita.

Os sujeitos que tinham atuação direta com as associações são os seguintes:

- ✓ Hilário: figura das mais atuantes em todos os movimentos da aldeia –associativismo, religioso, político -, assumiu o cargo de vereador, após as eleições de 2008 e atua na associação da aldeia Barreiro Preto, desde que retornou, definitivamente, em 1995, de uma experiência de trabalho em São Paulo, iniciada em 1979 e contou com períodos alternados de retorno. Tem participação destacada nas reuniões – suas intervenções foram sempre muito consistentes. Foi aluno da primeira turma do PROEJA Indígena do IFNMG – Campus Januária onde, desde o início do curso, já demonstrava ter contato com a leitura e escrita adquirido com o pai e praticada nas experiências em São Paulo.
- ✓ Nicolau: presidente da associação do Barreiro Preto pelo terceiro mandato; tímido e compenetrado, conta que iniciou sua atuação na associação com um cargo sem importância e teve uma trajetória de ascensão, devido ao comprometimento demonstrado com os serviços prestados. Destaca-se como uma das pessoas com mais traquejo no trato com a burocracia que envolve os projetos. Atua, também, como professor de cultura. Foi também aluno da primeira turma do PROEJA Indígena, superando as dificuldades com a leitura e escrita.
- ✓ Dejinha: um dos responsáveis pela transformação dos grupos de roça em instituição e da qual foi o primeiro presidente. Declara-se analfabeto e afirma ter sido esta a razão pelo qual não participou das turmas do PROEJA Indígena.
- ✓ Santo: colaborador de João de Nana e do Dejinha, ao lado dos quais sempre trabalhou; é o atual presidente da Organização dos Grupos de Roça. Declarava-se, também, sem condições de frequentar o PROEJA Indígena; entretanto, ouvi sua leitura de um documento da associação, em uma das reuniões.

Os professores indígenas, então acadêmicos do FIEI/UFMG, com atuação relacionada aos projetos, são:

- ✓ Zeza: diretora de escola com atuação destacada na associação, desde as primeiras experiências. Atua não somente nas atividades relacionadas à escrita, mas como agente mobilizador, em vários projetos da associação.
- ✓ Marcelo: professor responsável pela escrita do projeto da aldeia do Sr. Estácio.
- ✓ Dão de Rosalvo: professor indígena, atuante como vereador, desde a eleição de 2008.
- ✓ Dé: agente com atuação destacada nos projetos relacionados ao tema da cultura.

Os sujeitos externos com atuação destacada, em relação aos projetos dos Xakriabá e com os quais tive contato, em especial, foram:

- ✓ Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAANM - organização da sociedade civil, com sede em Montes Claros/MG que desenvolve programas sobre a diversidade dos camponeses do Norte de Minas Gerais, com enfoque na agroecologia; assessora diversos projetos desenvolvidos pelos Xakriabá. Iniciou o trabalho com os Xakriabá, atuando como um dos parceiros do Projeto Pé na Caminhada, da então Escola Agrotécnica Federal de Januária.
- ✓ UFMG: universidade que atua junto aos projetos dos Xakriabá, através do GEDUC – Grupo de Educação Indígena. No GEDUC, destaco como referência o projeto intitulado “Sujeitos sócio-culturais na educação indígena: uma investigação interdisciplinar” (GOMES, GERKEN, ALVARES, 2003). Outro projeto de destaque do GEDUC é o “Conhecendo a Economia Xakriabá”, realizado no período de 2004 a 2006, em parceria com o CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da FACE/UFMG) e a Associação Indígena Xacriabá (AIX). Teve atuação destacada no Projeto de implantação do Projeto de Educação Escolar Indígena, pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – PIEI. A primeira turma do curso de "Formação Intercultural para Educadores Indígenas" da FAE/UFMG (FIEI) teve atuação destacada nos projetos sociais.
- ✓ Prefeitura de São João das Missões – objeto de análise específica no capítulo II.
- ✓ Instituto Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Norte de Minas Gerais IFNMG – Campus Januária: escola que, a partir da experiência acumulada com o Projeto Pé na Caminhada, desenvolve o PROEJA Indígena, fazendo articulação com os projetos sociais.

- ✓ Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - órgão não-governamental, associado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, ator importante no processo histórico recente dos Xakriabá, com atuação destacada nos grupos de roça na década de 1990. Na fase de encaminhamento dos projetos sociais, atuou somente em um dos projetos da OGR.
- ✓ CODEVASF: Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba

Nos primeiros contatos, como pesquisadora, era comum que os sujeitos, quase todos meus conhecidos, demonstrassem pouca importância ao que eu dizia como justificativa para minha presença, naquele momento específico; eles continuavam vendo-me como professora ou colaboradora, com quem mantinham um relacionamento de confiança; isso me fazia redobrar a vigilância. Eu insistia sempre nos objetivos e no produto da pesquisa, como se o fizesse pra mim mesma.

Após os estudos do mestrado, o contato com os Xakriabá somente foi retomado em 2006, por intermédio de alguma assistência técnica a projetos produtivos, coordenada por mim e realizada por professores do IFNMG-Campus Januária e, a seguir, no desenvolvimento do PROEJA Xakriabá - no qual atuei como uma das coordenadoras, por ocasião da implantação e, finalmente, como professora envolvida diretamente com os projetos sociais.

Iniciando esse tipo de trabalho, na primeira visita ao Sr Estácio, em 12/05/2010, comecei nossa conversa, dizendo-lhe estar informada a respeito da aprovação do projeto do engenho de rapadura e aproveitei que ele ficara feliz com a notícia alvissareira, e disse-lhe que estava interessada em acompanhar o desenvolvimento da comunidade, para o meu trabalho de pesquisa junto à UFMG. Seu Estácio ouviu com atenção, mas não demonstrou muito interesse pelo que estava sendo dito como justificativa para minha presença ali. Depois da apresentação que fiz, ele pareceu estar me tratando como uma pessoa que, independente do meu interesse pessoal, poderia ser de grande valia para os trabalhos da aldeia.

Era perceptível que os Xakriabá que me conheciam tinham muita receptividade à minha atuação. Sentia que havia um clima de confiança entre nós. Eles não ficavam especulando a respeito dos meus objetivos e não pareciam pautar meus comportamentos e minhas atitudes em relação a eles e, sim, ao interesse que demonstraram em relação à minha presença, o que significava contar com alguma colaboração que eu, porventura, poderia dar à aldeia. Eles me davam a entender que aceitavam minha presença como pesquisadora, mas se mostravam confiantes de que poderiam contar com algum tipo de ajuda que estivesse ao meu

alcance. Senti que devia ficar atenta para que essa facilidade de relacionamento não interferisse na coleta dos dados.

No decorrer da pesquisa, entretanto, os papéis foram sendo esclarecidos pela própria dinâmica dos trabalhos: a atuação com o PROEJA Indígena era definida, a partir do grupo – somente os alunos matriculados na segunda turma na qual, diferente da primeira, havia um número bem menor de lideranças ligadas aos projetos. Quando a atuação era relacionada à pesquisa, o contato era feito com lideranças e situações relacionadas diretamente às atividades específicas dos projetos sociais.

Devo fazer aqui uma última referência às relações estabelecidas com os sujeitos. Sua participação no movimento das aldeias é intensa e as transformações, pelas quais a T.I. Xakriabá vem passando, são facilmente percebidas. Captar esse processo para analisá-lo, tendo em vista os objetivos da pesquisa foi uma tarefa bastante envolvente, e surpreendente também. Afirmar que as mudanças afetam a vida das pessoas é prosaico; conviver um tempo com esse processo foi outra coisa. Constatar que a efervescência das associações e dos projetos tem trazido melhores condições de vida, mas também, conflitos internos foi tarefa simples e possibilitou-me compartilhar as emoções em cada conquista, ou acompanhar alguns conflitos decorrentes da dinâmica interna.

Um episódio, entretanto, deixou-me bastante abalada. Em 25 de julho de 2009, (reunião 06 do Quadro 1), participei como convidada de uma assembléia na aldeia Barra do Sumaré, para a reorganização da associação, reunião à qual farei referência no capítulo 3. A reunião havia sido convocada e conduzida pelo então representante da aldeia e informações posteriores me explicaram o clima de tensão que eu havia percebido na reunião, ou seja, a liderança do representante estava sendo questionada diante dos moradores. Depois disso, encontrei com o representante uma vez mais, quando conversamos sobre o resultado satisfatório da comissão que havia elaborado o estatuto da associação e, em 23 de setembro, data em que estava novamente em campo na aldeia Itapecuru, fui informada sobre o suicídio do representante, com uma arma de fogo, no mesmo dia em que haveria uma reunião da comunidade para resolver assuntos internos. Até esta data, eu ainda não havia repassado as notas feitas durante a referida reunião, para o relatório de campo, e nem as falas gravadas haviam sido transcritas. Somente um ano depois, fui capaz de escutar as gravações feitas e, daquele episódio, analisei somente dados relevantes relacionados à pesquisa, sem nenhuma referência ao suicídio, assim com também o contexto da aldeia não foi analisado. Restou,

entretanto, a constatação de que, no bojo do movimento das aldeias que interessavam à pesquisa, estavam presentes inclusive as situações limite.

As especificidades de gênero e geração na participação dos Xakriabá serão destacadas nas relações estabelecidas, demonstrando a importância conferida internamente, embora não tenham sido alvo de aprofundamento¹⁵.

A tese tem a seguinte estrutura: no capítulo 1, “O Povo Xakriabá: a história e os projetos”, faço uma apresentação do povo Xakriabá, juntamente com uma análise da situação que envolve a investigação realizada. Não se trata de uma retrospectiva histórica, nem da delimitação do quadro atual do povo indígena xakriabá, mas de uma discussão histórica durante a qual dialogo com as circunstâncias de concepção, implantação e gestão dos projetos sociais, que, portanto, exigem as análises que desenvolvi, tendo em vista os objetivos definidos para a pesquisa.

No capítulo 2, “Associativismo Xakriabá e os projetos sociais” discuto o tema do indigenismo, no que se refere aos projetos locais e às relações externas – nacionais e internacionais, a partir dos investimentos conseguidos, envolvendo os indígenas, e analiso as especificidades Xakriabá, em relação às associações e aos projetos. Também apresento nele um panorama a respeito dos projetos desenvolvidos.

No capítulo 3, “Os Sujeitos e a Participação”, faço uma análise dos dados de campo que demonstram as relações de poder que têm influenciado, e sofrido influências, dos projetos sociais: a reunião como uma categoria nativa, a aprendizagem decorrente da dinâmica e o que denominei consensos e conflitos decorrentes da participação.

No capítulo 4, “A Escrita e a Participação”, apresento uma discussão sobre a oralidade e escrita, no contexto dos projetos sociais, e discuto tais questões, à luz de teorias a respeito do letramento. Os dados apontam para as diferentes formas de participação dos sujeitos envolvidos nos Projetos Sociais que se pautam pela oralidade e escrita, em ocasiões em que se observa a presença de escolarizados em diferentes níveis, e de não escolarizados, num contexto no qual a oralidade é fundamental para a negociação entre os diversos sujeitos, e a escrita é necessária, principalmente, nas mediações externas, sem desprezar seus usos internos em progressiva expansão.

¹⁵ Para as relações de gênero verificar o trabalho de Oliveira (2010) e sobre as crianças e os “rapazinhos” Xakriabá verificar o trabalho de Santos (2011)

CAPÍTULO 1

O Povo Xakriabá: a história e os projetos

Neste capítulo apresento o Povo Indígena Xakriabá, compondo o cenário da investigação com o surgimento das entidades jurídicas nas quais se desenvolvem os projetos sociais. Os elementos históricos foram selecionados de modo a favorecer a compreensão das análises propostas que tiveram como foco a participação dos sujeitos enquanto categoria nativa e analítica nas associações locais. Como poderá ser observado neste capítulo, a configuração das associações a serem exploradas no capítulo 2 e as formas de participação dos sujeitos analisadas no capítulo 3 sofrem grande influência dos caminhos percorridos no processo histórico. Para a compreensão da história dos Xakriabá será abordado em primeiro lugar a presença de documentos escritos que a compõem e que ajudarão a elucidar as discussões propostas no capítulo 4.

Registro aqui a grande relevância do trabalho antropológico desenvolvido por Ana Flávia Moreira Santos (1997) que não somente realizou um levantamento histórico, mas fez uma detalhada análise do processo de formação do povo Xakriabá,

“desencadeado a partir do momento em que, concretamente ameaçados por uma regularização fundiária extremamente expropriativa, coordenada pelo governo estadual, moradores do *Terreno dos Caboclos da Missão do Senhor São João* decidem procurar a FUNAI como estratégia de defesa de uma terra concebida como comum e indivisa”. (1997, p.09)

A leitura da dissertação possibilita a compreensão dos meandros do movimento interno e externo no qual o povo que se autodenominava *caboclos* ou *herdeiros do Sr. São João* emergiu como povo indígena Xakriabá. As referências históricas em investigações recentes, seja no campo da educação (ESCOBAR, 2004; SILVA, 2010; PEREIRA, 2003; MENDONÇA, 2007; SANTOS, 2006), seja no campo da antropologia (OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2010) foram construídas tendo como fonte as análises de Santos (1997) e serão por mim referidas no contexto em que foram usadas: na discussão da educação diferenciada e na antropologia para discutir o foco da cultura e da política.

1.1 A memória coletiva sobre o território: o documento contado e escrito

Neste tópico exploro alguns elementos da história de constituição do povo Xakriabá que ilumina os aspectos da participação dos sujeitos como resultado do processo histórico vivenciado e também se liga à forma de utilização local da cultura escrita materializada nos diversos documentos com os quais se deparam e que impulsiona as relações que se estabelecem através da oralidade.

Realizar um trabalho etnográfico junto aos Xakriabá coloca os pesquisadores em contato com a compreensão que têm a respeito do processo de sua constituição enquanto povo indígena tendo em vista o complicado contato remoto na dinâmica de colonização do noroeste mineiro no século XVII e a suspeição da condição indígena que inaugurou na década de 1960 a aproximação com a FUNAI, órgão que deveria conferir-lhe o direito requerido.

A memória coletiva presente nos depoimentos colhidos por Santos (1997) e que aparece na narrativa de Dona Ercina na minha pesquisa de mestrado (ESCOBAR, 2004) demonstra a relação com a Carta de Doação, primeiro documento escrito com o qual se depararam os Xakriabá que, "marcada pela doação, o início da terra - ou do terreno dos caboclos - representa o momento fundante da história do grupo". (SANTOS, 1997:37). As conversas com os Xakriabá sobre a história sempre levam ao documento de uma forma especial; trata-se da música cantada pelos índios velhos e recolhida pelo antropólogo Alceu Cotia em 1981, que reproduz trecho do documento de doação¹⁶. O mesmo texto foi apontado por Santos (2010, p.29) quando um dos sujeitos o recitou numa espécie de reza ou poema, no qual estaria registrada a vontade dos doadores da terra:

Para isso eu dou as terras
 Pros índios morar (repetir 3 vezes)

Daqui para Missões, cabeceira do Alagoinhas,
 Beira do Peruaçu até as montanhas
 Prá índio não abusar de fazendeiro nenhum
 Eu dou terra com fartura para índio morar:

A Missão para morada,
 O Brejo para o trabalho,

¹⁶ Paraiso (2008) relata, por ocasião da realização do Laudo Pericial Xakriabá, que viria a servir de sustentação para o reconhecimento da identidade indígena, ter escutado a música cantada pelos índios mais velhos num ritual em agosto de 1997, no qual o grupo de antropólogos da qual fazia parte consultou a *Yayá* "através do pajé e do cacique" onde poderiam encontrar o documento que necessitavam como prova da condição indígena requerida, para a qual receberam a resposta: "*vá ao Cartório de Januária que o paper veio de lá*" (p.319)

Os campos Gerais para as meladas e caçadas
 E as margens dos rios para as pescadas
 Dei, registrei e selei.
 Pago os impostos
 Por 160 réis.

O documento na forma escrita, na perspectiva de Paraíso (1987:26), representa o resultado de uma aliança contra os Kaiapó e seus ataques às fazendas de gado e presumivelmente às aldeias Xakriabá; nele a "liberdade" de vida no território concedida por Januário Cardoso é acompanhada de uma série de normas a serem cumpridas pelos índios. Tais normas revelam a preocupação em controlar possíveis traços culturais característicos dos índios Xakriabá: a prática de "correrias", as caçadas, a extração do mel e a coleta de frutos nos gerais, além da agricultura na área fértil do Brejo Mata-Fome. Havia limitação quanto ao trânsito dos índios que deveria ocorrer somente dentro da área da missão, imposição quanto ao aprendizado religioso e ao casamento, instruções em relação ao trabalho e utilização dos recursos naturais, além de ameaças em relação à ocorrência de furtos, insolência e perturbação nas fazendas vizinhas.

(...) dei terra com sobre para não andarem para as fazenda alheia do Riacho do Itacaramby asima até as cabiceiras e vertentes e vertentes e descanco extremado na Cerra Geral para a parte do peruaçu extremado na Boa Vista onde desagua para lá e para cá e por isso deilhe Terra com Ordi de nossa Magestade ja assim não podem andarem pelas fazendas alheias incomodando os fazendeiros -- missoes para morada o brejo para trabalharem Fora os gerais para suas cassadas e meladas. (Certidão Verbum-Adverbum - Uma doação)¹⁷

Tendo em vista a presença do documento de doação podemos observar as narrativas tratadas como uma espécie de “mito de origem” xakriabá (SANTOS, 2010 p.30) com a presença da escrita. Ao misturar figuras da história da ocupação das regiões do Brasil, D. Pedro II e a “*Princesa Santa Isabel*”, com o *Sr. São João* enquanto elemento de religiosidade¹⁸, a memória coletiva explica o direito dos índios ao território. Com versões peculiares, onde exercem diferentes papéis, D. Pedro e a Princesa Santa Isabel doaram a terra para Sr. São João agasalhar os índios do lugar, dando origem ao referido direito.

Para a forma contada lanço mão da narrativa de D. Ercina que consta da minha dissertação de mestrado. Tendo vivido por mais de cem anos, Dona Ercina, que faleceu em

¹⁷ A citação manteve a ortografia do documento original encontrado em Paraíso (1987)

¹⁸ Em relação à Isabel há indícios de que a figura histórica da Princesa Isabel que libertou os escravos se confunde com a Santa Isabel que, na Igreja Católica, vem a ser a mãe de São João Batista

2008, antes portanto do meu trabalho de campo, era considerada como a Mãe de todos os índio Xakriabá e viveu na aldeia Brejo Mata-Fome desde pequena. Nasceu fora da área, entretanto tinha um conhecimento profundo sobre todas as questões internas e tomava para si responsabilidade de ser uma das guardiãs da tradição do seu povo.

Do Peruaçu pra cá, inté na volta da serra, a terra é dividida... É do Senhor São João, que é dos índio... é nosso ali... Pros filho dele, os filhos do Senhor São João, trabalhar pra mó de Deus dá o bocado, pra num ser possível pedir pros fazendeiro. Ela é marcada assim. O Senhor São João da Missão é o santo... Esse terreno aqui é dele. D. Pedro II pegou esse trecho do Peruaçu pra cá, Lagoinha, Barra de Itacarambi, volta da Serra, Barriguda Serrada, Missão, da beira do rio São Francisco pra cá. Foi entregue pro Senhor São João agasalhar os índio dele pra nunca abusar fazendeiro nenhum.

Elisa [sua nora] tem a cópia [do documento de doação] desse lugar aqui, que meu filho [Rosalino]¹⁹ recebeu. Ela tá ni Ouro Preto. A doação. É. A doação desse terreno aqui de Senhor São João tá ni Ouro Preto. Antonce, eu fico por entender, minha filha, se esse filho foi lá e ele recebeu essa cópia desse terreno aqui. Porque a doação fica lá pra internidade, né? Agora, a cópia... E antonce, minha filha, Deus abençoou... foi bom por um jeito porque os irmão tá aí... Aí tem um lugar que ele sempre sentava... debaixo desse pé de laranja, ele dizia assim: "- Mãe, eu tô trabalhano e fazeno tudo na vida, mas eu num sei se dá d'eu assistir em tudo. Agora, tem outra, eu recebi esse negócio dessa terra de D. Pedro II e Dona Maria Isabele..." cê já ouviu falar neles, minha filha? Ele veio e falou que quem podia fazer limpeza aqui nessa área, era Rosalino. Aí ele falou assim: "- Mas eu num posso, eu sou criança..." Aí ele diz que ele falou assim: "- Não, meu filho, só me serve é você!" Aí ele falou assim: "- Ó, eu num sirvo que eu num tem leitura e eu sou criança." Aí ele falou pra mim assim, que D. Pedro II falou pra ele que outro num servia, só servia ele. Aí ele falou pra mim assim: "- É mãe, eu peguei uma cruz pesada e pus nas minhas costa e essa cruz, eu morro e num tiro ela. Eu vou lutar! Eu recebi e lhe garanti que, com fé em meu Deus e em Senhor São João, eu vou lutar e hei de dar conta". E como de fato, minha filha, quando tiraro a vida dele, os posseiro já tava retirano. (ESCOBAR, 2004, p.74)

D. Ercina favorece a compreensão da relação entre dois tempos, ou seja, o tempo em que houve a definição do *terreno dos índios, filhos do Sr São João* numa ilustração da discussão feita acima e o tempo que houve a definição da terra indígena Xakriabá em que seu filho Rosalino teve uma participação destacada, descrita logo a seguir.

O documento cantado, rezado ou recitado revela a consciência dos Xakriabá sobre sua trajetória histórica. A presença da escrita em um documento manifesta-se como principal marca histórica da condição indígena vivenciada entre si e diante da sociedade nacional.

¹⁹ Referência a Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado em uma chacina por ocasião da Luta pela Terra nos anos de 1980, sobre a qual será referido posteriormente. A nora citada antes vem a ser a esposa do Rosalino.

1.2 Os desdobramentos em outro documento: assinar como índio ou posseiro?

“Quem quiser ser índio ta ali, quem quiser ser posseiro ta aqui” (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011)

Neste tópico procuro destacar na composição do cenário o envolvimento dos Xakriabá em outra situação na qual outro documento escrito volta a ter lugar na participação dos sujeitos locais. Na década de 1970 os Xakriabá se viram na situação de escolher por algumas vezes entre dois documentos no qual dariam uma assinatura para definir se seriam indígenas ou posseiros; para melhor compreensão esclareço a origem de tal questão.

A primeira metade do século XX marcou o movimento de reorganização e intrusão do território doado; imigrantes pobres que vinham usufruir a riqueza do lugar, geralmente oriundos do nordeste e em especial da Bahia eram, na maioria das vezes, incorporados ao grupo através de casamentos. Outro processo de intrusão aconteceu pela ação dos fazendeiros respaldados pelos poderosos da região – políticos e empresários do setor agropecuário. O primeiro grupo foi acolhido pacificamente pelos Xakriabá embora resultasse em situação problemática posteriormente; em relação a isso, um fator relevante presumido no estudo de Santos (1997:49) refere-se ao movimento de ocupação através de cessões e vendas aos moradores ou aos chegantes de áreas tradicionalmente utilizadas para caça e pesca, feito pelas lideranças influentes como "a base de estratégias de maximização do uso da terra". A continuidade do relato de D. Ercina aborda os problemas internos.

Teve um tempo que miaçou a terra... e foi muito. Ô minha filha, foi por causa do posseiro. O pessoal de fora que tomaro conta, né? (...) Quando pensou que inda não, no fim, já deu pra vender os lugar. Vendeno um lugar pra um, vendeno um lugar pra outro... Isso aqui tudo foi vendido! Esse trecho daqui desse mundo pra cá, lá pro outro lado, tudo, tudo... Vendeno pros povo de fora. (ESCOBAR, 2004, p.73)

A penetração dos baianos não deixa, porém, de ser vista como um movimento intrusivo e como a origem da perda dos direitos. Descrita como um processo contínuo, é apresentada, não raro, como um movimento capilar e quase imperceptível, metaforizado na imagem dos laços de amizade e parentesco estabelecidos com aqueles que, de início fracos e inofensivos, se tornariam os usurpadores da terra, uma vez adquirida força numérica e econômica. (SANTOS, 1997:45)

Continuando o seu relato, D. Ercina faz referência ao início do movimento interno de busca dos direitos pelo território ameaçado:

Pra esse menino meu, esse que tiraro a vida dele, ele era criança... criança, minha filha.. Dos mais velho e os outros, tinha o finado Germano, o finado Salumé, o finado Estevo. Tinha dois Germano, Agostim, pai de Lorindo, ali em riba, finado Gerome, finado Biniditim... tudo já labutava pra cima, por essas terra aí... Veio desse povo tudo... tudo andava e todo mundo dava dinheiro pra esse povo sair pra arrumar as coisa dessa terra e nunca ninguém arrumou Todo ano! Todo ano! Era época sabida. Aí aconteceu, fôru acabano, fôru acabano, no fim.. Era um bocado deles, tudo lutano por essas terra aqui. Mas nunca pudero liderar nada, dizem eles que era pra retirar aquelas pessoa de fora, mas nunca que podia... E já o Rosalino... pra mim era um anjo... ele era um anjo de Deus. Eu era pequena, depois que passei a mãe de família e depois Deus me deu ele. (ESCOBAR, 2004, p.73)

Os *finados*²⁰ citados por D. Ercina são os personagens que se envolveram no episódio marcante referido constantemente pelos índios e analisado por Santos (1997), que situa a intrusão dos fazendeiros, o início da perseguição sangrenta e dos primeiros movimentos de busca externa para solução dos problemas refere-se a "*derrubada do curral de vara*" pelos índios Xakriabá, ocorrido antes de 1930. Segundo os relatos, tratava-se de um curral de aroeira, construído pelos fazendeiros na aldeia de Rancharia, próximo a um local sagrado - um dos terreiros da prática religiosa do grupo indígena. A tal episódio seguiu-se uma implacável perseguição aos índios, ocasionando a fuga de muitos e, do ponto de vista deles, um enfraquecimento do grupo. As represálias violentas às práticas do ritual também forçaram as lideranças a esconder as "*tralhas do Toré*" e a manter o "*segredo*" sobre a religião. Outra conseqüência do confronto com os fazendeiros nessa ocasião foi o início da saída de lideranças em busca dos direitos da terra e o sumário desaparecimento de todos eles. Tais lideranças são referências para todos os relatos sobre a história posterior vivenciada pelos índios na década de 1980.

Outro elemento que surgiu com o enfrentamento referido acima, a partir da década de 1930, foi a disputa interna por grupos de pensamentos divergentes quanto à ocupação da terra: apoiado ou insuflado por políticos e outros interessados de cidades vizinhas, um grupo defendia a divisão e regularização das propriedades dentro da área e outro grupo defendia a manutenção do território comum dos índios. Tal fato se revelou relevante no decorrer do processo histórico.

Neste ponto faço referência aos personagens da sociedade nacional que se fizeram presentes neste período da história: RURALMINAS, INCRA e FUNAI. Como ação do

²⁰ Rafael Barbi dos Santos (2010) faz uma interessante análise partindo das narrativas sobre o *tempo dos antigos*, sujeitos que viveram num passado distante na história, *dos finados* como sujeitos que participaram da história sobre os quais identificam na memória e o *tempo d'agora*, tomado a partir das *retomadas* na Luta pela Terra sobre a qual serão feitas abordagens posteriores.

governo do Estado de Minas Gerais em 1966, foi criada a RURALMINAS - Fundação Rural Mineira, para agir nas terras consideradas devolutas, dentre elas, a área indígena Xakriabá. Neste contexto de pretensa valorização da região pela ação do órgão do Estado de Minas Gerais, intensificou-se o processo de intrusão na área. A vinda de novos fazendeiros e de outros processos de grilagem provocou mais conflito e violência com "o cercamento de grandes extensões de terra, contrário à máxima tradicional do trabalho como modo de apropriação" (SANTOS, 1997:75). Aliado a esse fator, as intervenções da RURALMINAS e do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pelo ordenamento fundiário nacional, com suas taxas de medição e ocupação no final da década de 1960 e início dos anos de 1970 representou, além da ameaça ao direito da terra, um desrespeito à organização interna do grupo com a chegada do elemento da especulação imobiliária²¹.

Observa-se, nesse período²², uma nova onda de saída para procurar o reconhecimento da área, protagonizada por Laurindo Gomes de Oliveira, filho e neto das lideranças desaparecidas no episódio do curral de vara e Manoel Gomes de Oliveira – mais conhecido por Rodrigo ou Rodrigão, que veio a ser, posteriormente e sob a influência do órgão por ele acionado, o Cacique Xakriabá. Dessa diligência surgiu a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, órgão ligado ao Governo Federal para tratar da questão indígena no Brasil, como um novo elemento para o processo de disputa institucional da sociedade envolvente, formando um trio de atuação composto da articulação entre RURALMINAS, INCRA e FUNAI, com a participação de políticos e empresários do setor agrário da região. Além de atuar na disputa do território, tais atores provocavam uma demanda sobre o reconhecimento ou não da identidade étnica.

Neste ponto utilizo-me do relato do Sr Valdim, sujeito que participou dos episódios da *retomada* e posteriormente veio a participar da hierarquia local, incluída aí a presidência da primeira associação indígena Xakriabá, *locus* privilegiado da investigação realizada. Sr. Valdim trás muitos dos elementos analisados para a compreensão da configuração do povo Xakriabá.

²¹ A venda de que trata D. Arcina no fragmento anterior não são consideradas como especulação financeira; refere-se às transações envolvendo as áreas de capoeiras que não consistiam propriamente na venda da terra. Segundo a própria D. Arcina no trabalho de Santos (1997, p.75) “*terra ninguém compra não, só comprava o direito*” (grifos da autora)

²² Este período é denominado pelos Xakriabá como Luta pela Terra e se constitui como referência para a configuração do território que possuem hoje e para as reivindicações que ainda fazem em todas as áreas para as quais buscam o desenvolvimento.

(...) A FUNAI chegou pra ajudar nós a defender nosso direito, mas o CIMI²³ num demorou chegar também não. Porque naquele tempo o nome nosso mesmo que era conhecido era caboclo. Aí o CIMI chegou e falou: -pois, é vocês é caboclo, mas o que é caboclo? Caboclo é índio, vocês tem que falar... lembrar de caboclo, mas é índio, vocês são índio. Aí nós, nós tava acostumado a falar caboclo aí nós, pra falar índios a gente tinha um pouco de dificuldade ali por não ter costume. -É mas, caboclo num é o mesmo índio? Então nós fala caboclo! -Mas o certo é índio. Mas... a FUNAI não fazia isso, né? Por exemplo, qual é o direito que você tem? O CIMI falava: -você tem isso, isso, naquilo.

A FUNAI não fazia bem isso. (...) Não explicava bem pra gente, né? É tanto que, quando veio o cadastramento, colocou uma mesa lá e outra cá; quem queria ser índio assinava cá, quem num queria ser índio assinava lá. Colocou lá uma banca, uma mesa de posseiro e uma de índio. Quem quiser ser índio ta ali, quem quiser ser posseiro ta aqui. E aí foi quando... é... eu tinha assim amizade com vários posseiros e... mas...

(...) Eu cheguei e aí vi o grupo; -ali quem quer ser índio é ali, quem quer ser posseiro é ali. Só que a gente num sabia qual era das duas coisas que era mais importante. Então falava assim... os mais esperto chegava na gente, que era os próprios posseiros, nós tinha parente, amigo, posseiro... primo carnal, igual o... primo carnal que era posseiro... tio, tudo ali, posseiro! Eu digo: -ué! Então a gente ficava voando, né? Era um fogo cruzado pra gente ali. Porque se fosse só os lá de fora, não índio, era bom, mas misturou índio como posseiro fazendo declaração de posse. E tinha o grupo de cá também só índio, né? Os índio separou, né? Mas lá no meio dos posseiro tinha um bocado, muitas vezes a gente tinha irmão, tinha parente, tinha filho, tinha sobrinho, tinha tudo ali. Então a gente ficava só mesmo o... a força de Deus que fazia a gente escolher. E ali um ainda chegava ali: -moço, se você fazer o cadastro de posseiro você vai fazer empréstimo no banco, você vai mexer com dinheiro, você vai comprar gado... Aqui, naquele tempo nós num tinha gado... -você vai ser uma pessoa que vai desenvolver muito mais. E aí a gente ficava assim... pensando: -como é que eu vou fazer? Qual será o lado melhor? Ninguém chegava pra falar assim: -não, moço, seja índio que você vai levar muito mais vantagem, que você nasceu e criou aqui... ninguém falava nada.

Eu mesmo cheguei lá, fiquei olhando assim... Eu falei: -oh, ali só tem gente de boa situação... aqui só tem fraquinho. Só que a fila dos fraquim tava lá longe, né, e a fila do outro tava menor; pessoas de chapeuzão da cabeça... eu falei: -não, aquela fila ali num é pra mim... (muitos risos) A fila minha é essa aqui, né? Aí alguns falou assim -mas Valdim moço, você ta doido, sai daí desse bolo, rapaz! Você vai querer viver igual porco no chiqueiro! Eu falo: -não, eu gosto de ta é no chiqueiro mesmo... aí é quem tem dinheiro, eu não tenho dinheiro, uai! Vocês têm dinheiro, eu não tenho... E a turma virava... porque, às vezes as pessoas que num tinha nem um cavalo pra montar tava ali eu, pelo menos, graças a Deus tinha um cavalo pra montar. (...) Então a gente... a gente ficou mesmo do lado desse grupo que era fraco, mas a informação era muito pouco. E daí em diante que o CIMI foi ajudando, a FUNAI também começou a se aproximar mais, orientando, mas na verdade, muitas pessoas que assinou por posseiro até por inocente, não sei bem informar. E hoje a gente já conhece um pouco dos direitos, mas ainda, Xakriabá, né, é muito lento atrás do direito que tem. A gente sabe que

²³ Conselho Indigenista Missionário - órgão não-governamental, ligado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

a FUNAI ela num, ela num libera diretamente aquilo que os índios tem necessidade. Ela é mais assim, tem que ter um pouco de pressão em cima dela. (Sr Valdim. Entrevista em 06/04/2011- Relatório de Campo)

Pode-se destacar neste trecho do depoimento do Sr. Valdim vários elementos importantes para a compreensão da situação interna: a percepção de que seriam caboclos e o processo de autodeterminação como povo indígena que podemos destacar na expressão “*caboclo num é o mesmo índio? Então nós fala caboclo!*”. Ainda segundo o depoimento, em relação ao campo institucional, havia uma disputa entre FUNAI e RURALMINAS que determinaria, a partir de interesses distintos, em relação ao primeiro órgão, a doação de uma área para acolher os considerados remanescentes dos indígenas que habitavam a região e, por parte do outro órgão, a definição de lotes para os presumidos posseiros lá existentes.

Em relação às filas diante da *mesa de posseiro e de índio* às quais Sr Valdim se refere temos que, no campo das instituições governamentais envolvidas, a questão se resumiria em resolver, através da assinatura em um documento de autodeclaração, quais seriam os índios, se é que eles existiam e quais seriam os posseiros, seguida da resolução de definir qual seria a terra indígena, se é que ela continuaria existindo e qual seria a terra a ser considerada devoluta para resolver a questão fundiária. Ou seja, qual a porção de terra da FUNAI e qual a porção de terra da RURALMINAS. Sobre a opção dos moradores, assim se posiciona Santos:

Apoiados em solo comum, os moradores elegeriam e hierarquizariam diferentemente suas prioridades, imprimindo às suas ações cursos distintos e consumando a operação que transformaria esta tensão em contradição e ruptura: na procura dos direitos se elege a defesa do patrimônio comum como valor primordial; a adesão à regularização dos lotes expressa, por seu turno, a priorização das estratégias e projetos individuais e do valor da autonomia familiar. (1997, p.145)

Sobre o uso do documento escrito, no qual órgãos governamentais exigem a assinatura como escolha pessoal de pertencimento étnico de maneira intimidatória, pode-se fazer algumas análises. Primeiro ponto a ser considerado é o alto índice de analfabetismo na década de 1980, quando ocorreram os fatos, apontado no depoimento do Sr. Valdim; os documentos que constam do projeto de implantação das escolas indígenas dez anos depois confirmam que quase a totalidade dos adultos era analfabeta e muito pouco circulava de papel escrito/impresso na terra indígena. Destaca-se, portanto, o uso do documento escrito como uma violência simbólica. Ao arbitrar a situação solicitando assinaturas em documento escrito, os próprios órgãos de governo são agentes da violência simbólica praticada com o uso da escrita. Esse uso ostensivo (e enganador) da escrita já era conhecido dos caboclos nos

processos chamados de *grilagem da terra*²⁴. Ou seja, a relação com a escrita esteve sempre envolvida nas lutas e disputas de poder e da terra, e os índios sempre tiveram pouco domínio sobre ela. Historicamente, se poderia dizer, aprenderam a desconfiar e a ter que desenvolver mecanismos para se relacionar com esse mundo de oficialidade escriturada, e defender seus interesses.

Concomitantemente às disputas entre RURALMINAS e FUNAI, a situação de grilagem, venda e mais invasões de terras, envolvendo políticos e empresários influentes na região se agravava, ocasionando uma violência crescente, com a participação da força policial dos municípios de Manga, Itacarambi e Januária²⁵ contra os moradores locais. O Cacique Rodrigo, intitulado sob a batuta da FUNAI, desempenhava o papel de interlocutor dos ditos "remanescentes" com o órgão tutor e o seu porta-voz oficial, função que era muitas vezes criticada e que gerava alguma manifestação de insatisfação no grupo.

Outro elemento importante trazido à luz no relato do Sr. Valdim refere-se à chegada de um novo sujeito da sociedade nacional no cenário no início da década de 1980: o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, órgão ligado à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Através da ação missionária do CIMI, no período de 1984 a 1987, ocorreu a entrada dos Xakriabá no movimento indígena em curso no país, com a participação de uma delegação deles no 1º Congresso dos Povos Indígenas de Minas Gerais, composta, dentre outros índios, do cacique Rodrigo e de Rosalino Gomes de Oliveira - novo sujeito muito importante na liderança da disputa pela terra. Sobre este aspecto, assim se posiciona Santos (1997):

Tornando público o avanço da grilagem, o CIMI se revelaria importante por ampliar consideravelmente o leque de apoio ao grupo, inserindo-o em um contexto político independente do órgão tutor: o movimento indigenista não oficial. Através de um trabalho de "conscientização" fortemente calcado na religiosidade católica passa também a colocar em jogo outros significados para o termo *índio*, agindo no sentido de descartar categorias como *descendentes* e *remanescentes*, que introduzidas pela FUNAI na década de 70, haviam se tornado, como aponta Atzinger em 78, uma espécie de "auto-denominação" (cf Atzinger et alli, 1978:03/4) (p.216)

Como elemento novo na Luta pela Terra, um movimento de reocupação das áreas intrusadas através de mutirões para "*colocar roça*" e construir casas, aos quais denominam de

²⁴ O termo que se origina do fato de produzirem falsos documentos escritos e os colocarem em gavetas com grilos para adquirirem aparência de antigos.

²⁵ Itacarambi era o município à qual pertencia a Terra Indígena reivindicada já que São João das Missões era então um distrito que veio a ser emancipado posteriormente à resolução da questão; Januária e Manga são municípios que fazem divisa com Itacarambi.

mutirões, já havia iniciado em 1984. Todavia, em 1985, organizando o primeiro grande mutirão na fazenda do Prefeito José Ferreira de Paula²⁶, Rosalino Gomes de Oliveira iniciou sua efetiva participação como liderança emergente do movimento. A estratégia era recuperar o direito tradicional com a tática de conquistar espaços pontuais, demarcando-os através das roças. A reação dos fazendeiros foi contundente com ameaças e abertura de inquéritos policiais e a luta com os posseiros, uma constante.

A pressão foi muito forte (ênfase). Não avalia o quanto, por exemplo, finado Rosalino, que era ligado com o CIMI, que tinha um grupo muito forte junto... Eu acho que essa estratégia foi muito boa. Corajosa. Porque, se não faz isso talvez nós taria enrolado até hoje... Eu digo isso porque acompanhei de perto. Eu morando aqui, mas que a luta tinha que sair mais pra aquela região do Sapé que foi a primeira retomada da fazenda lá. Tinha um poderoso lá que foi quem trouxe os maiores problemas de início, né, e que a gente acompanhou muito bem isso, aonde tava fazendo os mutirões. Então a gente acompanhou muito bem isso e sabe que foi uma luta que valeu a pena, né... não só pra um, mas pra todos, né? E essa divulgação do pessoal do CIMI ela foi muito importante. Se deu errado em algumas coisas é porque muitas vezes a gente mesmo que tava acompanhando é que num sabia aproveitar a coisa direito. (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011 – Relatório de Campo)

A Polícia Federal presente durante um período, entretanto, à sua saída, as intimidações dos fazendeiros, com a ação da polícia local, voltaram a rondar a vida dos Xakriabá e, neste cenário, na madrugada de 12 de fevereiro de 1987, ocorreu a "Chacina do Sapé", na qual fora vítima fatal a principal liderança do movimento dos mutirões, Rosalino Gomes de Oliveira, acompanhado de José Teixeira e Manoel Fiuza da Silva, que ainda se recuperava de um atentado anterior. Morreu também no local, o pistoleiro Agenor Nunes de Macedo e saiu ferida a esposa de Rosalino, Elisa Nunes de Oliveira, grávida de sua filha mais nova. Este episódio adquiriu extraordinária repercussão em âmbito nacional, sobretudo, pelo fato de ter sido levado a júri federal, qualificado como crime de genocídio. À luz do Laudo Antropológico de Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1987), elaborado a partir da solicitação da Promotoria Pública, os acusados foram condenados à pena de prisão.

Como podemos observar, a Carta de Doação como documento que garantia o direito dos protegidos do Sr. São João não havia sido suficiente no momento em que a relação com o Estado se fez necessária e entra em cena um novo documento sobre o qual deveriam escolher

²⁶ José Ferreira de Paula, juntamente com outros cinco fazendeiros controlavam 60% da área em disputa; foi prefeito de Itacarambi por ocasião da Luta Pela Terra e estava novamente cumprindo mandato na Prefeitura do município de Itacarambi quando realizei a pesquisa de mestrado.

individualmente o pertencimento: posseiro ou indígena tendo a escrita e, mais ainda, a assinatura como arbítrio da questão.

1.3 O Cenário após a Luta Pela Terra

Aqui é importante recuperar os dois pólos de poder estabelecidos ou acirrados por ocasião da Luta pela Terra que, de alguma forma deram suporte a partir dos anos de 1990 à configuração das associações e dos grupos de roça para o desenvolvimento dos projetos sociais: como estratégia para conseguir a demarcação da terra com a condição de grupo indígena analisamos o grupo que seguiu a orientação da FUNAI sob a influência local da liderança do Cacique Rodrigo e o grupo que seguiu a estratégia de tomar a terra através dos mutirões para colocar roça, em que se estabeleceu a liderança do Rosalino que, tendo se aproximado do movimento indígena, acatou as orientações do CIMI.

Segundo Santos “é Rosalino – em detrimento da chefia exercida por Rodrigo – quem se torna o pólo dinamizador e centralizador da reocupação da terra e das ações de 86” (1997, p.242) e essa disputa demarcou muitas ações da época e tem hoje influência em alguns dos desdobramentos aos quais farei referência na análise dos projetos sociais. Num contexto marcado pela disputa externa entre a FUNAI e a RURALMINAS “a forma da *união*, transformada em *trabalho*, ‘paralisa’ os ‘inimigos’ e muda o olhar da lei e da justiça sobre os índios” (SANTOS, 1997, p.245).

Com a instalação e visibilidade interna e externa desses dois grupos de mobilização nos anos de 1980 naturalizou-se interna e externamente a divisão das aldeias e moradores como os que se alinhavam a Rodrigo, figura fortalecida no contato com a FUNAI, da qual tornou-se funcionário e os que se alinhavam com o CIMI que fortaleceu a liderança do Rosalino. Deve-se levar em conta, entretanto, que a capacidade de mobilizar os mutirões para colocar as roças, em que se configurou a liderança do Rosalino, não se explica somente com a influência do CIMI; trata-os como resultado de um grupo político forte que se utilizou da relação com o CIMI para seguir com sua estratégia, o que não pode ser simplificado como grupo de resistência ou de oposição ao Rodrigo e à FUNAI. Como será analisado posteriormente o eixo de atuação criado por um e outro grupo se organizou para ações locais:

o Cacique Rodrigão com a orientação da FUNAI criou as associações e o grupo formado pelas aldeias Itapecuru, Santa Cruz e São Domingos, sentindo-se preterido nas ações criou, acompanhado pelo CIMI, o que foi denominado de “grupos de roça”.

No auge da tensão interna, um episódio marcante acirrou e tirou o CIMI da atuação com os Xakriabá: ocasião da Missa de Sétimo Dia de falecimento do Rosalino na Chacina do Sapé em fevereiro de 1987. O fato é lembrado pelas lideranças mais antigas, mas foi contado em uma aula do PROEJA Indígena por uma aluna, uma das crianças que vivenciou a cena na garupa do cavalo do pai. Pelo que consta nos depoimentos, as lideranças que existiam em torno das ações lideradas pelo Rosalino marcaram, juntamente com o CIMI e o Bispo de Januária, uma missa no local da tragédia e convidaram os índios de todas as aldeias que se encontravam sensibilizadas com o acontecido. O Cacique Rodrigão, sentindo-se afrontado pelo CIMI, montou uma barreira com homens armados para proibir o ato religioso. A seguir transcrevo a versão do Sr. Valdim:

Na época da luta pela terra, até chegar na morte de Rosalino. Pois é, eu to falando dessa época. Então esse grupo foi expulso. Tanto que no dia do sétimo dia do finado Rosalino quase há um conflito interno. É que veio umas doze ou treze pessoas de... junto com o pessoal do CIMI lá de fora que ia celebrar uma missa lá no sétimo dia, lá no Sapé. Então o que que acontece, o representante daqui, nosso aqui... não era eu, aí ele convidou todos nós pra participar de uma missa lá no Sape que era o sétimo dia... acho que era o sétimo dia, não to lembrando bem... então nós saímos daqui, era a base de umas duzentas pessoas, enquanto eles lá criaram um grupo pra num aceitar o CIMI entrar. Já tava um problema sério. Chegamos lá o Rodrigão tinha reunido um grupo pra num aceitar entrar. Então, quer dizer foi um grupo querendo entrar, valorizando o CIMI e outro grupo valorizando a FUNAI, o cacique, né? Então ali começou...

Eu quando cheguei lá no grupo, que eu sai e cheguei no grupo, aí eu vi assim pessoas amigos meus, nós tinha tido junto na luta, coisa e tal, contra. Eu falei: -ué, esses aí tudo era amigo da gente e aí agora virou todo mundo um contra o outro? O que é isso mesmo? Esse trabalho ta muito desorganizado. Sabe o que que eu vou fazer? Eu num fui convidado pra brigar, eu fui convidado pra assistir uma missa. Então, já que tem gente aqui pronta pra brigar eu vou ficar quieto; num vou embora, mas também num vou ajudar em nada, vou ficar só olhando. Vou ficar olhando, ver o que que vai proceder aqui porque pra mim é um trabalho muito mal feito. Aí eu fiquei mais do lado de Rodrigão, né? Por que eu fiquei do lado dele? Vendo o quanto que ele tinha de comportamento pra agüentar toda aquela pressão. É... ele foi uma pessoa que agüentou muita pressão, a pessoa nem avalia o quanto ele agüentou... repórter, tudo ali... Então, esse grupo que tava com ele, o que que ele queria? Queria que ele liberasse pra que eles atacasse esse grupo que tava entrando, que era mais ou menos 150 a 200 pessoas. Só que eles tava prevenido e nós tava desprevenido. Eu falo nós porque a gente tinha ido pra assistir a missa, né? Só que um grupo já aliou com o CIMI e num tava nem aí com Rodrigão, né? Mas aí, quando passou, que eles entraram, depois de muito debate, já era uma e pouca da tarde... e aí,

naquela conversa foi na hora que eu falei assim: -mas, Rodrigão, eu acho assim, to vendo aqui pessoas velhas, mulher gestante, criança, todo mundo junto aqui esperando por uma decisão e aí o senhor é... é... ta dando duro pra que essas pessoas num entra, mas eu acho que também a gente num tem que ter a palavra de rei. Por que que o senhor num libera pra esse povo entrar, celebrar a missa e o senhor tomar providência pra nunca mais acontecer uma coisa dessa? Aí eu parei por ali, né? Aí... depois, entraram né? Depois, quando foi passando o grupo, aí, chegou dois repórter e aqui com ele conversando com ele e é vai o povo passando... e ele só falou assim: -é, ta invadindo... que tá invadindo, ta, mas que meu coração ta preto, ta. Só que ele num tinha tempo nem de... ir lá falar nada e nem ele também quis liberar pra que os outros atacasse o grupo. Então ele deixou aquilo quieto que os outros ficou e empurra pra lá, empurra pra cá, mas não puderam fazer nada porque num deu ordem, né? Então passaram, foram lá, ele acompanhou também, né, ele acompanhou... mas... nervoso, né, mas também, dessa hora ele num conversava com mais ninguém... foi lá e voltou e tudo e depois que... aí o CIMI não veio mais. (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011 – Relatório de Campo)

O episódio descrito traz à luz um momento forte que culminou com a proibição da atuação do CIMI como forma de acomodar os ânimos no movimento interno. Sr. Valdim, sujeito importante na compreensão da configuração das associações, demonstra o início da relação com o Cacique Rodrigão de quem recebeu a incumbência de acompanhar a atuação do CIMI quando do seu retorno a partir de 1992; a entidade retornou com a atuação em aldeias que não estavam satisfeitas com a atuação do Cacique Rodrigão e da FUNAI da qual surgiram os grupos de roça. Sr. Valdim e a movimentação da aldeia Barreiro Preto aonde até hoje é o representante conseguiram neutralizar as fissuras resultantes da Luta pela Terra e no seu depoimento a expressão “-ué, esses aí tudo era amigo da gente e aí agora virou todo mundo um contra o outro?” pode ser compreendido como sua compreensão em relação ao eminente enfrentamento entre os grupos internos, ou seja, de que o episódio estava ferindo a tradição local de coesão interna.

Uma importante referência a ser feita neste item, mesmo que a distribuição de poder político não faça parte do foco da investigação, refere-se ao cacicato do Rodrigão e o processo de sucessão após o seu falecimento ocorrido em 2003. Como modelo introduzido na circunstância das disputas internas e dos desdobramentos envolvendo o estado nacional – FUNAI e RURALMINAS – a providência do então cacique foi a de se consolidar internamente e criar um grupo de representante que seria a sua voz em cada ponto da aldeia. Pode-se observar pelos diversos registros feitos sobre o assunto que as regiões onde havia uma influência maior das ações estratégicas do Rosalino, sem que houvesse uma disputa pública, nenhum membro mais ativo dos mutirões foi escolhido como representantes, sendo

este o eixo da terra indígena que mais se queixava de não ser beneficiada de ações governamentais como será explorado posteriormente.

Encontrei depoimento sobre a insatisfação em relação à atuação da FUNAI e do Cacique Rodrigo no filme intitulado “Das Boor der Hoffnung²⁷” (1990), relativo a uma expedição pelo Rio São Francisco realizada numa embarcação em julho de 1990, composta por artistas e ativistas culturais e ecológicos, com o trajeto de Xique Xique na Bahia até a cidade mineira de Pirapora. A barca ancorava em cidades para manifestações culturais e ecológicas e visitas a grupos e entidades organizadas e aos trabalhadores que viviam diretamente ligados ao rio. Em cada cidade havia a adesão de agentes que fizeram um grande encontro como culminância da expedição, na cidade de Pirapora.

Em Januária/MG parte do grupo deslocou-se até a Terra Indígena Xakriabá e teve contato com alguns índios na aldeia Brejo Mata Fome, sede da FUNAI, onde procuravam pelo cacique que se recusou a recebê-los. O documentário mostra inicialmente um encontro com uma índia que fala dos seus parentes, do respeito à terra e de alguma atuação do então Cacique Rodrigo na manutenção dos *parentes* dentro da terra. Em seguida mostra cenas de uma fila de pessoas acompanhadas de crianças à porta da sede da FUNAI e lá dentro o cacique sentado de braços cruzados sobre uma mesa, com o semblante demonstrando insatisfação com a visita. Saliento aqui a proximidade deste episódio com os fatos marcantes da Luta pela Terra: a *Chacina do Sapé* ocorrera em fevereiro de 1987, pouco mais de três anos antes.

Durante o tempo que estiveram lá o grupo visitou uma oficina de trabalho que parecia ser de carpintaria, organizada de forma bastante rudimentar e precária. Transcrevo a seguir o diálogo presente no documentário entre os visitantes e um índio que estava debaixo de um galpão coberto de palha dando acabamento a um banquinho de madeira:

Visitante 1: Tem alguma entidade que ajuda vocês, que monta uma oficina comunitária pra vocês aqui?

Anfitrião: Eu mesmo num lembro não. Eu mesmo nunca fui lá fazer essa reclamação pra mim não. Têm muitos aí que já foi. Eles começou a fazer uma casa de farinha. [Vira para o grupo que estava do lado de fora trabalhando e pergunta]: - Essa casa de farinha aí... fizeram, compadre?

Visitante 1: A oficina ficou só na promessa?

Compadre do anfitrião: Até agora num atendeu não... diz que eles vai fazer.

Visitante 2: Vocês não acham que precisam de uma organização independente pra fortalecer o trabalho de vocês?

²⁷ Tradução livre do alemão: “O Barco da Esperança”

Anfitrião: Precisa... porque a gente é fraco. O que a gente trabalha num dá nem pra comer!!!! A gente precisa de uma ajuda, né? Todo mundo aqui dentro da área é fraco.

Visitante 1: E todo mundo vivi ali por debaixo da FUNAI, é?

Anfitrião: Ah é... Tem que viver é... é... Tem que a gente viver pelo... pelo jeito que ela quer, né?

Em seguida os visitantes explicam sobre a expedição e a pretensão de fazer uma mobilização de todos os grupos ribeirinhos, incluindo os Xakriabá, para uma ligação entre as diversas organizações da população que vive às margens do Rio São Francisco. Tal visita foi alvo de denúncia dentro do show realizado ao final da expedição, mostrado no documentário. Os artistas falaram das condições precárias em que se encontravam os Xakriabá e o que eles consideravam como desmandos da FUNAI e do então cacique no atendimento às necessidades dos índios.

O documentário mostra, embora de modo incipiente, várias formas de interação entre os moradores da aldeia com seus representantes: a Xakriabá que elogiou a ação do cacique, a fila de pessoas à espera de atendimento da FUNAI ou diretamente do cacique, o grupo da carpintaria composta por compadres que disseram trabalhar de forma autônoma e a alusão dos compadres a pessoas que reivindicaram uma oficina de farinha presumidamente à FUNAI após um deles afirmar: *-Eu mesmo nunca fui lá fazer essa reclamação pra mim não.*

O Cacique Rodrigo se manteve no poder desde a regularização da T.I. Xakriabá até a sua morte ocorrida em 2003; o processo de sucessão que levou Domingos Cacique²⁸ ao poder bem como o modelo de cacicato que adotou revela-se como significativo para a compreensão do cenário dos projetos sociais. Antes de assumir como cacique Domingos era presidente da associação do Brejo Mata Fome e já participava da elaboração de projetos; segundo Santos (2010) o estilo “conciliador” do novo cacique favoreceu o “florescimento de novas associações xakriabá” (p.41). Desde então a organização sócio-política da T.I. Xakriabá tem sofrido inúmeras modificações; os representantes que compõem com ele o quadro de liderança política significam a voz da aldeia junto ao cacique geral e não o contrário como no período do Cacique Rodrigo, promovendo o redimensionamento do poder local²⁹. Durante o período de cacicato do Rodrigo e dessa ação tutelar da FUNAI, o termo projeto era

²⁸ Utilizo a referência como é feita pelos Xakriabá: Cacique Rodrigo e Domingos Cacique, tendo o título incorporado aos nomes dos sujeitos.

²⁹ Sobre o significado de representante, liderança e relações de poder haverá uma análise no capítulo 3.

interpretado como algo que a FUNAI oferecia, e cabia aos índios aceitar ou não (na fala, a idéia de ir fazer uma reclamação e ser atendido)³⁰.

1.4 Os caminhos percorridos na história e a organização local para o desenvolvimento dos projetos sociais

Neste item abordo a discussão que ilumina os dados na compreensão do que ocorre nos Projetos Sociais: existe uma especificidade na configuração da organização das aldeias em entidades jurídicas no que se refere à processo histórico vivido, com destaque para a compreensão das mobilizações que deram origem à criação da associação do Barreiro Preto e da Organização dos Grupos de Roça.

A primeira associação indígena na Terra Xakriabá foi criada entre o final dos anos de 1980 no início dos anos de 1990, tinha sede na Aldeia Brejo Mata Fome e pretendia abrigar todas as demandas do povo Xakriabá. Foi criada sob a influência do então cacique Rodrigo e da FUNAI, orientado, segundo o depoimento do Sr. Valdim, por um político da Assembléia Legislativa de Minas Gerais já que *“uma associação podia receber recurso, receber cestas-base, receber muitas vezes ferramenta e alguns projetos que o pessoal precisasse, né?”* Ainda segundo suas informações, na qualidade de primeiro presidente da entidade, a associação conseguiu como benefício um trator, melhoramento em trinta moradias e a eletrificação na aldeia Brejo Mata Fome.

A história da criação da primeira associação foi registrada por Alessandro Oliveira (2008) sob a ótica de outra liderança da época que se coloca igualmente pioneira nos desdobramentos da entidade, mas que confirmam a idéia de que a associação serviria para conseguir benefícios através de doações:

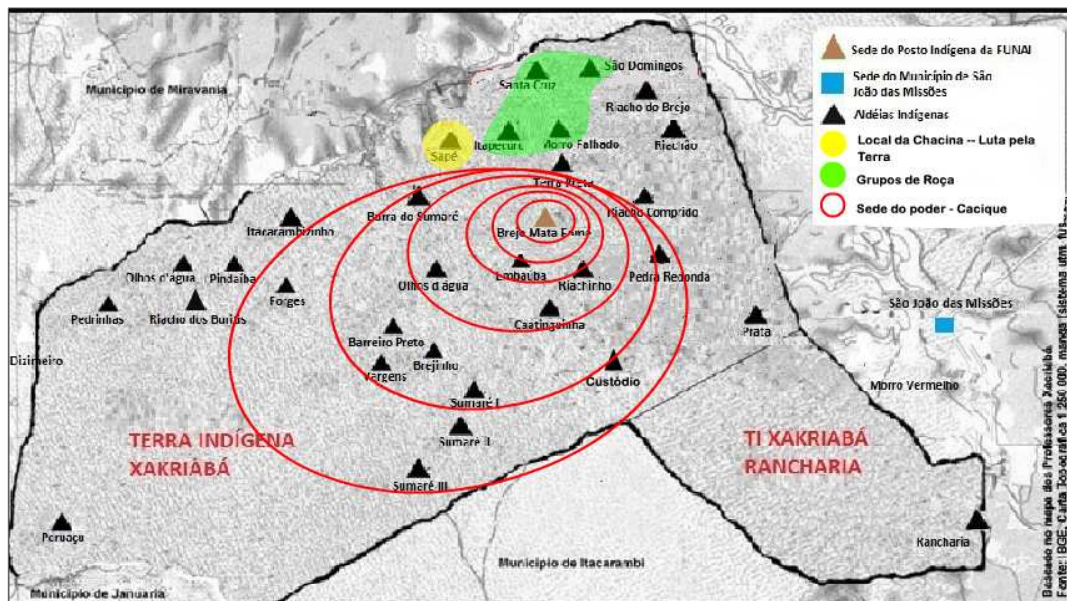
Ao contar a história da constituição da primeira associação indígena Xakriabá, Emílio refere-se justamente à possibilidade de obter sementes que um deputado havia disponibilizado para o cacique Rodrigo. Existia a necessidade de criação de uma associação para viabilizar o recebimento das sementes. Como Rodrigo era funcionário da FUNAI, ficou a cargo de Emílio tomar a frente na constituição da associação. Emílio conta que a movimentação foi bastante criticada na época, sob a justificativa de que uma associação não pertencia ao universo de uma área indígena. Com o sucesso

³⁰ No próximo capítulo será explorada a concepção a respeito do projeto e suas diferentes inflexões no tempo.

na viabilização de projetos de compra de maquinários, plantação e de implantação de luz elétrica, a associação tornar-se-ia posteriormente uma estratégia largamente adotada por diversas aldeias através de suas lideranças. (OLIVEIRA, 2008, p.47)

Por outro lado, os grupos de roça foram criados logo a seguir em torno da prática da agricultura com a irrigação por água rolada³¹, possibilitada pelo uso de motores que puxavam a água disponível nos recursos hídricos; famílias de diversas aldeias se reuniam em áreas próprias para o cultivo principalmente de feijão e milho nas aldeias de Itapecuru, Santa Cruz e São Domingos. Sobre os grupos de roça que se transformaram em entidade civil com a denominação de Organização dos Grupos de Roça farei análises posteriores.

Figura 2: Figura localizando as articulações que se ligaram ao associativismo:



Fonte: Adaptado de Oliveira (2010)

Os grupos de roça receberam acompanhamento do CIMI que era apontado como instituição contrária à criação de associações aos indígenas; sem entrar no mérito da questão, qualquer que fosse a linha de atuação da Equipe Xakriabá, pode-se observar pelos depoimentos que havia o enfrentamento local dessa com o Cacique Rodrigo e com a FUNAI. Cristalizou-se ou naturalizou-se dentro e fora da T.I. Xakriabá uma separação partidária: “o cara lá é do CIMI, aquele é da FUNAI”, essa foi a frase usada por Hilário para fazer a referência:

³¹ Sistema de irrigação em que a água “rola” por gravidade em sulcos feitos no terreno a ser cultivado.

E naquela época também o CIMI brigou muito com a idéia que a comunidade indígena não devia ter associação, né? Era um povo que devia se organizar de forma diferente e que a associação era do branco, né? Então, tinha aquele impacto também. Então o cacique naquela época tinha aquela preocupação de se... esse... esse... esse predileto, né?(Hilário, depoimento em 25/01/2010 – Relatório de campo)

Para compreender a organização local dentro deste cenário são necessárias algumas referências a respeito dessa disputa. Em seguida à conquista da Terra havia a preocupação em garantir a condição de indígena e escolher entre “*coisa do índio*” e “*coisa do branco*” era uma argumentação que havia se tornado comum. Em vários discursos podemos observar a indicação de que com a FUNAI veio “*coisa do branco*”, tal como a CODEVASF³² seguida de várias mazelas e, por ocasião da implantação da Associação Indígena Xakriabá, vinda com a influência do Cacique Rodrigão que representava a FUNAI, o discurso que pegou foi o de que o CIMI era contra a associação por ser “*coisa do branco*”.

Uma história que ilustra o desentendimento e a ambigüidade em relação à associação e o enfrentamento ao cacique foi contada pelo Hilário: houve uma reunião na Aldeia Barreiro Preto, organizada pelo CIMI com o objetivo de discutir direitos indígenas; com a participação de um assessor jurídico houve uma “*discussão muito forte sobre a constituição*”, em que foram alertados a respeito do descumprimento dos artigos ali previstos no que se referia aos indígenas. Segundo Hilário, após os esclarecimentos também sobre a luta pela aprovação do novo Estatuto do Índio, o assessor posicionou-se publicamente contrário à criação de associação indígena e, estando ausente o representante da aldeia no momento do pronunciamento para fazer réplica e defender a posição do cacique, criou-se um mal-estar na assembléia. No retorno do representante, Hilário disse ter-se incumbido de contar-lhe o acontecido e cobrar uma providência; a continuidade do depoimento demonstra a percepção sobre o posicionamento do CIMI e do cacique:

(...) aí [o representante da aldeia]chamou ele[o assessor do CIMI]no canto e disse:”-eu queria saber sobre isso, isso...[referindo-se ao

³² Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional. Em 1981 realizou a construção de uma barragem no Rio Itacarambi, na divisa da área indígena com o município de Manga. Com a decisiva participação do coordenador da FUNAI à época, o argumento era que a construção da barragem traria uma série de melhorias na vida dos Xakriabá. Como parte do acordo, além de indenizações aos atingidos diretamente, haveria construção de escolas, abertura de sete poços artesianos, projetos de roças comunitárias, projetos de irrigação, doação de um barco e recuperação de estradas. As informações dadas pelos indígenas dão conta que, em relação ao acordo, quase nada foi cumprido; os projetos de irrigação e de roças comunitárias não se efetivaram e os Xakriabá perderam um bem valioso e irrecuperável - 78,2 ha de terras absolutamente férteis foram inundados pela barragem. Os índios colaboradores deste trabalho não têm notícia se houve, por parte da FUNAI e da CODEVASF, uma análise antropológica dos impactos culturais, sociais e tampouco ambientais da construção da barragem

pronunciamento]” Ele falou: “-não, mas eu falei no sentido o seguinte, tudo isso que tá na lei que garante as comunidade indígena, já tá garantido os seus direitos que for cumprido. As associação, como foi criado do branco, num precisaria tá aqui, mas se tem uma associação ou duas associações que seja e tá dando certo, até isso que num seja aprovado ou que num seja acolhido com bons olhos pelas leis, que não seja amparado de acordo tá o estatuto, enquanto isso as associação tá dano certo, é tocar pra frente.” Mas só que ele num voltou lá e falou isso, né? Ele falou pra nós lá... o bolinho lá, né? Num falou isso lá de... de retorno, né? Ai, de certa forma, ficou... ele deixou um mal-estar na comunidade. E é isso que Seu Rodrigo num gostava, né? (Hilário, depoimento em 25/01/2010 – Relatório de campo)

Podemos observar que o diálogo entre o representante e o assessor do CIMI revela as estratégias de parte a parte, ou seja, a defesa da posição do cacique com o enfrentamento ao CIMI que, por sua vez, havia conseguido aproveitar a oportunidade para se manifestar contrário às orientações do cacique.

Sobre os dois sujeitos da aldeia Barreiro Preto que foram importantes na condução do processo temos que analisar a percepção que demonstram a respeito dessa divisão interna. Hilário avalia que Sr Valdim, apesar de manter fidelidade ao Cacique Rodrigão, “*não era uma pessoa fechada no diálogo*” e o que observava do relacionamento entre eles era a confiança depositada pelo cacique no seu representante e a coragem do representante em levantar polêmicas em alguns assuntos colocados em discussão. A atuação centralizadora do Cacique Rodrigão e o embate político com o CIMI eram percebidos pelas lideranças da Aldeia Barreiro Preto que questionavam tal posição. Foi neste contexto que houve a decisão de permitir o trabalho do CIMI junto à aldeia Barreiro Preto; conseguindo com o representante o que chamou de *brecha* para fazer o trabalho com o CIMI do qual aponta a Casa da Medicina e Casa da Comunidade³³ cuja construção contou com o apoio do órgão. Tal decisão foi tomada de maneira corajosa pois, segundo Hilário “*as outras aldeia ficavam assim, mas com medo, num era tanto do que o CIMI ia fazer, mas como medo de uma represália do próprio cacique, né... sobre aquela aldeia ficar mal vista*”.

Vale destacar que Sr. Valdim e o Hilário, ambos pertencentes à aldeia Barreiro Preto, eram os principais mobilizadores e os responsáveis pela associação com sede no Brejo Mata Fome; iniciaram depois de algum tempo uma mobilização na sua região de morada com o intuito de criar uma segunda associação. Após seis reuniões locais, a diretoria definida e o

³³ A casa da medicina foi resultado de um projeto organizado pelo CIMI dedicado ao resgate do saber tradicional Xakriabá sobre as práticas de cura com utilização de plantas medicinais colhidas na região e a Casa da Comunidade é uma construção grande que funciona como local de encontro da aldeia e que posteriormente foi incluído em outros projetos a partir do momento em que criaram sua própria associação.

apoio informal do Cacique Rodrigão a associação do Barreiro Preto não conseguiu registrar a entidade porque a FUNAI não havia dado o apoio. Sem conseguir explicar o motivo, Sr. Valdim afirma que a FUNAI era mediadora na criação da entidade e que, na ocasião, não permitiria a criação de outra associação. A associação do Barreiro Preto, entretanto, foi criada um ano após a segunda tentativa por insistência do representante junto ao Cacique Rodrigão e a associação que ficou sediada no Brejo é considerada como “*a mãe de todas as associações*”. No período em que houve a proliferação dos projetos sociais e no período em que realizei a pesquisa a associação que se mostrou com maior destaque, tanto do ponto de vista local quanto no contato externo com prefeitura municipal, universidades e agentes financiadores, foi a associação do Barreiro Preto e não a do Brejo Mata Fome.

A aldeia Barreiro Preto, ao promover discussões internas, promover aproximação com o CIMI de maneira que não representasse ruptura ou enfrentamento ao cacique, fez uma espécie de ressignificação da associação como ferramenta de organização local superando as dificuldades enfrentadas com o modelo centralizador do Rodrigão. Transitando nas duas correntes, fez uma apropriação da proposta de associação nos moldes da experiência inicial sediada no Brejo Mata Fome com a discussão e estratégia política apoiada pelo CIMI. Rodrigão, na visão do Sr. Valdim, “*era uma pessoa que andava muito*”; representava a capacidade de fazer a leitura da sociedade nacional e de tirar de lá possíveis benefícios e o CIMI, por sua vez, contribuía com a discussão política local que favoreceu a visão local de desenvolvimento.

Por outro lado, apresentando-se como uma experiência diferente, os grupos de roça se organizaram nos anos de 1990 em função da produção, especialmente feijão e milho, animados pela ação missionária do CIMI e com apoio de técnicos da então Escola Agrotécnica Federal de Januária que desenvolvia o já referido Projeto Pé na Caminhada; tratava-se de um arranjo local para implantar as ações de projetos produtivos. Eles se constituíram a partir da busca de áreas mais propícias para o plantio – solos férteis e a proximidade com o rio; varias famílias se deslocavam de aldeias distantes e se agruparam para realizar o plantio e, à época, diziam – “*cada quem cuida do seu*”. As decisões eram tomadas após longas conversas; o processo de irrigação e o manejo ganharam ajuda técnica da então Escola Agrotécnica e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Numa reunião ocorrida em junho de 2009, em que houve a participação da CODEVASF, órgão que incentiva e financia a piscicultura na barragem do Rio Itacarambi, houve uma exposição a respeito da forma de organização existente desde a década de 1990,

ou seja, o discurso de uma liderança local sobre a criação dos grupos de roça, feito para agentes externos:

Desde a retomada da terra que já existia aquele mutirão e da organização dos povos indígenas, né? E quando era pra fazer uma roça reunia mais de cem homens pra derrubar aquela roça. E aí por diante a foi gente puxando, desde a geração antiga que a gente vem puxando esse tipo de organização, né? E o pessoal daqui acostumou tanto a trabalhar em grupo que até hoje trabalha... e nunca pensou em desistir desse negocio de trabalhar em grupo, e porque tem dado certo e espero que cada vez mais é de aumentar né. E veja bem nós começou em 94 em um grupo sozinho de plantio de feijão né... e existia um grupo sozinho e hoje nós estamos com um número de nove grupos trabalhando. Em 94 deu um retorno muito grande, né e em cada grupo aí tem uma faixa de nove, doze pessoas e outros tem quatro pessoas. E agora nós já teve aqui outro grupo de trabalho que já é fruto daquela geração que vinha antes. E então é coisa que influenciou tanto aqui pra gente aqui que coisa que ninguém saberia num tá trabalhando junto. E então coisa da gente trabalhar junto é coisa que a gente num preocupa e tem dado muito certo e tem muito tempo que vem acontecendo isso. (Dejinha, Reunião em 22/04/2009, número 02 do Quadro 1 – Relatório de Campo)

O discurso acima traz os elementos da Luta pela Terra citando os mutirões pra colocar roça – estratégia apoiada pelo CIMI na época. Outro discurso, dessa vez feito por João de Nana, um dos fundadores dos grupos de roça em discurso local, ou seja, endereçado a membros de outras aldeias que desconheciam a história, confirma-se a idéia de mutirão, solidariedade e coletividade. Aconteceu em reunião anterior com participação de membros de aldeias que optaram pelo modelo de associação, como Hilário da associação do Barreiro Preto e Bidá da associação do Riacho dos Buritis, realizada na barragem do Rui Itacarambi com o objetivo de discutir a ampliação da piscicultura com inclusão de novos grupos:

A idéia[dos grupos de roça]? É como no dizer do outro, foi uma idéia minha perdida minha ou pode dizer que pode ter sido ganhada, né? Porque o primeiro... é o primeiro plantio que teve lá em Santa Cruz que Zé Coelho [missionário do CIMI na ocasião] fez foi... em 96 é foi em 96, 97... Foi o seguinte... teve isso aí, oh... teve aquele plantio lá e aí, um dia, eu cheguei em casa e tava sentado comendo meu arroz com feijão e aí eu fiquei pensando assim: -oh, o povo ali embaixo já está com outro grupo pra plantar feijão! E aí eu pensei assim: -vou mandar fazer um grupo. E eu fui lá e inclusive eu arrumei lá nove pessoas pra nós criar esse plantio também. E aí eu fui foi lá e falei pra Zé Coelho, Luciano... [missionários do CIMI, na ocasião]e aí eles arrumou o motor pra nós e nós plantamos essa primeira safra. No outro ano nós voltamos a plantar e aí ficou assim... Era um trabalho voluntário. E num falava grupo de roça, falava união. E aí aquele Geraldo era muito mais experiente e aí ele falou assim: -oh, vamos montar grupo de roça e aí por grupo de roça ficou e hoje ele está registrado como [Organização dos] Grupo de Roça. E hoje nós tem muita coisa graças a Deus por causa desse Grupo de Roça... e é isso aí que é o Grupo de Roça. E

hoje ele está funcionando ainda. (João de Nana. Reunião em 22/07/2009, número 05 do Quadro 1 – Relatório de Campo)

Quando João de Nana declarou que era um trabalho voluntário demonstra que não havia preocupação com a institucionalização ou demarcação de um grupo diferenciado. Não havia investimento financeiro expressivo: as sementes e outros insumos eram negociados com a então Escola Agrotécnica Federal de Januária³⁴, os conjuntos de irrigação foram doados por organismos da Igreja Católica por intermédio do CIMI e o dinheiro em espécie era mínimo, apenas para garantir o combustível para o motor da irrigação e, ou era rateado entre os próprios beneficiados, ou doado pelo CIMI. A autonomia preconizada pelo CIMI e pelo Projeto Pé na Caminhada não se efetivava em relação a recurso financeiro. A Escola Agrotécnica, não sendo órgão responsável por extensão rural, efetivava suas ações através dos trabalhos realizados pelos técnicos e, um deles, era “negociar” sementes e insumos e os recursos do CIMI, à época captados junto a organismos internacionais ligados à igreja católica, eram gastos pelos missionários, atendendo as demandas discutidas coletivamente.

O primeiro grupo de roça foi montado em torno de um motor para irrigação que havia sido doado ao povo Indígena na pessoa do Cacique Rodrigo pelo bispo da Diocese de Januária; tendo notícia que o mesmo se encontrava parado na aldeia Brejo Mata Fome uma comissão composta do representante da aldeia envolvida e de missionários do CIMI conseguiram a sua liberação para o trabalho. Após o sucesso do empreendimento, com grande fartura na visão dos envolvidos, houve a montagem de novos grupos com motores conseguidos através da ação do CIMI junto a organismos da igreja católica. Num dos mutirões para beneficiar a terra para o plantio, ao final do trabalho, os índios contam que se juntaram e definiram que aquele seria chamado “*o grupo da união*” que passou a ser chamado de grupo de roça após reunião com o CIMI em que juntos passaram a discutir a existência do grupo como organização local.

Quando discute sobre a estratégia dos mutirões na Luta pela Terra, Santos (1997) faz referência a alguns elementos que podemos encontrar nos discursos sobre os grupos de roça feitos pelos membros mais antigos:

O modo como eram organizados os mutirões, trabalho coletivo dentro do qual se continua demarcando o direito de cada um através da medida do investimento individual de trabalho, fornece uma idéia de como se articulariam, na luta, a comunhão dos direitos – dada pela união – e a

³⁴ Os Xakriabá recebiam sementes da instituição e fazia a devolução da mesma quantidade após a colheita.

consciência do direito individual, que se transforma, também, em um índice da participação de cada um na luta. (SANTOS, 1997, p.246)

Por ocasião da implantação dos grupos de roça existia somente a Associação do Povo Indígena Xakriabá com sede na aldeia Brejo Mata Fome que existia não para a produção em si, mas frente à sociedade nacional e as relações, à época, partiam da experiência político-partidária do Cacique Rodrigo. As aldeias envolvidas nos grupos de roça formavam um eixo de posição política à época da Luta pela Terra que se alinhavam às retomadas e à liderança de Rosalino não participando, portanto, das estratégias da liderança de Rodrigo e da FUNAI. Nesta perspectiva, mesmo as aldeias contando com representantes ligados ao cacique Rodrigo, os que se envolveram nos grupos de roça não se sentiam contemplados no funcionamento da associação. O jornal Estado de Minas de 26/06/1996, à página 26 publicou uma matéria intitulada “FUNAI e CIMI dividem os índios da nação Xakriabá”, explicando sobre os trabalhos desenvolvidos, em que aparece a atuação da intitulada Organização Indígena Xakriabá para se referir aos grupos de roça e da Associação Indígena Xakriabá, ligando a primeira à atuação do CIMI e a segunda, à FUNAI e ao Cacique Rodrigo. O subtítulo da matéria, “Benfeitorias feitas em uma parte da aldeia não atingem a outra” é inicialmente explorado fazendo referências à suposta “animosidade entre os próprios índios”. Segundo informações da matéria, a Igreja Católica, através do CIMI, doou um motor que possibilitou a agricultura irrigada mas que, segundo o cacique Rodrigo na mesma matéria, “eles ajudam só quem é aliado deles” e a Associação Indígena possuía um trator que lá, segundo os indígenas, somente era usado pelos que pertenciam a ela e que “tudo é feito para os fortes”.

Os grupos de roça funcionaram com experiências positivas e negativas em relação à colheita e à participação dos envolvidos até 2004 quando a institucionalização como Organização dos Grupos de Roça se deu no movimento de expansão das associações para ter acesso a projetos financiados pelo governo e outros organismos. Neste processo passou a existir como uma entidade jurídica intitulada Organização dos Grupos de Roça com toda a burocracia exigida pela sociedade nacional – estatuto, cadastros, registros, atas – sem que a concepção, tanto dos envolvidos no plantio quanto o conjunto das aldeias membro, houvesse se alterado. Os grupos de roça, tradicionalmente, se encontravam para organizar o trabalho de produção, não havendo ata, documento, ou qualquer outro tipo de burocracia; lá havia a capacidade e disponibilidade de produzir. A força que movia o grupo era a necessidade de

produzir alimento, a coragem de realizar o empreendimento e a força do músculo para manejar os instrumentos de trabalho.

A transformação dos grupos de roça em entidade jurídica exigiu dos envolvidos a lida com documentos civis, papéis escritos, contatos com burocracia do Estado Nacional. As forças que garantiam o funcionamento do grupo foram substituídas: o grupo não precisava mais ser forte para desempenhar as tarefas da produção, era necessário que fosse também um grupo de discussão; os membros não tinham mais somente a força do músculo para manejar os instrumentos, mas criaram poder através da assinatura; a reunião espontânea cedeu lugar a convites formais, com ata que depois pudessem justificar a vinda de recursos; o enfrentamento dos desafios: pragas e doenças na plantação, lida com equipamentos de irrigação, manejo e colheita das culturas se transformaram em possibilidade de desfrutar de privilégios com a possibilidade da vinda dos recursos.

Durante o trabalho de campo percebi que João de Nana se mostrava impaciente com o formato da Organização dos Grupos de Roça quando se referia às pessoas que ainda estariam trabalhando com a roça. Numa reunião ampliada na aldeia Itapecuru João de Nana, ao falar das atividades, fez o seguinte comentário:

Tinha uma área ne João Santo, uma lá comigo e um outra lá ne Joaquim Mota e a outra lá ne Raimundo. Ai, todo mundo foi acabando, foi esmorecendo... Porque aqui só tinha Joaquim que ficou plantando, eu que fiquei plantando e o resto... roçou, parou. Então, como é que esse povo... gente mesmo de fora vem plantar, vem lá do Riacho dos Buritis pra vim plantar aqui mais nós Compadre Mário saía de lá, Compadre Rosalvo vinha plantar mais nós... (João de Nana, reunião em 10/07/2010, número 13 do Quadro 1 – Relatório de Campo)

João de Nana pareceu estar fazendo uma cobrança a respeito de moradores próximos à barragem que se “esmoreceram” com o trabalho de plantio na vazante. A seguinte frase: “Então, como que esse povo...” ficou incompleta, mas ao apontar para os locais de morada do Itapecuru que ficam do lado oposto às vazantes ele deixou claro que estaria faltando boa vontade no desempenho das atividades pelos moradores mais próximos, o que não acontecia com os interessados que vinham de longe para participar do trabalho coletivo.

Recordo-me das atividades do Projeto Pé na Caminhada, no início do trabalho com os grupos de roça, João de Nana era seu principal articulador e, quando houve a mudança para a entidade jurídica, numa intervenção do GEDUC/FAE/UFMG desenvolvendo atividades do Projeto de Educação a Alternativas de Produção em 27/06/2005, com o objetivo de realizar o

registro dos trabalhos das associações, recusou-se em dar um depoimento frente às câmaras, alegando que ele deveria contar com a presença de Dejinha pois, a partir de então, ele era o responsável formal da instituição. À época, a atitude de João de Nana poderia ser interpretada como uma exigência infundada, mas hoje compreendo que ele estava lidando com uma mudança interna da qual ele ainda não estava totalmente inteirado.

A convite do GEDUC/FAE/UFMG, com o objetivo de registrar as experiências locais no desenvolvimento do projeto “Educação e Alternativas de Produção” (GOMES, 2005) houve uma rodada de conversa sobre a história de implantação dos grupos de roça com a participação de João de Nana, um dos fundadores, Dejinha o presidente da Organização dos Grupos de Roça à época, Miguel Sérgio ex-missionário do CIMI, eu, como representante do IFNMG – Campus Januária e um dos bolsistas do GEDUC que fazia o papel de entrevistador e câmera ao mesmo tempo. Esclareço aqui uma coisa que não falei na época aos membros do GEDUC; eu havia sido convidada como membro *ad hoc* do grupo para conduzir a conversa, mas devido a emoção de reencontrar pela primeira vez com o grupo de roça com o qual havia trabalhado 10 anos antes não cumpri a tarefa de ser a entrevistadora por receio de fazer um enviezamento na condução do trabalho, deixando o bolsista com a dificuldade de perguntar e filmar ao mesmo tempo. A Organização dos Grupos de Roça teve sua abrangência reduzida com a criação da associação que abrange as aldeias Santa Cruz e São Domingos.

O evento no qual foi produzido o documentário do GEDUC foi a única oportunidade em que pude analisar do entrosamento da Organização dos Grupos de Roça com as outras associações. Presenciei vários encontros coletivos em que se faziam presentes os Xakriabá de forma organizada em que notei a ausência da Organização dos Grupos de Roça e das lideranças da aldeia Itapecuru: Seminário de Planejamento convocado pela prefeitura, duas Audiências Públicas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para tratar de questões locais, encontro das associações e nas oportunidades em que uma associação cumpria alguma formalidade e estendia o convite às outras. Outra observação refere-se ao fato de que, mesmo que o retorno do IFNMG – Campus Januária tivesse ocorrido especificamente para apoiar a avicultura no projeto da Organização dos Grupos de Roça financiado pela Carteira Indígena, nenhum dos seus membros ou mesmo moradores das aldeias envolvidas, participaram do PROEJA Indígena. Tais ausências foram confirmando a hipótese que eu havia levantado de que os membros dos grupos de roça permaneciam com a concepção de se organizar e torno do trabalho para produção e que as atividades que envolvem burocracias e usos da escrita apresentavam como de difícil aceitação ou participação.

As peculiaridades do percurso histórico percorrido pelas associações da qual a associação sediada na aldeia Barreiro Preto é emblemática e da Organização dos Grupos de Roça levantam algumas questões importantes para a compreensão dos dados da pesquisa. Pode-se perceber que o percurso histórico de cada grupo é um dos fundamentos das características que hoje apresentam. A forma como o processo foi encaminhado por ocasião da maior possibilidade de captar recursos em órgãos e entidades e com as facilidades advindas da conquista do poder municipal pelos Xakriabá foi diferente em cada grupo. Em tal conjuntura, que será abordada no capítulo seguinte, quando o trabalho exigia a formalidade do grupo, ou seja, os projetos com financiamentos e exigências burocráticas, tais como projeto escrito, atas, relatórios, prestação de contas, as associações que tinham mais habilidade para tal ou uma agilidade de procurar os recursos humanos e materiais, conseguiram êxito nos empreendimentos. Nesta situação encontrei, além da já referida associação sediada na aldeia Barreiro Preto, a associação sediada na aldeia Rancharia e a da aldeia Santa Cruz. Em outras associações encontrei situações diferentes, embora houvesse aplicação de recurso financeiro; foi o que ocorreu com a associação do Brejo Mata Fome que estava enfrentando problemas com questões burocráticas e atrasando a conclusão do principal projeto; a associação do Sumaré entregou o recurso do projeto para a construção da casa de farinha a uma empresa indicada por agentes externos e, além de não conseguir adquirir os equipamentos que estavam previstos, receberam uma construção com defeitos. As outras associações ou trabalharam com financiamentos menores e com menos complicação burocráticas, embora dependentes dos usos de leitura e escrita, ou ainda não tiveram qualquer experiência com projetos financiados.

Ainda sobre o desempenho da Organização dos Grupos de Roça como instituição observei situação peculiar: a mesma conjuntura favoreceu o trabalho do grupo da aldeia Itapecuru, sede da entidade, com a instalação de um projeto de piscicultura e se revelou problemática para desenvolver um projeto com gerenciamento de recurso. Convém destacar que a única burocracia exigida no projeto da piscicultura foi uma carta solicitando apoio à CODEVASF que foi redigida e encaminhada por funcionários da prefeitura municipal. Não houve gerenciamento de recurso financeiro, a prefeitura enviou os materiais para a construção de um barraco, órgãos estatais que fazem extensão rural enviaram tanques-rede e a CODEVASF disponibilizou por tempo determinado os alevinos e a ração, além de assistência técnica. Entretanto, para o desempenho do trabalho, o grupo que já era mobilizado para o cultivo agrícola, assimilou todas as fases da produção de manejo e obtiveram êxito no empreendimento. A piscicultura foi um projeto desejado pelo grupo que se esforçou para

dominar as técnicas de manejo com a criação dos peixes e economicamente satisfatório, apesar de contar com problemas de logística para a comercialização.

O resultado satisfatório da piscicultura como projeto alternativo foi elogiado e reconhecido pela associação do Barreiro Preto que se aproximou para participar do empreendimento; trata-se da mesma reunião sobre a qual tratei na introdução e que me colocou já na primeira experiência em campo com os grupos que vieram a ser privilegiados nas minhas análises. De lá transcrevo a seguir o depoimento do Hilário como ilustração das discussões feitas neste capítulo:

Então... viu João, quando a gente fala de investir num projeto sustentável e na luta de um povo... no qual nós temos uma história e você sabe que, no caso, nós já até discutimos, né... e porque nós já sabe cor essa história. (...) Quando a gente pensou em trazer mais famílias pra participar desse potencial que tem aqui, que é a água, que é o recurso (...) a intenção é de crescer junto. Mas quando se fala assim: fulano formou um grupo e outro fulano lá formou outro grupo, não é questão de isolar cada um no seu pensamento separado não. (...) Eu acho que, se tem o espaço, né... é claro que é um grupo separado até o momento, pra poder ter algumas divisórias assim né? Porque é grupo e cada grupo é uma aldeia e tal, mas, na hora de fazer esse apanhado, aí é um grupo só... aí num tem mais grupo separado não. (Hilário, reunião em 22/07/2009, número 05 do Quadro 1. Relatório de Campo)

O representante da associação do Barreiro Preto demonstra respeito pelo percurso histórico dos grupos de roça e a disposição de realizar um trabalho com base na união. À exceção das aldeias ligadas à associação do Barreiro Preto e da Rancharia que sofre uma grande influência desta, não encontrei em nenhuma outra associação, apesar de ter os projetos sociais como prioridade, a capacidade de mobilização para a produção presente tradicionalmente nos grupos de roça e que desde o início da sua configuração foi reconhecido pelas lideranças da aldeia Barreiro Preto.

Este capítulo analisou o primeiro momento histórico ligado às associações e aos projetos, ou seja, aquele resultante da ação tutelar da FUNAI, desenvolvida de acordo com os critérios colocados pelo cacique Rodrigo e da ação de agentes indigenistas externos como o CIMI, acompanhado da Escola Agrotécnica Federal de Januária, Centro de Agricultura do Norte de Minas, nos quais se observava ações mais coletivas.

A atuação da então Escola Agrotécnica Federal de Januária com os Xakriabá, da qual eu fazia parte como uma das pessoas envolvidas nas atividades desenvolvidas pelo CIMI por ocasião do Projeto Pé na Caminhada não era realizada institucionalmente como parte da sua

função social, mas fruto da boa vontade de pessoas com sensibilidade social no desempenho das suas atividades ou mesmo as que se dispunham pelo valor dado à experiência com povos indígenas. Ou seja, não havia a conotação de tutela, mas estava distante como instituição da luta pela autonomia dos povos indígenas. Em relação ao CIMI, entretanto, posso testemunhar o esforço e as discussões internas da entidade sobre autosustenção dos povos indígenas. Os resultados eram favoráveis do ponto de vista material, em relação às condições de subsistência para os grupos atendidos dentre os Xakriabá, e do ponto de vista político em relação afirmação da identidade nas relações com o entorno, mas não se efetivavam com a consistência esperada no que se refere ao enfrentamento dos desafios da subsistência e da autonomia do povo Xakriabá.

Um segundo período histórico, indicado no capítulo com algumas referências à atuação das associações como foram reconfiguradas no período pós-Constituição Federal de 1988, será explorado no próximo capítulo. A principal característica deste outro momento é relacionada à participação local que provocou mudanças nas relações com os agentes externos que, também como resultante das mudanças legais, se ampliaram de maneira substancial³⁵. Os órgãos governamentais e não governamentais, universidades e outras entidades são tratadas como parceiras pelos Xakriabá, com uma conotação institucional. Neste sentido, outro testemunho posso dar deste novo período em relação à participação do IFNMG – Campus Januária, antiga Escola Agrotécnica Federal. A atuação da instituição com os Xakriabá, diferente do trabalho com conotação voluntária, baseada em valores éticos e humanitários dos técnicos que atuavam no Projeto Pé na Caminhada, é realizada em outros termos. Por parte da instituição há um registro escolar dando uma existência pela via administrativa como alunos ou na qualidade de ex-alunos e, por parte dos Xakriabá, existe a expectativa do atendimento como direito conquistado.

Após a abordagem histórica, iluminando a compreensão da organização local, como sequência, o próximo capítulo trará a discussão sobre associativismo e a experiência com os projetos sociais que deixou de ser a ação com a predominância da participação de agentes externos e assumiu as características a partir da participação local, foco principal da investigação que originou esta tese.

³⁵ Além das que atuavam no período anterior registra-se, numa listagem aproximativa, a presença efetiva nas relações com os projetos sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São João Del Rei, Província de Modena/Itália, Cáritas Diocesana, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, Secretaria da Cultura de Minas Gerais.

CAPÍTULO 2

Associativismo Xakriabá e os projetos sociais

2.1 Discussões Preliminares:

A leitura feita por alguns setores da sociedade é a de que os Xakriabá, assim como todos os indígenas com algum nível de contato, são submissos ao processo de globalização e admitem a relação como sendo de uma assimilação inexorável. Com os Xakriabá o contato com a sociedade nacional, conforme analisado no capítulo I, foi progressivo e se deu ao longo da colonização da região norte de Minas Gerais. As condições materiais de existência, juntamente com as investidas do homem branco para ocupação de suas terras foi inserindo gradativamente os elementos de consumo e produção “*de fora*”. Investigar os projetos sociais do povo Xakriabá colocou-me diante de um cenário de intensificação desse contato com interação direta e indireta com diversos órgãos da burocracia estatal, setores da sociedade civil, universidades, empreendedores locais e regionais, ONGs, missionários, antropólogos, educadores e agências de financiamento.

Conforme já anunciado na introdução a T.I.Xakriabá conta com doze associações, sobre as quais foram listados vinte e oito projetos concluídos ou em andamento financiados por órgãos governamentais e não governamentais; os dados empíricos sobre a gestão de tais projetos necessitaram de análise acerca das relações de produção já que grande parte deles eram ligados a atividades produtivas.

No livro *Cultura e razão prática*, publicado pela primeira vez em 1976, Sahlins (2003) persegue a relação entre ação produtiva ("práxis" na terminologia marxista) e ordem simbólica, no entendimento das sociedades humanas; busca compreender a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos e dessa forma desnaturaliza a tensão frequentemente assumida entre a “nossa sociedade” e a “sociedade dos outros”, ou seja, as sociedades "primitivas", "tribais" ou "camponesas". O autor salienta que, para o mundo ocidental, “a economia é o *locus* da produção simbólica” (SAHLINS, 2003, p.232) e sociedade denominada primitiva, o *locus* é a relação de parentesco. Neste sentido, partindo de

um outro modo de pensar a dimensão cultural, pode-se dizer que os povos indígenas possuem processos simbólicos próprios que orientam as relações de produção.

Outra abordagem proposta por Sahlins (1997) contribui ainda para problematizar leituras unidirecionais do processo de entrada do mercado nas sociedades indígenas, chamando a atenção para o fato de que as culturas e os povos considerados como primitivos não são passivos no relacionamento com a cultura global. Trata-se de sociedades e povos capazes de reatualizar a tradição e recriar a cultura, que não é um “objeto em vias de extinção”, em novas situações e “mesmo a noção de desenvolvimento, associada que está à expansão do capitalismo sobre os mais diversos povos do mundo, não implicou numa homogeneidade de interpretações e processos sociais”. (PARESCHI, 2004, p.154). Alguns relatos etnográficos, mesmo com povos de contato mais recente se comparado aos Xakriabá, demonstram que eles não se renderam à assimilação ao modelo hegemônico. Neste sentido, Sahlins ressalta que “os povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista, vem tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo” (1997:52).

Como tarefa da antropologia Sahlins (1997) propõe a investigação da *indigenização da modernidade*, para evidenciar a “intensificação cultural” no processo de contato com a economia global do mundo não-indígena. Segundo tal abordagem, os povos indígenas tendem a se ajustar às novas condições através das estruturas já existentes e assim, ao invés de perder a especificidade cultural, modificam-na de forma a torná-la mais intensa. Trata-se de formas específicas com que as diferentes sociedades/culturas reelaboram os conteúdos culturais propagados com o processo de globalização, especialmente noções como as de desenvolvimento e progresso, e as formas de produção organizadas a partir do mercado. Neste sentido, estabelecendo uma relação entre cultura e desenvolvimento é necessário estar atento às questões do capitalismo e perceber, ao mesmo tempo, a autonomia cultural dos povos “primitivos” no processo de interação com a sociedade capitalista. Na citação que Sahlins faz de Bruno Latour (1996:5 apud SAHLINS, p. 52) pode-se observar tal constatação:

As culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu próprio passado, subvertendo seu próprio exotismo, transformando a antropologia em algo favorável a elas, ‘reantropologizando’, se me permitem o termo, regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado (...) Essas culturas, tomadas de um novo ímpeto, são fortes demais para que nos demoremos sobre nossas infâmias passadas ou nosso atual desalento. O que se carece é de uma antropologia

disposta a assumir seu formidável patrimônio e a levar adiante suas muitas e valiosas intuições.

A experiência dos Xakriabá com os projetos sociais mostra que a satisfação das necessidades materiais, mesmo as criticadas por setores da sociedade como impróprias aos grupos indígenas por serem próprias da sociedade capitalista, não são separadas dos processos sociais e da ordem cultural. O resultado dos projetos sociais implantados: oficinas de trabalho, equipamentos, criações e roças comunitárias e outros benefícios se articulam às dinâmicas locais. O conjunto de irrigação para melhorar a produção do feijão ou a casa de farinha com equipamentos mais sofisticados se comparados ao trabalho antes desenvolvido não trazem consigo as relações capitalistas da sociedade envolvente.

Outra importante discussão a ser considerada é feita na antropologia a respeito do desenvolvimento envolvendo povos indígenas. Gilberto Azanha (2002) defende a proposta do etnodesenvolvimento³⁶ que seja capaz de garantir que a produção dos povos indígenas destinada ao mercado, de forma a garantir a esses grupos os meios para adquirir os bens da sociedade brasileira que eles, historicamente, passaram a considerar “necessidades básicas”, combinando com a produção tradicional. Azanha após destacar algumas experiências do relacionamento de povos indígenas com a sociedade nacional adverte:

Vale acentuar que o mais importante nessas experiências é que *todas partem da vocação histórica e cultural específica da sociedade indígena e do controle interno do tempo para a produção para o mercado*, possibilitando-lhes o domínio sobre os limites da produção e, por conseguinte, das “necessidades” externas. (AZANHA, 2002, p. 35. Grifos de autor)

Na visão de Luciano (2006), as propostas de etnodesenvolvimento não rompem com a perspectiva integracionista e civilizatória da sociedade nacional para os povos do alto rio Negro. Partindo do significado de economia indígena como as variadas formas utilizadas pelos povos indígenas de organizar a produção e o consumo, considera que “as alternativas econômicas referem-se às modalidades de intervenção necessárias para cobrir campos e escalas que as economias indígenas não alcançam”. (LUCIANO, 2006, p.02).

Em conversa que tive com um dos alunos da segunda turma do FIEI da FAE/UFMG sobre os projetos que as associações Xakriabá desenvolvem ele me relatou as discussões realizadas em uma das aulas dadas a respeito do desenvolvimento onde o professor

³⁶ O termo foi proposto por Stavenhagen (apud Azanha 2002) para se referir ao desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade.

questionou o vocábulo “(des)envolvimento” como uma ação que retira ou desfaz o “envolvimento” dos povos. O aluno Xakriabá me afirmou que, para ele, as associações fazem “*projetos de bem viver*”, mas que a palavra “desenvolvimento” não poderia ser descartada, pois o “*povo é que escolhe a palavra*”; resumindo, disse que prefere falar em “*desenvolvimento para o bem comum*”. Sobre os conceitos utilizados, a conversa com o aluno Xakriabá fez eco em posições de estudiosos a respeito das discussões sobre o “etnodesenvolvimento”; segundo Luciano (2006) o termo mantém o radical desenvolvimento acrescentando a partícula etno não como “detalhe semântico senão também cognitivo, na medida em que mantém o marco conceitual e metodológico básico da teoria do desenvolvimento que, fundamentalmente civilizatório, universalizante, homogeneizante e evolutivo”. (2006, p.51).

2.2 Associativismo Indígena e os Projetos Sociais

Para fazer referência às associações indígenas é necessário considerar as mudanças no Brasil com a promulgação da constituição de 1988. Com o apoio de agentes externos o movimento indígena conseguiu uma importante resposta da sociedade brasileira com o capítulo específico dedicado às suas questões, onde são reconhecidos como sujeitos históricos e não como objetos sem capacidades e, portanto, tutelados do Estado integracionista e autoritário.

A afirmação do direito à diferença na Constituição de 1988 trouxe como resultado a garantia dos territórios, o direito à educação distinta e, em última análise, possibilitou o associativismo indígena. Brand (2002) alerta, a respeito do descompasso em relação ao que foi proposto na constituição e o continuísmo na prática administrativa do Estado, já que as alterações no arcabouço legal não implicaram necessariamente mudanças na política pública para os indígenas pelos diversos governos no período posterior à promulgação da constituição.

Outra mudança contemporânea à Constituição de 1988 pode ser observada no plano internacional que também favoreceu o associativismo indígena:

No plano externo, o primeiro fator foi certamente a globalização das questões relativas ao meio ambiente e aos direitos das minorias ao longo dos anos 1970 e 1980, bem como a crescente colaboração entre ONGs ambientais e sociais em favor de projetos que integrassem objetivos de conservação e preocupação pelo desenvolvimento comunitário – fenômenos que tiveram seu ritual de consagração na ECO 92 no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, foi também decisiva a descentralização da cooperação internacional, hoje igualmente reorientada para interlocutores da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento sustentável e o incentivo à implementação de micro-projetos locais. (ALBERT, 2000, p.197)

A combinação desses fatores internos e externos ocasionou que foi denominado por Albert (2000) como “Mercado de Projetos”, aberto a partir da “cooperação bi e multilateral e pelas ONGs internacionais, seguidas pelos crescentes investimentos públicos nacionais no setor das OSC (Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação)” (Albert, 2000, p. 197). Tal conjuntura ocasionou a abertura de “um universo de convênios e contratos disponibilizados, respectivamente, por fontes governamentais e não governamentais, e acessados – e cada vez mais disputados – pelas associações indígenas distribuídas pelos estados que compõem a Amazônia Legal” (DE PAULA, 2010, p.189). O crescimento do número de associações e também as disputas no tal “mercado de projetos” também se verificou dentre os Xakriabá como será abordado ainda neste capítulo e em muitos outros estados fora da Amazônia Legal como pode ser verificado nas listas de projetos aprovados nos sites dos financiadores³⁷.

Criou-se no Brasil, portanto, um leque de financiadores, governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras. Os órgãos e entidades acessados pelas associações Xakriabá no período de 2004 a 2011, dos quais resultou o montante aproximado de R\$1.658.058, foram os seguintes:

- Ministério do Meio Ambiente, acessando recursos:
 - i. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Trata-se de uma unidade do Ministério do Meio Ambiente com a missão de contribuir como agente financiador para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da participação social. O FNMA participou com 8,6% do recurso investido nos projetos da T.I.Xakriabá.

³⁷ Do último edital emitido pelo governo federal constata-se a presença de associações em muitos estados fora da Amazônia Legal.

- ii. Subprograma Projetos Demonstrativos A (PD/A). Trata-se de um dos componentes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7)³⁸. Foi construído para abrigar as “diversas categorias de projetos de ONG’s, grupos comunitários e governos locais (...) visando à redução dos impactos sociais e econômicos decorrentes da degradação ambiental” (MMA/SCA/PPG-7, 1998: 12 e 16). (Apud Pareschi, 2004, p.149). O PD/A foi responsável por 4,3% do recurso acessados pelas associações para os projetos sociais.
- iii. Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas (Carteira Indígena) é uma ação do governo federal com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional. Apóia projetos com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto-sustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia e preservando e recuperando o ambiente das terras indígenas. Na T.I. Xakriabá contribuiu com 20,9% do recurso acionado.
- Prefeitura de São João das Missões, através do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR). Trata-se de uma ação do Governo de Minas Gerais, coordenada pela Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDEVAN) / Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), desenvolvida com recursos do Banco Mundial com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza no meio rural do Estado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, apoiando investimentos comunitários, não reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infraestrutura básica, executado diretamente pelas comunidades rurais. O recurso do PCPR representou 24,2% do que foi investido nos projetos da T.I. Xakriabá.

³⁸ Programa foi anunciado no Brasil em 1992 durante a conhecida Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92 com os recursos doados pelos países integrantes conhecidos à época como Grupo dos Sete (G7) – Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Japão, Itália e Reino Unido, tendo o Banco Mundial como uma espécie de administrador do fundo.

- Ministério da Saúde – através do VIGISUS - projeto que objetiva o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pela Secretaria de Vigilância Sanitária e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). O recurso do Ministério da Saúde representa 7,4% do que foi investido nos projetos da T.I. Xakriabá.
- Ministério da Educação através da Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (CAPEMA). Dentre as funções da comissão estão a criação de uma rede para elaborar, editar e publicar material didático específico e a organização de bibliotecas, laboratórios de línguas e de informática nas escolas indígenas.). O recurso do Ministério da Educação representa 3,0% do que foi investido nos projetos da T.I. Xakriabá.
- Ministério da Cultura foi acessado para transformar a Casa da Cultura Xakriabá³⁹ em um Ponto de Cultura. São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. O Ministério da Cultura foi responsável por 10,8% do recurso acessados pelas associações para os projetos sociais.
- Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Trata-se de um convênio com o Ministério da Cultura com o objetivo de garantir o acesso da população a bens e serviços culturais e apoiar projetos de entidades sem fins lucrativos, de caráter cultural ou com histórico de atividades culturais comprovadas que atendam a pelo menos um dos seguintes públicos: estudantes da rede pública de ensino; crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social; populações de baixa renda; moradores em áreas com oferta precária de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios; portadores de deficiência; e outros grupos minoritários. O recurso representa 11,4% do que foi investido nos projetos da T.I.Xakriabá.
- ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza, acessando recursos do O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). Foi criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que gerem impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da

³⁹ A Casa de Cultura Xakriabá construída na aldeia Sumaré foi fruto de uma cooperação entre o Instituto Sindacale Per la Cooperazione e lo Sviluppo (ISCOS), a província de Modena (Itália), as Associações Indígenas Xakriabá (AIXs) e a UFMG. Ver detalhes em Santos (2010).

biodiversidade. O programa é financiado pelo Small Grants Programme (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas⁴⁰. O PPP Ecos foi responsável por 9,4% do recurso acessados pelas associações para os projetos sociais.

Grande parte dos recursos dos órgãos e entidades financiadoras dos pequenos projetos com povos indígenas tem como fonte os recursos bi ou multilaterais administrado pelo Banco Mundial. Verdum (2006) faz análises de documentos da presença dos povos indígenas no Banco Mundial e no Banco Interamericano – BID, com o discurso do etnodesenvolvimento; ele considera que o projeto de integração dos indígenas nas sociedades nacionais ocorrido nos países da América Latina no período de 1940 a 1960 apenas se modernizou nos anos de 1980 e 1990.

(...) defendo a tese de que a relação de dominação/sujeição na modernidade e, particularmente, a relação de dominação/sujeição estabelecida pelo Estado com os indígenas, necessita ser constantemente alimentada com “novidades” – novos brindes, para usar uma expressão corriqueira no “indigenismo sertanista” brasileiro. (VERDUM, 2006, p.98)

A cooperação internacional foi transformada pelo governo brasileiro no PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. É vinculado à Diretoria de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA e está articulado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Conta com apoio financeiro e técnico do governo alemão, por intermédio do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW, Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão) e da agência de cooperação técnica do governo alemão GTZ. Além disso, é executado em parceria com o movimento indígena organizado, em razão da participação da COIAB em seus processos decisórios e de execução. Verdum (2006) denominou o PDPI de “indigenismo etnodesenvolvimentista”.

Os agentes operadores dessa modalidade de “apoio” e “fomento” vão construir seus modelos de intervenção e agir no meio indígena a partir de elementos específicos, selecionados de uma “etnicidade genérica”, relativamente destituída do seu conteúdo político de caráter contestatório. (...) A “etnicidade seletiva” vai sendo incorporada na construção conceitual e na definição de critérios e procedimentos como uma “cor local”, sem alterar

⁴⁰ O SGP é conhecido no Brasil como Programa de Pequenos Projetos, mais detalhes em Nogueira (2005) e o GEF - Global Environment Facility (GEF) – foi criado em 1990 como um programa piloto do Banco Mundial com o objetivo de apoiar os países em desenvolvimento na implementação de políticas que apresentem soluções para as preocupações globais em relação à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade. Está em discussão no Brasil a criação do GEF Indígena.

significativamente a lógica operacional e o objetivo mais amplo de viabilizar a incorporação dos indígenas, de forma “o menos traumática possível”, nas estratégias de “promoção do crescimento” de alívio da “pobreza”. (VERDUM, 2006, p.125)

As experiências com os projetos do PDPI têm sido consideradas relevantes (LUCIANO, 2006; ALMEIDA E SOUZA, 2000) e o programa tem atuado como um canal mais direto de apoio a iniciativas pelos povos indígenas. Entretanto, muitas críticas são feitas ao PDPI por representantes indígenas (LUCIANO, 2006) e por apoiadores. Os projetos apoiados são limitados e de curto prazo, representando um apoio pontual sem o comprometimento com o “*Projeto de Bem Viver*” dos povos indígenas. Tais críticas estão dentro de um contexto maior de fragmentação de instituições e programas relacionados aos povos indígenas por parte do Estado Brasileiro.

2.3 As Associações Xakriabá

Eu vou só comentar aqui, hoje pra pessoa trabalhar na associação está muito bom; antigamente nós num sabia o que era uma associação, compadre Hilário aí foi presidente, hein Hilário? A gente encontrou muitos obstáculos antes; a gente nem entendia como funcionava e como era uma associação e hoje já está todo mundo sabendo, o que é a importância de uma associação, né? E quando a primeira foi criada ali no Brejo e o Manelinho sabe muito, né Manelinho? Num foi fácil não! E tem muitas pessoas que fala sem entender o que era ser associação e achando que ali era problema, coisa ruim e hoje não, acho que todo mundo caiu na realidade e uma associação está aí de pé é só isso. E tai os parceiros velhos lá, né Estácio?(Sr. João Caetano na reunião da aldeia Custódio, em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1)

A associação passou a ser uma instância presente no cotidiano das aldeias, com personalidade jurídica que possui as prerrogativas para se apresentar como proponente e gestora de projetos nas diferentes agências financiadoras. Além do desenvolvimento dos projetos muitas das conquistas feitas nos últimos anos são atribuídas à mobilização que a associação foi capaz de realizar sendo que o exemplo mais citado é o da Escola Indígena; além da participação ativa na implantação do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG), a capacidade de ampliação do atendimento ao ensino fundamental e a pressão para a criação do ensino médio é sempre citada como contribuição das associações. Trata-se de entidades jurídicas que seguem o modelo da sociedade nacional

com a especificidade de funcionar dentro de um povo com tradição de trabalho coletivo; têm mediado a entrada de grande parte do recurso que entra para a terra indígena e hoje funciona como mais uma instância de poder local. As associações e organizações, no desenvolvimento dos projetos sociais, se configuram como um *lócus* onde se observa a presença de variados atores numa interessante prática social a ser analisada no capítulo III.

As reuniões⁴¹ ordinárias das associações são mensais e funcionam como uma espécie de assembléia comunitária o que a torna mola mestra da mobilização nas aldeias. As diretorias das associações costumam promover ações para angariar fundos: festas, leilões, e outras. A parte financeira das associações é vista como fundamental; mesmo que a associação não esteja desenvolvendo projeto com recurso externo ela se apresenta como relevante conforme possua algum dinheiro – sem ficar completamente dependente da contribuição dos associados.

As associações Xakriabá passaram a ter um significado próprio dentro da cultura Xakriabá como uma apropriação da ferramenta da sociedade nacional conforme a proposição que Sahlins (2003) faz a respeito da significação de uma força material como qualidade simbólica: “a própria forma de existência social da força material é determinada por sua integração no sistema cultural” (p.205).

Sobre o processo de proliferação das associações pode-se perceber que, partindo da experiência de criar a associação do Barreiro Preto como “filha” da associação do Brejo Mata Fome passou a existir uma espécie de apadrinhamento para a criação de outras associações como forma de expandir o acesso a recursos para projetos; esta foi a justificativa dada por todos os presidentes de associações.

Os trabalhos de uma associação a ser criada, tais como, sensibilização da aldeia, elaboração de regimentos, burocracia com a sociedade nacional, são realizados com a participação efetiva de todas as outras associações, em especial as mais experientes. A proliferação das associações, entretanto, não agrada a todos dentro da T.I.Xakriabá; a posição do Sr. Valdim é a seguinte:

(...) Eu num vejo o Xakriabá nem com... eu vejo assim, eu não vejo necessidade de criar muita associação porque senão traga um tumulto, traga uma desunião e... por que? Porque a associação a pessoa tem que ter muito cuidado... muito cuidado com os projetos que faz... muito cuidado com as reunião, com o grupo, né, com pessoas participando... ta sempre com as portas abertas pra receber as pessoas. A pessoa num pode achar que ele é mais informado de que os outros porque ali tem que ser um grupo muito unido. (...) (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011 – Relatório de Campo)

⁴¹ “A Reunião” foi considerada como categoria nativa e explorada nesta tese no capítulo III.

Por ocasião da discussão para a reorganização da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barra do Sumaré presenciei uma assembléia ampla, membros associados ou não, em que houve a participação de várias lideranças locais e lideranças do município que também são indígenas: prefeito e vereadores. A associação havia sido criada anos antes pela influência de um “parente” que morava em São Paulo e passou uma temporada na Terra Indígena se ocupando de trabalhos que vieram a contestados em várias aldeias. Segundo o representante da aldeia o “parente” fundou a associação sem a participação das outras associações, tornou-se o presidente, colocou-o como vice-presidente e fez muita coisa errada; após um tempo abandonou a Terra Indígena deixando a Associação Barra do Sumaré completamente abandonada.

O objetivo da assembléia na aldeia Barra do Sumaré foi sensibilizar a população local para confirmar ou não a existência da associação e, em caso positivo, realizar as mudanças estatutárias necessárias para o funcionamento de acordo com o costume das outras associações. A partir dali, então, a associação estava sendo “recriada” dentro da tradição criada pelo povo Xakriabá. A comunidade manifestou credibilidade no processo de reorganização da associação com a disposição demonstrada pelo representante que reconheceu seu tropeço ao seguir a orientação de uma pessoa de comportamento questionável e conseguiu mobilizar as instâncias de poder para o processo proposto.

Sobre experiências como a citada acima assim se posiciona Sr. Valdim, representante da aldeia Barreiro Preto:

Quando a pessoa pensa de andar mais só aí ele costuma, quando pensa que tá no caminho, no carreiro, ele já dentro do mato. Então eu acho que, num é querendo criticar, mas a gente já sabe que tem algumas associação que tem dificuldade pra dar continuidade pra ta se desenvolvendo, né? Eu acredito que aqueles que procura conversar com o presidente dessa associação aqui do Barreiro eu acredito que todo mundo tá pronto pra explicar sobre aquilo que tá dando certo. (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011 – Relatório de Campo).

Diante das doze entidades jurídicas criadas poucas são as que não apresentam um ou outro problema de gerenciamento. A exigência advinda com a existência jurídica nem sempre consegue ser cumprida: lidar com cartório, conta bancária, imposto de renda e outras burocracias que são elementos que definem sua existência e precedem a chegada dos projetos, que não permitem nenhuma flexibilidade e têm que estar absolutamente encaminhadas e acertadas para o acesso às fontes de recurso financeiro. A análise no capítulo específico envolvendo a oralidade e a escrita irá demonstrar como se estabelece a influência de tais

elementos nos processos relativos aos projetos sociais e, portanto, às próprias associações e organizações.

Eu acho que já tem tido problema. Eu acho que já tem tido. Eu digo assim né, muitas vezes a associação ela, o certo mesmo é caminhar em dias com toda documentação, se ela num... com os projetos... ela num pode deixar de prestar contas de um projeto por pequeno que seja, tem que prestar contas de tudo... a papelama dela tem que ta sempre em dias pra receber projeto o dia e a hora que tiver oportunidade. Então, muitas vezes, tem pessoas que, ou não entende ou não interessa e ocupa aquele espaço ali e deixa isso vencer, deixa isso pra quando aparecer um projeto e que ele vai lá, muitas vezes, quando vai corrigir a papelama da associação tem muita coisa de inadimplência, né, isso acaba, quando ele acaba de ajeitar ela aqui muitas vezes já passou da hora, o projeto já foi embora, né? Então, a associação, a diretoria tem que ter muita cuidado com ela porque, enquanto a pessoa num passado achava que era difícil pra acabar e ela é tão fácil pra acabar... Ela é mais difícil pra criar, mas pra acabar... (Sr. Valdim. Entrevista em 06/04/2011 – Relatório de Campo)

As associações têm se firmado como um importante espaço de configuração de novos sujeitos; elas não são meramente instrumentais – elas são políticas, gerando também outras dinâmicas. A discussão sobre projetos não é só para “pegar dinheiro lá fora” do financiador e implantar para promover a melhoria nas aldeias. As associações, em especial nas situações ligadas aos projetos sociais, têm proporcionado a participação dos Xakriabá de maneira tal que os qualifica para uma ação politizada tanto interna como externamente. Politicamente eles reconhecem a importância dos projetos nas definições locais sobre os rumos da T.I. Xakriabá e têm se colocado de forma mais autônoma e informada nas relações externas.

Até o próprio planejamento assim, às vezes até o próprio município, quando eles vêm discutir uma coisa aqui eles... a gente já ta preparado, né? Hoje nós estamos discutindo as coisas e levando pra eles. Num é eles que estão vindo... porque, as vezes, na reunião da associação eles num vem. É difícil, a gente convida... participa muito pouco. Inclusive nós é que estamos levando o progresso também.(Nicolau. Entrevista em 08/06/2010. Relatório de campo)

No depoimento acima Nicolau coloca a associação no mesmo patamar da prefeitura; as duas instituições são responsáveis pelas políticas locais e devem agir como parceira uma da outra. Neste sentido, a associação não existe para implantar as políticas formuladas pela prefeitura, mas também como responsável pela elaboração de propostas que precisam ser apoiadas pelo executivo. Na mesma conversa Nicolau demonstrou o mesmo discernimento para avaliar a atuação dos órgãos governamentais que apoiavam projetos locais:

Eu tava conversando com a menina [técnica] da Carteira Indígena que a gente precisava dos parceiro que financia, doa o recurso, vir na base

também. (...) Os papel vai pra Brasília, mas eles num tinha que ficar só olhando os papel... porque, às vezes, alguma dificuldade que a gente encontra... chegasse aqui, na base aqui... (...) Igual, Ministério do Meio Ambiente... quem faz o Ministério do Meio Ambiente desenvolver é o povo... não é quem tá só lá dentro do gabinete. É na base, porque nós temos que fazer na base, na prática... é... A gente manda foto, manda isso... E o mais difícil é que esses projeto, eles não tem recurso pra a associação... principalmente esses das nascente mesmo... a gente teve outros projeto que ajudou, né... Eles num tem recurso pra associação se desdobrar mesmo.... Às vezes tem só pra compra de material, isso e aquilo... mas tem coisa lá mesmo que o projeto num permite gastar, né... Ou então, na hora do fazer [os critérios] do projeto, num colocou aquilo lá, né... (Nicolau. Entrevista em 08/06/2010. Relatório de campo)

Sobre a Prefeitura Municipal e os projetos das associações é destacada a importância do processo político que viveram os Xakriabá. Como uma outra fase histórica, a partir de 2003 se organizaram politicamente e elegeram como prefeito de São João das Missões no processo eleitoral do ano seguinte José Nunes de Oliveira, então professor e diretor da Escola Estadual Indígena Bukimuju, reeleito em 2008 para mais quatro anos de governo.

Por ocasião da pesquisa de campo do mestrado, realizada contemporaneamente ao processo de movimento político partidário independente do então Vice-Prefeito e cacique Rodrigão, registrei a disposição em participar do processo eleitoral e concepção demonstrada por Zé Nunes:

A partir do momento que a gente veio percebendo as mudanças, o que o político devia desenvolver no município e não desenvolve. Quais os espaços que a gente poderia estar ocupando e não tava ocupando, a partir deste momento a gente tenta pensar em tá assumindo... tá ocupando alguns espaços que é direito nosso, nessa questão político-partidária do município. Se a gente pensar hoje... a gente é maioria no município em termos de população, de eleitorado e a gente elegeu o prefeito por duas vezes e ele num retribuiu. Então a gente vinha pensando em cima disso aí. Essa decisão de lançar candidato a prefeito partiu internamente da comunidade Xakriabá, das lideranças... do nosso grupo, né? E a partir desse momento essa discussão começa a ampliar pra fora da aldeia. A comunidade não-indígena participa desse processo, ela tá inserida na discussão e também dando apoio à pré-candidatura. (ESCOBAR, 2004, p.125)

A eleição do prefeito e de boa parte dos vereadores indígenas – cinco na eleição de 2004 e quatro em 2008 – significou uma guinada nas relações da T.I. Xakriabá com o município e com a região. As aldeias passaram a ter acesso facilitado às políticas municipais.

Sobre os projetos sociais das aldeias, muitos depoimentos dão conta do envolvimento da Secretaria da Agricultura de São João das Missões; através dela houve a rearticulação com o IFNMG – Campus Januária que se materializou no PROEJA Indígena posteriormente, o

apoio para uma atuação mais consistente da EMATER e é citada como parceira de todos os projetos funcionando como apoio para questões que escaparam do projeto ou que não foram passíveis de inclusão nos mesmos. Houve referência às mais variadas intervenções do órgão: reuniões promovidas para incentivar projetos produtivos, intercâmbio com experiência de piscicultura em Januária, discussão a respeito da criação de feira municipal com produtos locais, apoio no transporte de produtos, insumos e equipamentos.

Sobre a Prefeitura Municipal os depoimentos dos sujeitos nas reuniões relacionadas aos projetos pontuaram que ela assumiu contas para regularizar associações, contribuiu na contabilidade e é colocada como parceira em todos os projetos na expectativa de que ela possa ajudar em possíveis falhas nas previsões orçamentárias. Desde que o poder municipal, executivo e legislativo, passou às mãos indígenas muitos têm sido os relatos que demonstram a parceria.

(...) A gente conseguiu criar a Secretaria de Assuntos Indígenas, né, conseguimos criar a Secretaria do Meio Ambiente e outras importantes pra estabilidade, pra dar apoio esse povo do município como um todo, mas principalmente do povo Xakriabá. E dentro dessa secretaria, o que coloquei lá é pra dar sustentabilidade para as associações. Inclusive o plano... o orçamento para 2012, né, nós fizemos questão de colocar lá alguma coisa específica pra as associações pra que pudesse... pra que o prefeito possa ajudar as associações e também prestar contas sem problemas (...) Isso é trabalho também do legislativo; nós vereadores indígenas, naturalmente temos que ter esse cuidado. (...) A burocracia muitas vezes dificulta a cada dia, né, e essas burocracias nós temos que traçar um ponto assim inteligente, suficiente mostrar alternativas, como se encontra jeito de lidar com ela. (Hilário, na reunião da Caatinguinha em 01/10/2011, número 19 do Quadro 1. Relatório de Campo).

A intervenção do vereador Hilário demonstra as providências tomadas no sentido de fazer com que a ajuda da prefeitura às associações se transforme em política da prefeitura como instituição e não do governo do prefeito indígena.

Em uma das ocasiões em que acompanhei o trabalho do presidente da Associação da aldeia Barreiro Preto ele falou sobre a parceria com a prefeitura já comentada anteriormente neste capítulo. Até então as informações de que dispunha sobre as gestões anteriores se referiam apenas a “ajuda” dada pela prefeitura ao povo indígena no embalo da ação tutelar da FUNAI e do Cacique Rodrigo enquanto Vice-Prefeito; a conversa com Nicolau demonstrou relações de outra ordem. Nico falou num tom de “igualdade” em relação à prestação de serviço as aldeias de abrangência da associação; pareceu existir uma relação de confiança entre as duas instituições e entre os dois gestores. Exemplificou com o uso do caminhão da

associação pela prefeitura e da construção das estradas, na qual a firma contratada havia deixado o serviço por falta de pagamento da prefeitura e que a associação havia assumido a despesa para que o serviço não fosse interrompido.

Até aqui ficou esclarecido o quadro sócio-político no qual se desenvolveram e no qual operam as doze associações Xakriabá. No próximo item do capítulo serão abordadas as associações e seus projetos de onde surgem indagações a respeito dos resultados alcançados. Sobre este aspecto Albert, analisando as associações indígenas, coloca parâmetros que condicionarão o sucesso da dinâmica de organização indígena por meio de associações:

O primeiro desses parâmetros será a possível capacidade destas organizações de continuar a mobilizar as redes de apoio e a mídia nacional e, sobretudo, internacional, ao redor de temáticas etno-ambientais que permitem manter um nível suficiente de pressão sobre o Governo federal para induzi-lo a manter as conquistas territoriais do movimento indígena destes últimos 25 anos contra interesses econômicos locais e fluxos migratórios regionais crescentes.

O segundo parâmetro, associado ao anterior, residirá na eficiência política das associações para incentivar a elaboração de políticas públicas e não governamentais em escala apropriada, destinadas a investir no conhecimento da biodiversidade e na gestão econômica sustentável das suas terras, envolvendo estreitamente seus habitantes e tomando em conta seus projetos sociais específicos.

O terceiro parâmetro, desta vez interno, remete à possibilidade das associações indígenas traduzirem esta expressividade político-institucional em autonomia econômica para as populações que se encarregam de representar. O desafio está em satisfazer as novas expectativas materiais e sociais das suas comunidades de referência, envolvendo seus membros em projetos locais de exploração dos recursos naturais que sejam, ao mesmo tempo, não predatórios e capazes de promover uma certa auto-sustentação econômica das áreas indígenas. Nesse contexto, não deverá se negligenciar o lugar da diversificação complementar das atividades e recursos econômicos extra-locais (ver acima nossa observação sobre o novo espaço translocal das comunidades indígenas), também suscetível de aliviar o peso dos recursos naturais da floresta na formação da renda das comunidades e, portanto, de contribuir para a preservação ambiental de suas áreas.¹⁸

O último, porém não menos importante desses fatores, diz respeito à determinação e à lucidez política que serão necessárias às diretorias das associações indígenas para contornar as novas formas de subordinação e de clientelização no gerenciamento dos novos projetos socioambientais, não somente no contexto das relações que lhes são impostas pelas agências de financiamento (ou de comercialização), mas, igualmente, no contexto das relações que elas mesmas constroem com os demais membros das suas sociedades. A esse desafio acrescenta-se a complexa tarefa de administrar as formas de diferenciação social e cultural surgidas no processo de transformação sócio-econômica induzido por estes novos projetos de etnodesenvolvimento. (ALBERT, 2000, p.202)

2.4 Os Projetos dos Xakriabá

“projeto é igual filho criado... o trabalho é dobrado; quanto maior o filho maior o trabalho.” (Marly – esposa do Nicolau)

Uma primeira abordagem necessária diz respeito à concepção de projeto que os Xakriabá manifestam. A expressão “*projeto*” foi bastante utilizada pelas lideranças com as quais tive contato no trabalho de campo e parecia se referir a tudo aquilo que precisava ser feito nas aldeias, ou seja, todas as reivindicações em qualquer órgão ou entidade precisam ser traduzidas em um projeto. Investigar os projetos sociais que envolvem segurança alimentar, saúde, cultura, implicam em perceber quais seriam, portanto, os projetos de futuro deste povo.

Ao mencionar as primeiras experiências das associações desde a influência direta do Cacique Rodrigão, entretanto, pode-se perceber que a concepção de projeto foi construída a partir da ação de tutela da FUNAI que implementava as ações excluindo os índios de qualquer formulação política ou no procedimento administrativo e financeiro. A noção de projeto, portanto, se ligava às ações de doação ou à procura de benefícios junto a órgãos e entidades. As mudanças internas com o cacicato de Domingos e as mudanças externas geradas pela Constituição de 1988 proporcionaram uma mudança gradual também na concepção de projeto.

Sobre a visão de projeto como meio de conseguir benefício junto a instituições, num encontro com Zeza, diretora de escola e membro atuante da diretoria da associação, escutei histórias sobre as primeiras experiências. Minha interlocutora explicou que, no início, os membros da associação não sabiam o que era e como seria a elaboração de um projeto. Contou que o primeiro dito projeto foi o “*das enxadas*”, enviado e atendido pela prefeitura de São João das Missões, na gestão da época (1996). Tratava-se de um documento com a solicitação, listando os nomes dos membros que precisavam da ferramenta o qual denominavam “projeto”. Disse isso em tom de graça sugerindo que o documento era muito diferente dos projetos elaborados hoje a partir do contato com os editais.

O processo de mudança de concepção, ou seja, da gestão de projetos como parte da ação tutelar para os projetos ditos de “*autoria indígena*”, com elaboração e gestão local foi flagrado em um documentário do GEDUC/FAE/UFMG, por ocasião do trabalho de campo do projeto “Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá” (GOMES;

MONTE-MÓR, 2005). Num evento em que os projetos elaborados estavam sendo discutidos houve um diálogo entre uma das lideranças e um membro do CAA, convidado como parceiro detentor de ampla experiência com projetos de comunidades rurais. Observando que existiam seis projetos de casa de farinha ele quis saber sobre a tecnologia usada e o custo dos equipamentos; o convidado queria saber se a aquisição de tacho de cobre conforme estava sendo anunciado não encareceria o projeto já que ele poderia viabilizar a aquisição da pedra apropriada de boa qualidade para os fornos e a um custo presumidamente menor.

O preço do tacho? Num to sabendo não. A FUNAI aí deve ta por dentro porque é a FUNAI que compra esses tachos pra nós. (...) Eu não sei quanto custa não. (Sr Emilio, em 26/05/2005. Arquivo do GEDUC)

Sr. Emílio demonstrou que não dominava o processo de implantação de um projeto; passou a discutir a atividade desenvolvida – fabricação de farinha com uso do tacho ou da pedra, mas não as estratégias em relação à distribuição dos recursos. O convidado estava se dispondo a mediar a aquisição das pedras para todos os projetos de casa de farinha que estavam em discussão para baratear o custo. A estratégia era juntar todos os projetos de casa de farinha para viabilizar o transporte de um local por ele indicado. O convidado demonstrava a visão ampla sobre a gestão de projetos de forma autônoma e Emílio estava ainda preso à concepção de doação da FUNAI, na qual não se discutia a aplicação dos recursos, por exemplo.

Com a operacionalização das associações a discussão da realidade local passou a ser prática bastante comum em diversas circunstâncias, proporcionando um reconhecimento de demandas e possibilidades das comunidades, não sendo suscitada somente pela elaboração de projetos para concorrer em editais. A partir das observações nas *reuniões* e no discurso das lideranças cheguei à compreensão de que a vontade coletiva, a negociação e a decisão da comunidade, a partir do momento em que há registro numa ata, passam a existir enquanto projeto formal.

É porque hoje, quando se fala em projeto, já envolve todo mundo, né? Envolve a comunidade. Porque fala em projeto e já vai registrando numa ata. E quando registra essa ata, as pessoas da comunidade que ta ali naquela reunião assina a ata; fala assim: -é lida e aprovada será assinada por mim e por mais... aí vai, todo mundo concorda e assina, né? Aí já passa a existir e ser um projeto... nem que for só um pedido ali, né? Já passa a existir, ser um projeto porque reuniu todo mundo... porque hoje num existe um projeto só de uma pessoa só. (Nicolau. Entrevista em 08/06/2010.)

Projeto eu acho assim, né, primeiro a gente tem que saber o que que ta necessitando dentro da comunidade e trazer aquilo que o povo mais ta

precisando porque tem projeto que, às vezes ele é construído mas ele não dá continuidade. Eu acho que projeto é bom aquele que faz e que dá continuidade na sobrevivência do povo, que gera alguma renda, né? Num são coisas que deve ser feita e morrer por ali, né? Eu acho que... é que a gente sabe que tem projeto que adapta bem numa comunidade outros já não adapta bem, né? Eu acho que tem que ser pensado isso. (Sr Valdim. Entrevista em 06/04/2011)

Projeto tornou-se, assim, a necessidade local identificada ou um desejo coletivo que passou por um processo de discussão e elaboração oral e escrita. A lucidez que demonstram quando estabelecem a relação entre a identificação da demanda, o processo de discussão para a resolução do problema, a busca pelas alternativas para solução está sempre presente nos discursos. A visão de problemas e soluções refere-se ao conjunto do povo e não a aldeias em separado. A Associação do Sumaré, por exemplo, fala sobre o projeto do lixo, uma demanda da T.I.Xakriabá para a qual a aldeia se dispôs a apresentar soluções. A unidade é colocada como um princípio tal como na intervenção abaixo transcrita:

(...) Quando eu vejo um projeto em qualquer canto da reserva, me sinto como se fosse na minha aldeia, porque a gente tem que pensar assim e pensar juntos, né? Porque a reserva toda é nossa casa onde a gente precisa de estar sobrevivendo no dia-a-dia. (Donizete, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Também pude observar no Seminário Estratégico convocado pela Prefeitura Municipal de São João das Missões, ocorrido em abril de 2009, que algumas das ações e projetos do poder executivo ou se apóiam nas atividades em andamento ou encaminham e fortalecem os projetos das associações. As políticas da prefeitura para a T.I.Xakriabá hoje se fazem em conjunto com os projetos das associações.

O impacto causado pelo desenvolvimento dos projetos não foi foco da pesquisa realizada, mas é visível que o trabalho das associações que resulta em casas de farinha e outras oficinas de trabalho, casa da medicina, casas de cultura, casa da semente, variedade na agricultura e criação de animais e outras melhorias tem favorecido a mudanças na vida cotidiana dos Xakriabá.

Projeto é traduzido como trabalho e desenvolvimento como melhoria de vida. Projeto de desenvolvimento é, portanto, uma possibilidade da melhoria das condições de vida por meio do trabalho dos indivíduos e das coletividades. Assim sendo, em princípio, todo aporte e ajuda dos brancos é bem vindo. (LUCIANO, 2006, p.124s)

A proliferação dos Projetos Sociais na T.I. Xakriabá leva, necessariamente, a uma reflexão sobre a proliferação das associações existentes e o seu percurso de configuração com

variações de acordo com as experiências das aldeias. Em diversos momentos as lideranças ligadas às associações citam a Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Brejo Mata Fome como a “*mãe de todas as associações*” e a Associação Indígena Xakriabá da Aldeia do Barreiro Preto, filha mais velha e mais pródiga, como uma referência no desempenho da sua função. A seguir estão listadas as associações existentes e o número de projetos e o montante gerenciado por cada uma delas até 2011.

Quadro 2 – Associações da T.I.Xakriabá: abrangência e desempenho nos projetos nas aldeias:

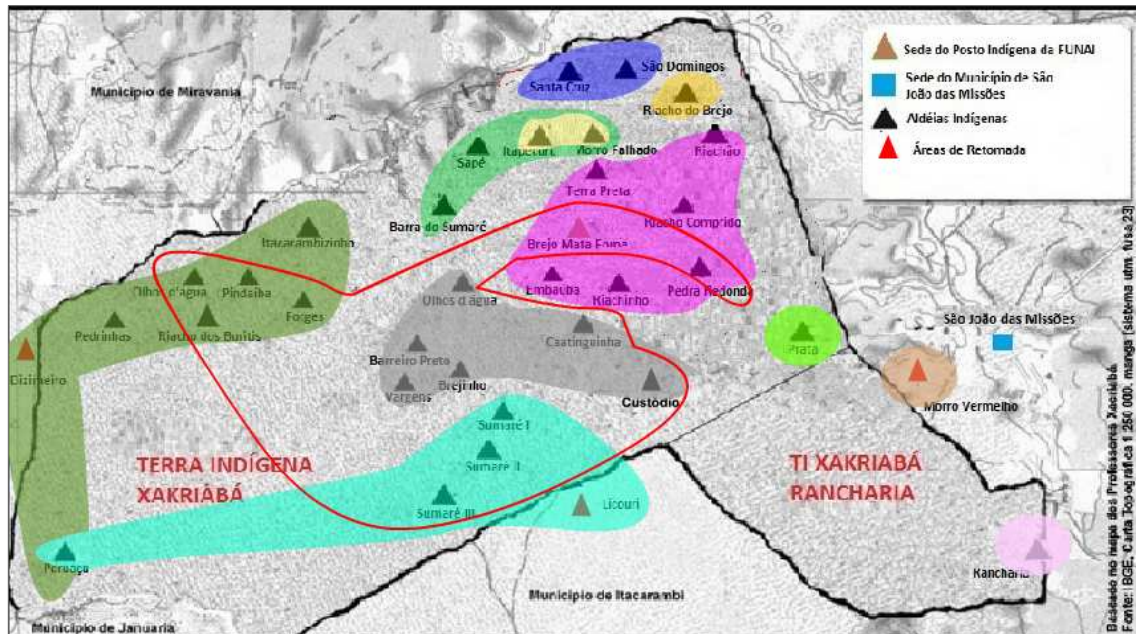
	Associação	Desempenho em projetos financiados	Beneficiados: Aldeias e Sub-Aldeias
1.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Brejo Mata Fome	4 projetos* - R\$149.000,00. 9% do total do recurso	Poções, Brejo Mata-Fome, Embaúba, Olho d’Aguão, Pedra Redonda; um projeto de abrangência ampla
2.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto	13 projetos – R\$ 1.041.070,00 62,8% do total do recurso	Barreiro Preto, Vargens, Custódio, Forges, Riachos dos Buritis, Olhos d’Água e Poções, Veredinha, Pindaíbas, Pedra Redonda, Brejo Mata-Fome. Dois projetos de abrangência ampla.
3.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Sumaré e Peruaçu	02 projetos – R\$47.670,00 2,8% do total do recurso	Sumaré I e Sumaré II.
4.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Rancharia	01 projeto - R\$49.242,00 2,9% do total do recurso	Rancharia, Boqueirão, Catito, Cabeça d’Anta
5.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Riacho dos Buritis	02 projetos – R\$80.000,00 4,8% do total do recurso	Itacarambzinho, Dizimeiro e Peruaçu
6.	Associação Indígena Xakriabá de Santa Cruz e São Domingos	02 projetos – R\$98.000,00 5,9% do total do	Santa Cruz e São Domingos

		recurso	
7.	Associação Indígena Xakriabá da Barra do Sumaré	01 projeto – R\$24.738,00 1,5% do total do recurso	Barra do Sumaré
8.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Prata		
9.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Morro Vermelho ⁴²	01 projeto – R\$24.600,00 1,5% do total do recurso	Morro Vermelho
10.	Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Riacho do Brejo		
11.	Organização dos Grupos de Roça	03 projetos* – R\$64.738,00 3,9% do total do recurso	Itapecuru e Morro Falhado
12.	Organização da Educação Indígena Xakriabá	02 projetos – R\$79.000,00 4,7% do total do recurso	Barra do Sumaré e Escolas Indígenas.

*Ocorrência de projetos em que não houve gerenciamento de recurso pela associação.

⁴² Associação criada pelo grupo de Xakriabá desaldeados que fizeram a retomada da aldeia Morro Vermelho em 2004.

Figura 3 – Figura localizando as associações e as respectivas áreas de abrangência.



Fonte: Adaptado de Oliveira (2010)

Legenda:

 Associação do Brejo Mata Fome	 Associação de Santa Cruz e São Domingos
 Associação do Barreiro Preto	 Associação da Prata
 Associação do Sumaré e Peruaçu	 Associação do Morro Vermelho
 Associação da Rancharia	 Associação do Riacho do Brejo
 Associação do Riacho dos Buritis	 Organização dos Grupos de Roça

A Associação da Rancharia foi delimitada pela sua sede porque na sua área de abrangência não consta a localização das suas aldeias⁴³. Há uma sobreposição na área de abrangência da Organização dos Grupos de Roça e a associação da Barra do Sumaré; as duas apresentaram problema no processo local de configuração que serão abordados no decorrer da tese. Outra sobreposição pode ser observada em relação à aldeia Peruaçu que formalmente se junta às aldeias Sumaré I, II e III para formar uma associação. Na prática, entretanto, existe uma ligação dela com a associação do Riacho dos Buritis que tem a área de retomada denominada Dizimeiro na sua abrangência e esta, por sua vez, mantém vínculo político com a aldeia Peruaçu.

⁴³ A região da Rancharia teve a demarcação do seu território após doze anos da homologação da Terra Indígena Xakriabá e recebeu o reconhecimento oficial específico como Terra Indígena Xakriabá de Rancharia. O cacique de lá (assim considerado pelo fato de ser outra terra) cita, além da Rancharia as aldeias Tenda e Catito Boqueirão, Cabeça d'Anta que não se encontram localizadas na figura.

A área contornada de vermelho na Figura 3, envolvendo aldeias que contam com algum projeto gerenciado pela associação do Barreiro Preto, demonstra a amplitude da atuação desta associação. Ali não estão visualizadas outras aldeias que se beneficiam com o uso de um trator adquirido através de projeto junto ao PCPR e nem as que receberam cercamento por um projeto ambiental denominado “Xakriabá de mãos dadas pela natureza – Água é vida”. Os dados analisados nos outros capítulos irão demonstrar a agilidade desta associação na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais.

As associações da T.I. Xakriabá movimentaram nos últimos 10 anos o montante de R\$1.658.058,00. Merece destaque aqui a Associação do Barreiro Preto. Como pode ser visto na tabela 2 e na Figura 3, do total de 28 projetos considerados, 13 foram ou estão sendo desenvolvidos lá, o que corresponde a cerca de 62,8% do montante do recurso investido na T.I. Xakriabá. À exceção de um pequeno projeto de R\$7.000,00 para implantação de piscicultura, todos os outros projetos lograram êxito. A aldeia tem estado bastante movimentada; a Casa da Comunidade, Cada da Medicina e a Cozinha Experimental⁴⁴ e a Escola Estadual Indígena têm trabalhado em conjunto com a associação e esta tem se revelado um centro de referência para as atividades internas da Terra Indígena. Os membros da associação, especialmente Hilário, Nicolau e Zeza, diretora da escola da aldeia Barreiro Preto têm sido procurados pelos presidentes das outras associações para prestarem assessoria no desenvolvimento dos trabalhos.

No levantamento realizado sobre os projetos sociais nas associações dos Xakriabá temos os seguintes dados:

- ✓ Dos 28 projetos considerados: 22 foram de segurança alimentar, entre produção de alimentos – casas de farinha, roças, criação de animais, despoldadeira – compra de trator, captação de água, casa da medicina acompanhado da cozinha experimental. Os outros projetos são: 03 de meio ambiente, 02 de cultura, 02 de construção de centro comunitário e 01 de educação.
- ✓ O montante do investimento foi distribuído da seguinte forma: 52,3% para os projetos de segurança alimentar; 18,5% para projetos ligados ao meio ambiente; 22,3% para os projetos de cultura; 2,9% em um projeto ligado à educação e 3,8% para a construção de centros comunitários.

⁴⁴ A Casa da Comunidade foi construída com a ajuda do CIMI na década de 1990 e depois ampliada e dinamizada para funcionar também a Casa da Medicina e a Cozinha Experimental, com recursos do PPP Ecos. Tem se estabelecido como centro de várias atividades dentro da TIX.

- ✓ Destaca-se que, em três projetos desenvolvidos na área de segurança alimentar, não houve repasse de recursos para as associações: a piscicultura na Organização dos Grupos de Roça, a Criação de Caprinos e a piscicultura na Associação da aldeia Brejo Mata Fome foram contados como projetos desenvolvidos, mas não tiveram valores declarados que também não incidiram sobre o montante aqui considerado.
- ✓ Do recurso investido nos projetos temos a seguinte situação: os projetos finalizados com êxito representam 44,4% do recurso investido; 38,8% do recurso foi investido em projetos que ainda estão em andamento; 8,7% do recurso foi gasto em projetos que foram finalizados, mas que ainda têm pendências para o pleno funcionamento e 8,0% do recurso foi gasto em projetos que não obtiveram êxito.
- ✓ Dos projetos que investiram o recurso e não lograram êxito, em muitas aldeias existem equipamentos guardados: material de irrigação, chocadeira e outros – além dos animais de médio porte adquiridos em um projeto que estão espalhados pela zona rural do município de São João das Missões e que aguardam as condições de manejo dentro da aldeia beneficiada.
- ✓ Em relação ao recurso gasto em projetos que estão com pendências a expectativa é da formulação de novos projetos para resolver os problemas detectados. Por exemplo, após uso do recurso com o contrato com uma firma terceirizada, a Casa de Farinha da aldeia Sumaré precisa de ajustes na construção e compra de equipamentos. Com o mesmo valor outras associações obtiveram êxito no investimento fazendo ela mesma a gestão do recurso.

Sobre o processo vivido nos projetos sociais, as fases que podem ser consideradas mais longas referem-se as que dependem do financiador, ou seja, a aprovação e a liberação do recurso quando, a partir de então, fica dependendo da agilidade das associações para a realização do trabalho. A associação do Barreiro Preto, por exemplo, recebeu a demanda de uma Casa de Farinha e Roça Comunitária da aldeia do Custódio pela primeira vez em uma reunião da associação em 2002. Na oportunidade em que os professores que estavam em formação no FIEI iniciaram uma intervenção local o projeto foi elaborado e enviado à Carteira Indígena 2006, sendo aprovado em abril de 2010 e com a liberação do recurso de R\$48.500,00 em agosto de 2010. A construção, os encontros de formação e o plantio das roças previstos no projeto se iniciaram em setembro do mesmo ano e a prestação de contas da execução financeira total ocorreu em fevereiro de 2011, ou seja, seis meses após a liberação do recurso. No caso da aldeia Custódio, entre a formulação da demanda e a formatação do

projeto para uma fonte financiadora passaram-se quatro anos; a aprovação do projeto e a liberação do recurso aconteceu no prazo de mais quatro anos. A aldeia Custódio esperou nove anos para ter uma demanda atendida.

Na aldeia Itapecuru, participei das reuniões já mencionadas para a ampliação da piscicultura com a entrada de novos grupos e a construção de uma casa de apoio na beira da barragem em abril e julho de 2009; em setembro do mesmo ano pelo menos mais um grupo já estava trabalhando e em julho de 2010 a casa já estava sendo construída. Na mesma Organização dos Grupos de Roça, porém, um recurso liberado em 2005, até o final do trabalho de campo, ainda aguardava a decisão do financiador sobre a prestação de contas. Sobre as experiências da Organização dos Grupos de Roça farei uma análise mais detalhada sobre; no momento foram citadas apenas para ilustrar o dinamismo do mapeamento dos projetos sociais na Terra Indígena Xakriabá.

Os projetos que obtiveram êxito proporcionaram uma significativa mudança nas aldeias. Centros comunitários e galpões construídos têm servido de locais de intensa mobilização das comunidades – reuniões, encontros, assembléias. As Casas de Farinha implantadas com êxito incentivam a participação das mulheres e hoje funcionam como pólo de desenvolvimento de outras ações: na Aldeia Vargens atividades do ensaio de milho e a discussão do banco de sementes tem acontecido na Casa de Farinha e na Aldeia Rancharia o local tem aproximado a comunidade da escola. Em tais associações percebe-se um sentimento de confiança e euforia na condução de novas ações.

Nas comunidades cujos projetos apresentaram problemas há sempre alguém ou um grupo com interesse na busca de solução dos problemas; é comum que membros das associações responsáveis pelas atividades dos projetos de outras aldeias sejam convidados a contribuir na resolução dos problemas detectados. É muito comum o discurso que coloca a associação e o conseqüente e natural benefício dos projetos como fundamentais para o desenvolvimento das aldeias, ou seja, nas aldeias em que a associação não está funcionando bem, segundo os índios, há dificuldade em melhorar as condições de vida.

Não há um histórico de desvio ou uso indevido de recurso dos projetos, sendo que detectei, pelas informações prestadas, um único caso em que o presidente de uma entidade estava em dificuldade com o mau uso do recurso pelo presidente anterior. Os problemas apresentados em alguns projetos referem-se à operacionalização: mau dimensionamento dos equipamentos necessário – na irrigação, por exemplo – escolha inadequada de locais para implantação das ações, falta de planejamento no gasto do recurso.

Notei a presença ativa das mulheres em variadas fases de desenvolvimento dos projetos sociais: nos momentos em que há necessidade de sistematização escrita ou do uso de recursos da informática, há uma presença significativa das professoras; os trabalhos desenvolvidos nas Casas de Farinha são protagonizados pelas mulheres; os momentos coletivos, especialmente os que envolvem “comidaria”, dependem da presença das mulheres. Destaca-se que as mulheres responsáveis pela cozinha, nos momentos coletivos, não permaneciam alheias às discussões realizadas, tanto é que diversas vezes ouvi, na cozinha, a discussão delas sobre o mesmo assunto tratado no local da reunião. A maioria dos projetos sociais sempre envolve atividades do campo feminino: alimentação, artesanato, a dimensão do cuidado (medicina e meio ambiente).

2.5 Destaque em alguns projetos:

Neste item farei a abordagem de alguns projetos, descrevendo alguns aspectos das novas ações e relações que se constituem no cenário no qual analiso, nos capítulos 3 e 4, a participação e a escrita. Não se trata de uma análise detalhada dos projetos; somente destaques de alguns pontos significativos.

2.5.1 O pioneiro: Xacriabá de mãos dadas na recuperação da natureza – água é vida

Conhecido também como “Projeto das Nascentes” teve como objetivo atuar na questão ambiental com o cercamento para preservação e proteção de nascentes, formação de viveiros para propagação de mudas e educação ambiental.

A elaboração do projeto foi fruto da discussão interna das lideranças que buscou a associação da aldeia Barreiro Preto para encaminhá-la. A principal justificativa foi a de que a T.I. Xacriabá havia sido demarcada após intensa degradação por parte dos invasores e

algumas atividades locais pioravam a situação; a discussão nas comunidades girava em torno de uma possível solução ou ação para minimizar os efeitos danosos ao meio ambiente.

Trata-se de uma ação pioneira que envolveu a gestão interna de recursos financeiros pela associação da aldeia Barreiro Preto e que teve uma enorme área de abrangência dentro da T.I. Xakriabá. Iniciou com recurso de R\$143.000,00 acessado no Fundo Nacional de Meio Ambiente e continuou se desdobrando em inúmeros outros projetos complementares. Pela primeira vez lidando com recurso público e com muita burocracia o presidente da associação da época, em momento de socialização da experiência com os colegas da turma do PROEJA Indígena, confidenciou que a cada vez que lia as exigências para gestão do recurso nos documentos, tinha vontade de desistir. Uma rede de parcerias foi imprescindível na fase inicial: o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que também disponibilizou R\$35.000,00 de recurso do PPP Ecos, a ONG Casa Verde, UFMG (GEDUC/FAE), Prefeitura Municipal de São João das Missões.

A mobilização da associação em torno do projeto desde sua fase de concepção foi intensa e as ações, por envolver nascentes em outras aldeias, estendeu a mobilização possibilitando uma interessante discussão interna em torno do tema ambiental. Nas aldeias onde ocorreram ações diretas do projeto houve discussão a respeito de alternativas às famílias que foram impedidas de desenvolver atividades nas proximidades das nascentes por causa do cercamento e a Associação da Aldeia de Rancharia, cerca de 30km de distância, a partir de relações estabelecidas com o Projeto de Mãos Dadas com a Natureza, tem desenvolvido o Projeto de Recuperação da Lagoa de Rancharia, mesmo sem ter sido beneficiado por editais até o momento

[A mobilização em torno do meio ambiente para o Projeto das Nascentes] Começou antes mesmo da discussão desse projeto porque já havia essa demanda, né, quando a gente questionava alguns atos que veio antes da demarcação da terra e os fazendeiros que deixou a área muito degradada. E então veio sendo discutido o que nós faria pra poder ... A terra [demarcada e homologada] estava detonada né... e aí foi aonde que se inicia e discutimos como é que a gente poderia, né ... (...) existia uma associação, só que nós batia na porta e não achava a porta aberta não. E que até então, na primeira oportunidade que a gente teve, o Domingos Cacique recebeu o contato do Paulo Spyer que estava na Comissão do Meio Ambiente outra vez e que ele poderia está destinando um projeto nesse sentido de preservar e recuperar as nascentes... é área degradada. E como a associação do Brejo já estava comprometida com um projeto pelo PPP Ecos que estava em vista, né, e aí ele pediu o presidente da associação atual na época, que era Seu Valdim, pra discutir esse projeto, se era de interesse da associação de Barreiro Preto e nós abraçou a causa e junto construímos o projeto e né com o técnico que era o Paulo Spyer. E esse projeto vem de encontro, né,

pra mim, esse projeto, ele é tem tudo haver com todo o processo que hoje está existindo com os vários outros projetos, né? E num tem nenhum projeto hoje que chega e num é discutido também a questão ambiental... tá ligado a isso, né. E o pessoal também ficou muito mais, vamos dizer assim, mais atentos, né, as questões ambientais, né, e a partir desse projeto ... (Hilário. Entrevista em 25/07/09, Relatório de Campo)

Interessante ressaltar que há uma tentativa de articulação no desenvolvimento dos projetos através da questão ambiental. Em todas as associações, as discussões que dão origem aos projetos são pautadas pelo tema da sobrevivência na Terra Indígena e que esta necessita de cuidados especiais. O projeto das nascentes funciona hoje como um articulador de outros projetos e ações dentro do território. O cercamento para o projeto significa deixar a natureza cumprir o seu papel, mas existe a preocupação com os *parentes* com alternativa de atividades para as famílias que exploravam de alguma maneira a água e solo das nascentes para criação de animais e culturas de subsistência. Vários projetos de várias associações diferentes estão em sintonia com a discussão do projeto das nascentes: piscicultura, apicultura, coleta de frutos do cerrado; são projetos de atividades alternativas para evitar o uso das nascentes e, também uma alternativa para diminuir a criação de gado, colocada por todos os envolvidos nas discussões acerca do território.

A meta estabelecida pela associação é a de realizar a proteção através do cercamento de todas as nascentes da T.I.Xakriabá (a lideranças falam em trinta e duas). Neste sentido, a Secretaria Municipal de Agricultura e a associação das aldeias Santa Cruz e São Domingos também implementaram projetos para recuperação das nascentes.

2.5.2 A casa de farinha da aldeia Vargens: o projeto que “puxa outros”

A farinha era uma atividade desenvolvida tradicionalmente na aldeia Vargens, assim como em outras aldeias, em pequenas e limitadas oficinas de maneira artesanal e penosa e a demanda pela construção de uma casa de farinha com equipamentos foi apresentada à associação à qual pertence, associação do Barreiro Preto, na discussão a respeito da melhoria

do sistema de produção e das condições de vida das famílias. O projeto foi financiado pela Carteira Indígena e o recurso, R\$37.650,00, gerenciado com eficiência.

Alguns equipamentos estão sem funcionar já que o transformador ainda não foi colocado pelo programa Luz para Todos⁴⁵, mas o empreendimento tem mobilizado os envolvidos em outras atividades locais transformando-se no *lócus* para novos desafios: o grupo realizou em estudo sobre variedade sementes de milho e no plantio de mandioca com o objetivo de melhorar a produção. Como desdobramento a Casa de Farinha abriu um espaço para a criação da Casa da Semente Xakriabá com o objetivo de garantir aos agricultores a sementes adequadas e valorização das sementes tradicionais para o plantio sem a aquisição fora da T.I. Xakriabá.

A seguir transcrevo uma intervenção do Hilário, feita na reunião sobre a criação da Casa da Semente Xakriabá, na qual demonstra o significado do projeto da construção da Casa de Farinha da aldeia Vargens com o recurso da carteira indígena:

Um projeto puxa outro, né? Uma ação puxa a outra, né? Se a casa de farinha hoje já começa desenvolver não só na área de fazer o seu objetivo que é produzir farinha, polvilho, etc, mas também puxar outros projetos que vai dar continuidade também nessa questão social do povo naquilo que precisa. Eu acho que já em alguns momentos da semente crioula, a semente tradicional nossa, ela é um fator importante, né, de estar aprofundando nisso mesmo (...) porque nós já vinha de uma demanda antes, já foi questionado antes. Teve várias conversas de lideranças, os mais velhos já têm questionado em torno disso, das sementes, né, que precisa ser resgatada, preservada, né? E a gente já fez um trabalho de campo, né, já fez um processo aí de algumas sementes e achou que no momento assim já foi um passo que já deu, né? Como Nico falou, tai em vista o Banco de Semente Xakriabá. Tem proposta aí de estender em várias outras aldeias, né, o campo de semente, né, porque é importante. Quando a gente não pode trazer certas aldeias até a localidade então que a gente se desloca até lá, né. Então o trabalho é assim é um trabalho... assim... vagaroso no sentido de... as demandas são grandes, né, mas é de muito proveito. Eu acho que os jovens devem também começar acompanhar nós nesse trabalho. Eu acho que, mesmo que ta de férias, né, a educação, mas sempre procurar nesse momento trazer, incentivar essas pessoas que tão... estudante, né, trazer pra essa discussão também. Pra também num ficar só naquilo de, a hora que precisar fazer uma pesquisa: -ah, vai pesquisar lá o fulano e fulano de tal, ou o meu pai... e deixar as coisas que ta acontecendo de fato muitas vezes escapar, abre mão de participar, né? Eu gosto muito de chamar a atenção disso também que a educação não é assim só lá nas quatro paredes, mas também fora dela, né, se dá muito nessa questão. Nós Xakriabá já tem esse costume de... de trazer tudo pra discussão, não só nesses momento, né, mas em todo decorrer... trazer técnicas que já tem, né, e tem que trazer os jovens pra poder participar. A gente num pode perder esse ponto que é muito rico

⁴⁵ A despesa com o transformador não foi incluída no projeto na expectativa do atendimento através do programa Luz para Todos.

isso, né?(Hilário, reunião em 23/01/2010, número 10 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Na concepção demonstrada na intervenção do Hilário a Casa de Farinha da aldeia existe para além do seu significado prático de preparar a farinha de mandioca para consumo ou a ração, ou seja, a aldeia produz e se reproduz a partir do projeto realizado. Percebe-se, assim, além das discussões para a recuperação das sementes crioulas que é feita com “*os mais velhos*”, a preocupação em envolver as novas gerações no seu processo de formação. A referência à escola para além “*das quatro paredes*” colocando a associação e os projetos como um lugar que também é dela pode ser compreendido na dinâmica local onde o projeto de um lugar “*se desloca*” para garantir que muitos possam ter acesso aos benefícios.

2.5.3 A gestão da atividade sem a gestão do recurso: a piscicultura da OGR:

A partir da informação dada pela Secretaria da Agricultura de São João das Missões a respeito de um projeto de piscicultura desenvolvido em Januária, município vizinho a São João das Missões, oito pessoas do Grupo de Roça, com o apoio da prefeitura, fizeram uma visita, receberam as primeiras instruções e iniciaram o projeto na barragem. A idéia foi acolhida e o grupo foi ampliado. Iniciado em 2004, não houve o repasse de recurso para ser gerenciado pelo grupo: conseguiram a doação de 10 tanques-redes com o IEF e 15 com a CODEVASF, que também ofereceu a ração por um tempo determinado e os alevinos. O projeto conta, ainda com a assistência técnica da EMATER e da própria CODEVASF e como parceiro importante o grupo conta, ainda, com a prefeitura que contribui possibilitando o deslocamento do grupo para eventuais visitas de formação e com apoio esporádico no transporte para comercialização. Às margens da barragem, onde estão instalados os tanques, existe um barraco de madeira, construído com a colaboração da prefeitura e da CODEVASF, onde são guardadas a ração, um freezer que comporta aproximadamente 400 kg de peixe e outros apetrechos e, ancorado às margens da barragem, existe um barco a remo.

Os depoimentos atestam as vantagens experimentadas no próprio processo produtivo da piscicultura: as roças demandam o trabalho de um número maior de pessoas em cada atividade, gasto maior e volume de trabalho maior para cada um. Outra questão é que as roças sofrem a influência dos longos períodos de estiagem, provocando muitos casos de prejuízo.

Criar peixe é melhor que criar gado. Criar gado cê vai desmatar, prejudicar o meio ambiente... vai estragar a terra... Cê criar peixe aqui, não. Cê num gasta cum sal, num gasta com capim, com vacina. O gasto aqui é só com ração. E só trabalha 18 dias nos seis meses. Dentro de seis meses cê faz o cálculo de 500 reais ou 1.000 reais por pessoa. Isso cê tirano 70% da ração.

Aqui nós reunimos aqui e decidi que seria dividido só 30%... 70% vai deixar pro projeto. E também se, por exemplo, a pessoa, ele entrou aqui desde o início, mas ele hoje quer sair... ele vai ter direito só naquilo que a gente vendeu. Vai dividir e vai tirar só os 30% que tem lá pra ele. Isso já é pra a pessoa ficar segura no projeto. Quando ele entrar ele já ta sabendo o que é o projeto, senão a pessoa entra visando só o dinheiro, né...

Aqui num tem nenhuma praga que infesta, né... Mosca num vai infetar ele. Aqueles... aquelas coisinha que dá no pé do feijão num vai dar aqui... Cê num vai ta aqui com a enxada limpando... Foi muito melhor isso aqui pra gente... Isso num quer dizer que a gente parou lá... a gente continua plantando ainda, mas isso aqui foi mais um incentivo pra comunidade. O que mudou também é que pessoas que saia pro corte de cana, hoje ta envolvido aqui, né... Tá seguro na comunidade... ta junto com a família... Nós saia pra fora porque a região nossa é muito fraca, né? Quando acha um serviço aqui... pra pagar... é muito escasso. (...) As roça já num ta socorrendo mais... a chuva ta muito pouca... (Depoimento em visita aos tanques, feita no barco a remo, em 22/07/2009. Relatório de Campo)

O cuidado com os peixes, na maior parte do tempo da criação, requer um mínimo de mão-de-obra; uma pessoa por dia é suficiente para realizar as tarefas, facilitando o rodízio entre as famílias. Os peixes são alimentados exclusivamente com ração. As famílias envolvidas moram próximas à barragem, ou seja, o deslocamento para cumprir o rodízio não conta como dificuldade.

O êxito no projeto de piscicultura do Itapecuru tem despertado a atenção de outros interessados. Com a preocupação em criar alternativas para o desenvolvimento local que seja capaz de minimizar os problemas que conduzem muitos índios a sair da terra para o corte de cana e outras situações complicadas fora do seu povo, o Grupo de Roça tem buscado formas de ampliar o projeto formando outras equipes e diversificar a produção na piscicultura.

O projeto foi atendido em 2009 por Emenda Parlamentar com a construção de uma estrutura física para possibilitar o manejo do peixe, como por exemplo a retirada do filé e a diversificação da produção com o artesanato. A justificativa é que a piscicultura necessita de

mão de obra reduzida e o tempo livre de quem estiver realizando as atividades tem a possibilidade de ser preenchido com outra atividade produtiva que já é de tradição dos moradores. O objetivo de desenvolver o artesanato junto à piscicultura é o aproveitamento do couro do peixe para confecção de artigos de artesanato.

O “*criame de peixes*” está mudando a vida da comunidade, caracterizando-se como uma alternativa desejada por todos, economicamente viável, em que é utilizada uma tecnologia simples e de acesso fácil a todos, além de ser ambientalmente favorável às ações ecológicas já existentes dentre os Xacriabá. Outra experiência com projeto financiado pela Carteira Indígena com a gestão local dos recursos, analisada no capítulo 4, não deu o resultado esperado nem pelo grupo envolvido e nem pela agência financiadora; o mesmo grupo que implantou uma atividade produtiva com o gerenciamento da ação coletiva não teve o mesmo desempenho quando lhe foi exigido a lida com a burocracia.

2.5.4 Qualificação escolar que não garante a preparação para a gestão de projetos – as experiências da Organização da Educação Indígena Xakriabá.

Trata-se, tal organização, de uma entidade civil, de caráter social, cultural e educacional, sem fins lucrativos da qual participam os professores indígenas e outros membros da comunidade escolar.

Um dos projetos desenvolvidos, Projeto de Culturas irrigadas - Feijão, Milho e Mandioca, com recurso do DSEI - MG/ES valor de R\$30.000,00. A discussão sobre a melhoria das condições de vida nas comunidades era ampla e apontava para a necessidade do trabalho com culturas irrigadas. A Organização da Educação Indígena Xacriabá foi acionada por um técnico da área da saúde como uma entidade que preenchia os critérios exigidos para não “perder” o prazo de um edital aberto e que contemplava terras indígenas. A OEIX não participou das discussões, decisões e sistematização do projeto, e nem houve participação da comunidade. Foi planejado para ser executado na aldeia Barreiro Preto e esta não tinha um local apropriado; em discussão posterior a aldeia Barra do Sumaré aceitou implantar o projeto e conseguiu o local, mas não houve o estudo da viabilidade técnica.

O projeto não havia previsto o preparo do solo e nem a fonte de alimentação de energia. A prefeitura cedeu as horas de máquina para o preparo do solo. Os equipamentos de irrigação foram adquiridos e estão guardados, evidenciando que houve falha na elaboração coletiva que garante a mobilização para a efetiva realização do projeto.

Outro projeto desenvolvido pela OEIX e que apresentou problemas foi o de “Cantigas de Roda”, que contou com recurso da CAPEMA no valor de R\$49.000. Na escola do Barreiro Preto surgiu a idéia de valorização das cantigas de roda e os alunos iniciaram o trabalho de coleta de material. Sentindo a necessidade de formatar produtos houve a procura do recurso. No entanto, houve falha no controle social, gerando problemas de execução e de gestão dos recursos e a OEIX se encontra atualmente com pendência, inclusive com a incumbência de devolução de parte do recurso que está dependendo da prestação de contas do que foi gasto e há problemas de comprovação dos mesmos.

A experiência da OEIX é emblemática no sentido de reforçar que o dado decisivo para lidar com os projetos sociais não é só a preparação de pessoal tecnicamente qualificado. No capítulo 4 a participação de professores na condição de pessoas com domínio da escrita será analisada com detalhes.

2.5.5 Cultura é isso, é projeto!

Outros projetos interessantes são os que envolvem a temática da cultura e que está em franca proliferação. A casa de cultura do Sumaré foi fruto de um acordo firmado em 2006 entre os Xakriabá e o Istituto Sindacale Per la Cooperazione e lo Sviluppo (ISCOS), a província de Modena (Itália) e a UFMG.

Na verdade ele [o recurso da Itália] vem numa ONG que é o Guga que representa essa ONG, esqueci o nome dela... ANAI... Eles é que tem os parceiros lá da Itália mais o Roberto e Ana Gomes. Pra chegar aqui tiveram uma coordenação de recurso aqui desse... embasamento das pessoas que havia contratado, aí precisava de uma associação pra ajudar fiscalizar... como é que fala... uma coordenação aqui pra recolher os documentos pra assim enviar pra o Roberto e o Roberto lá fazer os trâmites legais pra chegar aqui pra a destinação final, né... Porque essa ANAI que recebe e repassa, né. Ele [o recurso] não vem direto pra conta da associação. É da Itália pra uma ONG e da ONG... e o Roberto que faz a ponte, né. Por exemplo ir lá naquele momento pra ajudar nos pedreiros que às vezes ele

pensou no Odair pra ver tudo isso, ser o coordenador dos pedreiros pra ajudar nessa parte burocrática. Por exemplo, hoje ta precisando de um pedreiro, Odair já tem a ordem de pagamento, né, a quantidade que seja aquele pagamento, né... o Odair dá a quantia pra tal dia, aí ele deposita na conta da associação. (Hilário, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A transcrição acima refere-se a uma intervenção feita em *reunião* que teve como um dos temas de pauta o encaminhamento dos projetos ligados à cultura. Houve uma referência a pessoas externas ligadas à conquista da Casa da Cultura e a compreensão do processo pelo qual passaram para executar a obra.

Apesar de ter seu funcionamento questionado internamente (alguns têm falado da concentração das atividades em uma aldeia e que a estrutura estaria subutilizada) tem sido palco de várias atividades coletivas: formaturas, festas, reuniões e tem inspirado a temática da produção cultural inclusive como alternativa de renda.

(...) a Casa de Cultura foi proposta pelos Xakriabá como parte de uma importante demanda: a criação de um espaço para a cultura. Como “criar” e “construir” parecem estar sempre implicados na linguagem dos projetos propostos pelos Xakriabá, o projeto Casa de Cultura Xakriabá tinha como principal objetivo uma edificação que pudesse funcionar como uma oficina de produção de peças de cerâmica, ossos e madeira (especialmente adornos), um museu, um espaço de vendas e uma área para execução de danças e outras atividades. (SANTOS, 2010, 108)

Apesar de construída em local escolhido como central e de acesso possibilitado pelo acesso de estradas o deslocamento das famílias estava inviabilizado por conta da extensão da T.I.Xakriabá, o que gerou novos projetos. Em 2008 foi aprovado o projeto “Revitalização das Práticas Artesanais nas Comunidades Xakriabá”, com financiamento do Fundo Estadual de Cultura (FEC) no qual estava prevista a construção de nove Casinhas de Cultura. Com o corte do orçamento foram construídas somente três nas aldeias mais envolvidas na discussão do projeto: Pedra Redonda, Veredinha e Pindaíbas. Em uma outra etapa, com recursos do ProExt/MEC, estão sendo construídas outras duas casinhas, uma na aldeia Rancharia e outra na aldeia Brejo do Mata Fome.

Em 2009 foi aprovado o “Projeto Loas”⁴⁶ junto à Secretaria de Cultura de Minas Gerais e o Ministério da Cultura. O objetivo é transformar a Casa de Cultura Xakriabá num Ponto de Cultura, equipando-o com uma rádio e espaço de multimídia e outras possibilidades para o trabalho com de *levantamento da cultura* (SANTOS 2010).

⁴⁶ “Loa” é um duelo de rimas marcante entre os Xakriabá

A expressão “casa” é muito forte dentre os Xakriabá; são comuns os discursos de reivindicação da “casa da comunidade”, a “casa de reza” do pajé, as atividades nas “casas de farinha”; a “Casa de Cultura” do Sumaré é uma expressão natural para eles, neste sentido, o projeto dos “Pontos de Cultura”, expressão forte no universo das políticas públicas do setor tem causado muita confusão no discurso da associação do Barreiro Preto que precisa diferenciar a linguagem para a execução formal dos projetos. O objetivo é que todas as regiões sejam contempladas com a presença de “Casas de Cultura” independente se o projeto governamental é denominado “Ponto de Cultura”.

Outro dado interessante refere-se à ligação estabelecida internamente entre o trabalho do Professor de Cultura e o desenvolvimento dos projetos. A repercussão dos projetos com a temática da cultura, discutidos como espaços para o professor de cultura desenvolver suas atividades, funcionou como uma espécie de acordo local para transformar esta atividade como diretamente ligada ao desenvolvimento de projetos. Em várias reuniões presenciei uma espécie de prestação de contas à comunidade do trabalho do professor de cultura que não está sendo desenvolvido somente com a docência em sala de aula. As intervenções transcritas abaixo ocorreram em assembléia da associação do Barreiro Preto e demonstram a concepção do trabalho desenvolvido.

Abordando o assunto que a gente vinha... da Casa de Cultura, aí criou o projeto das mini casa de cultura; aí é onde a gente fala: -gente, vocês conhece as mini casa de cultura? Aí é aonde a gente fala da questão da cultura porque hoje o trabalho na comunidade num tá sendo diretamente só com a sala de aula, mas... os projetos, oh, Pedra Redonda, né... tá em construção. Pindaíba, Veredinha... esses projeto a gente tem que tá sabendo se os pedreiros tá trabalhando. (...). Às vezes chega um ponto que vence a data, o projeto venceu... Oh, perdeu o projeto porque num fez nada do projeto. E hoje esses projeto tá tudo corrido aí... tem horas que o tempo da gente tá complicado porque tem que ir ajudar na construção hoje e é pesado. (...) (Nicolau, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Eu diria que o trabalho na associação do Barreiro, eu queria falar assim que a gente tem que dá mais valor ao professor de cultura que tá... num é só Nico não, tem mais outros... A gente vê que o esforço é grande... tá sempre tentando evoluir, tá sempre pulando daqui, dali... trabalha dia e noite, às vezes num tem tempo até pra família, então, dá um valor mais porque, às vezes tem pessoas que acha que... professor de cultura num tem que tá somente na sala de aula... fazendo apresentação, mexendo com artesanato, num sei que... num é isso não. Cultura é isso, é projeto... (Dé, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Neste item estão presentes traços da riqueza dos projetos desenvolvidos pelas associações Xakriabá, seja pelo resultado material alcançado, seja pelo processo vivido na

gestão que compõem o cenário com o qual me deparei em campo para realizar a coleta dos dados analisados. Outros projetos serão abordados em outros pontos da tese.

2.6 Projetos Sociais e o “Bem Viver” dos Xakriabá.

*A primeira proposta que tem é de deixar esse espaço pra nós.
(Hilário, em 19/08/2010)*

Acompanhando as atividades de algumas associações na gestão de projetos sociais, com recursos financeiros consideráveis, realizando construções, plantações dentre outras ações concretas, fiquei pensando sobre os rumos que aquele grupo pretende para a T.I. Xakriabá e fui conduzida para as contribuições do Sahlins que afirma “os povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista, vem tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo” Sahlins (1997:52). Neste sentido, observo que a concepção de “desenvolvimento” demonstrada pelos Xakriabá, usando a palavra conforme indicado pelo aluno Xakriabá como “*projetos para o bem viver*”, dialoga com o modelo capitalista embora tenha seu conteúdo próprio e diferente do mesmo. Existe a preocupação a comercialização em especial tendo as escolas como consumidora, garantindo que as crianças das aldeias sejam alimentadas por produtos locais. Os projetos desenvolvidos devem ser economicamente viáveis, mas destaca-se a preocupação com a socialização dos resultados, com o meio ambiente, com a cultura e com a capacidade técnica dos envolvidos para com a realização das atividades inerentes.

Acompanhando o movimento na aldeia Itapecuru, onde se concentra grande parte dos plantadores do grupo de roça observei que a troca da produção é mais forte que em outras regiões. A impressão que tive é que o resultado do trabalho da roça deve ser tratado como dádiva (MAUSS, 1923) a ser distribuída ou trocada e nunca vendida diretamente aos parentes. O fornecimento para a merenda escolar tem sido defendida já que a comercialização se faz com a estrutura estatal e não com os parentes diretamente. A idéia em relação à criação de animais é diferente – o gado, galinhas, ovos, peixe são atividades comercializadas internamente.

A piscicultura foi alvo de discussão como atividade sobre a qual valeria a pena ampliar com a criação de novos grupos devido ao êxito do ponto de vista da produção, a sustentabilidade ambiental e como alternativa de renda. A discussão transcrita a seguir entre Hilário, liderança da associação da aldeia Barreiro Preto e o João de Nana, e um dos fundadores dos Grupos de Roça, João de Nana, é significativa para demonstrar a concepção de desenvolvimento como “projeto para o bem viver”:

João de Nana: [indagado se dá certo ampliar o grupo] Acho que dá... né... Agora... uma preocupação que eu to trazendo é isso: nós tão começando a engatinhar. Quantos tanque ceis ta de cálculo de colocar?

Hilário: Depende da quantidade do grupo (...) Eu pensei até 40 tanque...

Dão de Rosalvo: Pessoas que às vezes ta deixando de sair pra trabalhar fora porque, surgindo essas oportunidade de participar de um projeto... nós sabemos que é uma forma de renda.

João de Nana: Eu to aqui pra ajudar todos eles que entrar (...) Agora, a preocupação minha é isso... porque às vezes, Hilario falou 40 tanque, ce joga 40... já é uma empresa bem boa e nós ta engatinhando... Eu fico pensando assim... vocês tem um jeito de vender o peixe la fora... lá em Montes Claro, em Belo Horizonte... ou Januária, Itacarambi e nós fica recuado aqui. (...)

É a mesma coisa ali, ó... Missão ta começando a cidade, né... eu chego ali, ela começou e eu pus uma quitandinha ali... ceis sabe o que é quitanda... é uma vendinha que vende só uma barra de sabão... um quilinho de feijão... um golinho de pinga, uma bala doce... uma coisa e outra. Aí eu fico ali 2, 3 anos, 4 anos... aí chega um grandão lá de Belo Horizonte senta um supermercado lá na frente e começa a vender tudo atacado, começa a vender de todo jeito... a barra de sabão a preço abaixo... Ceis acha que naquele cantinho eu vou pra frente? Eu to preocupado só por isso.

(...)

Aqui nós começamos ano atrasado aqui, ó... devagazinho... engaranhano, no dizer do outro... vendendo o peixe pra comprar outro, bendizer... então... meus filhos gosta de trabalhar no peixe (...) Tem essa juventude que quer trabalhar com peixe. Então se ceis fazer isso e vender lá fora... aí vai derrubar nós. Mais eu acho que ceis num vai fazei isso não.

Hilário: Hein, João... quando a gente fala assim de investimento, projeto sustentável, na luta de um povo do qual nós tem história, né? Ceis sabe, né... Num cabe aqui nem discutir. (...) Quando a gente pensou em trazer mais famílias pra participar desse potencial que tem aqui que é a água... é o recurso, né... É a reserva... como Aloízio falou, né... quando ce falou na reserva, num é a reserva indígena, né... é a reserva ... ambiental. Aí a gente pensa isso... a unidade. Mesmo que você tenha um grupo, Dão ta formando outro grupo... eu traga um outro grupo... mas a intenção é de crescer junto. Claro, da forma que você... a preocupação que você colocou e tal... com certeza isso criaria realmente uma certa... talvez até de... atrito, né? Porque traria um grupo desvinculado do outro. Até mesmo porque, essa estrutura também já ta pensando no grupo como um todo.

(...) Pensando hoje se faz uma parceria com o município através da CONAB, já é um meio também de fazer uma entrega talvez na... na... para

enriquecimento da merenda escolar. Esse é um objetivo, né... E tendo essa parceria já é um meio, né... Agora o que a gente pensa é o seguinte, se a gente articular bem articuladinho eu acho que o próprio povo Xakriabá vai ter um consumo maior disso... é que num habituou ainda... é que o pessoal tá acostumado a comer carne vermelha... carne de gado. Se habituar com um peixinho de vez em quando eu tenho certeza se nós tiver um meio de comunicação bom com as outras aldeia, por mais distante que seja, nós vamos começar, aqui mesmo, abastecer por aqui mesmo. Eu acho assim, o grupo é separado do ponto de vista de, talvez alguns momento, né... Que num daria certo também nois formar um grupo e... vincular o seu aqui no momento, né... Acho que, se tem o espaço, né... pra um grupo separado, até o momento... pra ter algumas divisórias assim, né... Um grupo, cada grupo uma aldeia... mas na hora de fazer esse apanhado... aí é um grupo só. Todos são Xakriabá e todos precisa respeitar um pelo outro. Por exemplo, se sua mercadoria hoje é um preço... se nós tiver que debater ou pra mais ou pra menos... é o grupo junto. Eu acho que é mais que viável. Nenhum puxar o tapete do outro... andar junto.

João de Nana: Acabou minha preocupação... (Discussão entre João de Nana e Hilário; reunião em 22/04/2009, reunião número 1 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A discussão acima traz diversos elementos a respeito da proposta de transformar a piscicultura em um projeto de maior alcance. Quando João de Nana quis saber o quanto iria crescer o projeto e qual seria a capacidade dos novos grupos ele estaria perscrutando a respeito da possibilidade ter o empreendimento do grupo de roça, baseado na atividade coletiva e solidária, desfigurado ou engolido por um projeto de produção capitalista. A resposta do Hilário acabou com a preocupação de João de Nana. Os argumentos para a ampliação da piscicultura partiram do sentido histórico do povo e da preocupação ambiental, onde a “*reserva ambiental*” se ligaria à “*unidade do povo*” e a piscicultura como alternativa alimentar e de renda que poderia diminuir o consumo da carne de gado e conseqüentemente a bovinocultura; sob o ponto de vista de parte dos Xakriabá, a atividade com animais de grande porte é considerada como vilã na depredação ambiental.

As reuniões sobre a piscicultura foram excelentes oportunidades para analisar a discussão a respeito de “mercado”; a primeira delas foi feita somente com os membros do grupo existente e as pessoas interessadas em formar novos grupos e a outra contou com a presença da CODEVASF, principal investidora da piscicultura e da EMATER. Quando a discussão foi interna a discussão girou em torno das estratégias para fazer o produto chegar às aldeias distantes e, com a presença dos agentes externos, a preocupação manifestada por eles foi com o escoamento da produção para fora da T.I.Xakriabá, numa visão do lucro empresarial, ou seja, onde conseguir melhor preço. A EMATER já havia feito uma pesquisa de preço na cidade vizinha de Itacarambi e explicou sobre a pressão do comércio de peixe

nativo⁴⁷. Hilário fez a interferência pra defender o mercado interno abordando o problema do transporte.

Eu só queria falar assim, né? Quando vai falar do mercado eu fico assim um tanto preocupado (ênfase), né? A gente... sabe, já observou que aqui na nossa própria área, se a gente comessem também com o suporte do transporte, pra o momento, eu creio que seria um grande passo. É porque eu acredito que na maioria das vezes o pessoal não tá aqui fazendo fila aqui, comprando e talvez é porque ainda nem sabe ainda como que tá, né... se já tem peixe em Xakriabá e também, se levar nas aldeias... já fizeram um teste algumas vez não sei como e que foi... (Hilário, reunião em 22/07/2009, número 05 do Quadro 1. Relatório de Campo)

O presidente do grupo de roça confirmou que um teste feito com a venda nas aldeias havia dado um resultado satisfatório tanto na aceitação do peixe na dieta alimentar quanto o retorno financeiro. Hilário expôs sua preocupação em garantir a relação entre a piscicultura e os outros interesses locais; ponderou que a ampliação dos grupos iria possibilitar o contato de mais aldeias com o produto, podendo haver a formação do hábito alimentar com o consumo do peixe.

As intervenções e proposições dos agentes externos tratavam a piscicultura como uma atividade produtiva na concepção da sociedade capitalista com a venda no atacado e a disputa pelo melhor preço. Os Xakriabá, mesmo considerando que o empreendimento devesse ser economicamente viável, reivindicavam uma estrutura para praticar uma economia solidária. A análise que fiz do conflito foi o de que, para o grupo de roça não interessa que o projeto seja apenas economicamente viável. Eles manifestaram interesse em outras questões como a formação do hábito alimentar, a piscicultura como alternativa de produção ambientalmente sustentável e socialmente eficiente, ou seja, uma alternativa que signifique a possibilidade de “segurar os parentes” nas aldeias, garantindo a presença dos pais de família em casa.

Nas discussões ligadas aos projetos sociais sobre o possível escoamento da produção: farinhas, rapadura, mel, polpa de frutas, verduras, frutas, o mercado pretendido refere-se ao atendimento à merenda escolar. A pretensão, além de permitir a circulação interna da moeda, é também contribuir nos hábitos alimentares das crianças na escola; as intervenções demonstram o orgulho de alimentar as crianças na escola como resultado do trabalho das famílias.

⁴⁷ O município de Itacarambi, uma das fronteiras da T.I. Xakriabá, é banhado pelo Rio São Francisco e onde há a atividade pesqueira.

Dé: Tem que ver a questão da cultura também, né... Em vez de comprar de fora aí... além de tá ajudando, tá consumindo uma coisa do próprio lugar, de qualidade... sem agrotóxico...

Hilário: A escola, Sr. Levino, deve tá... já sentou, né e chegou uma conclusão que a prioridade é dos agricultores que tem condições de entregar o produto, né, e aquele que não tiver é que ela vai ter que comprar pra repor. A primeira proposta que tem é de deixar esse espaço pra nós. Agora se não cobrir a necessidade da escola aí tem que comprar. (Intervenções em reunião de 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Trabalho de Campo)

Outra característica dos projetos sociais é a prática de aproveitamento dos recursos locais para realização dos projetos: fabricação de telhas, tijolos e a utilização da mão-de-obra. Algumas associações dizem trazer de fora trazem atualmente somente o cimento e a madeira (já que estão em campanha pela preservação de área que foi muito degradada). Isso foi resultado da abordagem usada na construção da Casa de Cultura, onde se deu muita atenção à forma como seria trazida a inovação tecnológica para interagir com as formas construtivas tradicionais. A Casa de Cultura nesse sentido também procurou dinamizar as atividades internas de construção - é conhecida a falta crônica de pedreiros, revelada já na execução das cisternas de água de chuva - pois a proliferação de obras é intensa e visível, e vem mudando a paisagem local, com uma grande dependência de compra de materiais externos antes produzidos localmente, e frequentemente atribuindo aos Xacriabá, quando se trata de construção de escolas, postos de saúde e outras estruturas públicas, o lugar de mão de obra barata e desqualificada, sem nenhum envolvimento mais significativa nas atividades.

Neste capítulo o objetivo foi apresentar os elementos do cenário, juntamente com uma localização histórica e geográfica do povo Xacriabá apresentada no capítulo 1, no qual proponho a discussão teórica a respeito da participação e da escrita constantes nos capítulos seguintes. A experiência dos Xacriabá com o associativismo com a dinâmica local de gerenciamento de recursos na busca de solução para os problemas locais enfrentados e os desejos socialmente construídos se efetivou através dos pequenos projetos.

Por pequeno projeto tem se entendido um amplo espectro de ações, tais como atividades de pesquisa aplicada e/ou participativa, mobilização e conscientização social, geração de trabalho e renda, conservação ambiental e fortalecimento institucional de entidades comunitárias, entre outras. Essas ações caracterizam-se pela busca de soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja do ponto de vista das tecnologias inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja do ponto de vista das tecnologias adotadas ou da gestão de processos. Tais ações são, muitas vezes, tentativas de correção de distorções geradas pelo modelo de desenvolvimento vigente e orientadas para a minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente,

de maior integração de segmentos historicamente excluídos. (NOGUEIRA, 2005, p.25)

As experiências apresentadas neste capítulo e as que estão abordadas em outros pontos da tese podem ser consideradas na perspectiva sugerida pelo título do livro de Nogueira que analisa projetos comunitários no cerrado contemplados com o apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos (PPP) da Global Environmental Facility (GEF): “quando o pequeno é grande”. Considero pertinente caracterizar o conjunto dos projetos desenvolvidos na T.I. Xakriabá, que também têm a mesma característica de “pequenos projetos” do ponto de vista da interação entre as agências internacionais, órgãos governamentais e não governamentais e de “grandes” resultados, seja do ponto de vista material, seja do ponto de vista das vivências coletivas proporcionadas nas aldeias.

Este é o cenário no qual realizei a observação participante e coletei os dados que deram origem às análises propostas no próximo capítulo. As situações locais ligadas ao desenvolvimento dos projetos sociais promovem a “*participação*”, tema que os próprios Xakriabá colocam como central o tempo todo.

CAPÍTULO 3

Os sujeitos e a participação

A importância maior é essa, é reunir todo mundo e trabalhar. (Nicolau, em 08/06/2010)

As peculiaridades e diferenças detectadas durante os momentos de participação dos sujeitos envolvidos nos Projetos Sociais manifestaram-se como imprescindíveis categorias de análise. No contexto empírico observa-se que o envolvimento nas situações coletivas define os encaminhamentos práticos em relação à elaboração e gestão dos projetos. A função de cada um, de acordo com seu papel ou sua condição na comunidade, vai definindo o tom das situações coletivas no que se refere às mediações necessárias ao objetivo do encontro. Ali estão presentes as habilidades de cada um, as diferentes articulações entre oralidade e escrita e, mais importante que tudo, a sabedoria construída que possibilita a transposição dos aspectos da realidade local para a formalidade dos projetos.

A idéia de participação surgiu tanto como categoria local e, portanto, objeto de investigação da pesquisa, quanto como categoria teórica para possibilitar a compreensão da dinâmica que envolve a concepção, implantação e gestão dos projetos sociais e dos processos de aprendizagem que ocorrem nestas práticas sociais coletivas. Trata-se de analisar a interação com a implicação do sujeito, a que grupo pertence e qual lugar ocupa. O esforço foi o de “produzir uma interpretação do *“modus vivendi”* do povo Xakriabá, combinando conceitos de experiência próxima e de experiência distante (GEERTZ,1997, p.88). Experiência próxima, segundo Geertz, refere-se àquilo que alguém conseguiria definir (um conceito) sem esforço, espontaneamente, aquilo que seus semelhantes vêem, sentem e que esse alguém, ao mesmo tempo, também entenderia, se os demais assim o fizessem. Experiência distante refere-se àquele conceito utilizado pelo especialista para alcançar os objetivos de sua pesquisa seja ela científica ou filosófica.

Escolher a participação como categoria de análise desafiou-me a discorrer seu significado no contexto da pesquisa. Optei por analisá-la a partir do envolvimento dos sujeitos na prática social, de modo a abarcar o campo empírico sob um ângulo que fosse capaz de favorecer uma descrição detalhada dos dados; as categorias conceituais e nativas poderão ter,

nesta perspectiva, um enquadramento teórico definido que dê conta de detalhes que facilmente escapariam à investigação, caso se procedesse à análise apenas tomando os dados isoladamente. A oralidade e escrita, por exemplo, temas do próximo capítulo, foram analisadas no contexto da participação e, para esta, escolhi como referência teórica básica os escritos de Duranti (1994, 2000 e 2003) e Lave e Wenger (1991) nos quais a participação, conforme proposto por Geertz (1997), enquanto conceito de “experiência próxima”, foi tomada como uma espécie de chave para as investigações realizadas, contribuindo para ampliar a possibilidade de interpretação das interações vivenciadas pelos sujeitos Xakriabá inseridos no contexto dos projetos sociais.

Durante a investigação com os Xakriabá, algumas leituras no campo da Antropologia Linguística trouxeram uma importante contribuição, porquanto tomam os falantes como atores sociais e a linguagem como condição e resultado da interação social. Foi nesse sentido que observei que, para eles, a participação em projetos sociais pode ocorrer de variadas maneiras e a interação entre as pessoas, tanto nos seus grupos quanto, nas associações, fica melhor compreendida, quando são consideradas enquanto totalidade.

Trata-se de um campo com fecunda discussão no qual transitam os termos antropologia linguística, linguística antropológica, sociolinguística e etnolinguística, mas que, independentemente do tipo de investigação ou de análise, levam em conta a relação entre língua e cultura, ou a língua como cultura na configuração do campo que se estabelece entre a antropologia e a linguística e que tem a língua como recurso cultural e prática social. Segundo Pereira (2005), apesar das semelhanças, todas “essas estratégias de nomeação [de língua e cultura] buscam explicitar estratégias distintas de articulação, e indicam históricos, afiliações e perspectivas particulares (p.76).

Duranti (2003) fez uma revisão histórica, identificando três paradigmas que coexistem contemporaneamente nos Estados Unidos, desde Franz Boas no fim do século XIX, com a teoria e prática, na qual desenvolveu a concepção da linguística como ferramenta para a análise cultural até as investigações que, a partir dos anos de 1990, compartilham o desejo de empregar os estudos da língua para enriquecer outras disciplinas. A constituição do campo, os procedimentos de registro, os critérios de transcrição do material, a construção das análises dos turnos de fala são algumas das especificidades da linguística sobre as quais não farei referência, ou seja, não realizei uma etnografia da fala e não usarei quesitos específicos do campo, tais como traços linguísticos, gênero de fala, análise da conversação e outros.

As referências teóricas no campo da antropologia linguística ajudaram-me a entender a participação dos falantes como atores sociais, na medida em que foram explicitados vínculos sociais estabelecidos entre eles e deles com as associações e com as aldeias como um todo. Neste sentido, como será analisado posteriormente, pude observar as relações de poder construídas socialmente nessas situações e a oralidade que favorece a concepção, implantação e gestão dos projetos sociais e se constitui como a base da escrita está sempre dentro de um contexto no qual se movimenta uma rede de inter-relações. O conteúdo que informava sobre os processos relacionados aos projetos sociais não estava presente apenas na fala, mas também nas condutas, nos silêncios, nos arranjos de tempos e espaços.

El desafío, por tanto, para los antropólogos lingüísticos y para otros estudiantes del lenguaje como instrumento, vehículo y producto de las relaciones sociales es someter a prueba las distintas unidades de análisis con el fin de encontrar aquella que nos permite establecer conexiones ocultas o no registradas previamente entre el nivel micro de la interacción verbal cara a cara y el nivel macro de los status, roles e identidades institucionales. (DURANTI, 2000, p.420)

No livro “From Grammar to Politics”, Duranti (1994) apresenta o resultado de sua pesquisa realizada no final dos anos de 1970, na Samoa Ocidental, narrando com riqueza de detalhes a trajetória através da qual desenvolveu as investigações e expondo as dúvidas e revisões de rumo a que foi submetido. Na narrativa apresentada, contrariando o *homo academicus* que, segundo Bourdieu (2002, p.19), gosta do acabado, Duranti apresenta os vestígios das mudanças de rumo, os toques e retoques no projeto de pesquisa. Participante de uma equipe que desenvolvia um amplo projeto, seu papel seria o de descrever e analisar as formas gramaticais usadas pelos samoanos adultos, a fim de compreender a aquisição da linguagem pelas crianças samoanas. Sentindo-se incomodado quando comparava os dados em situações de pesquisa nas quais havia uma provocação da resposta e o que conseguia registrar através de interações espontâneas, o autor conta que avançou na pesquisa a partir da observação das circunstâncias de uso da fala, quando se envolveu com a prática, na vida samoana, isto é, o *fono* – instância de discussões a respeito de assuntos de interesse da comunidade. Como sugere o título do livro, da atenção inicial aos enunciados, ele passou a privilegiar a análise das relações de poder que organizavam os usos da fala. Neste contexto, encontrei sustentação teórica para minha própria tentativa de entrar no mundo social do povo Xakriabá, onde os projetos sociais estão imersos e se materializam na participação, especialmente nas *reuniões*.

Duranti aborda a participação em sua dimensão de interação humana, considerando-a como um conceito tomado em diversas áreas – lingüística, antropologia, psicologia – sendo que, na antropologia lingüística por ele proposta, a opção é pelo estudo da participação, tomada como unidade de análise, a partir da linguagem utilizada em interações tais como trocas cerimoniais, discursos orais, narrativas, discussões, brincadeiras.

Discutir analiticamente a participação conduziu-me também aos estudos realizados por Jean Lave e Etienne Wenger (1991) nos quais formularam a teoria da “aprendizagem situada” em “comunidades de prática”; meu dilema foi alinhar os usos e as percepções acerca da comunidade de prática nos referenciais teóricos, nas minhas observações em campo e o conceito de “comunidade” que os próprios sujeitos Xakriabá, assim como outros povos, utilizam no seu discurso e em sua vivência.

O termo “comunidade” apresenta uma série de implicações, vez que há o uso habitual da língua portuguesa pela sociedade nacional, o uso pelos próprios sujeitos da pesquisa e o da proposição dos autores Lave e Wenger (1991). A mesma questão também mereceu nota esclarecedora na investigação de Gordon (2006, p. 56) que optou por “comunidade (entre aspas) no seu sentido antropológico comum, salvo quando expressamente anotado”. Considero o conceito de comunidade a partir da visão comum entre antropólogos e sociólogos que a colocam como possibilidade de enquadramento de estudos locais; e o alinhamento possível que faço com a comunidade de prática diz respeito à possibilidade de dar unidade às recorrências observadas em campo.

Os autores, ao analisar o que chamam de “aprendizagem situada”, colocam conceitos como Participação Periférica Legitimada e Participação Plena nas situações de prática social em comunidades específicas. O entrelaçamento que se observa entre o processo de aprendizagem e o “engajamento na prática” dos sujeitos envolvidos é a peça-chave da obra referida e foi também considerado na investigação com os Xakriabá. Os autores analisaram pesquisas a respeito da aprendizagem com parteiras Yucatecas, alfaiates Vai e Gola (da Libéria), contramestres navais, cortadores de carne açougueiros e alcoólicos anônimos, não bebedores identificando a aprendizagem como um processo que se dá através da participação do que se chamou nestas situações de “Comunidades de Prática” cujas atividades eram desenvolvidas especialmente em determinados locais: as moradias das parturientes Yucatecas, a oficina do alfaiate, o açougue, o navio e as reuniões dos Alcoólicos Anônimos.

Segundo esta abordagem, a aprendizagem como uma atividade situada ocorre de forma relacional, ou seja, “a aprendizagem é um aspecto central e inseparável da prática

social” (LAVE e WENGER, 1991, p.04) e é neste sentido que se propõe o conceito de participação periférica legitimada. Os autores esclarecem que participação periférica corresponde à localização do sujeito no mundo social e a legitimidade envolve as relações de poder; essa dita participação periférica legitimada é um conceito dinâmico e não significa participação parcial ou irrelevância na atividade em curso.

Não há, na formulação feita no livro “Situated Learning” (LAVE e WENGER, 1991), um plano pedagógico em relação à aprendizagem e nem a comunidade de prática deve ser vista como um ente que se cria e que pode ser comparável ao discutível conceito de sociedade⁴⁸; trata-se de uma categoria analítica para investigar a prática social num processo complexo de aprendizagem. Para considerar uma comunidade de prática é necessário perceber o sistema de atividades realizadas por um grupo de pessoas situadas no mundo que compartilham compreensões sobre aquilo que fazem e sobre os significados dessas ações que, por fim, estabelecem as condições para a aprendizagem. Nesse sentido, comunidade de prática é definida como “a set of relations among persons, activity, and world, over time and relation with other tangential and overlapping communities of practice”. (LAVE e WENGER, 1991, p. 98)⁴⁹.

O objetivo da escolha de nosso quadro teórico é o de identificar o movimento da comunidade. Neste sentido, a descrição da interação nas pesquisas relatadas pelos autores e a abordagem das estruturas de participação foram relevantes. Para a análise dos dados, interessou-me considerar que fazem parte da concepção de comunidade de prática características com as quais me deparei nas situações de campo, tais sejam: grupo de pessoas ligadas por interesses comuns sobre trabalhos desenvolvidos ou planejados nas aldeias; grupos sociais organizados realizando atividades e compartilhando conhecimentos e práticas orientadas para a resolução de problemas decorrentes da concepção, implantação e gestão dos projetos sociais.

Utilizar o conceito de comunidade de prática possibilitou “enxergar” questões latentes nas associações indígenas, o que tornou possível enquadrar conceitualmente elementos que poderiam ser considerados pontuais e não passíveis de discussão. Tal conceito permitiu o acesso às sutilezas do campo empírico e trouxe em si a possibilidade de se encaixarem dados de campo que poderiam ficar deslocados ou utilizados aleatoriamente em lugares indevidos.

⁴⁸ Cf. INGOLD, T., STRATHERN, M. e outros. 1996. “The concept of society is theoreticamente obsolete”.

⁴⁹ um conjunto de relações entre pessoas, atividade e mundo, ao longo dos tempos e relação com outras comunidades de prática tangenciais e entrecruzadas. (LAVE e WENGER, 1991, p. 98). (Tradução nossa)

Com esse mesmo sentido, a comunidade de prática, foi utilizada em outras pesquisas junto aos Xakriabá: “Conhecendo a vida das mulheres Xakriabá” (TEIXEIRA, 2008), pesquisa de mestrado com o objetivo descrever e analisar a vida das mulheres no cenário contemporâneo de mudanças socioculturais da Terra Indígena Xakriabá e “Circulando com os Meninos” (SILVA, 2011), tese de doutorado sobre a infância Xakriabá que investigou as formas de sociabilidade, a transmissão do conhecimento e o aprendizado da criança na sociedade indígena Xakriabá. Os pesquisadores desses dois trabalhos utilizaram a proposição de Lave e Wenger (1991), tomando a participação como intrinsecamente relacionada à aprendizagem, e esta como um aspecto inseparável da prática social.

Na comunidade de prática, tal como proposto por Lave e Wenger, a “participação” se torna conceito chave para analisar a aprendizagem situada. Os autores elaboraram um conceito, do ponto de vista antropológico, sobre participação nas práticas sociais como pré-condição para que a aprendizagem ocorra. Importante ressaltar sobre tal proposição que participação periférica não é considerada como oposição a uma suposta condição central de participação, mas sim tomada a partir da interação entre aprendizes e mestres, novatos e veteranos e que a noção de *legitimada* busca revelar os aspectos de pertencimento e aceitação dentro da comunidade.

Com base nas discussões teóricas a respeito da *participação*, as referências às variadas maneiras de envolvimento dos sujeitos Xakriabá nos projetos sociais das associações foram reveladoras da realidade vivenciada – a mudança social pela qual estão passando, os enfrentamentos na luta política que travam interna e externamente pela garantia da vida digna, a heterogeneidade dos papéis desempenhados, as relações de poder estabelecidas entre gêneros, gerações, principiantes e veteranos que têm poderes diferentes, possibilidades diferentes, experiências diferentes.

Outro ponto a ser destacado é a centralidade da aprendizagem na teoria de Lave e Wenger (1991). A pesquisa com os projetos sociais dos Xakriabá não possui uma relação direta com a aprendizagem enquanto categoria analítica. Entretanto, ao ser colocada pelos autores entre as pessoas e o mundo social, a comunidade de prática possibilitou-me visualizar os aspectos de produção e continuidade da vida nas aldeias Xakriabá, num admirável processo de aprendizagem que implica considerar que a pessoa, a atividade e o mundo se constituem mutuamente. A aprendizagem se apresentou neste trabalho, portanto, como um dos aspectos constitutivos do movimento interno provocado pelo desenvolvimento dos projetos e iluminado, teoricamente, nas análises da comunidade de prática.

As associações frente aos projetos sociais e seus participantes plenos e periféricos legitimados apontam para o processo de aprendizagem que ocorre no interior das comunidades que se reproduzem e se transformam no desenvolvimento das práticas dentro da terra indígena Xakriabá. Com o trabalho nas associações indígenas os índios precisam lidar com a escrita, usar a matemática comercial, estabelecer relações políticas com as agências de financiamento; todas essas questões aparecem indissociáveis e dentro do campo da luta política das comunidades.

3.2 Relações de poder, lideranças e projetos sociais: novos atores?

*O cacique, o representante e as lideranças... quer dizer, e os demais.
(Hilário, em 25/07/09)*

Tratar dos projetos sociais conduziu o foco de minhas análises às relações de poder que se estabelecem internamente e nas quais se observam as correlações de forças políticas e a definição das formas de participação dos sujeitos Xakriabá. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer a respeito das percepções locais sobre liderança, hierarquia e as funções políticas desenvolvidas internamente, aspectos fundamentais para se compreender a dinâmica das reuniões.

O termo “*liderança*” é muito frequente no discurso local, mas é utilizado sob diferentes concepções pelos diferentes sujeitos locais e ainda convive numa disputa de poder com a figura do “*representante*”. Pode acompanhar pessoas que desempenhavam papéis de liderança, conforme a concepção usual de língua portuguesa usada pela sociedade nacional: sujeitos que dirigiam ou chefiavam trabalhos, sujeitos que ocupavam uma posição principal em determinados eventos ou circunstâncias. Observei também a utilização do termo liderança como um título conferido a alguém na aldeia. Segundo Oliveira (2008),

Liderança é um termo abrangente e variável, em termos do status atribuído por alguém em relação a quem no campo político interno. Pode servir para louvar o trabalho de agentes de saúde e a atuação comunitária dos professores indígenas [...], mas, sobretudo, serve para designar aqueles agentes políticos engajados na administração do cotidiano nas comunidades locais e representação destas em debates mais amplos relacionados às questões de interesse coletivo do povo indígena. (p.59)

Na pesquisa que trata dos projetos de desenvolvimento junto ao povo do alto Rio Negro, especialmente com o Baniwa, Luciano (2006) faz referência à sua experiência pessoal e às demais denominadas por ele de lideranças não-tradicionais e às agências públicas e privadas que têm alguma atuação na região. Sobre a liderança, assim se posiciona:

Utilizo o termo lideranças não-tradicionais para diferenciar as lideranças políticas cujas funções e cargos não seguem os princípios tradicionais, tais como os dirigentes eleitos de associações, professores, agentes de saúde, pastores, catequistas e outros novos agentes. Essas lideranças são os principais interlocutores dos atuais projetos indígenas de desenvolvimento, entre as suas comunidades e as agências de desenvolvimento. (LUCIANO, 2006 p. 10)

A pesquisa com os povos do alto Rio Negro certifica também uma multiplicidade de tipos de lideranças no exercício do poder: as lideranças tradicionais são os caciques ou chefes de povos, clãs, fatrias ou sibs e exercem a função de “representar, coordenar e articular os interesses dos sibs, dos clãs, das fatrias e do povo como uma responsabilidade herdada dos pais a partir das dinâmicas sociais vigentes” (LUCIANO, 2006, p.16). As lideranças não-tradicionais ou as “novas lideranças políticas”, complementares uma a outra, incluem os dirigentes de associações, dirigentes políticos e técnicos indígenas que cumprem tarefas específicas com íntima relação com agências externas e não seguem a tradição para chegar ao posto.

A figura do representante dentre os Xakriabá foi criada no bojo da redefinição política, por ocasião do reconhecimento do grupo indígena pelo Estado Brasileiro. Conforme analisado no capítulo I, a organização política implantada na década de 1980, no processo de luta pela terra, sob a influência da FUNAI, foi de um poder central, para o qual foi intitulado o cacique Rodrigo que, a seguir, indicou seus representantes. Sob o comando do seu sucessor, Domingos Cacique, os representantes continuam existindo, mas agora escolhidos pelas aldeias, num processo democrático.

As funções do cacique, dos representantes e de seus respectivos vices referem-se à organização geral da terra Xakriabá e à representação junto a agentes externos, em especial nas questões ligadas à regularização do território⁵⁰. Domingos Cacique explica a função como sendo “*de monitoramento das aldeias*”; na sua visão os representantes devem resolver os

⁵⁰ Existem três aldeias definidas desde 2004 através de retomadas: Aldeia Morro Vermelho, Dizimeiro e Licouri; um laudo antropológico encomendado pela FUNAI considerou como indígenas as áreas reivindicadas que inclui também a ligação com o Rio São Francisco na região da Terra Indígena da Rancharia. A regularização da revisão dos limites da T.I. Xakriabá aguarda para 2012 a oficialização por parte do Estado Nacional

problemas no cotidiano das aldeias e, aquilo que não puder ser resolvido no local, deve ser levado ao cacique geral. De acordo com as informações prestadas, existe um cronograma previsto de reunião mensal de lideranças que não vem sendo cumprido, devido às muitas outras reuniões das quais os representantes devem participar e estas, então, vêm acontecendo de três em três meses. Domingos Cacique, assim como seu antecessor, admite a liderança como sendo somente o representante que conta com a ajuda dos presidentes de associações, professores, vereadores com funções específicas.

Ao cacique cabe resolver, com a ajuda dos representantes, as demandas por terra para o desenvolvimento de cultivo e da criação de animais pelas famílias, a definição de novas residências, o zelo pela segurança interna, a fiscalização e proibição do comércio de bebidas alcoólicas e dos ambulantes comerciais. As funções relacionadas ao uso do território parecem ter sido baseadas na história da Luta pela Terra enfrentada pelos chefes em meados do século XX em que havia o controle da distribuição e uso da terra, exercido, basicamente, nas ocasiões de conflito e dúvidas quanto aos limites e direitos e à apropriação de terras pelos novos moradores, inclusive os baianos.

A configuração político-social dos Xakriabá, tratada historicamente por Santos (1997), revela a presença do poder geograficamente disperso e unificado na defesa do território.

Os chefes, detentores da *doação* e, em certa medida, da história dos caboclos, simbolizam (...) a unidade dos herdeiros e moradores da terra. No entanto, a chefia seria também recortada localmente, e o alcance de cada liderança, variável no espaço; não raro, a menção a um chefe é seguida da referência a outros líderes contemporâneo ou da amplitude que alcançara. (SANTOS A.F, 1996, p,165)

Teixeira (2008) na pesquisa sobre as relações de gênero também analisa a configuração do poder recente na terra Xakriabá e ilumina os diferentes usos para tratar as figuras do poder:

Para compreender a atual configuração política dos Xakriabá é importante observar não apenas as estruturas tradicionais de poder, das quais são emblemáticas as figuras do cacique e dos representantes de aldeias, mas também outros segmentos, tais como as associações comunitárias, a organização escolar e da saúde, assim como seus conselhos, a prefeitura municipal de São João das Missões e os projetos sociais. (TEIXEIRA, 2008, p.84)

Tendo em vista as distinções existentes nas relações de poder, passo a considerar os “esquemas de poder” em cada aldeia, ou seja, o conjunto das figuras que compõem o poder

local: o representante ou vice-representante junto ao cacique, os mais velhos, sábios ou pajés ou outra figura relevante da religião local, presidente da associação, representação junto ao poder municipal – relações com prefeito e vereadores – membros atuantes da escola e da saúde. Vale dizer que a autoridade é conferida pela posição da família, pela religião, pela sabedoria e participação na luta pela terra e também pela posição política junto ao cacique. É fundamental, no entanto, ressaltar que trata-se de promover distinções e não separações dos espaços ocupados por cada uma das lideranças.

Distingo, especialmente, nos esquemas de poder das aldeias as figuras que detêm uma importância simbólica, com destaque para a participação na luta pela terra. Além disso, destacamos também as figuras ligadas à religião, os mais velhos considerados sábios das aldeias. Tais condições conferem ao portador a legitimidade para as reuniões, o que significa ser convidado e usar a fala como liderança e com destaque em plenário.

Gomes e Monte-Mór (2006, p.15), realizando análise sobre as alternativas de produção e o processo de modernização pelo qual passa o povo Xakriabá, no projeto desenvolvido em 2004 pela FAE/CEDEPLAR/UFGM: “Conhecendo a Economia Xakriabá”, identificam na organização sócio-política três níveis (*layers*) que se superpõem e interagem: o primeiro nível no qual persiste a organização de base coletiva com “cacique(s) e lideranças por aldeias e/ou grupos de aldeias”, garantindo a permanência da organização de base familiar; o segundo nível garante a organização da ‘sociedade civil’ Xakriabá em associações e organizações com papel relevante na condução de projetos comunitários e na gestão de recursos; o terceiro nível seria ligado à gestão municipal com eleição no executivo e legislativo, de secretários municipais e funcionários municipais indígenas. Os dados da pesquisa desenvolvida em 2004 e a investigação que desenvolvi com os projetos sociais entre 2009 e 2011 demonstraram a atuação dessa organização sócio-política na participação dos sujeitos e o destaque na atuação do nível nomeado como ‘sociedade civil’ na condução dos projetos sociais, responsável por significativas mudanças nas aldeias.

A economia como esfera da dinâmica Xakriabá, ou seja, enquanto esforço para sobrevivência com a gestão da produção da vida, é um dos motores que impulsionam os projetos sociais e seus desdobramentos de implantação e gerenciamento. Neste quesito, torna-se necessário destacar alguns pontos referentes à economia Xakriabá, para identificar a interligação entre as esferas da vida Xakriabá e para sua melhor compreensão. Tendo em vista que este tema não foi desenvolvido como categoria analítica na investigação dos projetos sociais dos Xakriabá, demarco somente que se trata de uma economia de base familiar, que

tem como princípio a solidariedade e a coletividade⁵¹, elementos que reforçam a referência à comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991) para analisar a participação dos sujeitos envolvidos.

A produção local, bem debilitada por vários fatores, é de subsistência com a movimentação de algum excedente; não se baseia no modelo capitalista e tem sido trabalhada pelos projetos sociais no sentido de melhorarem tecnicamente os processos, através da aquisição de equipamentos, melhoria de infra-estrutura, assessoria técnica para torná-la economicamente viável e ambientalmente sustentável. No diagnóstico da economia Xakriabá, resultante do projeto desenvolvido pela FAE/CEDEPLAR/UFMG, foi constatada “a necessidade de diversificação da produção, assim como a própria diversificação das atividades produtivas [que] se tornou um tema de atenção nas discussões comunitárias” (GOMES e MONTE-MÓR, 2006, p 12).

Pude observar em campo que a condição financeira dos Xakriabá, na qual se observa a diversidade resultante do acesso ao recurso monetário decorrente das atividades que desenvolvem internamente, não influencia diretamente as relações de poder. Este elemento do mundo capitalista, cada vez mais incisivo na economia local, tem provocado não apenas desigualdades entre sujeitos e aldeias, mas também um aumento na circulação da moeda nacional que altera aspectos das relações internas, mas insuficiente, ainda hoje, para determinar as relações de poder. É cada vez mais comum que as pessoas Xakriabá com acesso aos recursos financeiros não usufruam da mesma forma da organização tradicional de trabalho em mutirão, ajuntamento, adjutório e união⁵² para desenvolver suas próprias roças; tais pessoas devem remunerar os serviços prestados.

Os funcionários do serviço público, apesar de manterem uma relação direta com o próprio salário, prestam satisfação às lideranças locais que fazem a indicação; os comerciantes

⁵¹ Gomes e Monte-Mór (2006) fazem referência à proposição de Corragio quanto à economia popular como uma das esferas da economia que se aproxima da situação dos Xakriabá “O sentido da solidariedade é culturalmente construído a partir de cimentos Sociais e morais no interior das UD's [Unidade Domésticas de Produção], as quais podem ser pensadas a partir de relações familiares, sociais, políticas, religiosas, entre outras, sempre implicando coesão social e sentido da reprodução ampliada coletiva. (p.20)

⁵² Tradicionalmente, existe a prática do trabalho solidário na agricultura, sendo que as formas mais comuns são: a união, o ajuntamento, o mutirão e o adjutório. A união se caracteriza pela preparação de roças comuns entre os membros de uma família numerosa ou de várias famílias numa mesma aldeia. O ajuntamento para aceleração das atividades produtivas em momentos cruciais: coivara, limpeza da terra, plantação e colheita. O mutirão é realizado a partir da participação na comunidade, como forma de melhoria do todo e não de interesses particulares e o adjutório se caracteriza pela troca de trabalho entre parentes para as pequenas tarefas que não exigem uma participação massiva da comunidade para sua concretização (ESCOBAR, 2004:51)

procuram manter uma relação de cordialidade devido à natureza da sua atividade; os trabalhadores da roça estão sempre em dificuldade financeira, devido às condições climáticas e da própria qualidade da terra⁵³ e os criadores de gado, pelas informações obtidas em campo, são, majoritariamente, de pequeno porte, existindo especulações locais e externas a respeito de criadores com maior poder de produção, que existem em algum lugar, mas que nunca se manifestam. Existe ainda alguma monetarização advinda dos benefícios da previdência social e dos programas de transferência de renda e dos recursos conseguidos com a saída para o trabalho fora da Terra Indígena. Tais elementos, todavia, não determinam as relações internas. Assim é tratada a questão por Gomes e Monte-Mór (2006):

mesmo movidos pela pressão dos vários projetos e planejamento da (re)ocupação produtiva e ambiental na T.I.Xakriabá, não se pode perder de vista a perspectiva de que a economia não é, e talvez não venha e não deva mesmo vir a ser, o centro da organização sócio-espacial do povo e, assim, do território Xakriabá. Mesmo em processo de intensa modernização e transformação, os Xakriabá vêm incorporando muito lentamente o próprio sentido de projeção e de planejamento. (p.18)

Tendo abordado a questão das relações locais, passo a considerar os esquemas de poder nas aldeias. Eles, facilmente, se encontram nas ocasiões de *reunião*. Nesse evento, podemos extrair outras informações políticas: o prestígio do esquema de poder da aldeia proponente da *reunião* pode ser medido pelo atendimento ao convite feito a outras aldeias ou aos agentes externos.

Realizar uma “*reunião com lideranças*”, convocada por qualquer instância (associação, escola, agentes de saúde, ou por agentes externos: prefeitura, EMATER, universidades), significa trabalhar com todo o esquema de poder das aldeias. O cacique e os representantes das aldeias compõem o que chamam de “*reunião de lideranças*”, no caso, com a presença somente dos representantes e os vice-representantes. Há que se compreender, portanto, que existe uma distinção entre “*reunião de lideranças*”, da qual fazem parte o cacique e os representantes, à qual os Xakriabá chamam de *reunião fechada* e a “*reunião com lideranças*” para todas as que envolvem os esquemas de poder das aldeias, não sendo somente as consideradas tradicionalmente.

⁵³ Existe uma grande expectativa em relação à monetarização aos trabalhos da roça com a demanda potencial da merenda escolar que ainda não conseguiu avançar muito no sentido de ser atendida com os produtos locais

A conversa com o Sr. Valdim, ratificada por Domingos Cacique, esclarece que “liderança” é um título conferido apenas aos representantes e seus vices, mas manifestam certa ambiguidade em relação ao título para a representação de outras forças políticas locais.

Eu acredito que muitas vezes tem hora que começa misturar as coisas. Muitas vezes até por a pessoa nem saber como foi decidido no passado, né? A liderança que nós conhece aqui mesmo ele sempre é um líder de comunidade, uma pessoa que vem com um trabalho voluntário junto com o povo. Esse nós conhece como liderança porque é uma pessoa que é líder de comunidade, trabalha junto com o cacique, resolve as coisas daqui de dentro e que tem o interesse por os quatro canto a reserva. (...) Às vezes tem algum que fala: -mas fulano, ele é um diretor de escola, ele é uma liderança. Não, mas eu acho que, no entender que nós tivemos combinando junto com o cacique, isso tem mais de 20 anos, né... eu to falando coisas de mais de 20 anos, né?

(...)

Então esse nome de liderança primeiro ele foi colocado ne nós, o líder de comunidade. Só que, parece que depois vem outros querendo uma garrinha de liderança (risos)... mudando; começando trocar as coisas. Então a gente entende mesmo que liderança é a pessoa que tem garra, que tem luta, trabalhando voluntário. Esse é uma liderança que só recebe as graças de Deus e a ajuda do povo, mas respeitando e caminhando junto na luta, né? Eu sei que quem é pago, isso e aquilo, também é claro que ele tem a luta e ele tem garra e muitas vezes ele faz até acima do que ele recebe. Muitas vezes ele tem trabalho voluntário ali porque ele é uma pessoa que é esforçada... além do que ele faz o compromisso pagando aquilo que ele recebe e ainda sobra um pouco pra trabalhar voluntário ainda. Tem muito funcionário desse jeito. A própria Zeza, por exemplo... Zeza é um exemplo. Ela aqui, o que ela tem trabalhado voluntário aqui; é um trabalho voluntário igual um outro, ou até mais ainda, ta entendendo?

(...)

*Ele pode ser uma liderança, só que ele tem uma função pago pra exercer aquela função que ele tem. Se ele é um professor ele é pago pra desenvolver aquela função, se ele é um diretor, a mesma coisa, se é um agente de saúde, a mesma coisa, se ele é um vereador, a mesma coisa. Então ele pode ser uma liderança, mas é uma **liderança remunerada** (ênfase). (Sr. Valdim, entrevista em 06/04/2011. Relatório de Campo)*

Para o Sr. Valdim as características fundamentais de um líder, para ele o representante, conforme história recente ou, de acordo com sua opinião, de até vinte anos, são: ser reconhecido como líder, ser próximo do Cacique, ter garra, interessar-se pela terra indígena como um todo e não ser remunerado. O Sr. Valdim distingue as pessoas que cumprem função remunerada e, ao mesmo tempo, como atividade suplementar, também desempenham função de liderança. Ao colocar ênfase para fazer a distinção: “mas é uma liderança remunerada”, ele busca justificar que esse é o motivo pelo qual não o considera como representante; o representante é uma liderança “que só recebe as graças de Deus e a ajuda do povo”.

Sobre o uso, distinção e competição local do termo “liderança” e “representante” o depoimento de Hilário, que cumpre funções relevantes dentro da associação e como vereador é esclarecedor

E até pra nós dizer assim os “jovens”... já vê isso com uma certa clareza de que todos são lideranças; todos que estão desenvolvendo qualquer ação né e, de certa forma, ele tá sendo liderança em alguma coisa naquela região ou naquela determinada coisa que tá feito (...) Mas pra os mais velhos, mais conservador, acha que liderança ela seria é... vem o cacique e depois a liderança de comunidade (...) que é o representante da comunidade. (...) Só que hoje tá começando a trabalhar junto isso aí porque naquela época que é que foi pra colocação de cacique e representante não tinha os professores locais que desenvolvia aquelas atividades, não tinha um presidente da associação não tinha... aí acabava ficando só em torno do cacique, do representante de aldeia né e hoje como tem professores, tem agentes indígenas, tem várias outros setores... pessoas que estão lá, a gente fala assim; o cacique, o representante e as lideranças... quer dizer e os demais, né? (Hilário, entrevista em 25/07/2009. Relatório de Campo)

Diferentemente do Sr. Valdim, Hilário credita o mesmo grau de importância ao que considerou como novos sujeitos importantes, na configuração da organização local, com a chegada de pessoas que exerciam atividades não realizadas antes pelos Xakriabá, porque não existiam “naquela época que é que foi pra colocação de cacique e representante”: professores, agentes de saúde, presidentes de associação. Hilário percebe a mudança no cenário da organização local e situa os sujeitos que cumprem funções públicas na lógica do trabalho comunitário, independente da condição de remunerados de alguns desses sujeitos.

Ao fazer uma análise das práticas instituintes de gestão das escolas Xakriabá, dentro do atual contexto político-institucional de implantação da educação escolar indígena específica e diferenciada, nas relações internas de poder, em relação ao uso dos termos representante e liderança, Santos (2006) faz referência a duas categorias distintas, com base em alguns dos depoimentos coletados. Ela discutiu aspectos da organização política na mediação da gestão da escola diferenciada dos Xakriabá, abordando as funções de liderança, de representante e de presidente de associação.

Em relação a outras pesquisas desenvolvidas com os Xakriabá, há situações diversificadas. Por um lado, Mendonça (2007, p.36) faz um esclarecimento em nota de rodapé sobre o significado de liderança como representante da aldeia, embora use as duas expressões no corpo do texto, indistintamente. Santos (2010), por outro lado, utiliza somente o termo liderança e a compreensão sobre a qual trata é feita no contexto da escrita. Por sua vez, Silva (2011), pela especificidade do seu tema – infância indígena – pouco se referiu às questões

políticas e, quando o fez, usou indistintamente as palavras liderança e representante. E ainda, Pereira (2003), que também não tratou da questão política, apenas faz referência à liderança, ou seja, o representante da aldeia na qual realizou o trabalho de campo.

Não encontrei um quadro quantitativo definido a respeito dos representantes e vices-representantes; a situação aparenta ser fluida. Oliveira (2010) a ela se refere da seguinte forma: “a partir de conversas sobre este assunto, **especulo** a existência de 20 caciques⁵⁴ e 18 vices” (p.59) (Grifo nosso). Domingos Cacique, após alguma hesitação, falou para mim em 26 representantes para as 31 aldeias; outras lideranças falam em quantidades diferentes. Os dados da minha pesquisa confirmam que nem todas as aldeias possuem representantes, mas todas as quais me referi neste texto sempre me informaram a respeito de um nome que poderia, segundo Domingos Cacique, tratar-se da figura de um vice, já que o *status* é definido politicamente nas relações estabelecidas nas aldeias e sub aldeias.

Tendo investigado sobre o exercício da liderança na função de representante e de presidente da associação, Santos (2006) obteve a explicação do Sr. Valdim: “*a diferença é grande. Na reunião de representante, o debate é um e da associação, o debate é outro*”, embora tenha se referido apenas à reunião de representante.

Se você vai tratar de um negócio assim, onde vai ponhar um roçado, onde vai fazer um barraco, o que eles têm que respeitar, o direito deles e dos outros. Lá fora, a maneira de agir aqui e de agir lá fora. São coisas assim que as pessoas têm que ser orientadas. De primeiro nem o chefe de posto num participava de reunião nossa. Nem os índios. Assim, se era uma reunião só com liderança nem os índios participava, ninguém de fora participava. Hoje nós somos 22 lideranças. Às vezes tem liderança que não sabe o que faz, deixa os índios dominar eles. Tem que chamar a atenção de uma liderança. Tem que acolher ele. Tem que mostrar o caminho certo e no meio do povo não dá. Senão vão sair dizendo que as lideranças estavam brigando. É feio para nós. A reunião era mais preservada, segurando algumas coisas. (...) Antigamente chamava Chefe dos Caboclos. Não tinha representante. Na época de Jerônimo, de Germano, de Estevão, de Pedro. Tinha os chefes. (...). (colocado em itálico para acompanhar o formato da tese) (SANTOS, 2006, p.89)

Conforme combinação interna, os representantes devem ser informados sobre todas as ações da associação. Nas minhas observações em campo, pude constatar que, de fato, o presidente da associação deve prestar satisfação aos representantes e acatar sua presença nos momentos coletivos nos quais os projetos sociais são analisados e discutidos, embora,

⁵⁴ Oliveira utilizou o termo “caciques” para se referir aos representantes de aldeias; não é uma expressão utilizada internamente, mas quando falam a respeito das funções que exercem sugerem que cumprem nas aldeias as mesmas funções do Cacique em comum acordo com ele.

segundo os depoimentos prestados, nem sempre se observa uma interação efetiva nos projetos desenvolvidos. Segundo Sr. Valdim, o trabalho da associação: “*é uma coisa que tem que ser passada pra todas as lideranças pra saber em que pé que... em que caminho ta andando a associação*”.

Há uma preocupação hierárquica, no sentido de que as funções exercidas nas associações, na escola, pelos agentes de saúde e por outras não desmobilizem ou fragilizem a autoridade do representante. Na visão do Domingos Cacique, o representante detém o controle da aldeia e conta com **a ajuda** das funções específicas dos professores, diretores de escolas, agentes de saúde e de saneamento. Ainda, segundo o Sr Valdim, o presidente da associação que “*caminha sozinho*”, além de correr mais risco de cometer erros, pode até ser destituído do cargo.

Essas outras pessoas nenhum pode dar continuidade num trabalho contra a liderança, contra cacique ou o representante porque se essa pessoa ta fazendo um trabalho contra a opinião dos representantes, do cacique, essa pessoa, a carreira dele ela num é muito longa. Ela vai, vai, chega num ponto que ela vai ter que parar. Ela vai ter que parar e a pessoa vai ter que ser chamada atenção e, depois daquilo ali, pra ele dar continuidade já vai ficando mais difícil e, de acordo, se ele teimar, querer dar continuidade do jeito que ele quer, ele pode ser expulso do grupo, da função que ele ta exercendo porque todos os líderes, a maioria deles, pode ter alguns que entrou por força de vontade, isso e aquilo, mas num tem assim muito apoio, né, todos eles, no meu conhecimento, o direito que ele tem de entrar pra ser um líder de comunidade quem coloca é o povo e o cacique vai e apóia, mas a primeira voz é do povo que escolhe. (Sr. Valdim, entrevista em 06/04/2011. Relatório de Campo)

Não presenciei conflito algum do tipo presumido pelo representante Sr. Valdim; o que pude observar, para além da política da boa vizinhança entre as distintas “lideranças”, foi o exercício efetivo de encaminhamentos a respeito do desenvolvimento das aldeias, que fica nas mãos da associação e não do representante da aldeia ou mesmo da do cacique, mas sempre com negociações e “*prestação de satisfação*” aos representantes.

Conforme tratado no capítulo I, quando da instalação do sistema de cacicato com a figura do Rodrigão e antes da implantação da associação, todas as questões de qualquer natureza eram centralizadas na sua função; na instalação da primeira associação, havia uma vinculação direta com o cacique que exercia um controle sobre suas ações. As mudanças promovidas com a sucessão, após a morte do Rodrigão, provocaram uma mudança no exercício do poder já que, com o sistema implantado pelo Cacique Domingos, mudou-se a

lógica das relações entre as aldeias e o cacique geral. Um processo mais democrático ocorreu, coincidência ou não, no mesmo contexto da proliferação das associações.

No fragmento a seguir, selecionado do depoimento do Hilário, na *reunião* de prestação de contas do projeto da aldeia Custódio, observa-se a discussão pública a respeito do assunto:

*E eu queria também apesar de todos que estão aqui presente ter o maior respeito pelas associações, pelas lideranças de comunidade, pelo Cacique, por todos essas pessoas, mas eu peço mais uma atenção, também, em não separar, né...fulano é lá do conselho, ele é coordenador do conselho local de saúde, ele lá é representante e esse daqui é presidente da associação e cada um ter a sua função e num mistura. Mistura sim. Tem momentos que mistura e por isso que eu peço a atenção no seguinte: quando há reunião de liderança de comunidade e, antes dos presidentes de associação, é preciso de vez em quando chamando, né, as pessoas da comissão de... de também de liderança, pedi ao Cacique pra também tá chamando **os presidentes de associação** (ênfase) pra conversar. É importante. Eu sentia essa dificuldade quando eu era presidente de associação. Eu não poderia fazer reunião isolada com representante; ir lá e voltar aqui depois. Então essas reuniões particulares dos representantes, que os presidentes de associação também participe em alguns momentos pra contar de suas dificuldades, né? E da parceria pra poder andar melhor, né? E assim também como os coordenadores de conselho de saúde... que agora nós temos mais lideranças na comunidade e precisa dessa atenção. (Hilário, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de Campo)*

Pode-se observar no discurso proferido em uma *reunião importante*⁵⁵, a disposição em reivindicar para a associação mais espaço na configuração do poder estabelecido internamente, desde a instalação do poder central com seus representantes, inclusive com a reivindicação de uma agenda específica dos presidentes de associação na “*reunião de lideranças*”. O Cacique admitiu a necessidade de um contato mais próximo com os presidentes das associações, mas não comentou a respeito da reivindicação feita. Pude perceber, pela contundência da posição pública a respeito da dinâmica do poder e pela resposta evasiva do Cacique, que ali se encontrava, quando afirmou que aquele era um ponto de tensão ainda a ser acomodado⁵⁶.

Outra discussão a respeito de alterações do quadro de poder local refere-se à presença da escolarização, em especial a formação dos professores, através dos programas institucionais – PIEI e FIEI – dos quais poderia resultar um declínio do poder tradicional, em posse dos mais velhos, em virtude de um novo poder que se instalaria com a presença da

⁵⁵ O próximo item tratará da reunião como categoria local e ficará melhor compreendida a expressão “reunião importante”

⁵⁶ A acomodação das tensões será analisada ainda neste capítulo.

escrita e da escolarização. O envolvimento dos professores nos projetos sociais, por exemplo, foi promovido ou intensificado no seu processo de formação; além de ter como tarefa acadêmica a escrita de alguns dos projetos desenvolvidos, eles têm aparecido bem mais no cenário local, o que não significa uma substituição das funções exercidas pelas lideranças em geral. Casos como o de Zeza, professora e ocupante do cargo de diretora de escola, aconteceram numa lógica contrária, ou seja, a função destacada na aldeia Barreiro Preto, exercida há mais tempo, conduziram-na, naturalmente, ao cargo de professora e ao de diretora de escola.

Os professores, apesar do processo de escolarização e da especificidade da função, não estão naturalmente envolvidos nas atividades da associação. A função de professor acrescida da participação nos projetos sociais, ao que tudo indica, combinada internamente, é a de professor de cultura⁵⁷. Observei, inclusive, que em muitas reuniões houve uma espécie de esclarecimento pelo fato de o professor de cultura cumprir um cronograma especial de trabalho e ter outras responsabilidades em relação à cultura, tema, às vezes, não tratado necessariamente em sala de aula com os alunos, porquanto não envolvidos diretamente com o projeto desenvolvidos.

Outra consideração a ser feita refere-se ao processo de formação das lideranças; pude observar que os mais velhos, embora com pouca oportunidade de escolarização, são responsáveis, e responsabilizados, pela preparação dos mais jovens que, geralmente, são escolarizados. Uma idéia assumida por todos é que não se conquista o poder pela escolarização; ela tem sido um elemento importante no movimento das aldeias, mas, por si só, não garante mudanças nas relações internas de poder.

Em uma oportunidade, fiz uma provocação deliberada ao Hilário sobre a formação de lideranças, sugerindo a possibilidade de um escolarizado, com uma atuação destacada na sua função específica, tomar o lugar das lideranças mais antigas com menos ou sem escolarização. O diálogo foi esclarecedor e para comprovar isso, eu o transcrevo, a seguir:

S: A gente vê que os professores e os agentes de saúde são pessoas mais jovens. Os mais jovens têm poder de tomar o lugar dessas lideranças mais antigas?

H: *Tomar?*

S: É.

⁵⁷ O Professor de cultura foi criado em 2005 (contratado pelo Estado de Minas Gerais) atendendo a reivindicação dos povos indígenas de Minas Gerais, com a intenção de trazer para dentro das escolas aqueles que sabiam sobre a “cultura” de seus respectivos povos, mas não eram formados como professores.

H: *Eu não diria tomar, mas talvez naturalmente, naturalmente pode ser é... pessoas que talvez vem sendo preparada né? Porque quem prepara não é... num sou nem eu que me auto-preparo; é a própria comunidade que vai olhando, vai olhando... Por exemplo, hoje mínimo é da condição de diferença de idade do cacique anterior ele é jovem né, mas ele, com certeza, todo trabalho dele tá sendo também observado quer queira ou não... Ai as lideranças, ai os mais velhos que acompanham e ai na escola várias coisas tá de olho né? Então, quer dizer, se por ventura de uma outra pessoa, por mais que seja mais jovem que ele com certeza não é assim, ele tomou esse lugar mas sim a comunidade confiou esse lugar .*

S: Os mais velhos estão observando os mais jovens?

H: *Com certeza.*

S: Mesmo que esses mais jovens, por exemplo, sejam mais estudados do que os mais velhos?

H: *Mesmo que seja mais estudado porque é ...*

S: Porque os mais velhos tiveram menos acesso as escolas...

H: *E é até muito cobrado hoje. Os mais velhos tem cobrado muito que muitas coisas, que as vezes são coisas que andava sem problema e as vezes hoje com todos os acesso às informações novas, o estudo mais evoluído nessa juventude, tem coisa que não acontecia dentro e as vezes tá na mãos das própria pessoas que já tem a... como que chama... a prática da questão da escrita, do conhecimento. Então, por isso ele é sempre um aluno, ele não deixa de ser um aluno de verdade dos mais velhos. Então é isso que é importante também. Nessas reuniões interna que muitas vezes acontecem é chamado a atenção disso ai, né, pra tá sempre com cuidado. (Entrevista em 25/07/2009. Relatório de Campo)*

A resposta do meu interlocutor confirmou que a formação da liderança é uma função que tem de se ser desenvolvida no contato com a comunidade e em especial com os mais velhos e sábios. Neste sentido, os escolarizados também estão sendo observados e acompanhados, tanto na função que desempenham quanto para a formação de futuras lideranças. Tal posição combina com a opinião do Cacique Domingos: *“ele [o líder] é formado durante o viver mesmo da gente, né, na comunidade... na luta que a gente tem.*

Ainda, sobre a relação entre escolarização e participação, no diálogo anterior, observei, nas lideranças em geral e em várias oportunidades, uma preocupação com os novos problemas trazidos por essa experiência. Aquelas observações mostraram-me que a juventude tem tido acesso a *“informações novas”* e a ferramentas de contato com o mundo, como a internet e a televisão, tecnologia e meio de comunicação antes inexistentes. Esse fato pode ser constatado no local e comprovado pelo discurso a seguir: *“coisa que não acontecia dentro e às vezes tá na mãos das própria pessoas que já tem a... como que chama, a prática, né, da questão da escrita, do conhecimento.*

Neste sentido, ainda segundo Hilário, os mais jovens, mesmo com a escolarização, “*não deixam de ser alunos dos mais velhos*” e que, nas reuniões com lideranças, também se fazem advertências para que haja uma vigilância em relação à manutenção dessa conduta.

3.3 A reunião – o formato, o arranjo do local e a definição da meta.

“A gente quer discutir como é que as coisas estão acontecendo”. (Nicolau, em 08/06/2010)

La participación es una dimensión analítica que se convierte en un instrumento indispensable para el estudio de la constitución de la sociedad, con sus roles preestablecidos, sus status, y su rutinaria negociación de dichos roles y status mediante la comunicación. (DURANTI, 2000, p.420)

In my attempts to describe what was going on in the fono house, I became preoccupied with deciding how to capture the movements of the bodies in space, their collocations vis-à-vis one another, their role in contextualizing the words just exchanged and those to be said next. (DURANTI, 1994, p. 49-50)⁵⁸

O trabalho coletivo sempre foi uma marca dos povos indígenas do Brasil e, na recente história de luta pela terra Xakriabá, as “*retomadas*” feitas através dos “*mutirões de roça*”, demonstram a importância que conferem à união do povo. A *reunião* para os Xakriabá é o espaço no qual a união do povo é utilizada para definir os rumos da Terra Xakriabá, ou seja, levantar os problemas, apontar soluções, partilhar saberes, acomodar situações conflituosas.

A experiência com a primeira associação sediada na aldeia Brejo Mata-Fome institucionalizou as reuniões, garantindo, assim, o cumprimento das exigências da formalização junto ao estado nacional; entretanto, no movimento paralelo e informal dos grupos de roça, a *reunião* também passou a ser uma prática utilizada dentro dos trabalhos desenvolvidos. Contando a história dos grupos de roça no trabalho de campo do projeto “Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá” (GOMES e MONTE-MÓR, 2005) e desenvolvido pelo GEDUC/FAE/UFMG, assim se posicionou João de Nana, um dos pioneiros na experiência:

⁵⁸ Em minhas tentativas para descrever o que ocorria na casa fono, preocupei-me em decidir como captar os movimentos dos corpos no espaço, sua posição em relação ao outro, seu papel ao contextualizar as palavras que acabaram de ser trocadas e as que seriam ditas a seguir (Duranti, 1994, p. 49-50) (Tradução nossa)

*João de Nana: (...) no terceiro ano [de trabalho nos grupos de roça], sempre o CIMI falava assim: -olha gente, vocês têm que sentar e reunir pra discutir alguma coisa. **Aí nós falamos: -discutir o que? Nós não temos nada pra falar!** Ai eu fui lá na casa do Santo e chamei ele. Eu falei: -Santo, vão fazer uma reunião, chamar o pessoal que vai plantar feijão e nós discutir como nós vamos beneficiar as terras... Vamos. Ai nós fizemos a reunião, chamamos aquele pessoal que ia plantar as terras, plantar feijão e aí nós fizemos **aquela reunião... aquela palestra.** (Depoimento colhido em 26/05/2005. Arquivo do GEDUC.)*

João de Nana, que se mostrara surpreso diante da provocação do CIMI, demonstra que encontrou logo um objetivo para a dita *reunião*, estampado em seu discurso: *como nós vamos beneficiar as terras* –, e também apontou a *palestra* como a metodologia para realizá-la. Considerando que os grupos de roça não eram institucionalizados no início de seu funcionamento, as *reuniões* não eram necessariamente formais, mas baseadas na disposição de se organizar o coletivo já existente. Ao lado da ação de plantar, surge uma nova ação, a de discutir – em *reunião* – o modo como vão beneficiar a terra, ambas percebidas e vivenciadas como ações coletivas, dando origem ao surgimento da noção de *reunião* como categoria local.

Nos dias de hoje, os Xakriabá não fazem *reunião* apenas como formalidade ou em conformidade às exigências dos financiadores dos projetos que desenvolvem. Tive a oportunidade, por exemplo, de acompanhar reuniões de prestação de contas as quais se apresentaram como momentos de partilha do êxito de um empreendimento no qual se cumpria a exigência da aprovação das contas pela comunidade.

Todo evento coletivo dentro da aldeia é tratado como *reunião*: além das *reuniões* ordinárias e extraordinárias das associações, são também consideradas *reuniões* as oficinas de trabalho, os cursos conduzidos por agentes externos, as aulas do PROEJA Indígena dadas nas aldeias e as atividades coletivas desenvolvidas pelas universidades e pelos órgãos de assistência social. Se o evento for preparado para receber pessoas de aldeias distantes, existe a preparação de um almoço comunitário que pode acontecer na cozinha das escolas, ou na cozinha experimental, quando a *reunião* acontece na aldeia Barreiro Preto, ou improvisa-se uma barraca em local próximo.

Após o mapeamento de muitas *reuniões*, observei que cada participante informa sobre sua condição na aldeia: o lugar que ocupa no arranjo do espaço local, o uso ou não fala, o momento em que fala, se ele sabe escrever, se fica quieto. Os participantes das *reuniões* operam seu papel adequadamente. Explorando no *fono* fronteiras espaciais dentre os samoanos, Duranti (1994, p.55ss) registrou o que chamou de “the ideal seating arrangement”

(a disposição ideal dos assentos), isto é, existem três áreas, tais sejam frente, fundo e lado-tala e ainda uma diferenciação entre centro e periferia. Dentro de cada área, a posição dos indivíduos pode também sinalizar diversos conteúdos informativos, particularmente os relacionados com o status. Da seguinte forma, Duranti (1994) explica a organização do *fono*:

By matching the ideal plan for a particular occasion with the actual titleholders, who occupied various positions in the house, one could obtain a first reading of the political situation and make a few predictions about the way in which the discussion might unfold. Thus, according to the kind of fono that was being held, a particular set of orators would be expected to sit in the front row. In such a system, every slight variation from what is considered the ideal plan is potentially significant. For this reason, as suggested above, the ideal plan acts as a cognitive schema that provides a key for the participants to interpret the contingencies of the day. The relationship between the ideal seating arrangement and the actual one gives a first approximation of the potential conflicts, tensions, and issues of the day. (p.65)⁵⁹

As reuniões dos Xakriabá também seguem um modelo básico e têm suas variações. Assim como no *fono* samoano citado anteriormente, elas também devem ser percebidas e interpretadas pelos participantes, independentemente de quem foi o autor da convocação – presidente da associação, pessoal da escola, da saúde, do futebol, o representante da aldeia anfitriã dá início à reunião com a oração Pai Nosso (seguido de Ave Maria). Sobre este detalhe, é bom registrar que, apesar da existência de muitos Xakriabá que acompanham igrejas evangélicas, nunca ouvi comentário negativo algum nem reação alguma contrária às orações católicas, o que me leva a crer que a oração, para além da manifestação religiosa, é uma devoção que faz parte do ritual. Como ritual de início, observei em algumas ocasiões experiências de invocação dos espíritos dos antepassados, manifestados através de danças e cantos, ritual muito elogiado por todos no decorrer das falas⁶⁰. O representante acolhe e agradece a todos e destaca as presenças que julgar importantes – agentes externos, lideranças de outras aldeias etc. No ritual de início da reunião, o representante não faz necessariamente

⁵⁹ Comparando-se o plano ideal para uma ocasião específica com os atuais titulares que ocupavam várias posições na casa, pode-se obter uma leitura inicial sobre a situação política e fazer algumas previsões a respeito do modo como a discussão deveria ocorrer. Assim, dependendo do tipo de fono utilizado, espera-se que um conjunto especial de oradores se assente na primeira fileira. Nesse sistema, qualquer variação que fuja àquilo que se considera o plano ideal é potencialmente significativa. Por essa razão, e como sugerido anteriormente, o plano ideal funciona como um esquema cognitivo, [que é a] chave para os participantes interpretarem as contingências do dia. A relação entre a disposição ideal dos assentos e aquela que está em uso dá uma aproximação inicial sobre os possíveis conflitos, tensões e acontecimentos do dia. (1994, p.65) (Tradução nossa)

⁶⁰ Observei nas reuniões às quais participei nas aldeias Barreiro Preto, Caatinginha, Custódio, Dizimeiro e Brejo Mata Fome as rodas de dança e cantos nos rituais de início como parte do trabalho dos professores de cultura que estavam integrados aos trabalhos desenvolvidos.

referência à pauta da reunião ou do encontro; aquele momento fica reservado para se fazer uma explanação sobre algum assunto interno importante. Caso o evento conte com a presença do cacique, este cumpre a parte inicial do ritual. Se houver outra liderança local presente – vereador, presidente de associação –, o representante passa a palavra que é usada da mesma forma e a última liderança a falar passa a palavra ao responsável pela pauta.

O responsável pela pauta faz as colocações que julgar necessárias e pede a participação dos membros da reunião; os primeiros a falar são os mais experientes e aqueles que têm algum respaldo dos sujeitos no esquema de poder presente à reunião; as falas são longas e podem ou não tratar do assunto em pauta, mas são escutadas pacientemente. Nas reuniões existem, portanto, dois tipos de fala: a fala ritual e as intervenções. A fala ritual do representante da aldeia na qual a reunião acontece, tem, no início da reunião, o tom de agradecimento e acolhimento. Neste momento, independentemente da pauta, falar sobre assuntos de interesse da aldeia faz parte do ritual. Outras lideranças presentes, da aldeia anfitriã ou de aldeias visitantes, também fazem fala ritual e este momento marca a reunião politicamente, ou seja, quanto maior o número de lideranças presentes, mais importante se torna a reunião, a aldeia anfitriã ou a liderança que convocou a reunião. Parece ser inadmissível que haja uma liderança que não seja contemplada com o espaço pra falar, já que o conteúdo da fala não importa muito; só o fato de elas atribuírem importância ao evento, com seu comparecimento para falar, já cumpre o ritual, ou seja, o importante é o uso da palavra e não o que se diz.

[...] Thus, it is appropriate to say that the choice of specific linguistic framing for people's actions, beliefs, and feelings does not simply reflect existing power relations, it also constitutes them. The linguistic code seen as a process rather than as a structure is one the "technologies" through which power and social structure can be sustained and renegotiated. In our discussion, this becomes particularly apparent when we realize that the linguistic forms used not only index a speaker's stance with respect to a given issue or accusation but also help constitute the "facts" under discussion and hence the grounds for the final resolution by the village council. (DURANTI, 1994, p.139)⁶¹

⁶¹ [...] Assim, é adequado dizer que a escolha da estrutura linguística específica para as ações das pessoas, [suas] crenças e sentimentos não reflete simplesmente as relações de poder existentes, mas também as constitui. O código linguístico visto como processo e não como estrutura é uma das "tecnologias" através das quais o poder e a estrutura social podem ser mantidos e renegociados. Em nossa discussão, isto se torna especificamente claro, quando percebemos que as formas linguísticas usadas não apenas indiciam uma instância do falante em relação ao tópico dado ou acusação qualquer, mas também ajuda a constituir os "fatos" em discussão e fornece as bases para a resolução final do conselho do vilarejo. (DURANTI, 1994, p.139)

Essa citação corrobora o fato de que a fala ritual não só faz referência aos temas de interesse das aldeias, mas constituem os próprios temas enquanto tais, isto é, as falas constituem os fatos em discussão. Portanto, dá-se também importância ao conteúdo, ainda que ele não esteja diretamente associado ao tema da reunião. Se uma liderança fala de determinado tema, ele é visto como importante, ainda que não tenha desdobramentos diretos durante na reunião. As falas não só refletem as relações de poder, mas as constituem (cf. Duranti).

A fala de intervenção, como o próprio nome indica, é marcada pela participação e interveniência nos conteúdos da pauta e nem sempre obedece à sequência hierárquica; todos os que têm alguma experiência dão sua contribuição. Uma liderança de outra aldeia pode fazer uso dos dois tipos de fala ao mesmo tempo. Existe ainda uma fala *aleatória* na reunião: qualquer dos presentes pode usar a palavra para falar sobre qualquer assunto, que será igualmente respeitado. Presenciei um fato curioso em campo: numa *reunião* em que estavam presentes os Xakriabá ligados à prefeitura, um participante visivelmente embriagado, saiu lá de trás do local do evento, desfilou pelo meio e foi à frente fazer cobranças em relação ao programa *Luz para Todos* cuja implantação se encontrava em atraso dentro da Terra Xakriabá. O tom de voz do referido Xakriabá era de enfrentamento à prefeitura; houve um silêncio total no recinto, até que D. Zelina aproximou-se dele e, calmamente, o convidou a se assentar. Não houve reação alterada alguma do sujeito, nem de participante algum da *reunião* e, durante sua fala, o prefeito teceu considerações e deu satisfação à reivindicação feita.

Quando a *reunião* está ficando muito dispersa, a pessoa que está conduzindo costuma fazer uma advertência sobre a necessidade de se focar no assunto em pauta, mas ela nem sempre é atendida e nunca há interrupção do falante. Observa-se que as falas em si são importantes nas *reuniões* xakriabá, independentemente do conteúdo ou do desempenho do orador. Segundo Gnerre (1991) as pessoas falam para comunicar a quem ouve, mas também, às vezes, “para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam atos linguísticos” (p.05).

Como mencionado anteriormente, não só a fala nas reuniões tem uma importância em si, mas também seu orador é tratado com respeito, tanto por quem convocou a reunião e a conduz, e que também seleciona politicamente a quem vai conceder a fala, como quem dela faz uso, a partir de seu convite.

Não há limite de tempo ou assunto para a fala e a escuta é sempre paciente e silenciosa. Na *reunião* da Barra do Sumaré, Domingos Cacique (25/07/09, reunião número 05

no Quadro 1) utilizou um longo tempo para prestar contas sobre a questão da segurança interna e a criação do Conselho de Segurança, abandonando, deliberadamente, a pauta proposta. Hilário, na sua intervenção, sugeriu que as questões da associação fossem tratadas e resolvidas, mas nem de leve fez crítica à fala do cacique; todas as intervenções são consideradas como assuntos de interesse interno.

Os participantes mais ativos nas *reuniões* o são por domínio do conteúdo, atividade específica desenvolvida em relação ao tema em pauta, ou por serem lideranças. Nem sempre são escolarizados. As intervenções orais são claras, densas, coerentes e revelam a visão de mundo dos Xakriabá.

A *reunião* caracteriza-se, portanto, como uma espécie de assembléia comunitária que aqui associamos ao conceito de “comunidade de prática” (LAVE; WENGER, 1991). Ali se vivenciam as relações internas de poder; é espaço de socialização das informações a respeito dos interesses da terra indígena, enfim, um importante lócus de aprendizagem no qual se procede à configuração e reconfiguração das próprias aldeias.

As mudanças socioculturais que vem sendo operadas internamente têm promovido a participação das mulheres nas *reuniões* em outro patamar, mas é uma conquista recente na Terra Xakriabá (TEIXEIRA, 2008). A fala delas acontece com algumas peculiaridades, porque não existe mulher representante e nem vereadora⁶²; no momento, por exemplo, somente a diretora da Escola Estadual Indígena Xukurank tem participação na fala ritual. As intervenções nas *reuniões* a que assisti, aconteceram no final, após as intervenções dos homens.

Essa participação das mulheres em reuniões comunitárias começou a ocorrer de maneira mais efetiva a partir da implantação da escolarização e das unidades básicas de saúde. A realização de assembléias comunitárias para a escolha de profissionais, tais como professores e agentes indígenas de saúde, impunha a presença da comunidade e, em consequência da evasão masculina decorrente das migrações, a presença feminina tornou-se progressivamente mais expressiva. Na ausência dos homens, o voto feminino tornou-se precioso. Ao mesmo tempo, a participação feminina começou a ocorrer no âmbito dos cursos de formação e das reuniões de trabalho que tinham como tema questões como a educação e a saúde. (TEIXEIRA, 2008, p.94)

As *reuniões* em que existe uma interferência de agentes externos, sejam eles os responsáveis pela convocação ou por algum conteúdo a ser desenvolvido, ficam com a

⁶² Quando da pesquisa desenvolvida por Teixeira (2008) havia uma mulher no cargo de representante de aldeia e outra como vereadora.

dinâmica alterada. Observei que os agentes externos, por desconhecer, não atentar às relações internas de poder, ou mesmo por, deliberadamente, promover uma alteração, tratam a todos da mesma maneira: não fazem distinção na distribuição das falas nem menção às lideranças locais e incitam a participação das mulheres antes da dos homens. Por outro lado, os Xakriabá, independentemente de quem esteja conduzindo a reunião, respeitam a hierarquia; alguns silêncios em dinâmicas de reuniões conduzidas por agentes externos, por exemplo, têm como motivo o costume de um membro falar, somente após a manifestação daqueles que considera liderança.

Sobre este aspecto, há uma situação muito curiosa em relação às aulas do PROEJA Indígena no IFNMG – Campus Januária. Não houve investigação das aulas na instituição, mas desenvolvendo meu trabalho docente e observando as aulas que aconteceram na aldeia Barreiro Preto, pude constatar variados momentos em que havia hesitação em relação à participação. A primeira turma contou com a participação de Domingos Cacique, o representante da aldeia Vargem e de diversas lideranças de associações e, em muitos momentos, a hesitação precisou ser trabalhada no manejo didático da turma, seja fazendo perguntas direcionadas, seja utilizando dinâmicas de grupo, ou outras técnicas.

3.3.1 Descrições de momentos e passagens das reuniões.

Como exemplo de que é possível observar o arranjo da *reunião*, farei uma breve descrição de uma que ocorreu na aldeia Vargem (23/01/2010 – reunião número 10 no Quadro 1) que contém diversos elementos relevantes discutidos até este ponto deste texto.

Por solicitação da associação do Barreiro Preto, houve o convite ao CAA para acompanhar a implantação da Casa da Semente Xakriabá. O trabalho com a semente é considerado como continuidade do projeto da casa de farinha das Vargens financiado pela Carteira Indígena. O grupo criado para trabalhar na casa de farinha, animado com os conhecimentos adquiridos no PROEJA Indígena, realizou um ensaio da semente de milho e, com as sementes avaliadas positivamente pelo grupo, foi criado um campo onde cultivaram as variedades de interesse para iniciar a experiência com a Casa da Semente.

O evento foi dividido em duas partes: na primeira, antes do almoço, aconteceram discussões gerais sobre a casa de semente e à tarde houve trabalho em grupo para definir seu funcionamento na aldeia Vargem. A primeira parte da reunião transcorreu no modelo local: ritual de início com o representante da aldeia Vargem, seguido do Nicolau, presidente da associação, Hilário, vereador da região, João Ferrugem, responsável pelo experimento com sementes e o diretor da Escola Estadual Buk-Nuk. Cumpridas as falas rituais, logo a seguir, o CAA conduziu uma parte em que deu explicações técnicas sobre o funcionamento de uma casa de sementes, momento em que solicitou a opinião dos presentes; somente as lideranças falaram. Diante da informação prestada pelo João Ferrugem a respeito da participação das mulheres no trabalho desenvolvido com a semente, o CAA solicitou que fizessem uma intervenção para explicar melhor e elas se sentiram constrangidas; somente após certa insistência, a esposa de Nicolau prestou os esclarecimentos numa intervenção formal, sem incluir comentários pessoais.

Na segunda parte da reunião, como proposta do CAA, houve discussão em grupo: neste momento, sem seguir a hierarquia, falaram os entendidos no assunto. Diferentemente da fala ritual, pessoas que permaneceram silenciosas na plenária, demonstraram muita sabedoria e disposição em colaborar. A dinâmica utilizada nos grupos desfez as relações de poder e houve uma participação bem intensa de todos, como se ali não houvesse *reunião* e, sim, uma conversa informal.

Pude observar essa divisão do evento em duas partes, ou seja, um momento coletivo de modo a garantir o ritual local e outro contendo outras dinâmicas também em outros momentos vividos no campo: o encontro sobre o plantio de mandioca, do projeto da aldeia Custódio realizado também pelo CAA, o Seminário Estratégico realizado pela prefeitura municipal⁶³ e o Encontro de Mulheres planejado junto com o CIMI. Os encontros realizados no desenvolvimento do projeto “Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá” (GOMES; MONTE-MÓR, 2005), desenvolvido pela FAE/CEDEPLAR/UFMG, em período anterior à minha pesquisa, mas explorados no banco de dados do GEDUC/FAE/UFMG, também apresentaram o esquema de combinar reuniões coletivas com rituais e outras dinâmicas de grupos. Essa é uma dinâmica externa, trazida e promovida, principalmente, por agentes externos.

⁶³ O seminário foi organizado sob a influência dos secretários indígenas do governo municipal cujo prefeito também é indígena conforme já apresentado.

Partindo da hipótese inicial a respeito da influência da posse da escrita e da escolarização nas relações internas, fiquei sempre atenta, nessa e em outras reuniões, à participação dos professores como aqueles que poderiam representar as presumidas alterações na dinâmica local⁶⁴. A participação deles é sempre destacada no que se refere à escrita, mas nas *reuniões* como espaços políticos, depende da sua atuação no contexto do evento. Na *reunião* da casa de sementes somente o diretor da escola falou, mesmo assim, na condição de membro envolvido na cultura do milho e não como membro atuante da escola.

Muitos dos projetos desenvolvidos pela associação do Barreiro Preto foram escritos sob a responsabilidade de professores, como parte da formação da primeira turma do Curso FIEI da FAE/UFMG, entretanto, eles nem sempre participaram da implantação e gestão dos mesmos, função desempenhada pelos membros das aldeias beneficiadas. Nas *reuniões* relacionadas a tais projetos, a figura do professor que participou da escrita do projeto se diluiu dentro do processo. Os professores com formação acadêmica que se destacam nas *reuniões* são os que desempenham ou desempenharam alguma função específica; em alguns casos como o de Zeza, diretora de escola, já desempenhava atividades destacadas dentro da associação, antes da formação. A função de professor que ganhou destaque nas relações internas e no desenvolvimento dos projetos sociais, como já evidenciado, foi a de professor de cultura, função desempenhada independente da escolarização; segundo as explicações locais *os projetos sociais também fazem parte da cultura local*.

Detectei outra figura recorrente nas *reuniões*, e a denominei “vigilantes”. Em todos os eventos, observei um grupo composto de pessoas de variadas idades, homens e mulheres que ficam literalmente fora das discussões da *reunião*. Do lado de fora, quando o local é fechado e distante do centro do evento, quando realizado ao ar livre. Eles têm sempre uma atitude respeitosa, não conversam entre si e ali permanecem compenetrados, durante toda a *reunião*. Presumi, inicialmente, que se tratava de estudantes que ainda não se estavam dispostos, ou não se sentiam preparados, para assumir tarefas das associações, mas ali estavam também pessoas idosas que, inclusive se mostraram reticentes a qualquer abordagem da minha parte. Nas *reuniões* não havia referência alguma a eles; em outras palavras, quem estava conduzindo a *reunião* não demonstrava nenhum incômodo com tal situação e, pelas conversas que tive com lideranças, eles são tratados como pessoas que têm o seu jeito de participar.

⁶⁴ A função de desempenhada pelos professores na escrita dos projetos será explorada no próximo capítulo.

Minha conclusão é que eles fazem “uma vigília” à ação das lideranças locais, conferindo-lhes uma notoriedade, através da manutenção da sua presença física. Sob a perspectiva proposta por Lave e Wenger (1991), considere os “vigilantes” como participantes periféricos legitimados, uma vez que era explícito o pertencimento desses sujeitos à situação vivida naquele momento.

Os locais das *reuniões* são combinados anteriormente e recebem uma arrumação prévia: se festiva a reunião, enfeita-se o local com balões e papéis coloridos, uma mesa forrada com toalha colorida é colocada num lugar de destaque, com algumas cadeiras em volta sugerindo uma mesa de autoridades e, em alguns casos, um quadro de giz é colocado. Teixeira (2008, p.95) considerou que o local da *reunião* ficava com “ares de sala de aula” e observei, em muitos eventos, que a tecnologia tem alterado esse arranjo: a utilização de *data-show* tem substituído o quadro de giz e mudado a conduta dos responsáveis pela pauta e, nem sempre, o “ar de sala de aula” permanece. As cadeiras para os membros nem sempre estão organizadas e estão quase sempre em número inferior ao dos participantes, obrigando a alguém da comunidade a buscar mais cadeiras na sala de aula mais próxima, dando a impressão de que a *reunião* está sempre com um número de pessoas superior ao previsto. As cadeiras são arrumadas em círculo ou em fileiras, assim que se decide pelo início da *reunião*, promovendo um clima de organização do local no qual todos são envolvidos.

Na fala ritual de início da reunião, os lugares são definidos; se a reunião tiver sido convocada pela associação, na mesa tomam assento os membros da diretoria e o representante da aldeia anfitriã; se não, a mesa é ocupada pelo representante, pelo responsável pela pauta e, se for o caso, um convidado que, eventualmente, desenvolverá algum conteúdo. Lideranças de outras aldeias e agentes externos são convidados a sentar em lugares destacados, mas nem sempre na mesa oficial.

Destaco, agora, uma das *reuniões* do Seminário Estratégico promovido pela prefeitura, organizada pelos indígenas servidores para melhor compreensão sobre a organização (27 e 28/04/2009 – reunião 03 do Quadro 1). A Casa da Comunidade da aldeia Barreiro Preto escolhida para sediar o evento, estava organizada com uma mesa principal, composta por um agrupamento de mesinhas de escola. Atrás da mesa, estava uma exposição de artesanato e produtos da Casa da Medicina Xakriabá organizados no chão, em cima de esteiras de palha. Uma espécie de altar estava forrado com uma toalha grande e vistosa. Ele se postava, sobre um piso elevado e atrás dos ornamentos, mas era completamente desprezado pelos participantes. Fiquei imaginando que, num evento de outra prefeitura, aquela seria a mesa

principal e, ao fundo, teria um *banner*, uma faixa ou um cartaz com o emblema da cidade, nome do prefeito, do evento e uma frase de efeito⁶⁵.

Com o costumeiro longo atraso nos eventos dos Xakriabá, na minha lógica de não-indígena, o seminário foi iniciado no primeiro dia com a saudação do Hilário, representando o Sr. Valdim, autoridade da aldeia que ainda não havia chegado ao local, porém quando ele chegou, a mesa de autoridades estava formada e as falas de abertura em andamento, mas houve uma interrupção, para que ele fosse respeitosamente convidado a tomar lugar e proferir a fala ritual.

Para compor a mesa oficial de abertura, havia somente sete cadeiras e tive acesso à lista de convidados que contava com, aproximadamente, 30 nomes de autoridades a serem chamadas, entre eles os representantes indígenas e os representantes de órgãos e entidades presentes. Na impossibilidade de colocá-los todos à mesa, o responsável pelo evento decidiu que comporiam o que chamou de “mesa simbólica”, representando todas as autoridades do evento, o que foi cuidadosamente explicado publicamente. O arranjo funcionou como uma espécie de saída airosa na tentativa de combinar as formalidades da prefeitura municipal num contato presumidamente com cidadãos missionenses⁶⁶ indígenas e não indígenas com a tradição local.

3.3.2 (Re)Definindo a “meta”: a reunião em andamento.

As *reuniões*, em geral, têm sempre uma pauta anunciada inserida nos convites e nas convocações dos membros locais, de outras aldeias e agentes externos, mas parece existir uma “redefinição das metas”, após a definição da cena, ou seja, parece existir uma pauta definida e

⁶⁵ Pouco depois do Seminário da prefeitura tive a oportunidade de acompanhar uma reunião onde o apelo institucional mudou radicalmente o arranjo Xakriabá – Audiência Pública da assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a reivindicação de revisão dos limites do território. Mesa de autoridades colocada de modo tradicional - em cima de um tablado – enfeites e toalha. Ao fundo um banner grande com a foto do índio que havia sido assassinado na campanha política para eleição municipal com apelo à punição. O local estava completamente lotado. Crianças (meninos e adolescentes homens) paramentados, sentados em meia lua no chão. Muitos índios, caciques, representantes e outras lideranças pintadas, com vestimentas características e dispersas nas cadeiras em forma de fileiras.

⁶⁶ Apesar de o Seminário ter sido convocado para tratar da governabilidade do município o evento contou com a participação somente dos indígenas; o fato de ter sido realizado em uma das aldeias evidencia os enfrentamentos da prefeitura governada pelos indígenas.

uma meta subentendida. Há sempre um longo atraso no início da reunião; minha percepção é que eles ficam esperando definir a composição da cena para a definição ou redefinição das metas, e o discurso utilizado tende a ser definido de acordo com a meta traçada.

Para melhor compreensão, farei uma breve descrição de duas *reuniões* da Organização dos Grupos de Roça, por ocasião das discussões a respeito da ampliação da piscicultura nas quais se observam, além da redefinição da meta, outros elementos já analisados: relações de poder, falas rituais e intervenções e as alterações promovidas, quando da influência de agentes externos na condução da *reunião* (22/04/09 e 22/07/09 – reuniões 02 e 04 no Quadro 1).

Sendo a piscicultura um projeto desenvolvido pela Organização dos Grupos de Roça, apontada como alternativa a ser considerada na economia local, houve a iniciativa de duas lideranças de fora dos grupos de roça para a ampliação da atividade. O empreendimento é intimamente ligado às atividades da CODEVASF, dentro da terra indígena, de quem dependem para assistência técnica e a doação dos alevinos e de ração na primeira etapa do trabalho. Outras parcerias como EMATER, IBAMA, IEF, Prefeitura Municipal entraram fornecendo outros itens tais como: tanques-rede, congelador.

As lideranças interessadas na ampliação, juntamente com o presidente da entidade, marcaram uma *reunião* para a qual convidaram os órgãos externos, os membros veteranos da piscicultura e um grupo que potencialmente poderia participar do projeto de ampliação. Os representantes da CODEVASF, EMATER, IEF não compareceram, mas a *reunião* contou com a presença do Prefeito Zé Nunes e de Sérgio, seu assessor, além do assessor do deputado que financiava a ação, através de emenda parlamentar, e com quem Hilário já havia contatado anteriormente, no sentido de solicitar a construção de uma casa de apoio à piscicultura, obra já no bojo das providências para a ampliação da piscicultura. Com a cena assim definida, a *reunião* passou a ter como meta, além de apresentar a proposta ao único parceiro presente, prefeitura municipal e dar satisfação ao deputado a respeito da reivindicação atendida, promover o convencimento em relação à viabilidade da proposta aos potenciais membros da ampliação e aos veteranos da piscicultura, já que o grupo novato deveria estar bem motivado e ter contado com o *know-how* do grupo veterano.

A reunião foi aberta pelo representante da aldeia Itapecuru que não demonstrou muito entrosamento com o projeto de piscicultura, cumprindo somente o seu papel político. Ele teve o cuidado de repassar a palavra para a continuidade da *reunião*, de maneira a respeitar a hierarquia do esquema local de poder: primeiro ao Dão de Rosalvo que, apesar de não ser membro da piscicultura, era filho do representante anterior, vereador da localidade, havia sido

vice-diretor e um dos idealizadores da proposta de ampliação do empreendimento. Somente depois citou o Hilário que, apesar de ser o principal articulador da proposta, e também vereador, não seria considerado autoridade naquela aldeia. O pessoal da prefeitura que estava presente, inclusive o próprio prefeito⁶⁷, não foi contemplado com fala no ritual de início da *reunião*, somente depois. Coube ao professor a explicação inicial a respeito da proposta de ampliação da piscicultura do Grupo de Roça.

Ele iniciou sua fala, justificando as ausências de representantes das instituições convidadas por ele: CODEVASF, EMATER, Secretaria da Agricultura. Em seguida, explicou o objetivo da *reunião* e agradeceu a presença das comunidades, do prefeito e secretário.

A gente tinha marcado essa reunião hoje pra ta... era pra ser convidado o pessoal da EMATER, pra Théo da Agricultura e, se fosse possível, alguém da CODEVASF porque a gente precisava de ta aprofundando mais o projeto; eu liguei pra Théo hoje de manhã e ele até falou que vinha, mas... e a EMATER também poderia ta vindo, mas já passa de três e meia e eles não chegaram e nós vamos dar início. (Dão de Rosalvo, reunião em 22/04/2009, número 02 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Pelo teor da fala anterior, pude atestar que, enquanto a cena não se define, eles atrasam o evento. Neste caso, o objetivo de fazer as reivindicações aos parceiros somente foi alterada, após a confirmação, através da constatação do adiantado da hora, de que alguns convidados não compareceriam. A meta foi redefinida e a *reunião* cumpriu com êxito outro papel, como ficará esclarecido no decorrer da descrição.

Após as explicações que esclareciam a dinâmica da *reunião*, com a redefinição da meta e explicações sobre a proposta de ampliação da piscicultura, a palavra foi passada ao presidente da Organização dos Grupos de Roça. Posteriormente, falaram os mais experientes em piscicultura. O interesse era criar alternativas de produção que absorvessem os mais jovens e as mulheres naquele espaço. O projeto que está sendo desenvolvido pelo grupo de roça atualmente, de acordo com as intervenções dos membros, parece que consegue uma produção ainda tímida e com muitas dificuldades de escoamento, apesar de ser considerado muito bom. Existe uma estrutura física pequena e improvisada onde são guardados a ração e outros apetrechos. Há também a proposta de ampliar o grupo, incorporando famílias de outras aldeias.

⁶⁷ O prefeito somente foi considerado liderança nos eventos conduzidos por agentes externos, tais como, a Audiência Pública da Assembléia Legislativa de MG e na reunião do Conselho de Segurança sob a orientação da Polícia Militar de Minas Gerais.

Em determinado momento, seguiu-se um embate entre João de Nana, como representante do projeto que está em andamento, e Hilário, representando a proposta de ampliação do trabalho⁶⁸. Incluindo uma discussão sobre o Grupo de Roça como uma forma de organização interna, a questão era saber se a ampliação não constituiria uma ameaça ao trabalho já desenvolvido. Após um diálogo franco e interessante, chegou-se ao entendimento de que todos lutavam pelo bem comum da terra indígena. Percebi que o embate ocorreu, porque, ao mencionar o Grupo de Roça como forma de organizar para produzir, o assunto incitou a participação de João de Nana que, até aquele momento, não havia se manifestado; houve uma mudança nos rumos da *reunião*. Pareceu-me que ela fugira à pauta original. Sem se incomodar com a intervenção de Dejinha, que prestou as explicações, as quais julgou devidas ao processo de continuidade do trabalho dos grupos de roça, João de Nana finalmente concorda com a ampliação proposta e mostra disposição para acatá-la..

Quando João de Nana começou a arguir a respeito da vinda de novos grupos, houve um debate sobre os rumos pretendidos com a ampliação. João de Nana reconheceu as limitações da piscicultura, principalmente no que se refere ao transporte para a comercialização nas aldeias e comunidades vizinhas. Diante de uma proposta de ampliação que significaria o dobro do que já produziam, levantou a possibilidade de o grupo que vinha trabalhando desde o início, ser desmobilizado diante da nova dinâmica, que poderia ser vista como mais alinhada a uma concepção capitalista de desenvolvimento. A ausência de definição, por parte de Dejinha, Hilário e de Dão de Rosalvo, a respeito de uma pergunta básica do João de Nana: “*Quantos tanques você ta de cálculo de colocar?*”, demonstra que eles não haviam dimensionado a proposta de ampliação, diante da atividade já praticada.

João de Nana demonstrou ter consciência de ter alterado a pauta da *reunião*, mas se reservou o direito de manifestar a tal “*preocupação*”, sem que ela fosse entendida como uma *acusação* de que a proposta de ampliação seria desmobilizadora do grupo em andamento. Entendi que uma proposição daquele vulto, na opinião dele, deveria ser precedida de discussão interna sobre o “*destino*” pretendido pelos novos membros; apesar disso, membros da *reunião* responsáveis pela pauta demonstraram desconforto com as desconfianças expostas por João de Nana.

Com o mesmo objetivo de acertar a ampliação da piscicultura, houve nova *reunião* três meses depois; dessa vez, a data foi previamente acertada com os agentes externos de maior interesse, de modo a garantir uma cena compatível com a meta. Deveriam comparecer

⁶⁸ Tal diálogo encontra-se transcrito no capítulo II

CODEVASF, EMATER e secretaria da agricultura. Convidadas como pessoas ligadas a instituições consideradas relevantes aos indígenas, também estávamos presentes, eu como professora do IFNMG – Campus Januária, Wanilde, pesquisadora da FAE/UFMG⁶⁹ e Ildete, pesquisadora da UFSJ, que pretendia desenvolver trabalho com a escola da aldeia onde estava ocorrendo a reunião. Os representantes da CODEVASF eram dois da equipe Arranjos Produtivos Locais e o coordenador do Projeto Amanhã, daquele órgão.

A reunião não contou com o ritual Xakriabá, o que é comum, quando ela é conduzida por agentes externos. Teve o início nos moldes das reuniões das instituições da sociedade nacional, com uma rodada de apresentações: os técnicos se apresentando ao povo Xakriabá e aos parceiros que, por sua vez, se apresentaram a eles. Coube a Dão de Rosalvo referência inicial ao assunto principal da pauta:

Boa tarde, né... Meu nome é João, moro na aldeia Itapicuri e sou vereador, inclusive [ênfase]. A gente está aí, né, junto o grupo com a expectativa de novos grupos... da gente tirar uma nova novas turmas, né? E que a gente tá querendo fazer o ampliamiento do grupo aqui. A gente veio participar dessa reunião de hoje e nós já tivemos outras reuniões aqui, né, a gente vê o que é que pode tá dando... melhorando, dando condições melhores e vê se a gente consegue realmente ampliar o projeto, né? (Dão de Rosalvo, reunião em 22/07/2009, número 05 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Observei que a fala de Dão de Rosalvo não foi de membro do grupo que reivindicava a ampliação; pareceu-me ser de uma liderança forte e engajada, que esforçava para dar suporte à iniciativa da ampliação, cumprindo sua função dentro da aldeia, postura diferente da que tivera na reunião anterior, quando assumiu o lugar de inserido e aprendiz, num possível novo grupo. Compreendi que seria uma forma de demonstrar ao financiador a articulação interna de suporte à piscicultura.

Quando finalizou a rodada de apresentações, um dos técnicos da CODEVASF tratou de colocar o assunto da reivindicação. Neste momento, observei que a meta que deveria, ou poderia, ter sido alcançada na reunião anterior foi finalmente trabalhada: ao Dejinha, presidente da entidade e profundo conhecedor da dinâmica da piscicultura, caberia demonstrar o êxito do empreendimento, a adaptação com a tecnologia e o conhecimento de que a CODEVASF já vinha com proposta de financiar novas propostas. Às outras lideranças caberia apresentar ao financiador as reivindicações do momento. Dejinha fez questão de citar as

⁶⁹ Através da iniciativa da Wanilde a experiência da piscicultura foi selecionada para participar da IIa. Jornada da Rede Franco-Lusofônica - Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento - realizada em Belo Horizonte, no período de 03 a 07 de novembro de 2009 e aquele foi o momento em que a pesquisadora conheceu de perto a experiência sobre a qual havia conhecido através do meu contato verbal.

experiências negativas com a avicultura e a horta comunitária, projetos financiados pela Carteira Indígena⁷⁰, para comparar com o êxito das atividades com o plantio de culturas anuais e a piscicultura. Diante disso, entendi que havia um recado à CODEVASF: caso haja mais investimento no grupo, optaremos por ampliar a piscicultura.

Como uma consequência da configuração da reunião na perspectiva da redefinição da meta, os Xakriabá demonstraram diante de seus benfeitores uma força considerável, pois lá estavam presentes representantes da prefeitura, EMATER, CEFET Minas, UNIMONTES e o IFNMG - Campus Januária.

As análises feitas nesta subseção demonstram que a *reunião* configura-se como um importante evento local dentre os Xakriabá. Trata-se de uma prática social que se constitui como local de discussões e decisões sobre o destino das aldeias e da T.I. Xakriabá como um todo. Os arranjos e rearranjos feitos na condução da *reunião*, seja na distribuição dos assentos, na das falas ou na dos temas tratados, são importantes informações dadas e percebidas localmente e, nem sempre, visíveis ou perceptíveis aos agentes externos.

A participação na *reunião* é valorizada e considerada pelos Xakriabá como uma demonstração de interesse e comprometimento para com as ações e atividades desenvolvidas nas aldeias. Por essas razões, portanto, ela é tomada nesta pesquisa como categoria fundamental para a compreensão, implantação e gestão de projetos sociais.

3.4 Participação, aprendizagem, consenso e conflitos.

Observei o resultado da participação dos sujeitos nas associações, do ponto de vista do consenso e dos conflitos gerados, tendo encontrado dados que apontaram a busca pela coesão social do grupo indígena, como aspecto relevante e que esses indígenas mais levam em conta na produção e reprodução do grupo. Suas falas rituais e de intervenção incessantemente se referem à união do grupo e à busca pelo consenso, através da acomodação de conflitos latentes, aspectos demarcam sua continuidade enquanto povo Xakriabá, através de mecanismos internos e tradicionais que podem ser considerados como de *aprendizagem*.

⁷⁰ A experiência será analisada com mais detalhes no próximo capítulo.

O pano de fundo de todas as discussões internas é a melhoria das condições de vida do povo nas aldeias, através da garantia e do uso do território, confirmando, portanto, a associação, como espaço social que possibilita e legitima o acesso a benefícios necessários, desejados e de direito. Neste sentido, existe também a preocupação com o que eles chamam de “*resgate da cultura*” e esta tem sido uma categoria bastante abordada entre os Xakriabá (SANTOS, 2010). Muitas das falas se referem ao *resgate* da cultura, medicina e semente:

- ✓ casas e ponto de cultura com o trabalho com cerâmica, fabricação de adornos corporais e espaço de festas com apresentações;
- ✓ casa da medicina tradicional e cozinha experimental com a valorização da culinária tradicional e os remédios e alimentos com frutas do cerrado;
- ✓ casa da semente Xakriabá e a recuperação e valorização das sementes crioulas.

Os projetos que envolvem produção alimentar também são discutidos no consenso da discussão sobre a cultura e o uso sustentável do território: oficina para fabricação de farinha, oficina para fabricação de rapadura e cultivo da mandioca. Grande parte dos projetos envolve um tema caro aos Xakriabá, a roça, como trabalho desenvolvido em família ou na comunidade.⁷¹ Na aldeia Vargens, onde foi construída a casa de Farinha pela associação do Barreiro Preto e que leva o nome de *N'Chatary*⁷², houve uma mobilização da comunidade que passou a desenvolver outras atividades, sendo a iniciativa da recuperação das sementes tradicionais da terra Xakriabá a alavanca que possibilitou criar ali, na casa de farinha, a Casa da Semente Tradicional Xakriabá. Uma avaliação do projeto financiado pela Carteira Indígena poderia levar à percepção de que não se pode medir o resultado somente pela capacidade de produção, pois ali não se produz somente farinha e outros produtos, mas o próprio sentido de comunidade.

Produzir roça é produzir gente, para além da idéia de nutrir e alimentar. A partir das diversas relações de parentesco é que se dividem os roçados e se organizam as sucessivas etapas de trabalho. As roças são o ambiente privilegiado para produção da pessoa e das relações xakriabá. Os diversos lamentos acerca da redução drástica do plantio se ligavam com outras falas a respeito das mudanças aceleradas, ou descontroladas segundo alguns, e traziam uma problemática essencial: as roças eram estruturadas em torno das relações sociais e também eram responsáveis por sua estruturação. (SANTOS, 2010, p.85)

⁷¹ Existem projetos envolvendo outros temas como os chamados “culturais”, que atuam na coesão interna e também reforçam a identidade indígena.

⁷² Segundo informação local *N'Chatary* significa mãe na língua indígena e a Casa de Farinha da aldeia Vargens como projeto pioneiro seria considerada a mãe das outras casas.

Outro ponto muito interessante nessa parte da reflexão sobre a participação refere-se ao processo de aprendizagem que ocorre na implantação e gestão dos projetos sociais. A “aprendizagem”, num deslocamento conceitual, entrou em minhas análises pela via da “participação”, conforme conceito proposto por Lave e Wenger (1991). Tratei de considerar a própria participação das pessoas como fonte de informação e aprendizagem, em um processo de troca de umas para as outras, mas não somente através dos discursos, mas do que elas faziam umas às outras, umas com as outras e junto com as outras.

[A gente] teve que aprender... tudo tem que ta organizado, né? Isso a gente aprendeu assim, qualquer coisa na associação a gente tem que organizar mais as coisas pra ficar... Até questão de organizar o associado hoje... Tá todo mundo querendo contribuir, mas ta desorganizado, né? É igual o projeto... o projeto aí você comprou, pagou, pegou a nota fiscal, o recibo e... quando a gente paga a gente já tem que preocupar de tirar a cópia do cheque, né? Vai lá tira antes de pagar porque esse negócio de pagar e num tirar a cópia do cheque. (Nicolau, entrevista em 08/06/2010. Relatório de Campo)

Além da aprendizagem para lidar com a burocracia - matemática, planilhas, arquivo, livros para acompanhamento administrativo - existe a preocupação com a socialização das experiências, como forma de contribuir para outros trabalhos desenvolvidos internamente. Muitas das reuniões da associação da aldeia Barreiro Preto foram organizadas de forma a dar acesso de processos vividos às outras associações. Não se configura, contudo, como um processo organizado, como tradicionalmente tratado nas teorias da educação, mas a aprendizagem é visível na condução da *reunião*, na interação intencional observada nas falas, no simbolismo presente, na apresentação cuidadosa e bem explicada dos assuntos.

As *reuniões* de prestação de contas, que serão analisadas no próximo capítulo, foram momentos emblemáticos de práticas sociais nos quais pude observar a combinação das teorias da atividade situada e teorias da produção e reprodução da ordem social (LAVE; WENGER, 1991). Como redimensionamento conceitual, pode-se resumir que a aprendizagem nas relações sociais associadas aos projetos sociais é um dos componentes que mantém viva a comunidade.

Neste processo de socialização das experiências e da solidariedade entre os membros das associações, observa-se um constante incentivo para a atuação mais efetiva de todos. Não se trata de uma acusação a quem não esteja participando, mas uma demonstração, através das atitudes, da valorização das conquistas, das vivências coletivas, como a “união na irmandade e na comidaria” analisada por Silva (2011).

“Unidos na vida e na comidaria”, é como resumiria dona Maria, a matriarca do grupo pesquisado que me apresentou, certa vez, um dos princípios de convivência para obter aceitação no grupo: comer do que comem, não ter luxo, não desfazer da hospitalidade oferecida. O que pudemos perceber é que a vida entre parentes era algo muito importante, sendo parte essencial da vida entre os Xakriabá, como aquilo que era vivido de forma intensa: uma atualização cotidiana de vínculos, marcados pela produção e troca de alimentos, pela circulação das pessoas pelas casas, pelas rodas de conversa, pelo trabalho na roça, pelos apadrinhamentos, pelas festividades, tudo isso (é) feito por um grupo muito além da família nuclear. (p.12)

Lembrando que a comidaria é uma prática comum nas atividades das associações que mobilizam membros distantes dos locais, onde se reúnem para discussões e atividades, pude observar ali a extensão dos laços familiares que compõem as comunidades que trabalham em torno dos projetos desenvolvidos. Nessa relação, a expectativa que se cria é a de que haja uma disseminação das idéias debatidas no coletivo para criar uma unidade com o objetivo de alcançar o bem viver para todos.

Os Xakriabá hoje estão participando de várias atividades, né, na saúde, educação, nos projetos sociais como um todo, né, que pra reunir um grupo maior fica um pouco difícil, mas o importante é que as pessoas que estão aqui, estão hoje aqui representadas, né, ela leva isso em frente. Tudo que a gente pega em algum momento, em alguma reunião, numa participação, a gente, de forma, certa forma é multiplicador daquilo que pega, né, o que a gente aprendeu. O importante é isso, que no momento oportuno qualquer um dos que estão aqui presentes participando desse momento, que chegue em outra aldeia, no momento oportuno e pode falar um pouco do que viu aqui, né, e isso multiplica. O importante é isso, nós somos multiplicadores do que nós aprendemos em qualquer outra área, né, que é importante pro nosso povo. (Intervenção do Hilário na reunião para instalação da Casa da Semente Xakriabá em 23/01/2010, número 10 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A preocupação com os rumos da terra Xakriabá é manifestada, também, quando fazem referência à nova geração; a juventude não é uma categoria na discussão local da forma como é concebida tradicionalmente na sociedade nacional. A “circulação” do grupo indígena composto na maioria por jovens, conforme constatou Silva (2011), ao investigar elementos da infância Xakriabá, através ou junto com a “circulação dos meninos”, são sempre referência quando se trata, nos projetos sociais, de criar alternativas ou favorecer o aumento da produção local. A migração para o corte de cana nas regiões de grandes usinas e outros afastamentos são práticas comuns e temidas, tanto em relação à proteção do indivíduo que enfrenta “trabalho judiado”, como na desagregação das famílias, como nos bens e costumes que

trazem para dentro da terra indígena que, na visão local, comprometem o trabalho de valorização da cultura que está sendo “*levantada*”⁷³.

Em relação à geração, há também especificidades: percebi que os sujeitos considerados mais velhos, sábios e merecedores de respeito e deferência não tinham uma conexão linear com a idade cronológica. A sabedoria parecia se referir a determinado tipo de acúmulo de conhecimento considerado importante para o Povo Xakriabá; parecia que todos os Xakriabá possuidores de sabedoria eram considerados “*lideranças mais velhas*”. Da mesma forma, os mais jovens são assim considerados, a partir do seu processo de formação, embora nem todos os que desempenham alguma tarefa de responsabilidade não sejam considerados jovens. Já tive oportunidade de, em conversa com o Hilário, escutá-lo falar dos mais velhos e, nas conversas com outros indígenas, escutar referências ao Hilário como *liderança mais velha*, a quem todos devem respeito.

No projeto da piscicultura do Grupo de Roça do Itapecuru, com a proposta de ampliação feita envolvendo a aldeia Barreiro Preto, a discussão do jovem como principal alvo é esclarecedora, em especial com a intervenção de Hilário:

Como o Dejinha falou da questão do jovem na migração e aqui é um problema muito sério. Como a gente tá aí na questão do resgate, de preservar o que ainda temos, uma dificuldade muito grande quando se trata da migração de jovens que vai e volta, né? E é um dos impactos negativo que a gente tem. E outro lado também desses projetos aqui eu costumo falar que é um dos projetos mais inteligente no sentido de que... ambientalmente, a gente também tá trabalhando muito essa questão... essas água aqui [da barragem] tá vindo de uma região que...no período no tempo da chuva ela vem de várias regiões, vem de várias aldeias, nascentes que nos temos, mas quando é agora só tem uma que tá abastecendo né a daqui tá localizado lá na Aldeia Barreiro Preto. A gente já tem um trabalho não só nessa nascente, mas em várias outras nascentes em recuperação e preservação e com cercamento, reflorestamento em área degradada... São várias questões e isso, se a gente investe nesse próprio recurso que ainda resta aqui, né, na nossa área, você tá evitando também um grande avanço na questão do desmatamento né? (...)Então a gente... por isso a gente tá apostando muito na juventude em primeiro lugar, né, estando participando de toda as ações, a gente vê aí possibilidade não só de está reunindo, discutindo a questão do ambiente de hoje, mas também dando alternativa já pra que aquelas pessoas invistam mais. (...) (Reunião em 22/04/2009, número 02 do Quadro 1. Relatório de Campo)

⁷³ Baseado em Roy Wagner, Santos (2010) afirma que “Os Xakriabá têm elaborado o conceito de cultura na medida em que realizam seu levantamento” (p.103) e que este “está profundamente implicado numa relação entre os índios do tempo d’agora e os índios do tempo dos antigos” (p.105)

Na discussão sobre as gerações, os elementos colocados pelo Hilário dão conta de uma visão peculiar da juventude: há o estabelecimento da relação entre a nova geração e o projeto de futuro do povo Xakriabá, sob a perspectiva de garantir a lógica de desenvolvimento pretendida pela geração atual. A migração do jovem é um problema enfrentado pelo povo Xakriabá; as lideranças manifestam preocupação em relação às dificuldades que podem representar para o trabalho de valorização cultural, mas outras questões são tratadas dentro da temática da juventude. No trecho anterior, Hilário explica que a recuperação da degradação ambiental, em que a ação principal é o projeto das nascentes, depende da atuação das próximas gerações, por meio da formação de novos hábitos e com a diminuição da criação de animais de grande porte. Em se tratando do investimento na piscicultura envolvendo a juventude, essas duas questões estariam inter-relacionadas, ou seja, o consumo do peixe pode contribuir para diminuir a criação de gado de corte. Enfim, o jovem é tratado como um elemento ativo na dinâmica interna da vida Xakriabá.

A discussão sobre a proposta de ampliação da piscicultura foi realizada com o financiador potencial – a CODEVASF – que, nessa mesma ocasião, apresentou como possibilidade um programa do órgão intitulado “Projeto Amanhã” e houve uma divergência em relação à percepção do jovem entre as duas partes. CODEVASF e indígenas falavam de conceitos diferentes de juventude. Os Xakriabá falavam de jovens, seus filhos, em quem confiam o projeto de futuro para a terra indígena e a CODEVASF, sem pedir informação sobre os jovens Xakriabá expressou a sua proposta para um jovem nos moldes da premissa do capitalismo da sociedade nacional. O jovem da CODEVASF é o consumidor que deve conquistar bens às suas próprias custas.

Os jovens participantes do projeto, por tal proposta, deveriam ser bons empreendedores para se iniciarem no mundo produtivo, a fim satisfazer o consumismo, sem depender dos pais. Por sua vez, para os Xakriabá, os jovens que formariam os novos grupos são os filhos e irmãos mais novos dos membros do grupo; considerando que os filhos participam das atividades dos pais e que os irmãos mais novos acompanham os mais velhos, os Xakriabá naquele contexto, não tinham em mente um jovem genérico que precisa ser integrado ao mundo produtivo, pois, *eles já fazem parte da dinâmica interna das aldeias.*

Outro ponto a ser destacado na discussão de “participação” dos sujeitos refere-se às relações internas nas quais se destaca a busca pelo consenso; ela aponta para uma reflexão sobre uma outra possibilidade de se considerar uma democracia diferente da vivenciada pela

sociedade nacional. Aquilo a que denomino consenso, com base na busca pela união a que se referem os sujeitos, é o processo de acomodação do movimento interno das aldeias, a partir do reconhecimento da pluralidade de opiniões, na qual um extenso e paciente processo de negociação consegue resolver situações problemáticas.

Não há submissão da minoria pela maioria numa disputa que se resolve através do voto em situações conflitantes. O insatisfeito que tem de acompanhar a maioria, não o faz com atitude oposicionista, aguardando o momento de “virar o jogo a seu favor”. Entre os Xakriabá, as divergências internas existem, mas não são tratadas ostensivamente; todos falam e agem como se houvesse consenso, ou essa forma de agir é uma das estratégias de se tentar avançar, sempre, na direção do consenso. Somente o envolvimento com as questões locais torna possível perceber conflitos e as tentativas para solucioná-los. Quando o conflito é motivado por falta de informação, existe um trabalho cuidadoso de sanar as dúvidas, sendo muito comum que exista, em situações de reunião, uma “*palestra*” sobre algum assunto que tenha provocado alguma reação.

Em relação ao conflito com a criação de gado, durante o período em que estive em campo, nunca presenciei nenhum tipo de campanha de conscientização, ou coisa do gênero. O que pude constatar, através das conversas sobre o assunto, foi a respeito dos contatos estabelecidos, que informam quão tensas foram as negociações nos projetos das nascentes. Acompanhando os presidentes das associações da Rancharia e do Barreiro Preto, percebi que o cercamento da Lagoa da Rancharia impediu o acesso dos animais e os criadores próximos à nascente de Olho d’água dos Pimenta tiveram de se adaptar ao uso de um tanque, impedidos que estavam de se aproximarem da nascente com os animais, ou seja, as conversas tensas ou não, e as ações do projeto promoveram a acomodação parcial da situação.

Uma reflexão a respeito do possível aumento da produção agrícola pretendida por alguns, com o intuito de participarem da alimentação dos filhos, ao venderem seus produtos para a merenda escolar, mas causando uma presumida depredação ambiental denunciada por um professor em reunião na aldeia Sumaré. A discussão não foi proposta pelas lideranças das aldeias; a minha reação naquele momento foi de perplexidade, afinal, estaria o professor fazendo advertência a respeito do meio ambiente a lideranças tradicionais, como Hilário, Nicolau, Sr. Alípio que sempre manifestaram preocupação ambiental em seus discursos? A preocupação do professor Adimar tinha como fundamento: a luta pelo território, o aumento da população Xakriabá, a contenção do desmatamento. Fiquei aguardando como a questão seria tratada naquele cenário, o que veio com a intervenção do Hilário, ao fazer referência ao real

problema ambiental da terra indígena com a criação de gado. Hilário, sentindo-se muito à vontade pelo fato do assunto polêmico ter sido explicitado por outra pessoa, fez um discurso sobre a questão ambiental no qual apregoava que a utilização do solo para a agricultura familiar poderia servir de alternativa à criação de gado, atividade que causa uma devastação maior, mas muito utilizada na Terra Indígena.

Parabenizo ele porque... até... (risos) eu falo assim: -oh, nós não vamos seguir essa fala de gestão, de planejamento, de questão ambiental... só em uma, duas pessoas só... (...) Muitos num tem coragem de colocar, mas eu tenho... se comparar hoje a agricultura simplesmente pra produzir alimento e o quanto que nós temos pra criação do gado... a agricultura vai abaixo da criação de gado, né... Por que? Porque nem que você planta hoje numa área por um ou dois anos, essa questão do gado ainda é a número um de renda do povo... eles acha ainda que tem que trabalhar pouco tempo, porque o capim é mais importante, né isso? (Hilário, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Houve uma reação dos outros membros da *reunião* contra o tom de voz usado, as palavras usadas, a altura da voz, protesto que formou um burburinho de aprovação à intervenção do Hilário. No entanto, uma questão continuava a me intrigar: o discurso sobre o meio ambiente, que envolve os projetos apontados como alternativas para a criação de gado, seria dirigido a quem? Os criadores, pequenos ou não, não se manifestam publicamente nas ações envolvendo os projetos. Parece que, independente da presença ou existência deles, a intenção é criar o sentimento comum de vontade de romper com a quantidade de gado existente dentro da T.I.Xakriabá e esperar que isso contamine os criadores pequenos e os presumidamente grandes. Foi o que aconteceu, mais de um ano depois desta *reunião*: Hilário, numa reunião com lideranças na aldeia Caatinginha, num outro discurso, mas do mesmo tipo, desafia:

A gente tem falado no planejamento da comunidade Xakriabá, ta chegando o momento... o momento oportuno é esse, ne, do cacique e das lideranças retomar, pegar isso como base, esses projetos bons que ta acontecendo na comunidade e que prevaleça isso como alternativa. Há uns tempos atrás aí como a gente discutiu a questão de planejamento que se cria aqui, o que é bom pra gente pra ver a questão do gado, né,(...) Muita gente falava assim: -então mostra outra alternativa! Ficava cobrando: Mostra outra alternativa! E aí hoje não precisa mais mostrar... tantos projetos que estão acontecendo, né, as associações tá abrindo isso, o governo também abriu as portas pra que pudesse buscar as alternativas junto com os projetos; ver os projetos mas ao mesmo tempo a trabalhar a questão ambiental. Então, tai... alternativas pra num achar que já a fonte de renda boa é só o gado, né, mas tem outras alternativas. Pensar que se eu crio 30 quem sabe eu num posso tentar, em vez de criar 30 criar 10 e ter outros investimentos, né? Com o engenho fazer rapadura ou criar peixe? Ou criar abelha? E outras e outras... fazer farinha, né, e retomar aquilo que vinha dos nossos

antepassados que trabalhou, trabalhou e desenvolveu. (Hilário – Reunião de Prestação de contas na aldeia Caatinguinha em 01/10/2011, número 19 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Os conflitos latentes, conforme abordei anteriormente, parecem passar por um processo de acomodação sem que para isso tenham necessariamente de ser explicitados, principalmente em público. Somente em poucas ocasiões presenciei embates; uma foi na primeira *reunião* a que assisti sobre a proposta de ampliação da piscicultura já analisado anteriormente. Usando a expressão “*tem muita cabeça e nunca que bate certo uma com a outra*”, João de Nana fez uma inconfidência, já que as disputas não costumam ser explicitadas daquela maneira. Ciente de que havia alterado a pauta proposta para a *reunião*, quando quis saber detalhes da proposta, tendo em vista uma possível concorrência nos moldes capitalistas entre os grupos, favoreceu um rico diálogo, conforme analisado no capítulo 2.

Membro e um dos fundadores dos grupos de roça, João de Nana e outros poucos Xakriabá fazem questão de manifestar eventuais desagradados nas *reuniões*; nestes momentos o assunto polemizado pode instigar alguma liderança ou outro membro, que passa a fazer uma espécie de palestra bem consistente com justificativas que, na maioria das vezes, silenciam a quem levantou a polêmica. Quando o assunto polêmico afeta somente a alguns sujeitos ou a interesses particulares, observa-se algum burburinho, mas que não interfere no andamento da reunião. Não sendo considerada relevante, a intervenção, no contexto da discussão, obtém como reação somente um silêncio de respeito à sua posição contrária.

Presenciei outra ocasião de confronto, na *reunião* para a reorganização da associação da aldeia Barra do Sumaré; a atitude do então representante Ermelino foi a de convocar a comunidade para resolver pendências deixadas pelo presidente anterior. A associação havia sido criada sem a participação das lideranças das outras associações, por iniciativa de um Xakriabá que viveu muitos anos em São Paulo e retornou no embalo da movimentação política que levou os Xakriabá à prefeitura. Após insucessos em outras intervenções, o chegante conseguiu “fundar” a associação na Barra do Sumaré onde praticou atos em desacordo com as lideranças.

Fazer uma crítica e tomar posição pública em relação às atitudes consideradas inadequadas do Xakriabá que fundou a associação parecia uma atitude extrema e inusitada. Explicitamente, a história apareceu na fala de intervenção de uma mulher da aldeia, já que não havia sido claramente colocada de início pelo Ermelindo. A acusação desse que foi presidente anterior da associação foi somente dos desmandos que fez à frente da associação, não

havendo uma caça ao culpado pelos problemas locais em que a associação mergulhara por não estar desenvolvendo projetos. A intervenção do vereador João de Jovina, uma das lideranças presentes, foi a única contundente sobre o “*caso de Hélio*”: levantou dúvidas a respeito da identidade indígena e afirmou que ele *tapeou* o povo e *enganou Ermelindo*. João de Jovina evidenciou como positivo o fato de Ermelino não ter encoberto os desmandos do Hélio; Ermelino havia manifestado publicamente que “*caiu na conversa do Hélio*” e seus interesses.

Um assunto que pode ser interpretado como contradição nas aldeias é a referência que ouvi diversas vezes ao trabalho voluntário. A longa história de contato com a sociedade nacional tornou comum a participação de alguns Xakriabá na busca por recurso financeiro, por meio de atividades remuneradas, em locais próximos ou distantes da terra indígena, promovendo inclusive a preocupação pela saída para o corte de cana.

O trabalho para os Xakriabá tem sido alvo de algumas contradições com a chegada dos servidores públicos indígenas remunerados, principalmente, os da educação, saúde e saneamento. Nestes cargos, as pessoas são indicadas pelas lideranças a quem “*prestam satisfação*”, sendo comum esperar-se dele que desempenhe mais que as atividades da sua obrigação, inclusive em áreas que não a sua de ofício, atividade que tem recebido a denominação trabalho voluntário. Entretanto, a lógica interna do trabalho é outra. Sair para trabalhar fora é *sair em busca do recurso* e trabalho é o que se faz na roça, na oficina de farinha, nas atividades da associação e que se faz através do engajamento colocado por eles como participação, união, adjutório.

As associações trabalham, realizando mobilizações que visam a recrutar meios para a contrapartida prevista nos projetos e isso se faz em algumas atividades em mutirão, como a limpeza nos locais e outros serviços na construção, mas há remuneração para algumas atividades mais especializadas, como a do exemplo da figura do pedreiro, representativa de uma atividade remunerada em ascensão nas associações. A participação como engajamento é compreendida e assumida pelas aldeias, mas há também a expectativa a respeito de alguma atividade remunerada na comunidade com o recurso do projeto.

Neste capítulo, analisei a participação dos Xakriabá entendida como categoria local e teórica. Os projetos sociais autogeridos pelas comunidades e suas associações têm apresentado situações desafiantes para as relações internas de poder nas quais se define a

própria participação. Existem sutilezas no que se refere à hierarquia local; entre as atitudes mais conservadoras e as situações novas trazidas pela prática da associação e seus projetos existe um caráter dinâmico que provoca modificações, ao mesmo tempo em que reforça algumas características que marcam a organização social tradicional. A *reunião* pode ser considerada como um ponto alto no movimento interno das aldeias, na qual a participação nos projetos sociais se define numa interação muito própria dos Xakriabá. A coesão do grupo, vista como imprescindível na organização social, se constrói no consenso estabelecido e na acomodação de conflitos.

No próximo capítulo, tratarei da participação mediada pelos elementos da oralidade e da escrita com o objetivo de refinar a compreensão acerca da elaboração, gestão e implantação dos projetos sociais.

CAPÍTULO 4

A escrita e a participação dos sujeitos

Com o objetivo de apontar o espaço que a escrita ocupa nos projetos sociais, neste capítulo, serão analisadas as situações de participação dos sujeitos, a partir da experiência local com a cultura escrita. Ele está dividido em quatro partes: inicialmente, busco dar uma visão geral sobre a presença da escrita na T.I. Xakriabá; em seguida, analiso a presença da escrita especificamente nas situações relacionadas aos projetos sociais e faço uma descrição analítica dos usos que os sujeitos fazem da escrita, quando lhe são atribuídas diferentes funções. Finalmente, descrevo duas situações em que ficam mais evidentes os usos e as funções do escrito nos processos de participação dos indígenas em projetos sociais.

Meu interesse pelos projetos sociais como prática social mostrou-me a necessidade de estudar a cultura escrita e a oralidade nos contextos de uso.

Conforme já explorado no capítulo anterior, segundo Duranti (2000), a linguagem está imersa na atividade humana e é, ao mesmo tempo, instrumento dela. Pode-se afirmar que o momento histórico dos xakriabá, caracterizado pela presença das associações e dos projetos sociais, implicava uma interação entre oralidade e cultura escrita e promovia uma intensificação no uso desta última que já se fazia presente nas aldeias anteriormente. Na relação com a sociedade nacional, em especial com os financiadores que fazem parte das “sociedades burocráticas modernas” que têm no sistema de escrita a pedra fundamental da sua formação, observa-se a preponderância do documento escrito e de quase nenhum mecanismo que possa captar e valorizar o processo vivido de sua produção, que ultrapassa os limites da cultura escrita.

A escrita tem um papel central nos projetos, não somente pelo que representa na burocracia da sociedade nacional da qual os financiadores procedem. Os usos que conferem essa importância à escrita não são os associados somente à decodificação e a interpretação do código linguístico/alfabético, mas também aqueles, altamente influentes e marcantes, relacionados à interação local entre os sujeitos. Os Xakriabá se viram na situação de interagir com a modalidade da escrita nos moldes das características que lhe são atribuídas na sociedade nacional, mas eles o fazem, atribuindo usos e funções de acordo com os costumes e

tradições locais. Ao longo deste capítulo, analisarei situações que me permitam confirmar essa assertiva.

Um episódio ocorrido na primeira turma do PROEJA Indígena no IFNMG – campus Januária contribuiu para confirmar a relevância da relação que os Xacriabá estabelecem com a cultura escrita: para justificar que os alunos do PROEJA Xacriabá deveriam permanecer todos juntos na mesma sala, independentemente do seu nível de leitura, um aluno se manifestou: *“a diferença entre eu que posso escrever e meu colega que ainda não sabe é que, o que eu sei eu posso marcar aqui (apontando a folha de papel) e o que ele sabe, ele marca aqui” (apontando para a cabeça)*; então, para o aluno-observador todos os colegas detinham o saber que ele considerava relevante para acompanhar o conteúdo do curso; em outras palavras, deter conhecimento é uma coisa, saber ler e escrever era outra.

Os dados apontaram para as diferentes formas de participação dos sujeitos envolvidos nos projetos sociais que se pautam pela oralidade e escrita, em ocasiões durante as quais se observa a presença de escolarizados em diferentes níveis, e de não escolarizados, num contexto em que a oralidade é fundamental na negociação entre os diversos sujeitos e a escrita é necessária, principalmente, nas mediações externas, porém, sem desprezar os usos internos em progressiva expansão. Sem que haja uma dicotomização entre essas duas dimensões da linguagem, a oralidade manifestou-se como uma marca forte nas relações internas por ela se destacar em diferentes momentos coletivos relacionados aos projetos sociais e a escrita revelou-se necessária para a formalização de eventos em função dos contatos externos.

Uma importante referência teórica considerada na análise dos dados é Street (1984, 2010) para quem, sob uma perspectiva etnográfica, a compreensão do letramento⁷⁴ se faz colocando duas possibilidades: o “modelo autônomo” e o “modelo ideológico”. O primeiro toma a escrita como um produto completo em si mesmo e que tem regido a lógica hegemônica das políticas internacionais, as quais consideram a aquisição da leitura e escrita como um bem universal capaz de conferir poderes a povos e a sujeitos e nações que dela se apoderem. Com seu modelo ideológico, Street possibilita a compreensão do fenômeno no contexto social no qual o sujeito está inserido. Cito, a seguir, algumas das características apontadas por esse autor em sua obra, que servem para mostrar que se podem tomar as

⁷⁴ Trata-se de um dos pioneiros numa corrente no estudo de letramento na Inglaterra que se interessa pelas “práticas locais ou situadas” de letramento, que se autodenomina “Novos Estudos sobre Letramento” - New Literacy Studies (NLS). Tal abordagem vem sendo utilizada em diversos estudos no Brasil: Soares (2000, 2003, 2010), Kleiman (1995), Marinho (2008).

experiências dos Xakriabá como foro da cultura escrita que possibilita a compreensão da participação dos sujeitos:

It assumes that the meaning of literacy depends upon the social institutions in which it is embedded;

Literacy can only be known to us forms which already have political and ideological significance and it cannot, therefore, be helpfully separated from that significance and treated as though it were an ‘autonomous’ thing. (STREET, 1984, p. 08)⁷⁵.

Nas associações nas quais a participação dos sujeitos está de alguma forma e necessariamente associada à escrita ocorre uma “apropriação Xakriabá”, como poderá ser observado, neste capítulo, quando apontarmos os usos que os Xakriabá fazem da escrita e as funções que a ela atribuem. Cabe aqui também citar, sob essa mesma concepção sobre letramento, uma das proposições de Barthon e Hamilton (2000): “O letramento é historicamente situado”.

As experiências com projetos sociais têm sido momentos especiais na vida dos Xakriabá, durante os quais se podem observar as práticas da cultura escrita, ou do letramento, com as características aqui apresentadas.

Brandt e Clinton (2002), no entanto, criticam os Novos Estudos do Letramento (NLS), nome com o qual ficaram conhecidos os estudos baseados nas proposições das pesquisas relacionadas ao trabalho de Street, sob o argumento de que, para se contrapor ao modelo autônomo, cometeram-se exageros na abordagem do caráter local das práticas de letramento.

As indispensable as the social-practice perspective has been to our own research and teaching, however, we wonder if the new paradigm sometimes veers too far in a reactive direction, exaggerating the power of local contexts to set or reveal the forms and meanings that literacy takes. Literate practices are not typically invented by their practitioners⁷⁶. (BRANDT e CLINTON, 2002, p. 338)

A compreensão da situação vivida pelos Xakriabá, partindo de tal discussão, partirá da relação que estabelecem interna e externamente. Os usos locais da escrita e a influência do

⁷⁵ Presume-se que o significado do termo letramento dependa das instituições nas quais está inserido;

Só podemos conhecer o letramento que já tenha significado político e ideológico e ele, portanto, não pode ser separado daquela significância e tratado como tal, como se fosse uma coisa autônoma. (Tradução nossa)

⁷⁶ Por mais indispensável que seja a perspectiva da prática social para nossa pesquisa e nosso ensino, nos questionamos se o novo paradigma não vai, algumas vezes, longe demais, em uma direção reativa, exagerando o poder dos contextos locais para estabelecer ou revelar as formas e significados que o letramento assume. As práticas de letramento não são tipicamente inventadas por seus praticantes (Tradução nossa)

contato estabelecido com órgãos externos (os próprios financiadores, agências bancárias e o cartório), de alguma forma relacionados aos projetos desenvolvidos, serão analisados a seguir.

O debate teórico travado entre o local e o global, universalista e particularista nas pesquisas sobre o letramento evidenciam a complexidade do tema, mas a situação dos Xakriabá a partir da análise dos dados será considerada na perspectiva que tomam os próprios sujeitos: uma mistura entre o que é de dentro e o que é considerado de fora da T.I. Xakriabá, num movimento dialético que sugere olhares de superação do embate, ou seja, de que o local e o global, o particular e o universal ou o modelo autônomo e o ideológico sejam excludentes ou opostos

Que tipo de escrita circula nas aldeias? Como é a presença da escrita nos projetos sociais e que consequências trouxe para os sujeitos e para as associações? Como os sujeitos dimensionaram e se apropriaram da escrita associada aos projetos e a transferiram para outros espaços sociais? Estas são questões a serem respondidas neste capítulo, para se compreender a presença da escrita na participação dos sujeitos nas situações relacionadas aos projetos. Tomo como referência estudos realizados na T.I. Xakriabá, envolvendo direta ou indiretamente a temática: Oliveira, 2011; Gerken e Teixeira, 2005; Gomes et al, 2004; Monte-Mór e Gomes, 2005 e Teixeira, 2008.

4.1 Panorama geral sobre a escrita na Terra Indígena Xakriabá

O processo de apropriação e o uso da escrita, enquanto ferramenta tecnológica, foi diferente entre as aldeias. Neste capítulo, apresento a experiência de três aldeias, Itapecuru, Caatinginha e Barreiro Preto que, além de representarem bem tal diversidade de experiências em relação à presença da escrita, também foram *locus* privilegiado para o desenvolvimento dos projetos sociais investigados.

A idéia geral é que a escrita alfabética está disseminada nas aldeias, embora de maneira diversificada: existe um visível distanciamento, em relação à presença da escrita, entre a aldeia Barreiro Preto e a aldeia da Caatinginha. A primeira conta com elementos mais variados no desenvolvimento local – processo de escolarização mais adiantado, número maior

de professores com formação universitária, presença de comércio, telefonia pública, casas de alvenaria bem estruturadas, aparelhos de televisão e um maior número de projetos desenvolvidos. Na Caatinginha, foi constatado em várias pesquisas que se trata de uma das aldeias com maior carência material - falta de moradia, precariedade nas atividades de subsistência, entre outras. Apesar dessas diferenças, alguns pontos são comuns, quando as análises trazem elementos associados à tradição. A experiência da aldeia Itapecuru traz outras marcas relacionadas à presença da escrita, conforme será abordado nesta subseção.

As pesquisas realizadas na T.I.Xakriabá fazem referência à presença crescente da escrita no cotidiano das aldeias e, juntamente com outros fatores políticos, sociais, econômicos proporcionam o quadro de mudanças internas pelas quais estão passando. A experiência etnográfica mostra que uma visão panorâmica a respeito da escrita, necessária às discussões propostas neste capítulo, pode ser feita a partir da análise do movimento das próprias associações, dos elementos de escrita visíveis nos espaços públicos e privados e das experiências da escolarização nas aldeias, em relação às práticas associadas à religião.

De maneira geral, as casas das pessoas que têm cargos públicos, em especial os diretores de escolas, os funcionários da prefeitura, vereadores e outras lideranças, que têm contato externo e interno bastante intenso, são referências de comunicação que envolve a produção e o uso escrita: recebem e distribuem correspondências, avisos, convocações. Oliveira (2011) fez um estudo sobre os usos da linguagem escrita na aldeia Itapecuru e constatou a casa do vereador como uma “espécie de posto dos correios local” (p.65). As casas dessas pessoas são locais de escrita nas aldeias.

Em visita à casa do Cacique Geral, constatei que ele desempenha um papel burocrático, que assume interna e externamente; presenciei pessoas que o procuravam para que ele assinasse documentos variados. Questionei-o sobre a ocorrência e ele explicou-me que algumas chegam com documentos já elaborados como cartas, atestados, encaminhamentos aos quais ele assina, após uma leitura atenta; outros fazem pedidos de documentos para os quais ele possui modelos ou formulários e outros aos quais ele apresenta o documento por ele elaborado e assinado. Devo destacar que o Cacique foi aluno do PROEJA Indígena no IFNMG Campus Januária onde adquiriu a escolarização de nível fundamental, mas já apresentava grande habilidade na escrita como autor de vários poemas, já tendo inclusive publicado algum material.

Outra prática local da escrita que observei junto aos xakriabá foi o uso da poesia; as produções que fazem em variadas oportunidades contam com a utilização de escritos

poéticos: nos livros da educação escolar indígena, na cartilha elaborada juntamente com os Kaxixó e Pataxó, no curso de formação dos professores indígenas na FAE/UFMG (NOGUEIRA, 2010). Para lidar com os projetos sociais os xakriabá usam muito a poesia. “[...] Os gêneros artísticos constituem uma forma de vida privilegiada e valorizada, proporcionando ocasião para a reflexão, elegância e beleza, que vão além da necessidade de adaptação” (FELDMAN, 1995, p.72). Trata-se de um uso estético para estabelecer uma relação de circulação de informação, de sensibilização que se firma como memória: uma vez feita sua composição, ela passa a contar um fato, uma história de maneira mais próxima da oralidade, como marca da tradição na transmissão dos valores.

Domingos Cacique escreveu um poema para avaliar a importância de se considerar a segurança alimentar e nutricional na definição dos projetos:

*Ninguém nunca sabe tudo
Temos muito a aprender
Na área nutricional
Eu só sei comer e beber
Mas não me sinto seguro
Quando penso no futuro
Dos filhos que vão nascer.
(Em 17/10/09)*

Outra poesia foi lida na reunião da prestação de contas do projeto da casa de farinha da Aldeia Custódio:

*Na Aldeia Catinguinha teve uma reunião
Onde foram discutidos fontes de renda e alimentação
Foi um encontro produtivo e com muita orientação
Lideranças e a comunidade e o presidente da associação
Professores e alunos também estavam presentes
Buscando melhoria pro nosso meio ambiente.
A Carteira e a FUNASA vieram pra explicar
Sobre alguns reajustes pro projeto melhorar
O engenho e a comunidade vieram pra ajudar
Pois todos plantam cana pra poder alimentar
Junto com esse projeto todos querem preservar
O meio ambiente do povo Xakriabá.
(Poesia de Quitéria Ednela Faria Mota, lida em reunião dia 05/02/11,
número 16 do Quadro 1)*

Na reunião de prestação de contas do projeto do engenho da Caatinguinha, que motivou o poema da Profa. Quitéria, Sandra, filha do Hilário e membro atuante na escola em que trabalha e na comunidade fez outro, contando a história dos projetos da associação da aldeia Barreiro Preto. Em todas as ocasiões às quais presenciei, as poesias foram escritas

tendo como referência o assunto tratado nas reuniões e foram ouvidas com muita satisfação. São elaboradas com temas da experiência local e constituídas com recursos da fala cotidiana na qual se utilizam ritmo e rima.

Outra instância de circulação do escrito são as casas onde existem antenas para captar sinal do celular; os moradores também divulgam informações externas, às vezes, sob forma de recados escritos. Em geral, as casas possuem um apelo visual já que decoradas com materiais escritos; sobre isso, assim se manifestou Oliveira (2011):

As casas da aldeia [Itapecuru] têm paredes de adobe ou de alvenaria que se apresentam em muitos dos casos examinados, “um grande mural”, em que se podem notar calendários, do ano atual, como de anos anteriores a enfeitar as paredes da residência, as fotos dos artistas de TV e cantores prediletos, retiradas de revistas de circulação nacional e afixadas naquela importante parte da construção, os números de telefones (em sua maioria de celular) e os nomes dos seus donos escritos a lápis, construindo assim uma agenda simples e direta, não necessitando de que folhas fossem passadas, e nem que cadernos ou agendas fossem utilizados. Os pedidos de exames e as receitas médicas, ao alcance dos olhos para que as datas de realização e horários de uso não fossem esquecidas. (p.68)

Observei esse mesmo mural na casa da família que me hospedou por diversas vezes na aldeia Barreiro Preto; em cima de uma mesa grande instalada na cozinha onde a família faz a refeição, entre uma vistosa toalha de tecido e um forro de plástico transparente que a protege, havia uma grande quantidade de materiais escritos, da mesma natureza dos mencionados na observação de Oliveira (2011).

Ainda fazendo descrição sobre a circulação do escrito na T.I.Xakriabá, passo agora a fazer algumas referências em relação à escola, tomando-a não como espaço exclusivo do escrito, mas como uma das principais instâncias em que ele circula. Além disso, a percepção de que há uma relação estreita entre escrita e escolarização é observável em depoimentos de vários sujeitos; naquela comunidade a escola traz uma determinada concepção de escrita.

Nas conversas sobre a preparação de futuras lideranças e sobre a atuação das novas gerações, percebi certa inquietação dos mais velhos com a mudança que a escolarização tem provocado na configuração do sujeito Xakriabá. Por ocasião do mestrado (ESCOBAR, 2004), registrei a visão dos sujeitos privilegiados em relação à ambiguidade da escolarização. Assim como hoje, naquela época eu percebia que na educação que a família proporciona aos filhos existia a preocupação em desenvolver as atitudes necessárias para que adquirissem a habilidade de sobreviver dentro do território como um Xakriabá, mas que havia já alguns questionamentos em relação à presença da educação escolar. D. Ercina, manifestando empatia

com o tipo de vida dos "passarim", cuida daqueles que visitam sua casa, e as suas palavras a esse respeito são: *"eu só tenho a leitura dos passarim (...) O que os passarim sabe eu também sei"*. Tal metáfora nos leva ao seguinte questionamento: o que exatamente sabem os "passarim"? Certamente é um conhecimento muito diferente do daquele adquirido na escola por seus netos, aos quais adverte:

"diz que ocês tá riscano papel... Mas, eu quero que ocês risca seus papel, mas compreenda tudo na vida... que for possível de bem... não de male... (...) Se for pra aprender, bom... pra conseguir bem viver, pra todo mundo ser estimado, pra mim era prazer... Mas hoje? O que eu tô vendo? Hum, hum..." (ESCOBAR, 2004, p.78)

D. Ercina estabelece a relação entre leitura, escrita e escola, mas ela levanta suspeitas a respeito da função que exercem no processo de configuração do sujeito Xakriabá. A boa formação à qual se refere D.Ercina foi vivenciada por seu filho, também sujeito na minha pesquisa de mestrado: Raimundo Xakriabá. Narrando sobre seu processo de formação, ele esclareceu que o pai lhe ensinou a rezar, respeitar a irmandade e o valor da amizade e dos trabalhos internos das devoções. Em suas palavras, é flagrante a ausência da escola e da relação com a leitura e escrita: *"Eles [os pais] informava muitas coisa... mas coisa daqui mesmo da natureza (...) A gente foi aprendendo muitas coisa boa conforme o trabalho. O trabalho forma a gente"* (ESCOBAR, 2004, p.84).

O que pude perceber no trabalho de campo desenvolvido durante o doutorado, e acompanhando as aldeias nos projetos sociais, é que existem movimentos no sentido de fazer com que os mais velhos participem da escolarização, seja nas estratégias dos professores de cultura, seja nas relações cotidianas e familiares. Os professores de cultura, de cujo grupo faz parte um grande número de pessoas mais velhas e nem sempre escolarizadas ou envolvidas com atividades de leitura e escrita, foram citados em muitas ocasiões de eventos coletivos, como os responsáveis por promover o encontro de gerações onde os mais velhos vivenciam seus elementos culturais e os repassam aos mais jovens. Eles ainda tentam sensibilizar e envolver os alunos quanto às questões referentes aos projetos, ou seja, o professor de cultura não deve atuar somente na escola.

Sobre a escolarização em si, em relação à taxa de analfabetismo, aspecto relevante na temática desenvolvida neste capítulo, os dados não foram dos mais detalhados. Os dados da pesquisa desenvolvida entre 2004 e 2005 pela UFMG/CEDEPLAR/FAE (MONTE-MÓR; GOMES, 2005) já se mostram defasados, mas serão utilizados, tendo em vista alguma possibilidade de diálogo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (2010).

Na pesquisa de 2004 e 2005, os dados mostravam que grande parte da população Xakriabá (39,78%) nunca havia tido acesso ao ensino fundamental. O documento municipal de 2010, intitulado “Plano Estratégico de Educação de Jovens Adultos – PEEJA”, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de São João das Missões aponta que a taxa de analfabetismo do município de São João das Missões é de 43,82%. O documento municipal declara, ainda, que o atendimento à Educação de Jovens e Adultos na etapa inicial do ensino fundamental representa 36% e está concentrada na T.I.Xakriabá. Considerando que a população xakriabá corresponde a aproximadamente 70% da população do município, pode-se presumir que o povo xakriabá tem uma significativa participação no alto índice de analfabetismo do município e que a oralidade é uma forma corrente e cotidiana de transmissão e circulação de saberes.

Apesar do quadro apontado anteriormente, constatamos que o processo de escolarização, em especial na sua história recente, tem influenciado fortemente o cenário atual na T.I.Xakriabá. O prefeito indígena e vários vereadores indígenas do município de São João das Missões, os professores, secretários, auxiliares de serviços gerais e agentes de saúde passaram, ou estão passando, pelo processo de escolarização. Neste sentido, Gomes (2006) observa que:

Os novos atores sociais, construídos pela mediação da prática escolar e pelo domínio da linguagem escrita, se legitimam intervindo em procedimentos culturais importantes para a vida do grupo, modificando sensivelmente as práticas tradicionais realizadas pelos mais velhos (analfabetos), definindo os contornos do processo de letramento em curso (GOMES, 2006:01).

A criação das escolas estaduais indígenas pelo Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG), implantado no período de 1995 a 1997, foi um fato marcante para todos os povos envolvidos. Tal programa foi fruto de uma parceria dos povos indígenas com a Secretaria de Estado da Educação (SSE/MG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e teve como uma das ações iniciais o desenvolvimento do Curso de Formação de Professores Indígenas, reconhecido pelo CEE/MG. A partir de 1997, as escolas indígenas, antes geridas pelas prefeituras e pela própria FUNAI e muitas das quais, inclusive as que funcionavam na T.I.Xakriabá, contavam com vários professores não-indígenas, foram

estadualizadas passando a contar com professores indígenas, mesmo os que ainda se encontravam em processo de formação, como regentes de classe e gestores das mesmas⁷⁷.

Uma observação importante refere-se à diversidade de situações vividas pelas aldeias neste programa; a aldeia Caatinguinha não contava com experiências de escolarização anteriores ao Programa de Implantação de Escolas Indígenas da SEE de 1995, bem como não havia adultos em condições de participar da ação de formação nas duas primeiras turmas de formação de professores, fato que resultou na escolha de professores de outras aldeias para iniciar o funcionamento da escola.

Por outro lado, a aldeia Barreiro Preto tem um histórico de escolarização anterior à implantação do PIEI e contou com um grande número participantes em todos os processos de formação dos professores. A seguir, represento no gráfico a evolução do atendimento escolar na T.I.Xakriabá:

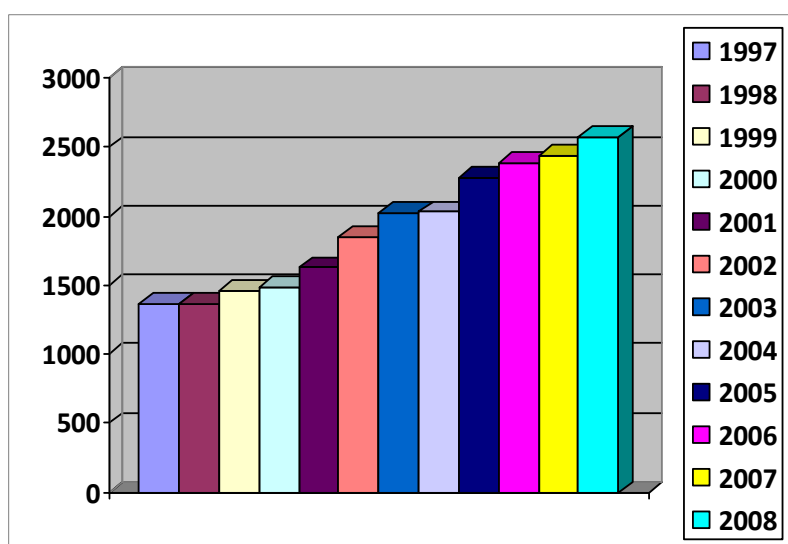


Gráfico 1: Evolução da matrícula escolar na Terra Indígena Xakriabá

Fonte: SEE/MG

O gráfico mostra que, até 1999, as escolas xakriabá atendiam somente até a 4ª série, em 2003 o atendimento chegou até as séries finais do ensino fundamental e em 2008 o número de alunos refere-se a todo o ensino básico, já que, em 2005 iniciou-se o atendimento ao ensino médio. O gráfico mostra ainda que houve um significativo crescimento no nível de escolarização da T.I. Xakriabá, desde 1997. Segundo Gomes, tal situação local “sem dúvida alterou em modo drástico a vida das famílias, reorganizando tempos e atividades, redefinindo

⁷⁷ Após tal processo, algumas pesquisas que envolvem a educação indígena xakriabá podem ser consultadas para melhores informações (Escobar, 2004; Silva, 2010; Pereira, 2003; Mendonça, 2007; Santos, 2006)

as formas tradicionais de convivência e de relação entre as gerações” (2006, p.02). O depoimento do Sr. Valdim ilustra bem a discussão:

[..]Eu acho que o estudo ele é importante porque ele prepara a pessoa. Ele prepara a pessoa pra a oportunidade quando aparece. Então num é pensar que o estudo, você vai ter ele e vai ocupar um lugar que vai deixar de ser o que você é não. Não, o estudo fica dentro de você, mas você é, o que você é. O importante é você aproveitar a hora que aparecer a oportunidade você tá ali preparado, né? E o estudo, a pessoa que estuda, ele... o estudo num é só pra ficar atrás da mesa com uma caneta e um caderno na mão. O estudo significa várias coisas, em tudo, se você souber aproveitar porque às vezes a pessoa pensa que, se ele é estudado, ele num pode ir na roça, ele num pode pegar no cabo de uma enxada, no cabo de uma foice, no cabo de uma enxada pra plantar o milho, o feijão, o arroz, tudo enfim que seja de cereais. (...) Já pensou se ele botar o estudo dele pra saber tudo isso como é gerado, essa alimentação? O bem que ela pode fazer, o mal que ela pode fazer? O quanto pode produzir se tiver mais cuidado? E se num tiver cuidado? O tipo de solo, que aqui a gente fala terra, né? Então, são coisas assim que o estudo é muito importante. Porque, às vezes, nós, por exemplo, nós sabe qual é a terra boa e qual é a terra ruim, mas isso é uma idéia que nós já nascemos assim, mas, na verdade, se nós tivesse o estudo nós ia explorar era melhor. Conhecer mais, né? (Sr. Valdim, entrevista em 06/04/2011. Relatório de Campo)

No depoimento, podemos observar diversos elementos que caracterizam a concepção o Sr. Valdim tem a respeito da escolarização: ela representa uma mudança na atuação do jovem; ela deve fazer sentido para as atividades locais, ou seja, a finalidade deve ser definida, tendo em vista melhorar as condições de vida nas aldeias, mas, acima de tudo, ela não deve comprometer a presença da tradição, na sua configuração de sujeito xakriabá. Um aspecto que o Sr. Valdim levanta e que pode ser mais bem estudado no campo da educação, diz respeito à tensão que se estabelece nas expectativas levantadas pelos jovens com escolarização, ou seja, o que significa estar preparado para quando a oportunidade surgir e a possibilidade de ficar entre duas opções: permanecer atrás de uma mesa com uma caneta na mão ou pegar no cabo da enxada. O discurso evidencia a necessidade da discussão, durante o processo de educação escolar, que esclareça nitidamente sobre o que vem a ser o emprego na área pública e o na produção local.

Muitos dos sujeitos investigados, ligados aos projetos sociais e às associações, são ou foram alunos do PROEJA indígena, projeto iniciado em 2007. Houve uma procura pela escolarização por parte das pessoas que, à época, cumpriam funções de liderança e não tiveram a oportunidade em momento anterior. Sobre tal experiência, apesar da avaliação positiva que fazem a respeito da escolarização integrada à qualificação na área de produção

rural, não se pode estabelecer uma relação linear entre a aprendizagem do processo de escolarização e a participação no que se refere à escrita. A participação destacada desses sujeitos foi resultado de uma articulação proporcionada pelas relações estabelecidas no curso e não propriamente do resultado da aprendizagem adquirida. O curso não ofereceu conteúdos específicos para o trabalho com os projetos, nem com seus formulários e planilhas ou outros elementos matriciais (PROEJA Indígena, 2007). Os dados de campo revelaram que ocorreu uma apropriação da escolarização, de acordo com as necessidades locais e a tradição do trabalho coletivo.

Outra situação de letramento observada nas pesquisas, em especial aquelas cujo tema era a cultura escrita (OLIVEIRA, 2011; GOMES, GERKEN e ÁLVAREZ, 2004), diz respeito à presença da escrita nas práticas de religião⁷⁸. Nas pesquisas desenvolvidas por Gomes, Gerken e Álvarez (2004), Gerken e Teixeira (2005), nas aldeias Caatinguinha e Barreiro Preto o enfoque foram as práticas da igreja católica e contaram com elementos que estariam relacionados ao uso simbólico da cultura escrita; foi observado que o espaço relacionado à religião não era de disseminação e uso dos escritos das rezas, ladainhas e benditos, enquanto notação alfabética. O escrito estava presente, mas não era o que definia o ritual ou o evento realizado.

Na aldeia Itapecuru, pesquisada por Oliveira (2011), a experiência relatada se relaciona às igrejas evangélicas e trazem informações que colocam a bíblia e os hinários como materiais impressos usados para acompanhar os cultos ou realizar reflexões pessoais. Diferentemente da experiência com eventos da igreja católica nas aldeias Barreiro Preto e na Caatinguinha, cuja participação de membros analfabetos ou com leitura precária é comum, na experiência com igrejas evangélicas trazida por Oliveira (2011), a escolarização, a disseminação e o uso da escrita são elementos constitutivos da experiência.

Essa panorâmica sugere que a presença da cultura escrita dentro da T.I.Xakriabá apresenta-se como uma mistura da influência externa combinada com um uso com significações próprias; não se pode afirmar que o letramento dos xakriabá seja exclusivamente local e nem que a interlocução com a sociedade nacional seja predominante entre eles. As proposições que analisam os contextos locais (BARTON; HAMILTON, 2000, 2005; STREET, 2010, 2003, 1984)) contribuíram para “revelar” usos cotidianos que manifestam o contato com o escrito que poderiam ter passado despercebidos.

⁷⁸ O livro organizado por Galvão (2007) apresenta duas situações que mostra as relações entre grupos sociais e sua inserção na cultura escrita envolvendo as religiões.

4.2 A presença da escrita nas situações relacionadas aos projetos sociais

Pelos elementos discutidos nos capítulos anteriores, as experiências do associativismo, além de fazer parte do quadro de alterações locais, influenciam no movimento interno relacionado à cultura escrita, conforme será analisado nesta subseção. Assim como a escola, as associações, necessariamente, funcionam com a presença do escrito; a religião, a família e o comércio, por sua vez, não necessariamente, usam a escrita. As associações são entidades reconhecidas pelo estado nacional e, por isso, sua própria existência já supõe um processo burocrático de escrita formal, como forma de garantir sua legitimidade. Um formato de diretoria ou equivalente, com a participação dos membros, encaminha a elaboração de um estatuto e, de posse de uma ata do processo de criação da entidade, registram a entidade em cartório da cidade vizinha. A existência da associação por si só, neste sentido, impulsiona ou intensifica a cultura escrita naquela comunidade de prática.

De uma forma ou outra o presidente da associação precisa saber ler um pouco ou ter alguém de lado pra ajudar ele; como tem o secretário, alguma coisa assim, né, porque... sem ler nada é difícil pra trabalhar demais. (Sr. Valdim, entrevista em 06/04/2011. Relatório de Campo)

O fragmento acima é do presidente da primeira associação da T.I.Xakriabá conforme analisado no capítulo I, por um grupo de pessoas que tinham pouco acesso à leitura e escrita ou eram mesmo completamente analfabetas; segundo esse mesmo ex-presidente,

[...] se a gente vê o [primeiro] livro de ata... eu acho que pra nós é até ter ele por lembrança, porque a maioria das pessoas teve que colocar o dedo mesmo na tinta e colocar lá na folha pra poder valer por assinatura porque ninguém... a maioria não sabia assinar, né? Eu sabia um pouquinho, né, mas a maioria não sabia. (Sr. Valdim, entrevista em 06/04/2011. Relatório de Campo)

A explicação dada para a decisão por ele considerada corajosa de iniciar um trabalho que envolvia a cultura escrita com uma desenvoltura que eles ainda não tinham foi a seguinte: *a gente ficou pensando assim que não só a leitura resolve, mas também a união, o conhecimento, o costume, a tradição e um respeitando ao outro e todo mundo trabalhando junto num só objetivo. Isso é que é importante.* Os Xakriabá envolvidos no processo de decisão de transformar a tradição local do trabalho coletivo em associativismo reconhecido legalmente pela sociedade nacional, manifestaram a forma como fariam a apropriação da

ferramenta exógena, ou seja, partindo da tradição e se movendo dentro da cultura escrita, partindo da percepção sobre o funcionamento, a qual foram adquirindo no processo, questão que será tratada na próxima subseção.

Hoje pra pessoa trabalhar na associação está muito bom; antigamente nós num sabia o que era uma associação, compadre Hilário aí foi presidente, hein Hilário? A gente encontrou muitos obstáculos antes, a gente nem entendia como funcionava e como era uma associação e hoje já está todo mundo sabendo, o que é a importância de uma associação, né?(João Caetano, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Nas situações relacionadas especificamente aos projetos sociais, encontramos vários tipos de escrita. Passarei, a seguir, a comentar as que têm presença destacada. Uma escrita obrigatória, e a primeira que se apresenta numa associação, até para garantir sua existência, é o livro de ata, também imprescindível nos projetos. Trata-se de uma escrita formal, embora calcada na oralidade. No caso específico da ata, Fraenkel⁷⁹, referindo-se a “corpus, inventários e tipologia dos escritos”, na pesquisa etnográfica com os escritos no trabalho, chama a atenção sobre sua condição de “categoria preestabelecida” (2010, p.165ss). Como documento jurídico destinado às instituições da sociedade nacional para o funcionamento da associação e para acompanhar os projetos sociais, a ata é cuidadosamente tratada. Pude observar que as reuniões entre os membros das aldeias são bem democráticas e os assuntos tratados variados, ou seja, para além do que estiver combinado na pauta, todos se utilizam do espaço coletivo, para fazer as colocações que julgarem necessárias. Explicando sobre a construção da ata, assim se posicionou o Hilário:

Tipo lá na [reunião] da cooperativa no Sumaré, num era pra isso; o pessoal da cooperativa veio pra discutir aquele assunto, sobre a questão dos associado... dos cooperado e tal... e a forma da cooperativa trabalhar... e aí entrou: Luz para Todos, num sei quê... e a ata fica muito complexa... e as vezes, por falta de orientação também, quem tá escrevendo a ata põe tudo, né... E as vezes até que a reunião foi específica pra aquilo, né? E as vezes o projeto, que o pessoal lá pede uma ata com o conteúdo que mais precisa, né? Mais é isso, né? Então... aí a gente tá pensando o seguinte, a gente já começou fazer o seguinte, quando tem essa necessidade, a gente fazer tipo duas atas, né? Uma que coloca tudo e uma coloca... (risos) pra poder a gente... né? Então a gente pega as assinaturas também, né? (Hilário, em 25/01/2010. Relatório de Campo)

⁷⁹ A autora realiza pesquisas sobre cultura escrita nos ambientes de trabalho. Ver em Marinho (2010) proposta metodológica a partir da experiência realizada no cotidiano de um serviço hospitalar.

O fragmento acima traz muitos elementos importantes para a análise; na perspectiva deste sujeito presente em algumas ocasiões relacionadas aos projetos sociais, o discurso do trecho demonstra a presença própria dessa escrita, que vai para além da condição, na sociedade nacional, de “categoria preestabelecida”. No seu depoimento, Hilário aponta a solução: fazer duas atas, não como uma forma de o financiador “burlar” o “preestabelecido”, mas para demonstrar a compreensão de que o financiador, provavelmente, ou não vai se interessar pelos assuntos tratados democraticamente, ou pode mesmo não compreender a dinâmica local que estará, por certo, na ata completa.

“A gente fechou a ata da parte do estatuto, né (...) Agora a gente quer abordar o assunto do Ponto de Cultura”. Com essa afirmativa, o presidente da associação da aldeia Barreiro Preto, em reunião realizada em 29/08/10 (reunião 13 no Quadro 1) para, entre outros assuntos, realizar uma mudança estatutária, demonstra compreensão sobre a função da escrita e como lida com essa questão que vai interferir na burocracia; a dinâmica utilizada na reunião é a da valorização da oralidade que vai se transformar na modalidade escrita necessária para a relação externa. Na mesma dinâmica da reunião há uma clara percepção do momento em que “o escrito assume precedência sobre o oral” (MARINHO, 2010, p.88), demonstrando que eles sabem identificar a modalidade oral que vai ser manifestada na escrita para estar em conformidade com alguma formalidade no contato externo.

Ainda, em relação à ata, pude observar que existe uma distinção. Para além da função jurídica, a associação do Barreiro Preto também atribui à ata o *status* de documento de uso local. O Sr. Valdim, representante da aldeia, para destacar a quantidade de analfabetos que existiam na aldeia no início do trabalho da associação, disse que a ata deveria ser guardada para *“ter por lembrança, porque a maioria das pessoas teve que colocar o dedo mesmo na tinta e colocar lá na folha pra poder valer por assinatura porque ninguém... a maioria não sabia assinar, né?”* Da mesma forma, Nicolau refere-se à ata como forma de contar a história, ou seja, desde a fundação da associação em 1998, quando existiam seis mandatos com a participação de várias pessoas, entre elas, algumas que não participam mais e outras que mudaram a forma de participar. Nicolau cita o seu próprio exemplo: participou das primeiras diretorias, exercendo cargos de menos importância, segundo sua própria avaliação e, hoje, atua como presidente, em um processo de ascensão motivado pela qualidade de sua atuação que estaria registrada nas atas.

Numa das oportunidades em que acompanhei o trabalho do presidente da associação do Barreiro Preto, ele mostrou-me o livro de atas. Contou com orgulho que sempre participou

das reuniões e que “já tem um livro de ata com 200 folhas preenchidas e lá vai um tanto de um outro livro, dessa vez com 100 folhas”. Segundo Nicolau, é difícil lidar com o livro de 200 folhas. Explicou que, pelo livro de ata, pode confirmar ser ele o último membro do conselho (no sentido de menos importante) e que, depois, foi “subindo de grau”. Neste caso a ata foi usada como memória da participação dos sujeitos no processo sócio-histórico da associação.

(...) quando a gente conversa com os professores, eles... eu digo assim... é... saber disso... que às vezes num passa nem a saber, né... Muitas vezes, a informação, a gente tem ata... Por isso é que toda vez que a gente faz reunião a gente põe pra ler aquelas atas mais antigas... que que aconteceu um tempo atrás que eles nem pensava em projeto... Bem que pensava, mas num tinha, né?

Ela [a associação] foi fundada em 98, né... ela registrou em 99; agora em 2010 ela tá completando 12 anos. 12 anos já vai pra seis mandatos. Lê as atas mais antigas pro pessoal saber da história, igual, por exemplo, tem uma reunião antiga que passo... lê ali... que aconteceu na reunião e tudo... as pessoas que chega na reunião ter mais ou menos a noção o que ta acontecendo... senão... Igual quando a associação começou mesmo, a gente lê a ata pra ver enfim, quem é que tava na época, né, que hoje já nem faz parte da associação... talvez conhece a associação como se fosse uma coisa diferente, né... e ele foi quem ajudou criar, né? Por isso que eu falo com as pessoas: -moço, tem hora que a gente tem... aonde a gente passou, a gente tem que olhar pra trás, porque, muitas vezes, a gente ta criticando onde a gente mesmo construiu. (Nicolau, entrevista em 08/06/2010. Relatório de campo)

Outro livro de organização presente nas associações é o que controla o pagamento ou a contribuição mensal dos sócios⁸⁰. Cabem aqui algumas considerações a respeito do “livro novo” da associação da aldeia Barreiro Preto.

Trata-se de um material impresso utilizado pela burocracia das escolas: o livro de Ata de Resultado Final. O setor burocrático da associação usou o mesmo tipo de livro, mas imprimindo-lhe alguns ajustes cabíveis à sua função na associação. Antes desse livro, existia um caderno traçado à mão, onde havia uma lista única e colunas onde eram anotadas as informações referentes aos pagamentos realizados.

O livro burocrático da associação estava muito aseado, bem organizado e escrito com letra muito bonita; no lugar do nome do aluno, foi colocado o nome dos sócios e, nos quadrinhos compostos pelo traçado de colunas e linhas, o local próprio para marcar um X correspondendo ao mês pago. Numa página com 26 colunas, cabem dois anos de dados e cada

⁸⁰ Por ocasião da pesquisa, a contribuição de todas as associações visitadas era de R\$1,00.

coluna corresponde a um mês, deixando-se duas colunas que servem para separar um ano do outro. O presidente explicou, ainda, que a numeração do sócio, por aldeia, é sempre a mesma, para que fique fácil localizá-lo de um período para o outro. Outra organização do livro refere-se às aldeias envolvidas: ele foi dividido pelo número de aldeias que compõem a associação, de modo a ficarem páginas em branco entre as aldeias, com o objetivo de “*caber muitos anos com a mesma organização*”. O livro novo serviu, por ocasião de uma das minhas visitas, para preencher uma convocação nominal para uma assembléia extraordinária, ou seja, além do controle do pagamento, o livro serve como uma espécie de cadastro dos sócios.

Em relação ao livro usado pela associação da aldeia Barreiro Preto, pode-se observar, da mesma forma que no livro-ata, uma apropriação da cultura escrita por via do elemento externo. O formato escolhido pelo presidente seguiu a lógica exigida e que satisfazia às exigências burocráticas da sociedade nacional: o sistema de matriz para preenchimento de quadrinhos, lista numerada com o objetivo de localizar informações, separação do livro em partes de modo a distribuir, equitativamente, as aldeias que compõem a associação.

Sobre o projeto social transformado em documento escrito - considerado como escrita normativa, com um fim em si mesmo -, e aprovado pelo financiador, tem seu valor por registrar o compromisso da chegada do dinheiro. O presidente da associação do Barreiro Preto explica que se trata “*só de uma tinta e um papel*”, e é importante por ser a garantia da vinda do recurso, mas que “*é preciso negociar para enquadrar, pois, o documento por si só não é capaz de virar uma casa*”. Pela expressão grifada, o presidente demonstrou ter analisado e interpretado muito bem a questão: qual a função e o desdobramento daquela escrita (dos projetos) na implantação daquilo que passou e passa pela negociação oral?

Para responder à questão, explicou que o projeto começa dentro da cabeça, numa formatação mental daquilo que é pretendido e que aquilo é conversado (discutido) por todos da comunidade, antes de ser colocado no papel.

Ele [o projeto] é um documento que... a gente tem toda garantia que tem o recurso pra a compra disso e isso, né... Mas só que, se a própria comunidade num executar mesmo, ele num vira um projeto.

Às vezes a gente fala assim: -eu quero uma construção aqui nas Vargens, uma farinheira... às vezes a gente desenha ele na mente, assim, como vai ter aquela coisa, né? Mas, pra conseguir a gente tem que ir passo a passo, até chegar naquele ponto ali. Passou pro papel, o papel foi aprovado, seguiu o rumo dele... aprovou... aí agora nós já tem que começar organizar a comunidade

*Esse papel aí [o projeto escrito] só, não se torna uma construção, né?(...)
Ele é um documento que... a gente tem toda garantia que tem o recurso pra*

a compra disso e disso, né? Mas só que, se a própria comunidade num executar mesmo, ele num vira um projeto. (...) Às vezes a gente fala assim: - eu quero uma construção aqui nas Vargens, uma farinheira... às vezes a gente desenha ele na mente, assim, como vai ter aquela coisa, né? Mas, pra conseguir a gente tem que ir passo a passo, até chegar naquele ponto ali. Passou pro papel, o papel foi aprovado, seguiu o rumo dele... aprovou... aí agora nós já tem que começar organizar a comunidade. (Nicolau, entrevista em 08/06/10. Relatório de Campo)

O fragmento acima mostra que, no caso da elaboração de um projeto, o grande desafio é transportar para o papel aquilo que se projetou na cabeça; além disso, o que é escrito, nem sempre é representação exata do desenho esboçado na cabeça. Nicolau, ao falar do desenho da mente, rompe com a crença a respeito da “fala no papel”, ou seja, o fato de que tudo o que dizemos pode ser transcrito e o que está escrito pode ser lido em voz alta e compreendido, conforme a intenção do autor (OLSON, 1997, p. 19s).

Na experiência da Associação do Barreiro Preto, de acordo com informações das lideranças, a escrita somente marca no papel, assim mesmo de modo incompleto, aquilo que foi desenhado na mente e discutido coletivamente, e se transforma num documento formal que é percebido como insuficiente para guiar as atividades que estão ali propostas.

Para os casos nos quais o documento escrito não consegue corresponder à realidade, é necessário lançar mão de outra escrita complementar, que é a correspondência realizada para resolver problemas. Sobre esta questão, pude constatar as dificuldades enfrentadas para realizar a atividade mediada, ou controlada pelo papel. Numa das minhas visitas, o presidente mostrou-me a cópia de uma carta formal da associação endereçada à Carteira Indígena, solicitando que fosse permitida a transferência do recurso previsto de um item para ser gasto em outro. Acontece que, no projeto original, estava previsto o uso de 300m de linha para a construção da Casa de Farinha e que só precisaram de 200m. Pelos esclarecimentos prestados, com a anuência formal da Carteira Indígena, o valor referente aos 100m não utilizados foi transferido para a compra da ferragem para a qual, no projeto, houve uma previsão inferior à necessária.

A gente faz um orçamento e, às vezes, tal pedreiro fala assim: -ó, isso aqui de ferragem dá... e você acredita nisso. Só que uma coisa lá ele deixou por menos, né? Fez por alto... às vezes você pediu um apoio do engenheiro e ficou enrolando a gente... a gente tem que bancar o engenheiro também, né... (risos) Aconteceu isso... (Nicolau, entrevista em 08/06/2010. Relatório de Campo)

Todo o processo dos projetos sociais envolve uma grande quantidade e variedade de escritos e cada projeto que a associação desenvolve recebe uma pasta, na qual são guardados os documentos como recibos, talões de cheques, cópias de cheques preenchidos, notas fiscais de compra, extratos bancários, cópias de carta convite, planilhas de materiais constantes no projeto.

O presidente da associação do Barreiro Preto, por ocasião do trabalho de campo, lidava com nove contas bancárias diferentes e oito cartões para os quais ele mantinha a mesma senha. Em sua opinião, por causa da burocracia com o banco, num processo de sucessão da diretoria, o melhor é que não haja mudança do tesoureiro.

A burocracia bancária, entretanto, mostrou-se bastante complicada para a associação sediada na aldeia Itapecuru, a Organização dos Grupos de Roça. Na execução do projeto com recurso da Carteira Indígena, os pagamentos não foram feitos com cheques e os extratos bancários tirados nos caixas eletrônicos e não diretamente no caixa do banco como documentos oficiais, já estavam ilegíveis pela ação do tempo, quando receberam a visita dos técnicos do órgão, que montaram com dificuldade a pasta de prestação de contas. Em reunião com a comunidade, sobre as dificuldades enfrentadas, foi explicado que o banco havia “comido R\$600,00 dos R\$1.000,00 que havia sido deixado do projeto”. O tom da fala do presidente demonstra a seriedade e honestidade com as quais confiou ao banco a guarda do dinheiro, mas demonstra, ao mesmo tempo, um desconhecimento sobre o mecanismo de funcionamento bancário e uma inaptidão para trabalhar com projetos com recursos externos.

A associação da aldeia Barreiro Preto, a mais experiente em relação à burocracia da sociedade nacional, demonstrou compreensão sobre a dinâmica da agência bancária e colocou como estratégia dirimir o tempo de execução financeira, com o objetivo de diminuir as despesas bancárias que são assumidas pela associação e não pelo projeto. Um episódio, entretanto, demonstrou que ainda existem traços na dinâmica capitalista que não são assimilados e controlados localmente. Pude notar isso, quando de uma reunião da associação convocada para, entre outros pontos de pauta, aprovar a mudança estatutária, para regularizar a situação da conta da associação. Para justificar a necessidade da alteração, o presidente informou na reunião que:

O banco ligou lá em casa urgente, porque nenhum cheque (...) o banco num aceitou mais porque o estatuto já num tava... Uma coisa que num foi descoberta... nem o banco num deu fé, quando a associação abriu conta o estatuto era o mesmo, mudou pouquinho coisa lá, mas continuava aquela mensagem lá em baixo falando que o estatuto era provisório por dois anos, aí venceu em 2009. Agora que mandaram de volta lá do Banco Central, né,

pra a gente alterar essa parte, fazer uma ata, ir lá no cartório autenticar pra aí mandar pra o banco de novo. (Nicolau, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A situação mostra o quão nefastas podem ser as consequências dos usos da escrita conforme a sociedade nacional. Quando o presidente fala “*nem o banco num deu fé*”, ele pressupõe a existência de uma co-responsabilidade do banco com o funcionamento da associação que não existe, pelo menos, não nos mesmos moldes observados na coesão interna. O banco, na verdade, constatou uma irregularidade legal, bloqueou a conta e resolveu o problema da instituição financeira. A associação, prejudicada com a impossibilidade de movimentar os cheques, deveria trilhar novamente os caminhos da burocracia, apresentando um estatuto alterado para regularizar a situação. O domínio, ou a agilidade frente à cultura escrita e burocracia ainda demonstram que há nuances na sociedade nacional que não são absorvidas pelos sujeitos, principalmente aquelas que envolvem os interesses ou a proteção individual. Na T.I.Xakriabá, o que vale e o que norteia os comportamentos são as ações coletivas; o indivíduo pauta sua atuação pelo coletivo e a escrita se vincula à lógica da sociedade capitalista.

As outras duas experiências ligadas ao estatuto que pude observar, também foram no sentido de resolver situações problemáticas. Numa reunião da associação da aldeia Barra do Sumaré, criada sem a participação da comunidade local e sem o adjutório das outras associações, como manda a tradição, houve uma leitura do estatuto, feita como se fosse parte de uma burocracia, já que não houve nenhuma exploração de partes muito técnicas, com o objetivo de decidir, coletivamente, sobre a continuidade ou não da entidade e, em caso de continuação, quais seriam as alterações necessárias e consensuais no estatuto.

Acompanhei outra situação semelhante, na aldeia Itapecuru, onde o estatuto foi lido e explicado pelo presidente à comunidade que também não conhecia a entidade e não a considerava como parte da aldeia.

Aqui ta falando que essa Organização... ela é regida aqui no município, né, do Povo Xacriabá, e a sede tem que ser aqui no Itapecuru, ela não pode mudar, pelo Estatuto, pra outra aldeia. E aqui vem outras coisas: no artigo 2º... a função que a Organização tem, né... “o fortalecimento, a união, o costume e o respeito e à cultura do povo”. Bom isso é um papel que a Organização tem também que ta fazendo... Só que pra fortalecer essa Organização do povo, a gente precisa da participação de todo mundo da comunidade, né, fortalecendo esses trabalho na comunidade, né. “Elaborar e executar projetos de geração de renda e atividades sócio... sócio-e... sócio-econômica [leu com dificuldade] que tenha sido coletiva” Na verdade ela

tem que ta gerando renda pra ta atendendo quase todo mundo, né? Mas a gente... quando foi aprovado esse estatuto, a gente... fez projeto, enviou pra Brasília, pro Fome Zero... um projeto no valor de R\$40.000,00 e esse projeto foi aprovado e ta sendo executado aqui, na compra de material e a maior parte desse projeto num foi executado porque faltou participação da maioria da comunidade... que era a horta comunitária e a criação de galinha que a gente demos início e... parou. (Santo, reunião em 10/07/2010, número 13 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Nos dois casos citados, a leitura do estatuto, documento cuja existência primeira se justifica pela necessidade de se legalizar sua existência junto aos órgãos da sociedade nacional, foi feita como se eles fossem documentos locais, apesar da linguagem formal e distanciada da dos usos locais.

Outra constatação que pude fazer em relação à cultura escrita ligada aos projetos foi a questão do trato coletivo dado ao convênio, assinado entre a associação e uma secretaria de estado, relativo ao desenvolvimento de um projeto com orçamento previsto de R\$150.000,00. Em uma reunião para organizar as atividades relacionadas ao projeto, o presidente fez questão de que fosse feita a leitura de trechos do convênio assinado. Uma professora fez a leitura repleta de termos técnicos, num ritmo que não favorecia muito a compreensão. Hilário chamou a atenção para que todos ficassem atentos, pois, quando, no texto escrito do convênio, surgisse a palavra *concedente*, ela estaria se referindo a quem estava enviando o recurso.

(...) O convênio, né, por exemplo, às vezes a gente mostra o orçamento de um projeto e num é nem tanto importante que nem é um documento que a gente assina com a secretaria... é um documento que a associação ta assinando o termo de compromisso. Lá fala da obrigação da associação, da comunidade que... é importante... eu num sei se dá uma lida nele... Tem uma parte que eu achei que.. (incompreensível; folheando o documento procurando uma parte para ser lida) (Nicolau, reunião em 29/08/2010, número 14 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A seleção do trecho a ser lido foi criteriosamente feita com o objetivo de mostrar à comunidade as responsabilidades assumidas, demonstrando a percepção do presidente em relação ao sentido da escrita. A impressão que tive, no entanto, foi a de que a leitura foi ouvida pela assembléia apenas como uma formalidade, pois não houve pausa nem para se prestarem e nem para se solicitarem esclarecimentos. O recado implícito foi que existe uma série de exigências que devem ser cumpridas, e sobre as quais havia um acordo assinado, implicando muito trabalho para a associação. Todos ouviram com muita atenção e expressão de assentimento, ou seja, o que estavam ouvindo não parecia ser compreensível pelas palavras lidas, mas pelo respeito ao documento apresentado pelo presidente, e vindo de uma autoridade

externa que estava concedendo o recurso para o projeto, com a possibilidade de haver consequências negativas, em caso de descumprimento ao que está ali acordado.

Outra escrita formal exigida nas associações, em especial nas situações relacionadas aos projetos sociais que ganharam novos contornos localmente, é a prestação de contas; primeiro como prática em muitas atividades locais nas associações, mesmo as que não contam com recurso em espécie. Na prestação de contas na sociedade capitalista, existe o uso simbólico que é o de demonstrar a lisura de um processo de gasto de recursos. A sociedade é estimulada a realizar um controle dos gastos de órgãos públicos e privados, mandatos eletivos, entidades jurídicas ou não com a cobrança da prestação de contas. Os Xakriabá parecem não ter a preocupação com a lisura do processo, porque eles partem do princípio da sua existência como dado construído na cultura, associado à coesão social. Então, qual o sentido da prestação de contas? Conforme descrito no capítulo anterior, a reunião de prestação de contas do Xakriabá ganha legitimidade, muito mais pelo universo em que está inserido - olhares, falas, confiança de relações -, do que por seu conteúdo escrito. A prestação de contas como prática, portanto, tem como fundamento a satisfação que a associação deve dar à comunidade sobre as ações que justificam sua existência e comprovam sua importância.

Uma ressignificação interna da cultura escrita com as características da sociedade nacional pode ser verificada com os relatórios das atividades; o registro do projeto através de imagens, orientado para acompanhar os relatórios para as instituições, criou outro significado: é usado internamente para prestar contas à comunidade beneficiada, sensibilizar a comunidade em geral sobre a importância da associação, para ampliar o número de sócios ou realizar novos empreendimentos e conquistar credibilidade.

Os fragmentos a seguir ilustram a estratégia que o presidente utiliza para a sensibilização e divulgação das atividades relacionadas aos projetos, dando outro significado a elementos da escrita jurídica.

(...) Quem vê aquela construção ali [aponta à Casa de Farinha] diga assim: -Quah!... Passa como despercebido [o trabalho realizado]. Mas se a gente vê o que foi de aterro que já teve naquela construção... Nós temos o DVD passando o lugar limpo, (...) daí a pouco já tá a construção com os tijolos... daí a pouco... tem até o dia da reunião na farinha pra prestação de contas... o povo tava até com a mão arribada, porque tinha falado assim: - ceis aprova ou num aprova??? (...) A gente ver assim, o passo-a-passo... A gente vê, tudo assim que a gente faz é bom ta registrado... é um DVD, uma coisa assim pra... é que muitas vez chega numa reunião, assim, todo mundo conhece o corre-corre, mas nunca sabe o tanto que a pessoa correu, né? Por isso que a gente gosta mais de

ta montando esse DVD. (Nicolau, entrevista em 08/06/2010. Relatório de Campo)

Nas explicações prestadas, o presidente demonstra percepção sobre a necessidade do registro do processo, para que todos possam acompanhar, sem passarem “*desapercebido*”. Através da organização temporal das imagens, sem fazer nenhuma referência aos relatórios escritos, existe a providência de “contar” o processo para todos os membros da aldeia. Minha percepção é que o Nicolau sente que o escrito não consegue transmitir “aquilo que precisa ser percebido”, ou seja, não se consegue passar tudo *para o papel com a tinta*.

Sobre a escrita nas três aldeias citadas nas pesquisas específicas do letramento – Itapecuru (OLIVEIRA, 2011), Barreiro Preto e Caatinginha (GOMES; GERKEN e ÁLVAREZ, 2004) e nas situações vivenciadas no meu trabalho de campo, podemos observar que existe o escrito que já circula há mais tempo e um tipo bastante próximo que circula na sociedade nacional e, ao mesmo tempo, e existe como a vivência nova nos projetos nos quais os sujeitos se apropriam do gênero, que também é exógeno, e modificam a sua própria relação com a escrita. Tal proposição será explorada na próxima subseção.

4.3 Usos e funções da escrita pelos sujeitos

Separei, nesta subseção, as experiências de acordo com suas características e denominei-as uso simbólico, técnico e político da escrita. Dentro da denominação uso simbólico, organizei as situações nas quais a escrita é tomada para além da função que depende da interpretação do código alfabético: como um símbolo nas relações sociais. Estou denominando escrita técnica a que se relaciona com o uso a partir da decodificação do sistema de notação alfabética e, no uso político, as situações nas quais a escrita é usada como pretexto para realizar discussões locais. A categorização não foi utilizada como uma redução da concepção sobre a escrita, mas, sim, para efeito de análise; trata-se de situações imbricadas que foram categorizadas para facilitar a discussão e a compreensão.

4.3.1 Uso Simbólico

Lévi Strauss, no encontro com os Nambiquara, à época povo de pouco contato com a sociedade nacional e que não sabia escrever, relata um incidente no seu habitual sistema de trocas de presentes com os indígenas (1996:280): o chefe do bando que visitava, compreendeu e utilizou uma função da escrita, ou seja, “escreveu garatujas”, com lápis e papel oferecidos pelo próprio visitante e com ela negociou os presentes a serem trocados em nome do grupo. Tal situação fez o ilustre viajante refletir sobre as profundas mudanças nas condições de vida da humanidade, desde o que se denominou a aparição da escrita, tanto no que se refere a “consolidar os conhecimentos”, quanto para “fortalecer as dominações” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 283). Especificamente sobre os Nambiquara, assim se posiciona o referido pesquisador:

A escrita fizera, pois, sua aparição entre os Nambiquara; mas não, como se poderia imaginar, ao termo de um trabalhoso aprendizado. Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E assim, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem. Um indígena ainda na idade da pedra adivinhara, à falta de compreendê-lo, que o grande meio de compreender podia, pelo menos, servir para outros fins.(LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 281).

O ato de carregar os papéis entre os Xakriabá, à moda da “Lição de Escrita” (Lévi-Strauss, 1996) dos Nambiquara, demonstra poder. É comum que as lideranças sejam responsáveis pelos documentos relacionados às aldeias ou aos projetos; durante o trabalho de campo, percebi pelo menos três lideranças declaradamente analfabetas que se encarregam dos papéis, mesmo que a função da leitura não fosse deles. Assim, como os Nambiquara, a conduta das lideranças é sociológica e não intelectual.

Em relação ao uso simbólico, um episódio que ficou marcado ocorreu na visita que fiz ao pajé na aldeia Caatinginha (Caderno de Campo, 09/06/2010), para conhecer o projeto que ele havia desenvolvido junto à comunidade, com a ajuda da prefeitura e sem a participação da associação; tratava-se de uma Casa da Medicina e a Casa da Cultura que estavam dando origem a algum desconforto na aldeia, por estarem gerando dúvidas sobre sua finalidade e seu uso por parte do antigo representante, que se encontrava com a saúde fragilizada.

Após ter mostrado o funcionamento dos empreendimentos, Vicente levou-me ao quartinho de reza, espaço contíguo à Casa de Cultura, com entrada do lado esquerdo, pelo lado de fora. O local sagrado dentro do quartinho, arrumado na parede oposta à entrada, era uma espécie de gruta feita com uma estrutura de madeira, em cima de uma mesa coberta com uma toalha colorida. Lá dentro, havia uma variedade de imagens de santos e colares dependurados, recipientes de cerâmica confeccionados pelo próprio Vicente, contendo pedra, contas e sementes.

Ainda lá dentro, ele guardava um livro ao qual ele demonstrou muita deferência. Ele abriu e folheou o livro para me mostrar seu visível interesse pelo que ali estava escrito. Como ele fora aluno do PROEJA Indígena do IFNMG – Campus Januária, sabia da sua dificuldade com a leitura e a escrita, mas indicava em algumas páginas o que para ele era importante. Primeiro, parou em uma página onde, segundo ele, existia uma oração pela qual tinha muita consideração e me fez lê-la. Tratava-se do depoimento de uma rezadeira do Vale do Jequitinhonha na qual ela expunha a sua missão de benzedeira, falando da importância disso, com agradecimento a Deus pelo dom. Vicente fez-me ler aquilo, afirmando que, para ele, o texto era uma oração. Quando terminei, ele retomou o livro e continuou passando as folhas, sem nenhuma preocupação com o que estava escrito. Mostrou fotos das plantas e frutas, demonstrando conhecimento e intimidade com aquelas espécies que também existem no cerrado da Terra Xakriabá e com as quais ele fabrica os remédios.

Durante seu discurso, Vicente se utiliza de poucas palavras; parece que ele escolhe palavras-chave e as expressa de uma maneira significativa. A impressão que tive é que ele comunica melhor com os olhos e com o corpo. A maneira como pegou o livro para mostrar e a forma como o manuseou, em busca daquilo que lhe era interessante, não era uma postura de leitor escolar ou de quem tem prática de leitura. De pé, numa postura bastante ereta, com a cabeça erguida e olhando para baixo – para o livro – apontava com a cabeça, levantando a sobrancelha para algo importante em determinada página. O livro parecia estar lá para confirmar toda a sabedoria que detinha a respeito do cerrado no qual ele exerce sua missão de pajé.

O livro como elemento simbólico entre os Xakriabá apareceu em outra ocasião. Pesquisando os sujeitos socioculturais da educação indígena de Minas Gerais Gomes, Gerken e Álvarez (2004), fazendo uma descrição sobre a relação escrita e oralidade no contexto comunitário, descrevem uma festa religiosa e analisam a participação dos sujeitos. O ritual, apropriado da igreja católica era realizado baseado em um livro antigo que tinha como fiel

depositário um sujeito analfabeto e, mesmo contando com a presença de professores e outros escolarizados, foi lido por uma liderança que, à época, não possuía com escolarização, e com uma leitura feita com dificuldade.

O livro representa uma herança simbólica, é o símbolo de um poder e de um saber construído e transmitido através da oralidade. Sr. Zé torna-se senhor do livro, não por saber ler e escrever, mas por ocupar um lugar privilegiado numa cadeia de criação e transmissão oral do saber. A análise deste episódio nos mostra que a ordem simbólica que determina a posição dos sujeitos na hierarquia de poder da aldeia estrutura-se com base em processos de transmissão oral. No entanto, a presença simbólica do livro faz uma clara referência a um processo de assimilação da cultura letrada. (GOMES, GERKEN e ÁLVAREZ, 2004, p.80)

Outra situação de uso simbólico da escrita ocorreu na assembléia convocada pela prefeitura e realizada na Casa da Comunidade da aldeia Barreiro Preto (27 e 28/04/09, reunião 03 do Quadro 1).

No primeiro dia, houve a distribuição da pasta contendo materiais escritos e uma caneta. Percebi que aquela pasta passou a ser uma marca dos participantes do evento – todos permaneceram carregando aquela pasta, demonstrando cuidado e respeito, mesmo os índios, que eu sabia serem analfabetos. A valorização dos apetrechos da escrita levou-me a verificar no campo empírico o que os teóricos dizem a respeito das relações entre oralidade e escrita: “são muito mais complexas do que alguns estudos podem fazer supor”. O significado simbólico de “carregar os apetrechos” da escrita poderia estar relacionado, tanto à demonstração de um “pertencimento” ao mundo da escrita com a proposta do evento, quanto a de um compromisso com a empreitada convocada pela prefeitura, cujo prefeito era um Xakriabá.

A recorrência desse valor simbólico do documento escrito, seja na legitimação de posição política nas aldeias, seja em funções religiosas, é importante de ser considerada. Na história dos Xakriabá a Carta de Doação também é um documento escrito de valor simbólico e a posse e uso político dele independia da habilidade da leitura e escrita das lideranças no processo histórico local.

“A documentação era percebida como a própria garantia da terra e sua lógica independia do texto que ela continha, uma vez que Gerônimo, como outros *chefes*, era analfabeto. Em vários relatos, os papéis carregados por Gerônimo aparecem como herança deixada pelos *antigos* e passada de geração em geração.” (SANTOS, 2010, p.33).

Através do documento de doação como valor simbólico, fez-se o movimento de conquista do território e de definição do povo. Outro aspecto que também tem o caráter simbólico em relação à escrita. Num contexto histórico em que a posse da terra tinha como fundamento um documento registrado em cartório e cantado ou contado pelas lideranças, a escrita passou a ter a importância de *dar a assinatura*, dando ao sujeito alternativas para optar entre FUNAI ou RURALMINAS, conforme analisado no capítulo I.

4.3.2 Uso Político

Uma função que observei em campo foi o uso político da escrita, em especial, nas reuniões. Trata-se de dar vazão, através da oralidade, a um assunto em pauta, com a utilização de algum material escrito. Uma reunião convocada pela prefeitura municipal ocorrida em 22 de abril de 2009 na aldeia Itapecuru, será usada como ilustração:

Foram convidadas as lideranças de todas as aldeias, os presidentes dos conselhos de saúde (entendi que são divididos em pólos dentro da T.I.Xakriabá), agentes de saúde, o representante da FUNASA. Da Prefeitura Municipal. Estavam presentes o prefeito, Zé Nunes, dois assessores, o Secretário da Saúde e um servidor operador dos equipamentos de informática e o redator da ata da reunião. Registre-se que, entre os Xakriabá ali presentes, alguns eram analfabetos.

Após todo o ritual que envolve uma reunião, descrito e analisado no capítulo anterior, o assessor do prefeito apresentou planilhas escritas projetadas em *data-show* sobre os recursos e os gastos da saúde e outras planilhas em que se identificavam todos os servidores ligados à área, com os respectivos gastos: salários e demais despesas que representam gastos para a política pública. A partir deste momento, surgiram as seguintes polêmicas: a questão dos servidores que ganham como agentes de saúde e que desempenham outras tarefas, principalmente na limpeza e os nomes que estavam destacados em vermelho, os quais foram atingidos pela Lei do Nepotismo⁸¹.

⁸¹ Com a presença de Xakriabá em cargos no executivo e legislativo alguns funcionários Xakriabá foram afastados pelo grau de parentesco previsto na lei; tal fato foi muito criticado internamente já que as funções internas são escolhidas nas discussões de lideranças.

O escrito foi utilizado pelos Xakriabá para realizar um debate que envolveu a política da saúde como um todo e não apenas restrita aos recursos humanos: a Casa da Medicina não constava no protocolo da FUNASA a concepção de saúde. O momento foi de denúncias e reivindicações para com a prefeitura e a FUNASA. Algumas intervenções significativas a partir das informações escritas podem ser lidas a seguir:

(...) A gente fica prejudicado nessa parte... os agente de saúde. Ela [uma servidora destacada por ser da limpeza e não atuar como agente de saúde] num manda produção [relatório]. A gente fica prejudicado por causa das produção[quantitativo de atendimento domiciliar]... nós somos responsável pelas produção... nós fica recebendo conta... o tanto de agente de saúde que tem... (Joana, reunião em 22/04/2009, número 01 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Nós tem que pegar os presidente dos conselhos e vê quantos funcionários tem ne cada pólo e nós enquadra essas pessoa no quadro de agente de saúde (...) Eu acho assim... vou dizer claramente que eu entendo... é o seguinte ó... tem Dalvina [a servidora sobre a qual Joana se referiu]... ela trabalha na limpeza... ela ta fazendo saúde. Como vai falar da saúde sem falar na limpeza?... (Bidá, reunião em 22/04/2009, número 01 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Tais intervenções demonstram a concepção que os Xakriabá têm do trabalho da saúde e que não está de acordo ao protocolo da FUNASA. Sobre esse ponto destaco, ainda, as seguintes intervenções dos índios em diálogo com a FUNASA:

Joana: (...) Enquanto faltar o resultado do saneamento num vai ter saúde... você sabe disso, né? Porque... como é que a gente vai ter saúde se a gente num tem saneamento básico, a gente num tem uma boa moradia... sendo que a alimentação num é a suficiente pra gente ter uma boa saúde...

FUNASA: [interrompendo a intervenção de Joana] isso tudo é uma construção, Joana... desde 2.000 quando a FUNASA assumiu houve uma evolução... (...)

Zé Fiúza: [sobre a falta do carro para transportar a equipe] nós fica daqui sem saber de quem cobrar... se é da FUNASA, se é da prefeitura... pra que esse carro, essa equipe chega aqui no horário certo.

Zé Fiúza [no momento em que a FUNASA estava explicando sobre as fragilidades em relação ao carro, as equipes] Mas quando aprova esses projeto aí... que manda lá pro governo... ele num tem que ta ciente do que precisa ser feito?

FUNASA: Qual o projeto?

Zé Fiúza: Das escola... dos posto... do...

FUNASA: [Interrompendo Zé Fiúza] A escola não tem nada haver com as ações da FUNASA... Alguns postos estão sendo feitos pelo Estado... não tem nada haver com o Governo Federal... né isso? (Intervenções em reunião; 22/04/2009, número 01 do Quadro 1. Relatório de Campo)

Na reunião, os Xakriabá se utilizaram politicamente das informações escritas, para manifestarem a visão que têm da saúde indígena aos agentes externos, apontando a necessidade de que as peculiaridades que devem pautar o trabalho nas aldeias devem ser consideradas. A planilha permaneceu projetada na parede por um longo tempo, sendo o alvo ou o pretexto da discussão.

Utilizando-se das informações escritas, o representante da FUNASA explicou que os agentes de saúde não estão trabalhando adequadamente, tendo em vista a grande quantidade dos atendimentos de alta e média complexidade, explicitados nas planilhas e julgados desnecessários, nas cidades de Manga e Montes Claros. Pareceu-me que a FUNASA, com as informações escritas, pretendia demonstrar que o quadro da saúde indígena não andava bem e que o trabalho dos agentes de saúde precisava melhorar. O representante da FUNASA, ao interromper as intervenções que tentavam reivindicar mudanças no protocolo que orienta a política de saúde, demonstrou que analisa o funcionamento da saúde indígena com a mesma dinâmica e critérios da do mundo não indígena, enquanto os Xakriabá reivindicavam uma análise dos dados apresentados dentro de uma dinâmica mais globalizada sobre o funcionamento da saúde.

Na reunião, a presença da escrita, sempre lida pelo expositor do momento, não pareceu ser um problema ou constrangimento para os sujeitos analfabetos presentes. Quando queria destacar alguma questão, Bidá apontava para a planilha e perguntava onde se encontrava determinada informação, esperando que alguém fizesse a leitura; ele manifestava a compreensão de que as informações ditas pelo expositor estavam registradas na planilha e, mesmo sem decifrar o código, prestava atenção ao que estava escrito: observava a cor da letra, a coluna onde haviam sido colocados os nomes das pessoas, os cargos que ocupavam e os números correspondentes aos valores atribuídos.

Eu falo assim... no caso dos médico... um médico ganha...[interrompeu e olhou para a planilha] tá ali 15.000... 12.5000... [ênfase: apontou e mencionou os dois valores demonstrando não decifrar o código, embora sabendo que o seu interlocutor no momento – a prefeitura – estava lendo a informação correta]. O médico foi embora esse mês e às vezes pra contratar outro médico vai ali dois mês, três mês... se eu por ali 12.000, ta

sobrando 20.000. 20.000 nós ta de olho nele, você ta entendendo? Que que é... o hospital ta faltando um equipamento lá... aqui ta faltando... Sumaré ta faltando... Vão sentar os presidente dos conselhos, as liderança... vão juntar pra comprar os equipamento com esse dinheiro... vão entrar em consenso, você entendeu? (Bidá, reunião em 22/04/2009, número 01 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A intervenção no texto anterior é típica do uso político da escrita pelos sujeitos que participam dos projetos sociais. Ele demonstra a compreensão de que o registro da informação traz consequências e o fato de não dominar o código escrito não o impede de utilizá-lo. Quando a liderança apontou para a informação, mesmo sem decifrar o código escrito, ele informa que tem conhecimento da sua existência e do que ela representa politicamente.

Em outra reunião, na associação da aldeia Barra do Sumaré (25/07/09, reunião 06 do Quadro 1), já referida anteriormente, a leitura do estatuto foi usada para realizar a discussão sobre uma associação criada de forma não convencional. Tradicionalmente, existe apadrinhamento de uma associação mais forte para que uma aldeia crie uma associação e a aldeia Barra do Sumaré teria sido vítima do interesse pessoal do presidente anterior que criou uma “*associação torta*”, assim denominada por uma professora. O documento estava sendo questionado em alguns aspectos, sendo o mais destacado deles o fato de que a diretoria estava prevista com seis membros, quantidade considerada insuficiente para resolver assuntos pertinentes e de fácil manipulação por parte do presidente. Apesar da referência ao conteúdo da escrita, a principal função cumprida pelo estatuto foi resolver a confusão política provocada pela ação duvidosa do *parente*, na criação e condução da associação e, através da sua reformulação, a garantia da reorganização da entidade, nos moldes tradicionais.

O uso político da escrita, nas situações de reunião, evidencia a presença marcante da oralidade; o discurso das lideranças que têm pouca ou nenhuma escolarização é bastante denso, visto que revelam “modos complexos de pensamento” (OLSON, 1995, p.28).

O escrito funciona, politicamente, como detonador para a participação dos sujeitos; ninguém lê cartas, planilhas ou pastas que são passadas de mão em mão; as reuniões são guiadas por apelos visuais com desenhos e textos e os discursos muitas vezes independem das informações escritas.

4.3.2 Uso Técnico

O uso técnico baseado na função oriunda da interpretação do código alfabético nas situações relacionadas aos projetos sociais contou com uma grande participação dos presidentes das associações. Apesar de fazerem referência às suas dificuldades com a leitura e escrita, Hilário, Nicolau e Sr. Agenor, lideranças ligadas às associações, demonstram muita intimidade com elementos escritos dos editais dos projetos sociais, como planilhas, valores que dão sustentação às atividades (e que informam o conteúdo do projeto), aditivos, ofícios. As três lideranças participaram da primeira turma do PROEJA Indígena no IFNMG – Campus Januária, ou seja, trilharam um caminho de superação de dificuldades na aquisição do código alfabético e não contaram com a escolarização para a aquisição básica da leitura e escrita.

Por ocasião da visita de uma técnica da UFMG (caderno de campo), para ajudar na prestação de contas de um projeto, pude presenciar o desempenho do Nicolau, em relação ao uso técnico da escrita. O presidente demonstrava completo domínio do processo burocrático: a técnica apontava a despesa constante no extrato e o presidente lhe entregava a carta convite, a cópia do cheque e a nota fiscal ou o recibo correspondente. Quando surgia alguma dúvida em relação aos dados do extrato, o presidente recordava detalhes como: a quem havia emitido o cheque, a referência e a data da compra; desse modo, a escrita formal estava sob o controle total do presidente. A pasta de prestação de contas foi montada com muita agilidade.

Outro dado de campo que ilumina a relação das lideranças com o uso técnico da escrita ocorreu na reunião da associação da aldeia Barra do Sumaré. O Representante da aldeia que conduzia a reunião, demonstrando ter sido instruído sobre as formalidades da associação, por alguém experiente, informou que a ata da reunião anterior deveria ser lida, mas a secretária *ad hoc* adiantou que a ata estava ainda no rascunho. Houve um constrangimento geral e Hilário, que havia ajudado o Representante a conduzir o processo, tranquilizou-o, sugerindo que a secretária poderia se utilizar do rascunho e informar a todos sobre a reunião anterior, lembrando que no rascunho da ata constava a definição pela assembléia que eles realizam naquele mesmo momento. O rascunho da ata foi utilizado como leitura e não como conteúdo para se contar os assuntos tratados, conforme a sugestão anterior, por meio da oralidade, pois, se tratava de um texto já formatado; parecia até ser uma produção escrita, após a reunião, que seria passada, posteriormente, para o caderno de ata propriamente dito.

Sobre o uso técnico da escrita e a elaboração dos projetos enquanto documentos escritos, detectamos que os primeiros projetos foram registrados por agentes externos ligados aos financiadores, GEDUC/FAE/UFMG, CIMI Prefeitura Municipal.

O presidente da associação da aldeia Barreiro Preto, por exemplo, explicou que o Projeto da Casa de Farinha da aldeia Vargens foi escrito pelo bolsista da UFMG que fazia as perguntas constantes no edital, e a serem respondidas por ele ou outra liderança. No decorrer da formação dos professores, como parte do trabalho do FIEI, os professores tomaram essa função pra si.

Fazer referência ao uso da escrita na perspectiva de decifrar o código alfabético conduz à discussão a respeito da participação dos escolarizados, em especial dos professores, detentores do mais alto grau de escolarização na T.I.Xakriabá e a relação que existe entre estes e as lideranças menos escolarizadas, ou até mesmo analfabetas. Neste sentido, a esta da discussão proposta na tese, ainda persiste uma questão: a posse da escrita e/ou a escolarização promovem algum tipo de desigualdade nas relações sociais?

No capítulo anterior, afirmei que as relações de poder não se estabelecem em função da escola ou da escolarização, apesar da sua existência promover mudanças significativas nos rumos da T.I.Xakriabá. Os professores se disponibilizam como escreventes como sua função primordial; eles fazem as atas, redigem documentos, lêem e interpretam os escritos. Grande parte deles entendeu e assumiu sua função em relação aos projetos sociais e às associações. Ter conhecimento sobre o funcionamento da associação e reconhecer sua importância é a principal necessidade nas comunidades de prática, mesmo os membros que têm pouca ou nenhuma experiência com o código alfabético (LAVE e WENGER, 1991), citadas no capítulo anterior.

Neste sentido, a presença da escrita se manifesta dentro de um conjunto de articulações internas para as quais a solução possível é buscada, ou seja, precisa-se contar com um escrevente para passar para o papel o que está sendo desenhado pela oralidade. Sobre a presença ou aquela necessidade de um escriba nas associações, uma referência teórica produtiva é o livro “Escribir em La Plaza” (KALMAN, 2003). A obra trata do resultado de uma pesquisa na qual a autora analisa as práticas dos escribas no México, mais especificamente, as diferentes interlocuções nos escritórios públicos da Praça de Santo Domingo, no centro de Cidade do México, entre os escribas e o público que recorre a eles. O pressuposto da descrição e da análise no livro é que a cultura escrita é uma prática social e cultural que pode ser organizada e realizada por atores, de diferentes maneiras e com

diferentes graus de competência. O propósito de focalizar a atenção sobre as interações cliente-escriva é examinar o conhecimento da linguagem escrita, seu papel no estabelecimento e manutenção de relações sociais, e sua utilização em contextos complexos e situações específicas que ocorrem em contextos sociais nos quais a escrita é usada para compor textos, preencher formulários e revisar documentos; em suma, para participar na vida pública e privada.

Uma discussão a ser feita é sobre a questão da autoria da produção escrita. Duranti (2000), sob o foco da antropologia linguística, propõe como ponto de partida da análise da fala a participação e não o lugar dos falantes individuais; neste sentido, propõe que “debemos reconsiderar lo que significa codificar y recodificar el significado”(p.421). A sistematização de um projeto pode ser analisada na discussão feita sobre o que chamou de trabalho colaborativo: narradores, co-narradores e receptores. Na sistematização dos projetos sociais com os Xakriabá, nem sempre quem escreve tem controle sobre seu escrito.

No campo, pude perceber o processo de passar uma demanda discutida coletivamente para a escrita de um projeto sistematizado ou da organização do oral, ou seja, a formatação do projeto de acordo com as exigências de um edital. Algumas lideranças, quando se referem à escrita, afirmam que ela é coletiva, já que conta com a participação da comunidade, mas seu registro seria feito por uma pessoa escolarizada: trata-se de passar uma demanda identificada para uma forma inteligível – tarefa coletiva – e depois para o registro (formato do projeto exigido pelo edital) – tarefa do escolarizado indígena. Vale dizer que a escrita é solitária, embora seu conteúdo possa ser solidário, isto é, construído coletivamente.

Minha tentativa de compreender o processo de escrita do projeto do engenho da aldeia Caatinguinha é elucidativo da construção solidária da escrita: perguntei ao Sr. Estácio sobre a escrita do projeto e ele respondeu que Marcelo da aldeia Barreiro Preto, que atua na Caatinguinha como professor, havia escrito o projeto com a ajuda de outro professor. Insisti com o assunto, para saber como aconteceu essa escrita e ele me respondeu: “*a comunidade fala e eles escrevem*”. O verbo escrever e a escrita em si parecem ser duas coisas distintas. Neste sentido, assim se expressou o Sr. Estácio: “*eu contei tudinho e Marcelo escreveu.*” Houve recorrência da idéia que surgiu, em outras ocasiões, na T.I.Xakriabá, de que o conteúdo seria a própria escrita, e é da competência da liderança e da comunidade, e o registro seria responsabilidade de alguém com mais domínio da tecnologia. Parece que eles distinguem, inclusive politicamente, o conteúdo do registro. A escrita é o conteúdo cujo controle fica nas mãos das lideranças e da comunidade enquanto coletivo, e o registro é a

formalidade da escrita, feito para representar aquele conteúdo junto aos órgãos de financiamento.

Dando continuidade à tentativa de compreender o processo, visitei o Marcelo, que se mostrou muito receptivo. Chamou-me atenção para a mesa, dizendo que o projeto estava no computador. Observei que a relação desse sujeito com a escrita alfabética era bem forte e ele julgou, logo a principio, que eu queria ler o registro do projeto. Diferentemente do que ocorreu com Marcelo, quando eu indagava as lideranças sobre a escrita do projeto, contavam as histórias que envolviam o processo. No dia anterior, por exemplo, o presidente da associação do Barreiro Preto, quando mencionei o projeto da casa de Farinha das Vargens, mesmo entregando-me o projeto no papel, não fez referência alguma ao seu escrito, apenas conversou sobre as discussões que deram origem ao papel escrito. Marcelo, ao contrário, mostrou-me o registro do projeto, parte a parte, fazendo comentários a respeito de cada uma delas.

Eles tinham conversado entre eles e resolveram escrever esse [projeto] do engenho. Nós ficamos um tempão... as meninas [outras professoras] terminaram o [projeto] do Custódio e nós ficamos... (risos). Lá [nas planilhas de custo] tinha muitas coisas que a gente não sabia onde tinha... igual, tacho, por exemplo, foi uma dificuldade pra arranjar [o levantamento do preço], num sabia onde vendia. Outra coisa que embolou mesmo foi que a comunidade disse que ficava mais fácil um engenho elétrico; eu falei, então vamos colocar então. Depois surgiu a questão: -quem ia pagar a conta da luz? Aí eles mudaram. (Marcelo, entrevista em 10/01/2010. Relatório de Campo)

Fiquei tentando captar de que forma ele, responsável pelo registro escrito, lidava com o texto oral dos seus interlocutores. Marcelo contou-me sobre a dificuldade em fazer com que as perguntas que guiavam o edital para a laboração do documento escrito se tornassem compreensíveis para as lideranças. Em seguida, disse que precisava fazer com que aquelas respostas fossem adaptadas às exigências do edital.

A gente conversou com as lideranças e aí a gente vai anotando numa folha depois... a gente... sempre que... Assim, num foi direto que a gente teve com eles mas sempre que surgia uma dívida ia lá... perguntava o que era melhor colocar... (...) Num é muito fácil não porque, se fosse só pra registrar da forma que eles tão falando lá seria fácil, mas... porque... muitas vezes a gente... do jeito que ta perguntando no edital a gente num... num corresponde com aquilo que a comunidade fala ou num sei se no edital... eu num lembro direitinho, mas... igual: "-antecedentes e justificativas do projeto" [leu no projeto] A comunidade tem seus... o povo fala: -antecedentes... a comunidade fala: -o que é antecedentes? Aí a gente tem que falar: -não, conta a situação aí... como a comunidade se envolve com a associação? O que ta sendo atualmente... A executora, né, no caso... Aí eles

falam: -ah, a comunidade aqui já tem... muita gente que é associado, sempre que tem reuniões a comunidade tá acompanhando... Tem que procurar a forma senão a comunidade não entende a pergunta. E tem que procurar forma de encaixar a resposta na questão que tá sendo pedida [no edital]. (Marcelo, entrevista em 10/01/2010. Relatório de Campo)

Quando nos despedíamos, Marcelo desabafou e confidenciou-me que sua função era a de “*decifrar enigmas*”, tanto do escrito para a compreensão dos sujeitos, quanto dos sujeitos para os agentes financiadores. O professor escrevente se esforça para compreender o edital e transformá-lo em termos compreensíveis para o grupo que ele já conhece, e a liderança transmite ao professor escrevente, com a compreensão que conseguiu do edital, através da mediação feita, as pretensões do seu grupo para que este inicie o procedimento de *escrever o projeto* enquanto registro. Na experiência de Marcelo, o edital era um enigma a ser decifrado para as lideranças, e o desejo da comunidade, por sua vez, de que o enigma fosse traduzido às exigências do financiador.

Sobre os documentos produzidos na Praça Santo Domingo, Kalman (2003) afirma que são a culminância do encontro entre escribas e clientes, no qual cada um responde ao outro, a partir de posições específicas sobre o texto que está sendo produzido, ou seja, seus propósitos e usos potenciais, os públicos aos quais se dirige e o impacto que pode causar no futuro (p.47). A escrita do projeto seguindo as normas previstas no edital, como tarefa acadêmica de Marcelo, para a qual o resultado desejado seria a aprovação pelo financiador, teria de estabelecer interlocução com o projeto enquanto *o desenho na mente*, que havia sido alvo das discussões das aldeias e que segue o desejo dos participantes.

A medida que el escribano y el cliente escriben juntos, cada uno de ellos se aproxima AL texto em proceso desde su comprensión de la manera em que funciona la lengua escrita em el mundo social y a partir de sus expectativas acerca de los resultados y consecuencias potenciales. (KALMAN, 2003, p. 47)

O movimento que dá origem à escrita do projeto sugere a proposição da escrita participativa com as lideranças. A afirmação das lideranças: “*nós escrevemos o projeto*” significa que ele é analfabeto ou com pouca familiaridade com a escrita, mas que os dois trabalham as ideias e, portanto escrevem. Não se trata da proposição de que um falou e o outro escreveu. A escrita pode ser tomada como uma habilidade coletiva e não individual. Ela não é só o conteúdo. As lideranças participam do processo de escrita, ou seja, o fato de eles

serem analfabetos não os impede de perceber que são participantes do próprio processo de escrita. Eles relegam a função instrumental aos professores que cumprem a função do registro.

Os Xakriabá propõem a interdependência entre o oral e o escrito. Uma das crenças discutidas por Olson (1997) é a de que a fala é propriedade do povo, solta e desregrada, e a escrita instrumento de precisão e poder. Logo, aprende-se a escrever, em parte, como uma forma de aprender a se expressar correta e precisamente ao falar (OLSON 1997, p.20). Sobre tal crença, o mesmo Olson coloca a dúvida: a linguagem oral precede e circunda o preparo, a interpretação e a análise do discurso escrito, portanto, a linguagem escrita *depende* da fala. A linguagem oral é instrumento e riqueza fundamental da mente. A escrita, embora importante, é sempre secundária (1997, p. 24s).

Entre os Xakriabá, apesar de muitos deles terem sido escolarizados em grande parte dentro da mesma lógica e estabelecerem uma relação com os adultos analfabetos no processo de produção de texto, ambos – alfabetizados e não-alfabetizados - submetem-se a outra lógica que vê a produção do texto como coletiva. Existe a possibilidade de se partilhar a competência da produção do texto, não no exercício de escriba de quem detém a escrita como ferramenta, mas na produção do texto, respeitando a autoridade de quem sabe o conteúdo, e tem o que dizer, na produção do texto, e os escolarizados, geralmente mais jovens, que se submetem à autoridade dos mais velhos.

4.4 Duas situações diferentes com os mesmos ingredientes da escrita nas situações relacionadas aos projetos sociais

A cultura escrita, tomada como “o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade” (GALVÃO, 2010, p.218) nas situações em que o contato foi estabelecido com a escrita da sociedade nacional, mais especificamente dos financiadores, apontaram desdobramentos e conseqüências diferentes nas aldeias.

Apresento, a seguir, duas situações de campo nas quais poderão ser observadas as ressignificações e os impactos causados pelos encontros e desencontros dessas culturas do escrito.

O que estou denominando ingredientes da escrita refere-se aos elementos materiais e não-materiais das aldeias e dos financiadores relacionados aos projetos sociais. Nas aldeias, estão envolvidas as vivências coletivas, os desejos e as necessidades que impulsionam os “*desenhos na mente*” e que se transformam em escritas – o projeto e a correspondência para a liberação dos recursos, os documentos para comprovação dos gastos feitos e o desenho materializado (ou não). Das agências de financiamentos, condicionando o acesso aos recursos requisitados, partem as regras que determinam a materialização via escrita ou gráfica que conduzirá o processo. Pareschi (2004), investigando os processos sociais em comunidades, a partir da implantação do PD/A, analisou elementos do processo, a ideologia e a linguagem presentes no programa e denominou a situação de “projetismo”.

O termo projetismo já foi utilizado por Fayerweather (1959 *apud* PITT, 1976: 11) para designar uma situação em que o plano é a única sagrada e inviolável realidade. (...) Os projetos são construídos sob uma ideologia de sucesso inevitável, mesmo antes de qualquer implementação. As agências de desenvolvimento forneceriam o exemplo deste projetismo devido a sua tradicional inflexibilidade burocrática. Nosso uso do termo procura mostrar o que estaria implícito neste “planejamento rígido” e quais as suas conseqüências sobre propostas de desenvolvimento sustentável. Isto é, como as exigências em termos de ordenação do tempo e das atividades, do gerenciamento dos recursos, das prestações de contas, dos relatórios de atividades, da logística, das avaliações e monitoramentos típicos dos projetos se relacionou com o fluxo da vida cotidiana de camponeses, índios e ONG's, e como tais procedimentos foram compreendidos. (PARESCHI, 2004, p.160ss)

Nas situações apresentadas abaixo, busco demonstrar o “sucesso” ou o “fracasso” dos empreendimentos e a relação estabelecida com o maior ou menor acesso, capacidade, oportunidade ou disposição das aldeias à formatação à escrita hegemônica da sociedade nacional, já que “o projetismo contribui para dinamizar organizações, mas também disciplinar as dinâmicas sociais e políticas que procuram transcender a ordem planejada” (PARESCHI, 2004,188). Trata-se de dois projetos financiados pela Carteira Indígena: a primeira situação vivenciada pela associação do Barreiro Preto e a segunda pela Organização dos Grupos de Roça que vivenciava paralelamente o projeto sem a gestão de recurso.

4.4.1 A mistura dos ingredientes num resultado “satisfatório”

Nesta subseção, farei referência a duas reuniões de Prestação de Contas realizadas pela associação do Barreiro Preto. Trata-se da finalização do projeto da Casa de Farinha da aldeia Custódio, cuja reunião aconteceu em 05 de fevereiro de 2011 e da prestação de contas do trabalho parcial desenvolvido no projeto do Engenho de Rapadura da aldeia Caatinguinha realizada em 01 de outubro de 2011.

A associação do Barreiro Preto recebeu a demanda de uma Casa de Farinha e Roça Comunitária da aldeia do Custódio pela primeira vez, em 2002, em reunião realizada naquela aldeia para discutir os problemas locais⁸². Ela elaborou e enviou à Carteira Indígena o projeto em 2006, teve a aprovação em abril de 2010 e a liberação do recurso de R\$50.000,00, em agosto de 2010. As obras da construção, os encontros de formação e o plantio das roças se iniciaram em setembro do mesmo ano e a prestação de contas da execução financeira total ocorreu em fevereiro de 2011, ou seja, seis meses após a liberação do recurso.

O projeto de engenho de rapadura da aldeia Caatinguinha, montado pela mesma associação, levou um pouco mais de tempo no seu processo de sistematização, mas poucos meses, após a liberação da primeira parcela do recurso, houve a reunião de prestação de contas no galpão já construído, evidenciando a mesma eficiência e rapidez que no projeto da aldeia Custódio.

Nas duas reuniões, houve o uso técnico da escrita. Antes de serem apresentadas as planilhas com a especificação sobre os gastos, houve o detalhamento do processo vivido, no qual o recurso havia sido aplicado com eficiência e em um prazo bastante curto, barateando o pagamento das taxas do banco. O uso das tabelas pelo presidente da associação, na reunião da aldeia Custódio foi muito criterioso. Vejamos:

E hoje nós estamos querendo... vamos mostrar todos os gastos que foi feito e inclusive tem a pasta de prestação de contas e aí a gente vai passar a pasta... e vamos colocar o data-show pra mostrar todos os gastos, né? O que que foi gastado com material, o que que foi gastado com pedreiro, né? (..)

Ali [apontando as planilhas] tá os primeiro gastos do projeto, quando... a gente tem várias datas aí que, quando o recurso cai na conta da associação, a gente reúne com a comunidade e mostra o valor que foi caído da conta e aí a gente faz o procedimento que é carta-convite e passa para a empresa que vai fornecer o material e aí eles... a gente vai ver quem é o que ganhou a

⁸² A aldeia Custódio, embora não muito distante da sede da associação e de outras aldeias, tem o acesso dificultado pelo relevo que não favorece as condições da estrada; a aldeia é isolada e apresenta um quadro de muita carência material para a sobrevivência.

licitação... a carta-convite. E a pessoa que ganhou a carta-convite desse projeto foi Não-Indígena, né, que tem a casa de construção em Missões. E aí as compras foi feita lá de um total de R\$18,000,00 lá da primeira nota, né, um valor de R\$15,000,00, mais esse detalhes e a primeira nota, né, tem a outra no valor de R\$710,50 e mais uma de R\$1040,86... isso ali é a compra de material, é aonde tá lá na parte de orçamento, tá todos os valores o que que a gente pode gastar de material e isso foi gasto. Aquela outra parte lá em baixo, ela é um valor que foi comprado os arames pro cercamento das roças, no valor de R\$4.840,00. Porque no projeto a gente tinha vinte duas bola de arames pra comprar, mas como a gente fez a carta-convite e que não era necessário porque era no valor de menos de R\$8.000,00 a gente não precisa fazer mas nós fez até pra gente ganhar preço melhor, né, aí conseguimos lá, em vez da gente comprar 22 a gente comprou 24 bolas, né, aí isso aí abate todo o gasto... Então isso a outra parte a gente tinha num valor de quinhentos e poucos reais que é aonde podia... pra comprar alimentação que é pra comunidade, pra esse curso de capacitação, né, e aí na primeira etapa, quando gente fez o primeiro gastos, né, a compra deu R\$374,70. (intervalo longo localizando planilhas) Aqueles lá é dos pagamentos de pedreiro. Quando iniciou a obra a gente chegou com... a gente pagava os pedreiros, aí dava os valores que foi pagos os pedreiros; ali tem as diárias no valor de R\$675,00, dois pedreiro... três pedreiro... são os três pedreiros que a gente fez o pagamento, né? Naquela parte lá de baixo já é uma parte mais de ajudante, né, assim, a comunidade teve um papel de ajudar no projeto, né, quando de alguma dificuldade a gente podia pagar uma pessoas pra poder contribuir com o dia da comunidade; se às vezes faltasse e a gente fez pagamento ... (Nicolau, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de Campo.)

O presidente demonstra na planilha, um dos recursos escritos que ele dominou, como fez para usar racionalmente o recurso, demonstrando habilidade com a burocracia e respeitando as exigências e limitações do documento escrito e, ao mesmo tempo fazendo a negociação com a comunidade.

A função política também pôde ser observada nos dois eventos. A prestação de contas passou a ser uma assembléia comunitária para discutir assuntos de interesse internos; o momento de prestar contas dos gastos se transformou em oportunidade de prestar contas a respeito das escolhas políticas sobre os rumos das aldeias incrementadas pela atuação das associações. A intervenção a seguir, feita na reunião da Caatinginha é bastante significativa:

A gente tem falado no planejamento da comunidade Xakriabá, tá chegando o momento... o momento oportuno é esse, né, do cacique e das lideranças retomar, pegar isso como base, esses projetos bons que tá acontecendo na comunidade e que prevaleça isso como alternativa. Há uns tempos atrás aí como a gente discutiu a questão de planejamento que se cria aqui, o que é bom pra gente pra ver a questão do gado, né,(...) Muita gente falava assim: - então mostra outra alternativa! Ficava cobrando: Mostra outra alternativa! E aí hoje não precisa mais mostrar... tantos projetos que estão acontecendo, né, as associações tá abrindo isso, o governo também abriu as portas pra que pudesse buscar as alternativas junto com os projetos; ver os projetos mas ao mesmo tempo a trabalhar a questão ambiental. Então, tai... alternativas pra num achar que já a fonte de renda boa é só o gado, né, mas

tem outras alternativas. Pensar que se eu crio 30 quem sabe eu num posso tentar, em vez de criar 30 criar 10 e ter outros investimentos, né? Com o engenho fazer rapadura ou criar peixe? Ou criar abelha? E outras e outras... fazer farinha, né, e retomar aquilo que vinha dos nossos antepassados. (Hilário – Reunião em 01/10/2011, Prestação de contas na aldeia Caatinginha, número 19 do Quadro 1)

A intervenção anterior, feita na reunião da aldeia Caatinginha, mostra que o evento específico para a prestação de contas exigido como formalidade pelo financiador, transformase, pelo teor do conteúdo, em espaço para discussões sobre o desenvolvimento local.

Outra demonstração da função política da prestação de contas refere-se ao objetivo declarado pelo presidente da associação de repassar a experiência exitosa às outras associações, colocando-se à disposição para ajudar as associações que estivessem em dificuldade. A riqueza daqueles momentos de Prestação de Contas fez-me pensar da burocracia exigida pelas agências financiadoras de tais projetos; o objetivo claro e irrepreensível delas é zelar pela transparência do processo e pelo bom uso do dinheiro público (nos casos em questão, o recurso é da Carteira Indígena), mas não há ainda mecanismo algum que dê conta de apreender esse processo na ação, que é também de parceria entre as agências e o povo indígena.

Neste processo de socialização das experiências e da solidariedade entre os membros das associações observa-se um constante incentivo para a atuação mais efetiva de todos.

Eu agradeço muito... eu estou acompanhando vocês e quando vocês chamam a gente pra tá ajudando... e na hora difícil vocês apóiam a gente. E se tiver uma luta assim pode chamar que a gente ajuda... também vocês estão nos ajudando. Eu sou lá do Peruaçu e era associado do Barreiro e um dia eu estou pensando com Nicolau, pensando em fazer uma oficina lá também e sentar pra procurar melhoria. (Liderança da aldeia Peruaçu, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de Campo)

A seguir estão transcritas algumas intervenções, demonstrando a função política que cumpriu o evento da prestação de contas e que ultrapassa o sentido dado pelo órgão financiador:

Minha palavra é essa, desde quando criou a associação do Brejo eu sou membro da associação e o exemplo que eu mais gosto de... sou eu que já tô de cabeça branca e então eu não meço esforço e eu acho que deva pessoas mais novas empenhar igual a gente vem há muitos anos e eu ainda encontro dificuldade pra junto com a turminha que a gente trabalha e com essa aqui que nós trabalha. E desde, quando passou de lá pra cá eu nunca saí da direção... e me sinto muito feliz em realizando um evento desse. As obras têm sido feito e o trabalho e que a gente já tem adquirido, através da

associação, então eu me sinto feliz. E isso é um exemplo dessas pessoas mais novo e aí eu falo o mais novo e o mais velho em idade sou eu que está acompanhando a associação e não mede esforço e num marco distância aonde que tiver uma reunião. E é isso que eu ia falar. (Sr. Manelinho, reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de campo)

Eu queria agradecer primeiramente a Deus que tá ajudando nós no nosso dia-a-dia, dando vida e saúde pra gente está aqui; agradecer por tudo, por esse projeto que a gente vem há tempos lutando aí pra ter, através das reuniões e Deus recebeu os pedidos lá no céu; agradecer o presidente da associação que pegou no braço direito pra ajudar a gente e hoje estamos recebendo ele aqui... ainda num tá pronto mas... tá pronto porque tá tudo aí! Só a felicidade que eu sinto da gente pensar que, quando a gente tava lá no ralo, pra poder comer uma farinha tinha que tá lá ralando o dedo, cortando os dedos pra poder ralar a mandioca e pra poder fazer o beiju pras crianças e fazer farinha. E hoje a gente saber que a gente tá feliz por saber que é o fim desse sofrimento. Hoje a gente recebeu uma mãe aqui que é essa farinheira... aqui é uma mãe e que ela vai é economizar o sofrimento que agente é vinha fazendo nos braços... a mandioca tá espremendo, tá torrando nuns tachinhos ou na panela porque não tinha forno grande. E hoje a gente tá recebendo ela aqui com tudo! É uma alegria... só Deus mesmo pra saber a alegria que a gente tá sentindo no coração da gente. E agradeço mesmo por tudo e que Deus abençoe mesmo e a todos projetos que vem realizando. (Senhora do Custódio; reunião em 05/02/2011, número 16 do Quadro 1. Relatório de campo)

Devo destacar das experiências, finalmente, a função simbólica. A pasta montada com os documentos da prestação de contas foi passada de mão em mão, sem que alguém se interessasse em abri-la; a simples existência dela, feita sob a responsabilidade dos membros da diretoria, parecia ser o suficiente para atribuir-lhe credibilidade. Nas duas reuniões, em determinado momento, lembrado sobre a formalidade exigida pelo financiador, o presidente procedeu à votação pela aprovação da prestação de contas, com o ato simbólico de levantarem as mãos os membros que estivessem de acordo.

Conforme demonstrado, a mistura dos ingredientes locais com os do financiador redundou em um resultado satisfatório no sentido de que, para as aldeias, os benefícios foram garantidos no sentido da materialização do *desenho da mente*. As vivências coletivas, o sentido da união e da solidariedade foram favorecidos no processo vivido e não somente o resultado material do projeto.

Do ponto de vista do financiador, que presumidamente recebeu as pastas de prestação de contas aprovadas pela comunidade sobre os recursos investidos, o processo foi encerrado com êxito do ponto de vista da ênfase na “mudança” implícita na noção de “projeto”.

4.4.2 Quando a mistura dos ingredientes é problemática

As ações do desenvolvimento traduzem-se em termos de “projetos”. Um projeto, em termos gerais, refere-se a um planejamento de ações articuladas em função de algum objetivo. Em termos mais restritos, seria a materialização via escrita ou gráfica deste planejamento. Tanto as ações de governos, quanto de empresas, agências de desenvolvimento ou organizações não-governamentais materializam-se via elaboração e execução de projetos. Os projetos de desenvolvimento sustentável visam especialmente a modificação de uma situação desfavorável em termos sociais, econômicos, políticos e ambientais em direção ao equacionamento destes problemas. Começam aqui os desencontros entre, por um lado, a racionalidade e a limitação dos pequenos projetos e, por outro, do cumprimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, necessariamente inter-relacionados, complexos e de longo prazo. As tensões entre “resultados” e “processos”. (PARESCHI, 2004, p.160)

A OGR foi uma instituição criada de maneira bem complicada, conforme já analisado nos capítulos anteriores e, nesta subseção, farei uma síntese, a partir da análise da cultura escrita, da situação vivida com o projeto que envolveu a elaboração, implantação e gestão de um projeto com recurso de financiador externo. Trata-se de um projeto no valor de R\$40.000,00, com recurso da Carteira Indígena para a criação de galinhas poedeiras, horta comunitária e a construção de um galpão.

Dois técnicos da Carteira Indígena visitaram as aldeias em junho de 2010, entre elas a aldeia Itapecuru, sede da OGR, para verificar o trabalho dos projetos financiados pelo Programa Fome Zero, supostamente elaborados pelos membros do grupo e de responsabilidade do seu presidente. O contato inicial com a OGR aconteceu na casa do representante da aldeia e contou com a presença de lideranças locais e teve como objetivo apurar o alcance das metas e conferir notas fiscais para a prestação de contas. Os problemas iniciais detectados pelos técnicos foram vários: na parte administrativa, a inexistência de notas fiscais das compras realizadas, orçamentos mal elaborados, ausência de extrato com a movimentação bancária, o desperdício do recurso não utilizado que vinha sendo corroído pelas taxas bancárias. Na execução, também, foram colocadas as falhas: os equipamentos da irrigação estavam parados, a estrutura da granja subutilizada e a construção do galpão estagnada.

Em relação à elaboração do projeto, temos a primeira situação problemática: nos primeiros contatos de levantamento dos projetos sociais, fui informada, na aldeia Itapecuru, de que o projeto havia sido escrito com a participação do CIMI e tal fato conduziu-me à

análise feita a respeito de outras experiências com a participação da UFMG, nas quais diversas questões foram formuladas:

(...) como arremeter alternativas para que os principais interessados dos projetos sejam, de fato seus autores, se apropriem dessa escrita, reconhecendo-se no texto escrito e compreendendo a lógica dessa escrita, seus destinatários – locais e não locais – suas implicações e efeitos nas suas ações, no contexto da gestão coletiva? Como conduzir esse processo, de forma que eles assumam todas as condições e conseqüências da implementação do projeto? (...) Como se ensina essa lógica pragmática da escrita? (MARINHO, 2010:85)

À luz do fragmento acima, destaco uma situação interessante. Os técnicos da carteira indígena tratavam o documento como sendo de sua autoria, mas pelas minhas investigações, eu já sabia que se tratava de uma escrita com a participação externa, elaborada sem muito critério, e que os índios não se identificavam com ela. O fragmento a seguir, coletado dez meses, após a visita dos técnicos da Carteira Indígena, ilustra algumas falhas que foram destacadas por eles, em relação às metas estabelecidas no projeto, mas não há referência à participação externa na escrita, demonstrando que os Xakriabá da OGR assumiram as conseqüências da escrita.

Foi muito complicado. A primeira coisa foi esse projeto do Fome Zero. Foi o primeiro projeto que a gente fez... que foi enviado pela Organização dos Grupos de Roça foi esse. A gente trabalhou muito mal trabalhado no projeto porque a gente não sabia o que era. Eu vou começar aqui pela ordem: primeiro, a gente ouvia falar do micro-aspersor, mas nunca tinha visto o que que era um micro-aspersor... (...) a gente fez por influencia dos outros: - não, é bom... é isso e aquilo outro... É certo que a gente nunca tinha visto! Aí decidimos e fizemos o projeto do micro-aspersor... e foi instalado... Nós fizemos ainda alguns canteiros ainda... eu plantei algumas hortas ainda mais não funcionou... quando você passa de uma lista de dez canteiros pra quatrocentos canteiros a coisa já é outra. É uma diferença muito grande... Então a gente achou que era uma coisa mais fácil e no fim não trouxe um resultado assim bom não... (Dejinha, entrevista em 05/04/2011. Relatório de Campo)

O projeto foi tratado pelas lideranças da Organização dos Grupos de Roça, na perspectiva colocada pelo presidente da Associação do Barreiro Preto, e analisado anteriormente: “o documento escrito e aprovado é a garantia da vinda do recurso”; a diferença é que nesta associação, antes da escrita, é feito “um desenho na mente” e o documento é apreendido pelo grupo como a materialização dele e as metas a serem cumpridas são aquelas estabelecidas através do *desenho da mente* e o esforço da escrita é tentar aproximá-lo disso. No caso da Organização dos Grupos de Roça, não houve uma discussão

prévia junto aos membros participantes, que resultasse na formulação da demanda. O que se pode constatar pelos dados é que houve a institucionalização de um grupo que se organizava em função do trabalho, para proporcionar o acesso a verbas de instituições da sociedade nacional.

Na referida reunião, um dos técnicos pegou uma cópia do projeto e começou a falar sobre as atividades previstas e os índios passaram a explicar como haviam sido (ou não) executadas. Eles falavam de dificuldades que iam, desde a falta de mobilização da aldeia, até questões práticas como a falta de estrada para receber mercadorias compradas. No momento em que foi perguntado pela Carteira Indígena, a respeito das exigências do financiador – notas fiscais, cópia de extratos e cheques – os índios mostraram-se confusos pra responder. Segundo o presidente da entidade, as cópias dos extratos estavam apagadas pelo tempo – o técnico da Carteira Indígena alertou que os extratos emitidos por terminal eletrônico deveriam ter cópias xerografadas, pois o comum é que se apaguem mesmo com o tempo, ou seja, os Xakriabá apenas evidenciaram aos técnicos externos, que não tinham experiência com a escrita burocrática.

O foco de avaliação permaneceu nos projetos em si e não em seu contexto mais amplo, seja o modo de vida dos grupos sociais ou entidades que o apresentaram, seja o das estruturas que condicionam e moldam de alguma forma a situação em que estes grupos e entidades se encontram. (PARESCHI, 2004, p.161)

A impressão que tive, ao presenciar aquela cena, é de estar diante das duas extremidades em relação aos projetos sociais: em uma postam-se os representantes do financiador e, na outra, os índios. A ferramenta do representante do financiador era o documento escrito, o qual ele lia minuciosamente, arguindo os membros envolvidos. Minha hipótese é que o documento escrito, na perspectiva do financiador, mediava a lógica da conversa e, na dos índios, as ações desenvolvidas era o que importava. Lembrei-me imediatamente do presidente da associação do Barreiro Preto, mencionado anteriormente: aquele documento, que estava sendo folheado pelo técnico, era só “*o papel com uma tinta e que não é capaz, por si só, de virar uma construção*”. O papel serviu para garantir a vinda do recurso e, naquele momento, os índios ficaram às voltas com explicações para demonstrar a seriedade com a qual utilizaram o recurso. Lembrando desta vez da fala do Marcelo em relação ao processo de escrita do projeto da Caatinginha, parecia o encontro dos enigmas: o enigma das exigências burocráticas para os índios, que os técnicos vieram defender e resguardar o financiador. Eles afirmaram que pretendiam sair da aldeia, se não com a

prestação de contas concluída, pelo menos com tudo encaminhado. Para os técnicos, o enigma é compreender o que eles falam e que venha a ser traduzido para as exigências da burocracia.

Os técnicos, ao atribuírem a autoria do projeto aos membros da organização, deixaram de perceber a realidade local sob o ponto de vista dos envolvidos. As lideranças, quando se viram responsabilizados pelo peso da escrita formal e jurídica, passaram a prestar esclarecimentos e justificativas pelo não cumprimento das metas, mas não conseguiram transmitir o processo de transformação no qual viviam e do qual fazia parte o referido projeto. De um lado, estava declarada a irresponsabilidade e incompetência diante das metas registradas, e do outro se encontrava um grupo tentando mostrar a seriedade e honestidade para com o recurso recebido. O desencontro foi instaurado com a presença sufocante do texto escrito.

Encerrando este capítulo, destaco que a experiência dos sujeitos Xakriabá com os projetos sociais confere-lhes uma maior ou uma mais próxima utilização dos usos externos da cultura escrita, mas que existe uma apropriação xakriabá da cultura escrita, estabelecendo um movimento dialético entre o local e o global. Não se trata de procurar a presença do letramento local ou externo, mas de observar a interação oralidade e cultura escrita.

A relação dos Xakriabá com a cultura escrita não é algo mecânico, mas dinâmico; é ter acesso a um edital para produzir ou formatar um projeto enquanto documento escrito, encaminhá-lo e, caso aprovado, implantar e gerenciar um projeto. O processo que dá uma aplicação prática ao escrito é carregado de sentido simbólico e político da escrita, que é materializado na oralidade, ou seja, na mediação entre eles. Pude constatar que a cultura escrita traz diferenças entre as associações e os sujeitos, mas não traz desigualdades, nem apregoa que a escrita não tem uma relação linear, natural e direta com a escolarização.

Neste capítulo, foram explicitados os diversos contatos dos Xakriabá com a escrita, em especial nas situações relacionados aos projetos. A constatação é que os usos e funções do escrito nas relações internas e com os agentes externos estabelece uma diferença entre os sujeitos envolvidos, mas não gera desigualdade entre eles. A variação das situações vividas pelas associações e aldeias, por sua vez, provoca uma situação de desigualdade no acesso aos recursos e mesmo no resultado dos projetos, ou seja, quanto mais se aproxima da escrita hegemônica mais benefícios são acessados, e quanto mais distante for a associação ou a aldeia do contato com a burocracia, menos benefícios são obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar, como educadora, uma investigação à luz da etnografia levou-me a ampliar a visão sobre o povo Xakriabá, na qual se incluem questões relevantes sobre a educação e que dizem respeito à percepção da dinâmica social daquele povo. Minha proposta de pesquisa relacionada à questão indígena, naturalmente, mostrou-me que eu estaria claramente envolvida também com a antropologia. Entretanto, o que me levou à pesquisa com os Xakriabá foi a experiência de extensão rural durante o curso técnico em agropecuária, no qual eu atuava como pedagoga. O desenvolvimento de uma experiência etnográfica como educadora ocorreu em clima de tensão positiva, o que fez com que a etnografia passasse a ser, de algum modo, uma proposição também da pedagogia.

Não se tratava de explorar a aprendizagem escolar, minha função como pedagoga, ou o currículo ou os sujeitos como foco de preocupação dos dois campos – a pedagogia e antropologia –, mas de colocar a educação nas tensões entre a existência, a interação e a reprodução social, tendo a cultura como centro das discussões.

A possibilidade de uma educadora realizar semelhante pesquisa tem como base o argumento de que o raio de abrangência da educação não se reduzir às questões específicas do processo ensino-aprendizagem, o que direcionaria a pesquisa a temáticas relacionadas às teorias educacionais que se referem ao contexto escolar. Porém, a etnografia e a educação não se encontram somente na escola ou na comunidade escolar.

Durante a pesquisa, houve oportunidade de se repensar a própria educação, no interior da sociedade em que se faziam presentes as diversidades de grupos e culturas; o objetivo era o de, sem advogar uma posição reducionista da formação do homem, manter “um certo controle sobre a existência social, de modo a assegurar sua reprodução por formas sociais coletivamente transmitidas” (GUSMÃO, 1997, p.05).

Uma primeira necessidade que senti foi a de compreender possíveis interfaces entre Educação e Antropologia. A partir de várias leituras, em que o campo da antropologia faz reflexões a respeito de possíveis contribuições do olhar antropológico na pesquisa e na prática educacional (VALENTE, 1996; DAUSTER, 1997; SANCHIS, 1996; BRANDÃO, 2001; GUSMÃO, 1997), fui confirmando e descobrindo a riqueza de questões que a Antropologia vem, progressivamente, trazendo para a compreensão da formação humana, nas últimas três

décadas, colocando como princípio comum aos dois campos – antropologia e educação – “a aventura de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, de compreender um conhecimento que não é nosso” (GUSMÃO, 1997, p.01).

Sem entrar nos confrontos, acusações e defesas entre os dois campos, explorados principalmente por Tosta (2006), Valente (1996), Dauster (1997) e Gusmão (1997), percebi, como educadora, que o “olhar antropológico” ainda é pouco conhecido e explorado no campo da educação, mas a experiência vivida com os Xakriabá e seus projetos proporcionou-me a oportunidade de ultrapassar os confrontos, realizar a investigação e considerar aportes novos dos dois campos, que me possibilitaram novas sínteses, como as que abordo no decorrer dessas considerações finais.

Ocupando-se no Brasil de debates que ajudam a pensar a antropologia e a educação, tendo a educação (escolar) indígena como ponto fundamental, Aracy Lopes da Silva faz um alerta sobre “a utilização [por pesquisadores das áreas da educação e da linguística] de conceitos ou teorias de algum modo ultrapassados ou já profundamente revistos no âmbito do debate interno à própria Antropologia” (SILVA, 2001, p.23). As preocupações manifestadas pela autora evidenciam a não participação da educação nos debates que o próprio campo trava sobre teoria e método antropológico “incorporando-as, sem maiores críticas, aos próprios procedimentos ou métodos de investigação, arriscando-se a deformá-los e a banalizá-los ou agudizando os problemas já detectados” (VALENTE, 1996, p.55).

A contribuição das leituras iniciais para a realização da pesquisa com os Xakriabá foi, principalmente, ter fundamentado as inquietações que a originaram em perguntas ancoradas na antropologia, ou seja, os projetos sociais do povo Xakriabá puderam ser considerados dentro do universo da cultura Xakriabá: os modos de interagir e participar da vida social, política e econômica no contexto da utilização da oralidade e escrita e seus desdobramentos que incluem as formas de participação dos sujeitos, na implantação dos projetos sociais das associações.

Minha trajetória profissional sempre alertou-me sobre a relevância da existência vida extramuros escolares para a compreensão da educação, enquanto processo complexo e inerente à vida humana, e situada do ponto de vista histórico, geográfico e cultural. No entanto, a experiência etnográfica surpreendeu-me por sua significância para minha compreensão da própria educação. Como processo formativo, a construção histórica e cotidiana dos grupos considerados como comunidades de prática (LAVE; WENGER, 1991), ocorre na partilha de saberes, valores e gramáticas de relacionamento que se transmutam em

políticas locais (DURANTI, 1994) que envolvem atores culturais que operam com diferentes tipos de participação.

O processo vivenciado pelos Xakriabá nas situações relacionadas aos projetos sociais permitiu visualizar o sentido da ação coletiva, na formação do seu povo, a produção e reprodução das aldeias.

A elaboração de um projeto é precedida de uma vivência coletiva que envolve o reconhecimento espacial e o pertencimento ao lugar onde vivem e a identificação de possibilidades para o “*bem viver*” dos Xakriabá. Essa já é uma dinâmica altamente formativa na comunidade e muito presente nas aldeias nas quais tive oportunidade de acompanhar, em especial as discussões que envolveram a ampliação do projeto de piscicultura.

O processo formativo presente nas ações e iniciativas relacionadas aos projetos sociais é regido pelo princípio da solidariedade. As contradições e conflitos locais passam por um processo de coesão negociada e se acomodam ou com a solução das questões que lhe deram origem, ou com a posição estratégica de transformá-la em questão latente a ser apresentada em outra oportunidade.

Um exemplo de conflito não resolvido, que insistiu em se manter como questão latente e passível de mais e outras pesquisas acadêmicas, refere-se à questão da criação de gado. As posições apresentadas demonstraram que a visão sobre a atividade manifestada por lideranças, dentro de uma mesma comunidade de prática, são conflitantes e aquela não foi apresentada como pauta direta de discussão. Os que advogam a diminuição do rebanho de gado dentro da T.I.Xakriabá, em favor da resolução de problemas ambientais, apresentam os projetos sociais como alternativas de atividades para geração de renda, pois ela é o principal argumento de quem faz uso da bovinocultura, ao usar um discurso claro de planejamento para a substituição da atividade.

Todo o processo relacionado aos projetos sociais proporciona a circulação de saberes com continuidades e descontinuidades na condução das atividades, temporalidades locais e externas (constantes nos editais), aspectos que se constituem formativos e se transformam em oportunidade para a produção de novos saberes que são aplicados nas práticas cotidianas locais; [n]“o cotidiano interativo das trocas de afetos e de saberes, de símbolos e de

significados, de poderes, de conflitos e de alianças, de frustrações e de resultados do encontro entre pessoas culturalmente situadas” (BRANDÃO, 2001, p.24).

A presença de doze associações na T.I. Xakriabá instaladas entre os anos de 1990 e 2010 pode ser considerada como uma etapa do processo histórico dos Xakriabá que lhes imprimiu características próprias. A associação do Barreiro Preto, primeira *filha* da experiência pioneira da Associação Indígena Xakriabá, tornou-se um importante espaço de implantação de ações e discussões do *Bem Viver* dos Xakriabá. Acompanhando o princípio da coesão social, não há disputa de espaço entre as associações, sendo que o processo de criação de uma associação é de responsabilidade de todos; as associações e lideranças mais experientes são acionadas e se disponibilizam para garantir que a nova associação siga os princípios adotados por todas internamente.

As associações Xakriabá, enquanto vivências, ou experiências sociais, não são meramente instrumentais, mas políticas. Elas geram outras dinâmicas que não somente as promovidas nas ações com objetivos definidos formalmente nos estatutos. Existe um processo de formação de novos sujeitos, novas práticas de mobilização interna e externa, novos desafios aos mecanismos de poder dentro dos moldes tradicionalmente estabelecidos. Nesse sentido, Sahlins (1997) afirma que as sociedades se transformam e se adaptam às novas condições de existência e o que acontece é um processo de “intensificação cultural”, em contraposição às teses de extinção das culturas, no processo inexorável da globalização econômica.

A “intensificação cultural” pode ser observada na forma como a associação, formulação da sociedade nacional, foi apropriada na prática social dos Xakriabá: no sentido de responder, interpretar, organizar e viver as novas possibilidades de mundo, através da própria cultura, pois, Watson citado por Sahlins (1997, p.54) afirma que “no processo de mudança social, uma sociedade tenderá sempre a se ajustar às novas condições através das instituições sociais já existentes. Essas instituições sobreviverão, mas com novos valores, dentro de um novo sistema social”.

A experiência dos Xakriabá com o associativismo e com os projetos sociais pode ser tomada como um típico exemplo do que Sahlins (1997) denominou “indigenização da modernidade”. Trata-se de um processo complexo de relação dialética entre o local (o mundo

das aldeias) e o global (aqui, especificamente, o contato através das agências governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras), no qual os recursos oriundos da globalização capitalista adentram a realidade local, de acordo com seus esquemas culturais particulares. Afirmando que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção, Sahlins demonstra que o processo de homogeneização mundial e o de diferenciação local não são mutuamente excludentes, mas interdependentes.

Embora o imperialismo econômico tenda a criar relações de dependência, essa se refere muito mais ao campo econômico do que ao cultural, pois a cultura aparece como uma resposta local ao sistema mundial, de modo que haverá sempre uma tensão entre um processo com vistas à homogeneização e outro que resiste e caminha para uma “diferenciação local”. Existem, para o sistema mundial, inúmeras formas de interpretação e de vida e o desafio antropológico é descobrir as novas configurações da cultura e construir técnicas capazes de apreendê-las.

Bruce Albert (2000) cunhou a expressão “Mercado de Projetos”, referindo-se ao resultado da cooperação bi e multilateral e de ONGs internacionais, seguidas pelos crescentes investimentos públicos nacionais no setor das organizações da sociedade civil. Os países ditos periféricos, considerados entraves para o desenvolvimento do capitalismo, através dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atuando em políticas compensatórias, provocaram esse dito mercado de projetos para as populações marginalizadas, criando uma tecnologia de trabalho com projetos, à qual foram remetidos setores da população brasileira – uma política clara de integração ao processo de globalização. Especialmente tratando da questão indígena no contexto amazônico, Albert (2000) referiu-se a uma “etnicidade de resultados”, na qual a afirmação identitária tornou-se pano de fundo para a busca de acesso ao mercado e, sobretudo, ao do mercado de projetos internacional e nacional abertos pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento (local/sustentável).

O estudo da experiência Xakriabá com os projetos sociais, um modelo de ação que não nasce deles, mostrou como os diferentes atores sociais agem e interferem nesse processo. Os Xakriabá lidam com as associações e os projetos como possibilidade de exercício da autonomia, e não apenas como uma busca voltada, estritamente, para os resultados. A presença das associações nas aldeias tem incentivado a autonomia, na medida em que passou a existir uma percepção a respeito da força da iniciativa local para se conseguir a solução para os problemas detectados ou realizar os desejos coletivos. É certo que a contribuição de

parceiros externos foi e continua sendo fundamental para os projetos sociais, mas o processo de formação de quadros internos tem diminuído a relação de dependência. Há que se considerar, entretanto, que continua existindo o dilema da relação com a sociedade nacional: se, por um lado, os Xakriabá, assim como outros povos, veem as associações e os projetos como possibilidade de autonomia, por outro, eles ainda são alvo de ações normatizadas na lógica não-indígena pelas agências financiadoras, pelo Estado e pelas próprias parcerias, já que nem sempre as instituições às quais pertencem as pessoas que se dispõem a realizar os trabalhos em campo, comungam os ideais de autonomia dos povos indígenas no Brasil.

Em meio às discussões, os projetos existentes na T.I.Xakriabá, concluídos (atividade bem sucedida ou não), em andamento ou ainda em fase de elaboração, têm se constituído em marca característica do tempo presente. Os resultados materiais e políticos são significativos e têm movimentado as aldeias.

Destaco também, como mais uma consideração, a discussão a ser travada a respeito da autonomia em relação aos projetos sociais dos Xakriabá. Observa-se, na condução do processo, o protagonismo indígena na experiência com o associativismo, ou seja, eles são os atores sociais enquanto sujeitos do processo. A experiência dos Xakriabá pode ser tomada sob o olhar afirmativo no sentido de superar a ideia de que os indígenas são fatalmente vítimas passivas de projetos vindos das investidas da sociedade nacional. O que ficou demarcado é que os povos indígenas, a exemplo dos Xakriabá, têm capacidade de realizar uma apropriação do processo em seus próprios termos. A noção de autonomia, neste sentido, deve ter como base o caráter de autoafirmação e autoestima da coletividade, ou seja, de mostrar a si mesma e à sociedade nacional que é capaz de desenvolver seu próprio percurso de *Bem Viver*.

Como ponto forte da pesquisa, a “participação” dos atores demonstra as especificidades que sugerem a apropriação da associação, a tecnologia dos projetos, como práticas locais, e as mudanças advindas desse processo. O formato da participação pode ser destacado na *reunião* como espaço de circulação de sentidos, de significados e de sensibilidades.

Uma consideração a ser feita refere-se a mudanças nas relações de poder. Apesar de manter a hierarquia tradicional (ou pelo menos desde a Luta pela Terra) com o Cacique e os representantes, um novo ator: as lideranças relacionadas às associações e aos projetos,

apresenta-se nas discussões e encaminhamentos locais, tensionando as relações de poder. Novos sujeitos e novas fronteiras vão se estabelecendo no universo Xakriabá, fruto de experiências novas e desafiantes.

Outra consideração nos processos relacionados aos projetos sociais refere-se à formação das lideranças. Na perspectiva da comunidade de prática, (LAVE; WENGER, 1991) o convívio dos mais experientes em uma ou outra atividade com aprendizes não dispensa a presença dos mais velhos como responsáveis pela manutenção das tradições Xakriabá. O jovem que está ali na comunidade de prática deve aprender valores, o que é e o que não é conveniente para o povo Xakriabá.

O caráter coletivo da construção coloca os jovens sempre como aprendizes, independente do nível de escolarização. Os jovens professores que atuam como escribas (KALMAN, 2003), fazendo a textualização dos projetos na comunidade da prática estão submetidos aos mais velhos e na condição de aprendizes. A escrita pode ser considerada como algo que vai além da textualização.

A cultura escrita, entendida como o lugar material e simbólico que o escrito ocupa num grupo social (Galvão, 2011, p.218) e a utilização dela pelos sujeitos nas situações ligadas aos projetos sociais, ou seja, uma utilização que não se resume ao ato de ler e escrever, constitui-se como um dos elementos constitutivos da experiência dos Xakriabá com o associativismo e com os projetos sociais. A escrita se constitui como um dos componentes do processo na elaboração dos projetos sociais; ela faz parte da dinâmica.

A escrita relacionada diretamente aos projetos é a do tipo formal da sociedade nacional; trata-se do gênero de escrita utilizada nas categorias: editais, planilhas, formulários, ofícios e outras. Os Xakriabá tem se apropriado de algumas escritas do projeto para alguns usos locais, demonstrando ser um bom exemplo da clássica discussão: “o que a escrita faz com as pessoas e o que as pessoas fazem com a escrita” (cf. OLSON; TORRANCE, 1995). A escrita, portanto, não pode ser considerada apenas como um instrumento que vem sendo dominado pelos Xakriabá; ela representa também outras possibilidades de atuação local e externa.

Em relação à prática da prestação de contas, considerada como um dos elos entre o financiador e as associações, é importante fazer a seguinte consideração: o financiador quer se

assegurar do resultado satisfatório da aplicação adequada dos recursos, mas não existem ferramentas ou parâmetros para decifrar o que representa o resultado – satisfatório ou não – para as próprias comunidades envolvidas e nem qual o significado daquela ação para os envolvidos, uma vez que tal significado se apresenta em forma de enigmas a serem decodificados, que não conseguem ser abarcados pelo padrão de escrita exigido nos documentos. Os Xakriabá, por sua vez, se apropriaram da prestação de contas como prática local, e ela tem feito parte do processo formativo local.

Por fim, em relação à escrita, a observação a ser feita é que, quando relacionada aos projetos sociais, demarca diferenças entre os sujeitos e entre as associações, mas não implica, necessariamente, desigualdade. A associação do Barreiro Preto conta com uma presença mais intensa da escrita, seus membros têm uma escolarização maior em comparação às outras e se apresenta como uma das associações que tem se destacado na dinâmica dos projetos e um histórico de êxito nos resultados; mas isso não se justifica, como vimos, somente pela escrita. Eles entenderam, mais rapidamente, o processo político e conseguiram agregar a figura do professor como escriba às funções necessárias na associação. As lideranças desta associação, independente do nível de escolarização ou do contato com a escrita, tiveram maior capacidade de mobilizar as condições para uma utilização intencional da tecnologia como, por exemplo, a mobilização dos professores como escribas.

Entretanto, ainda que mobilize uma parte significativa dos esforços, não se pode atribuir à escrita um papel central dentro das associações; a mobilização local, o tensionamento no exercício do poder colocado como ponto positivo, as vivências do coletivo, os desejos e proposições como aspectos transmitidos na oralidade são elementos imprescindíveis para o funcionamento das associações, nos moldes Xakriabá.

Em relação à desigualdade entre as associações, no que se refere ao desempenho com os projetos sociais, seja em relação à capacidade de ter suas propostas aprovadas ou o êxito nos resultados obtidos, o caso do projeto da OGR com o projeto financiado pela Carteira Indígena, que teve gestão problemática (projeto da avicultura, horta comunitária e galpão comunitário analisado na Subseção 4.4.2) pode problematizar o êxito e a desenvoltura da associação do Barreiro Preto para trabalhar com projeto. A forma como a associação da aldeia Barreiro Preto se apropriou da formatação exigida pelos financiadores denuncia a incapacidade da Carteira Indígena em absorver a diversidade das experiências indígenas. Ficou evidenciado que a OGR teve menos acesso à escrita hegemônica se comparada à associação do Barreiro Preto, mas que a lógica burocrática instituída na Carteira Indígena não

permitiu outras possibilidades de avaliação capazes de apreender o processo vivenciado pelo grupo.

A complexidade do cenário no qual, por opção acadêmica, detive-me, isto é, a prática social de implantação dos projetos sociais propostos pelas associações das aldeias, com destaque na participação dos Xakriabá envolvidos no processo, abriu vias que possibilitam novas reflexões. Novas pesquisas podem ser realizadas, aprofundando temas que surgiram a partir dos dados coletados, partindo de outros e novos questionamentos. Espero que, de alguma maneira, minha pesquisa venha a contribuir para essas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: Ricardo, Carlos Alberto (org). **Povos indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2000.

ALMEIDA, Fábio Vaz R. de; Souza, Cássio Inglez de. O Projeto para Sustentabilidade em terras Indígenas. In: **Povos Indígenas no Brasil 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/PDPI.pdf> acessado em 02/10/2011.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: SOUZA LIMA, A.C de & BARROSO-HOFFMANN, M (orgs). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

BARTON, D, HAMILTON, M. Literacy, reification and the dynamics of social interaction. In: BARTON, D. And TUSTING, K (edit). **Beyond communities of practices: language, power and social context**. New York: Cambridge University Press, 2005

_____ **Local literacies: reading and writing in one community**. London: Routledge, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAND, Antônio. Mudanças e continuidades na política indigenista pós-1988. In: SOUZA LIMA, A.C de & BARROSO-HOFFMANN, M (orgs). **Estado e Povos Indígenas: Bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre teias e tramas de aprender e ensinar: anotações a respeito de uma Antropologia da educação. **Inter-Ação**; Rev. Fac. Educ. UFG, 26 (1): 9-31, jan./jun. 2001.

CAMPOS, Marden B et al. **A questão demográfica indígena: o caso dos Xakriabá, no Norte de Minas Gerais**. In: ANAIS. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP, 2006 (CD-ROM, Tema 08, Povos Indígenas, Demografia da Educação; Sessão 8.2, Perfil e Dinâmica Demográfica de alguns povos indígenas; 14 p.)

CLEMENTINO, Alessandro M. et al. **Xakriabás – economia, espaço e formação de identidades**. (2006) In: ANAIS. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP, 2006 (CD-ROM, Tema 11, Jovens Pesquisadores; Sessão 11.7, Comitê dos Povos Indígenas; 16 p.)

CLEMENTINO, Alessandro M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Xakriabás: economia, espaço e formação de identidades**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2006.

CONHECENDO A ECONOMIA XAKRIABÁ. Relatório Preliminar. Belo Horizonte: Cedeplar/FAE, UFMG: São João das Missões: Associação Indígena Xakriabá, 2005.

DAUSTER, Tania. Um outro olhar: Entre a Antropologia e a educação. **Cad. CEDES**. Campinas, v. 18, n. 43, 1997.

DE PAULA, Luis Roberto. Povos indígenas e o “mercado de projetos”: Desafios para o controle social de convênios e contratos. In: SOUSA, Cássio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; LIMA, Antônio Carlos de Souza & MATOS, Maria Helena Ortolan (orgs) **Povos indígenas e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010.

DINIZ, Sibelle C et al. **Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG**,(2006). In: ANAIS. XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006. (CD-ROM, 22p.)

DURANTI, Alessandro. **Language as Culture in U.S. Anthropology; Three Paradigms. Current Anthropology** Vol. 44, Number 3, June 2003. pp.323-347.

_____. **Antropología Lingüística**. Trad. Pedro Tena. Madrid: Cambridge Univ. Press, 2000.

_____. **From Grammar to Politics: Linguistic anthropology in a Western Samoan Village**. Berkeley: University of California Press, 1994.

ESCOBAR, Suzana Alves. Descrição sobre o "Projeto Pé na Caminhada". **Ensino Em Revista**. Uberlândia, V.8, N.1, jul.1999/jun.2000. Universidade Federal de Uberlândia/EDUFU, 1999, p. 201-209.

_____. **Educação Indígena Xakriabá: saberes e lutas na vida e na voz do seu povo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2004.

EVARISTO DOS SANTOS, Macaé Maria. **Práticas instituintes de gestão das escolas xacriabá**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FELDMAN, Carol Fleisher. Metalinguagem oral. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (Orgs.). **Cultura Escrita e Oralidade**. São Paulo: Ática, 1995

GABRIEL, Von Leo; VETTER, Michael. **Boot der Hoffnung**, Das. AT 1991 / 60 Min / DE Österreich, 60 min, Farbe, in deutscher Sprache.

GEERTZ, C. **“Do ponto de vista dos nativos”**: a natureza do entendimento antropológico. In *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P. 85-107.

_____. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERKEN, C. H. S.; TEIXEIRA, I. A. V. Recriação da memória coletiva da cultura Xakriabá: reflexões a partir da Festa de Santa Cruz na Aldeia Barreiro Preto. Trabalho apresentado na 28ª Reunião da ANPED, Caxambu, 2005.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3ª Ed. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1991.

GOMES, A.M.R et al. **Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá**. Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG. Belo Horizonte, MG, 03 a 08/10/2005.

GOMES, Ana Maria Rabelo; GERKEN, Carlos Henrique de Souza; ÁLVARES, Myriam. **Sujeitos socioculturais na educação indígena de Minas Gerais: uma investigação interdisciplinar**. 2004. 132 f. **Relatório Técnico**. FAPEMIG, Belo Horizonte

GOMES, A.M.R.; MONT-MÓR, R.L.M. **Educação e alternativas de produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (norte de Minas Gerais)**. Trabalho apresentado no III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, na UFSC, Florianópolis, 13 a 15 de novembro de 2006.

GÓRDON, César. **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

GUIMARÃES, Paulo Machado. **Comentário sobre o estatuto da Associação Indígena Xakriabá**. Assessor Jurídico do. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1995

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação: Origens de um diálogo**. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 43, Dec.1997.

INGOLD, T., STRATHERN, M. e outros. 1996. “The concept of society is theoretically obsolete”. In: Tim. INGOLD. **Key debates in anthropology**. Londres: Routledge. Pp. 55-98

KALMAN, J. **Escribir em la Plaza**. México, DF: Fondo de Cultura Económica. 2003

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola In. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

LANNA, Marcos. **Sobre Marshall Sahlins e as cosmologias do capitalismo-** MANA 2001, VOL7.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated Learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. Ed. Companhia das Letras, São Paulo: 1996.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **TELLUS / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPI**, Campo Grande, UCDB, Ano 2, Nº. 3, p.33-52. 2002

LUCIANO, Gersém José dos Santos. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”**: *experiências dos povos indígenas do alto Rio Negro*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2006.

MAGALHÃES, Beatriz Judice et al. **Tradição e Modernidade no Território Indígena Xakriabá.** Artigo apresentado no XIV Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina, MG, entre 25 e 27 de maio de 2010.

MAGALHÃES, Beatriz Judice; DINIZ, Sibelle Cornélio – **A Especificidade da Inserção Socioeconômica da População Xakriabá e a Utilização de alguns conceitos econômicos tradicionais:** por um diálogo entre a Economia e a Antropologia/. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A118.pdf>

MALINOWSKI, Bronislau Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do experimento e da aventura dos nativos da Nova Guiné Melanésia. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARINHO, Marildes ; CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) **Cultura Escrita e letramento.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

_____. (Por parecer). Cultura escrita en Brasil: perspectivas teóricas en construcción. In J. Kalman & B. Street (Eds.), **Lectura, escritura y matemáticas como prácticas sociales:** Diálogos desde los Estudios Latinoamericanos sobre Cultura Escrita. Mexico D: Siglo XXI Editores, 2008.

_____. Letramento e Cultura Escrita em Comunidades Tradicionais e/ou Rurais: Índios Xacriabá, Comunidades Rurais da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Assentamento do MST, no Vale Do Rio Doce. *Projeto de Pesquisa.* FAPEMIG, Belo Horizonte, 2008. (Mimeo)

_____. M. Que novidades trouxeram os “novos estudos sobre letramento”? Caxambu. **Anais da 30º Anped.** Julho 2007.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAUSS, M. 2004. [1923] “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. In: M. MAUSS. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify

MENDES PEREIRA, Verônica. **A cultura na escola ou escolarização da cultura:** um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2003.

MENDONÇA, Augusta Aparecida Neves de. **Práticas Pedagógicas das Aulas de Matemática:** Um Estudo Exploratório nas Escolas Xacriabá. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2007.

MENDONÇA, Augusta Aparecida Neves de. **Práticas Pedagógicas nas aulas de Matemática:** um estudo exploratório nas escolas Xakriabá.(Mestrado). Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG 2007.

MONTE-MÓR, R.L.M.; GOMES, A.M.R. et al. (2005). **Conhecendo a economia Xakriabá.** Relatório Técnico Final. Belo Horizonte: UFMG, AIX.

MYERS, G. Communities of practices, risk and sellafield. In: BARTON, D. And TUSTING, K (edit). **Beyond communities of practices: language, power and social context**. New York: Cambridge University Press, 2005

NOGUEIRA, Mônica (org). **Desatando o nó: quer ajuda para a execução de projetos?** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

_____. **Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no cerrado**. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Política e Políticos Indígenas: A experiência Xakriabá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília/DF: 2008.

OLIVEIRA, Ildete Freitas. **Um lugar para ler e escrever: estudo sobre letramento na Aldeia Indígena Itapicuru entre os Xakriabá**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.

OLSON, D. R. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática, 1997. 343p. (Coleção Múltiplas Escritas)

OLSON, D.; TORRANCE, N. (Orgs.). **Cultura Escrita e Oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. 2008. “Memória, sentimento e religião entre os Xakriabá do Norte de Minas Gerais”. In: MONTENEGRO, Antônio T. REZENDE, Antônio P. GUIMARÃES NETO, Regina B. GUILLEN, Isabel C. M. TEIXEIRA, Flávio W. ANZAI, Leny Caselli. (Orgs.) **História: Cultura e Sentimento**. Recife: Editora UFPE. Cuiabá: Editora da UFMT.

_____. **Identidade Étnica dos Xakriabá**. Laudo Antropológico, UFBA, 1987.

PARESCHI, Ana Carolina Cambeses. **Projetismo e desenvolvimento sustentável: o caso dos pequenos projetos**. **Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. ano. 2, n.º 2. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, 2004.

PEIRANO, Mariza. **“In this context”**: as várias histórias da antropologia. Série Antropologia, Brasília, 2004.

_____. **A favor da etnografia**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Os antropólogos e suas linhagens**. Revista brasileira de Ciência Social, São Paulo, n° 16, ano 6, pp. 43-50, julho de 1991.

PEREIRA, Antônio Marcos. **Alton Becker, Lingüista: Por uma Lingüística Antropológica Crítica**. (tese doutorado). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

PEREIRA, Verônica Mendes. **A Cultura na escola ou Escolarização da Cultura? Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá**. Belo Horizonte Faculdade de Educação – UFMG, (mestrado), 2003.

PINHO, Breno Aloísio Torres Duarte de;CAMPOS, Marden Barbosa de. **Xakriabás: a mobilidade como estratégia de sobrevivência.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

ROCKWELL, Elsie (2006). Apropiações indígenas de la escritura em tres domínios: religión, gobierno y escuela. **Cultura Escrita y Sociedad**, 3: 161-236 (Alcalá, España.).

_____. Etnografía e teoria na Pesquisa Educacional. In: EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa Participante.** Trad. Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1986.

SAHLINS, Marshall. 2003. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 231pp.

_____. “O ‘pessimismo’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SANCHIS, P. A crise dos paradigmas em Antropologia. In: DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p 23-38.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá:** as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. 304 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

SANTOS, B.S.;RODRIGUEZ, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS. B.S. **Produzir para viver.** Os Caminhos da Produção Não Capitalista. Rio de Janeiro,RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Rafael Barbi Costa. **A Cultura, O Segredo e o Índio:**diferença e cosmologia entre os Xakriabá de São João das Missões/MG Dissertação (Mestrado). Antropologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais.Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Macaé Maria Evaristo dos. **Práticas Instituintes de Gestão das Escolas Xakriabá.** Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG, (Mestrado) 2006.

SEERGER, Anthony; DA MATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, E.. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, Série Antropologia, n. 32, p. 2-19.

SHADEN,Egon (org.).**Leituras de Etnologia Brasileira.** SP: Cia.Ed. Nacional, 1976.

SILVA,Rogério Correia da. **Circulando com os meninos:** Infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, (Doutorado). 2011.

Soares Magda. Práticas de Letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In In MARINHO, Marildes ; CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) **Cultura Escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Poços de Caldas, MG, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUSA, Cássio Noronha Inglez de et al. (org.). **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista**. 2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols. 160 pp., 109 pp., 124 pp.

STOCKING JR, G.W. La magia del etnografo. El trabajo de campo en la antropologia britanica desde Tylor a Malinowski. In: MAILLO et al (org.). **Lecturas de antropologia para educadores (1993)**. 2ª. Edição. Madrid: Ed Trotta. 2005.

STREET, Brian. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In MARINHO, Marildes ; CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) **Cultura Escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. What's 'new' in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**, vol. 5(2), Teachers College, Columbia University, 2003.

_____. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984

TEIXEIRA, Isis Aline Vale . **Conhecendo a vida das mulheres Xakriabá: Gênero e participação**. (Mestrado). Belo Horizonte ,2008. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação Educação e Inclusão Social.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Os usos da etnografia na pesquisa educacional**. RBA, 2006. **Associação Brasileira de Antropologia**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia: saberes e práticas antropológicas – desafios para o século XXI, 2006, Goiânia.

TOSTA, Sandra Pereira. **Os usos da etnografia na pesquisa educacional**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2010, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

TUSTING, K. Language and Power in communities of practice. In: BARTON, D. And TUSTING, K (edit). **Beyond communities of practices: language, power and social context**. New York: Cambridge University Press, 2005

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional**. Revista Pro-posições. Campinas , 1996. V.07 no. 02 pp. 54-64. Julho de 1996.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In NUNES, Edison de O. A aventura sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. páginas 36-46.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: CEPPAC/UNB, 2006.

VIVEIRO DE CASTRO, E. **O nativo relativo**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Abril. 2002.

_____. **Sociedades Indígenas e natureza na Amazônia**. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 116-117.

WOLCOTT, H. F. **Sobre la intención etnográfica**. En: VELASCO, H. M. M.; GARCÍA, F. J. C. y DÍAS DE RADA, Ángel. (1997). *Lecturas de Antropología para educadores. El ámbito de la antropología de la educación y de la etnografía escolar*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p. 127-144.

WOLCOTT, H.F. **Sobre la intencion etnográfica**. In: MAILLO et al. (org.). *Lecturas de antropologia para educadores (1993)*. 2ª. Edição. Madrid: Ed Trotta. 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.